* Não pode ser vendido separadamente
Suplemento integrante da edição 3757 do Jornal Correio do Povo do Paraná

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua EXP. João Maria, nº 1020, esq. Av. Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
http://www.ls.pr.gov.br
GABINETE DO PREFEITO
Gestão 2021/2024

DECRETO Nº 107/2021
25/10/2021

SÚMULA: AUTORIZA PONTO FACULTATIVO AO FUNCIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL EM VIRTUDE DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO E DIA DE FINADOS.

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, no exercício da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso VI da Lei Orgânica do Municipio,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO aos Servidores Públicos Municipais, para o dia 01 de novembro de 2021 - em período integral, em virtude do Dia do Servidor Público e Dia de Finados.

Art. 2º - Qualquer serviço ou atividade realizado em desacordo com este Decreto, só poderá ser executado quando em caráter emergencial e mediante autorização do Secretário, Pasta ou Diretor do Departamento ao qual o funcionário estiver subordinado.

Art. 3º - Os serviços de atendimento ao público da Secretaria Municipal de Saúde, a Coleta de Lixo Urbano e a Guarda Municipal cumprirão expedientes especiais através de escalas e/ou plantões por serem atividades consideradas essenciais que não podem sofrer interrupção, cabendo aos servidores que as exercerem a compensação prevista na Lei Municipal nº 027/2013.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 25 de outubro de 2021.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua EXP. João Maria, nº 1020, esq. Av. Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
http://www.ls.pr.gov.br
GABINETE DO PREFEITO
Gestão 2021/2024

PORTARIA Nº 270/2021
25/10/2021

SÚMULA: DESIGNA SERVIDORES COMO FISCAIS DE CONTRATOS DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos),

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores a seguir para exercerem as funções de FISCAIS DE CONTRATOS, firmados pelas Secretarias Municipais abaixo relacionadas:

I) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
- MARINA ARAÚJO NESI DE QUADROS
Matrícula: 040622-1
- JOSELAINE DE MIRANDA ALMEIDA
Matrícula: 037133-1

II) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE:
- GILSO ORO
Matrícula: 039951-1

III) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:
- EVERTON SANTOS VAZ
Matrícula: 048658-1
- JOÃO MARIA DA SILVA
Matrícula: 028550-1

IV) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
- MARINILCE MARIANO DOBBINS
Matrícula: 028746-1
- SUZAMARA BATISTA
Matrícula: 045608-1
- INGRID FACCIN GUSTTMANN
Matrícula: 039349-1

V) SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GESTÃO:
- MARCOS REINALDO COLETH
Matrícula: 040061-1

VI) SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA:
- DEOMAR DE NEZ
Matrícula: 037109-1

VII) SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO:
- VILSON RIBEIRO BUENO
Matrícula: 040223-1
- ALETEIA DE OLIVEIRA DUTRA
Matrícula: 048810-1
- HUELITON KARNOSKI
Matrícula: 048216-1

VIII) SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO:
- JACKSON FRANZONI
Matrícula: 022454-1
- CLOVIS WALCZINSKI
Matrícula: 021890-1
- OSCAR GOMES FERREIRA
Matrícula: 036765-1
- JEFERSON PAULO MAIA
Matrícula: 029106-1
- LEANDRO ROTH
Matrícula: 028703-1
- ADRIANO GROSS DA SILVA
Matrícula: 035751-1
- HERON RODRIGO ROCHI
Matrícula: 045748-1
- MATHEUS MANOEL GUEDES MARTINS
Matrícula: 042790-1

IX) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA DA FAMÍLIA:
- JEAN CARLO PANATO
Matrícula: 027839-1
- NILSON BRONHOLO
Matrícula: 036081-1

X) SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA:
- NEILOR JOSE SOUTHIER
Matrícula: 014532-1

XI) SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:
- PLACIDO DAMIANI NETO
Matrícula: 048674-1

XII) SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES:
- ALEX SANDRO ROSA
Matrícula: 028851-1

Art. 2º Os FISCAIS DE CONTRATOS ora nomeados exercerão, entre outras, as seguintes atribuições:

I – Ler atentamente o Termo de Contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

II – Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiver sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

III – Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar o atesto. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue este processo corretamente;

IV – Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

V – Notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instancias competentes aquelas que fugirem sua alçada;

VI – Receber e encaminhar imediatamente as Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao departamento competente, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada refere-se ao objeto que foi efetivamente contratado;

VII – Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

VIII – Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação dos Fiscais, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;

IX – Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvida técnica administrativa ou jurídica.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul/PR, 25 de outubro de 2021.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL
CNPJ Nº. 76.205.970/0001-95
RUA EXPEDICIONÁRIO JOÃO MARIA, 1020 – CENTRO – 85.301-410
ATO DE AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 123/2021 – PMLS – UASG 987659
Objeto: Registro de preços para aquisição de notebooks e equipamentos de informática para as instituições escolares municipais e microcomputador e televisor smart para uso das secretarias municipais, com itens exclusivos para me/epp/mei, item de ampla concorrência e cota reservada para me/epp/mei.
Tipo de Licitação: Menor preço por item.
Entrega e abertura das propostas até às 08h30min do dia 12/11/2021, no site www.comprasnet.gov.br ou https://www.gov.br/compras/pt-br/.
Laranjeiras do Sul-PR, 26 de outubro de 2021.

Jonatas Felisberto da Silva
Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL
CNPJ Nº. 76.205.970/0001-95
RUA EXPEDICIONÁRIO JOÃO MARIA, 1020 – CENTRO – 85.301-410
ATO DE AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 124/2021 – PMLS – UASG 987659
Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos para atender a demanda da secretaria municipal de saúde, exclusivo para me, epp e mei.
Tipo de Licitação: Menor preço por item.
Entrega e abertura das propostas até às 13h30min do dia 12/11/2021, no site www.comprasnet.gov.br ou https://www.gov.br/compras/pt-br/.
Laranjeiras do Sul-PR, 26 de outubro de 2021.

Jonatas Felisberto da Silva
Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL
CNPJ Nº. 76.205.970/0001-95
RUA EXPEDICIONÁRIO JOÃO MARIA, 1020 – CENTRO – 85.301-410
ATO DE AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 125/2021 – PMLS – UASG 987659
Objeto: Registro de preços para aquisição de sêmen sexado e convencional e insumos para inseminação artificial de bovinos, exclusivo para me, epp e mei.
Tipo de Licitação: Menor preço por item.
Entrega e abertura das propostas até às 16h00min do dia 12/11/2021, no site www.comprasnet.gov.br ou https://www.gov.br/compras/pt-br/.
Laranjeiras do Sul-PR, 26 de outubro de 2021.

Jonatas Felisberto da Silva
Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul

Município de Virmond
Estado do Paraná
Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85390-000.
CNPJ: 95.587.622/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122
http://www.virmond.pr.gov.br
==========GABINETE DO PREFEITO==========

DECRETO Nº 151/2021

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município para o exercício de 2021, no valor de R$ 6.577,36 (seis mil, quinhentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos).

O Prefeito Municipal de Virmond-Pr. no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 576/2021, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura Crédito Especial/Adicional superávit ao Orçamento Geral do Município para o exercício de 2021, no valor de **R$ 6.577,36 (seis mil, quinhentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos)**, mediante as seguintes providencias:

1 - Inclusão de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:

10.301.0007.2060 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAUDE

Conta	Natureza	Fonte	Valor R$
348	44.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	348	R$ 6.577,36

Art. 2º. Para dar cobertura aos créditos abertos na forma dos artigos anteriores, de conformidade com o disposto no artigo 43, parágrafo primeiro, inciso IV da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, como recursos os constantes serão utilizados:

Descrição da Receita	Fonte	Valor RS
CONVENIO ESTADUAL AMPLIACAO DA UNIDADE BASICA DE SAUDE SIT 40385	348	R$ 6.577,36

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Virmond, Estado do Paraná, 25 de setembro de 2021

NEIMAR GRANOSKI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

LEI Nº 1.321/2021, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021

Súmula: DISPÕE SOBRE O PROGRAMA "VER E VIVER MELHOR" NO ÂMBITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, FABIO ROBERTO DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONO E MANDO PROMULGAR A SEGUINTE:

LEI:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do Município de Nova Laranjeiras/PR o Programa "VER E VIVER MELHOR", objetivando a melhora na qualidade de vida da população de baixa renda, bem como a vida social e educacional através do fornecimento de óculos de grau, que será gerido em conjunto pela Secretaria de Saúde e pela Secretaria de Assistência Social e Ação Comunitária.

Art. 2º. Para ser contemplado com os óculos de grau o beneficiário deverá preencher os seguintes requisitos:

- Apresentar receituário médico-oftalmológico emitido através do Sistema Único de Saúde - SUS, recomendando o uso de lentes corretivas de grau;

- Comprovar residência no Município de Nova Laranjeiras;

- Apresentar parecer da Secretaria de Assistência Social e Ação Comunitária;

- Encontrar-se cadastrado no Programa Saúde da Família;

- Possuir renda familiar mensal não superior a dois salários mínimos vigente no país.

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

§ 1º. A concessão obedecerá a ordem cronológica de requerimento, sendo que possuem prioridade no programa às pessoas com deficiência, idosos e crianças.

§ 2º. A avaliação para enquadramento do beneficiário será realizada pela Secretaria de Assistência Social e Ação Comunitária e, visando suprir eventual exigência, será feita análise criteriosa para eventual concessão do benefício.

Art. 3º. Os beneficiários serão cadastrados pelo setor competente e acompanhados periodicamente pela Secretaria de Saúde e pela Secretaria de Assistência Social e Ação Comunitária, objetivando atender as pessoas que realmente necessitam do auxílio, as quais serão atendidas com óculos (armação e lente).

Parágrafo único. Serão atendidas 30 (trinta) pessoas mensalmente, sendo que no mês em referência somente um membro de uma mesma família poderá ser beneficiado e, em havendo demanda superior, poderá ocorrer ampliação de beneficiários, a critério da Administração Municipal.

Art. 4º. O auxílio previsto nesta lei será concedido conforme disponibilidade financeira e orçamentária do Município e obedecendo os demais procedimentos administrativos legais.

Parágrafo Único. Os óculos (armação e lente), os quais serão fornecidos pelo Município, enquadrar-se-ão no padrão mínimo de qualidade, obedecendo critérios que serão estabelecidos pelo Executivo Municipal.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Nova Laranjeiras, em 25 de outubro de 2021.

FABIO ROBERTO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

LEI Nº 1.322/2021, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021

Súmula: Autoriza a saída do Município de Nova Laranjeiras/PR do Consórcio Municipal da Cantuquiriguaçu – CMC e ratifica a extinção do referido consórcio, conforme especifica e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, FABIO ROBERTO DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONO E MANDO PROMULGAR A SEGUINTE:

LEI:

Artigo 1º. Fica autorizada a saída do Município de Nova Laranjeiras/PR do Consórcio Municipal da Cantuquiriguaçu - CMC, deixando o mesmo de integrar o referido consórcio para todos os fins de direito.

Artigo 2º. Ficam ratificados pelo Município de Nova Laranjeiras/PR todos os atos praticados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, onde foi manifestada sua expressa anuência em Assembleia Geral Extraordinária, no que tange à formalização da extinção Consórcio Municipal da Cantuquiriguaçu- CMC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/ MF sob nº 11.011.900/0001-50.

§ 1º. Ficam também ratificados e autorizados todos os atos necessários, legais e administrativos, para formalizar a extinção do Consórcio identificado no *caput*, inclusive os referentes à destinação final dos bens, na forma estatutariamente prevista pelo Consórcio Municipal da Cantuquiriguaçu- CMC.

§ 2º. Fica fixada a "data base" da extinção do consórcio, para fins fiscais, tributários e de eventual prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a data de 01 de Outubro de 2021, data da realização da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esta finalidade e da baixa na inscrição junto à Receita Federal do CNPJ/MF (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) nº 11.011.900/0001-50.

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

Artigo 3º. Fica autorizado o Município de Nova Laranjeiras a adquirir junto ao Consórcio Municipal da Cantuquiriguaçu- CMC escavadeira hidráulica PC 130-8 KOMATSU SÉRIE B10566, MODELO DO MOTOR SAA4D95LE-5, SÉRIE DO MOTOR 570519, pelo valor de R$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais), descontando-se deste o crédito municipal junto ao referido consórcio de, aproximadamente, R$ 140.401,95 (cento e quarenta mil quatrocentos e um reais e noventa e cinco centavos), que deverá ser atualizado.

Artigo 4º. Fica autorizado o Município de Nova Laranjeiras a pagar a diferença de até R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) ao Consórcio Municipal da Cantuquiriguaçu- CMC para a aquisição da escavadeira hidráulica descrita no artigo anterior, cuja origem será de dotação orçamentária (livre).

Artigo 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Laranjeiras, em 25 de outubro de 2021.

FABIO ROBERTO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

1º TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2020-PMNL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2020-PMNL

O **MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**, inscrito no CNPJ nº **95.587.648/0001-12**, com endereço na Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras, Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº **787.632.829-68**, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **JOSE LUIZ ZAGO - ME**, com sede na Rodovia BR 277, Km 492, s/n, Bairro Distrito Guarani, CEP 85.380-971, Nova Laranjeiras - PR, e inscrita no CNPJ sob nº **00.441.192/0001-71**, representado pelo Sr. **JOSE LUIZ ZAGO**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.930.193-6 SSP/PR e CPF/MF sob o nº **706.221.169-91**, residente e domiciliado na Rodovia BR 277, Km 492, s/n, Bairro Distrito Guarani, CEP 85.380-971, Nova Laranjeiras - PR, doravante denominada **DETENTORA DA ATA**, aditam a ata celebrada em 20 de novembro de 2020, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 139/2020-PMNL, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim como pelas condições do Processo Licitatório - Pregão Presencial nº 47/2020-PMNL, bem como pelas cláusulas a seguir expressas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes conforme segue:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto a **aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza e utensílios de cozinha, para manutenção das escolas da rede municipal de ensino,** para o período de 12 (doze) meses.

CLAUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO
O presente termo tem por objetivo conceder Reequilíbrio Econômico-Financeiro do produto especificado conforme tabela a seguir:

JOSE LUIZ ZAGO - ME

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	UN	Qtde Atual	Preço Atual	Valor Total	Valor após Reequilíbrio	Valor Total após Reequilíbrio	Total do Acréscimo
1	41	**CARNE DE FRANGO COXA E SOBRE-COXA** Carne de frango congelado tipo coxa e sobre-coxa, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas com ausência de sujidades, cheiro e sabor próprio. Embaladas em pacotes específicos do produto, com registro no SIF.	ACOUGUE DO ZÉ	KG	1.358,00	10,10	13.715,80	10,31	14.000,98	285,18
TOTAL										285,18

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR
Em virtude do aditivo de reequilíbrio fica aditado ao contrato o valor de **R$ 285,18** (Duzentos e Oitenta e Cinco Reais e Dezoito Centavos), passando o valor total contratual de R$ 144.120,00 (Cento e Quarenta e Quatro Mil, Cento e Vinte Reais) para R$ 144.405,18 (Cento e Quarenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Cinco Reais e Dezoito Centavos).

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

CLAUSULA QUARTA - O aditivo tem como base e fundamento o art. 65, inciso II, "d" da Lei 8.666/1993.

CLAUSULA QUINTA - As demais cláusulas permanecem inalteradas, e por assim acordarem, assinam o presente termo aditivo.

Nova Laranjeiras - PR, 25 de outubro de 2021.

FABIO ROBERTO DOS SANTOS
CONTRATANTE

JOSE LUIZ ZAGO
DETENTOR DA ATA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____

CPF/RG _____ CPF/RG _____

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

1º TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2021-PMNL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2021-PMNL

O **MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**, inscrito no CNPJ nº **95.587.648/0001-12**, com endereço na Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras, Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº **787.632.829-68**, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **EDILSON JOSE MAROSTICA & CIA LTDA**, com sede na Rua Sete de Setembro, s/n, Bairro Distrito de Rio Guarani, CEP 85.380-000, Nova Laranjeiras - PR e inscrita no CNPJ sob nº **00.373.432/0001-48**, representada pelo Sr. **EDILSON JOSÉ MAROSTICA**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.034.438-1 SSP/PR e CPF/MF sob o nº **512.756.609-59**, residente e domiciliado na Rua Sete de Setembro, s/n, Bairro Distrito de Rio Guarani, CEP 85.380-000, Nova Laranjeiras - PR, doravante denominada **DETENTORA DA ATA**, aditam a ata celebrada em 12 de julho de 2021, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 91/2021-PMNL, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim como pelas condições do Processo Licitatório - Pregão Presencial nº 39/2021-PMNL, bem como pelas cláusulas a seguir expressas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes conforme segue:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto a **aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza e utensílios de cozinha, para manutenção dos setores da administração municipal,** para o período de 12 (doze) meses.

CLAUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO
O presente termo tem por objetivo conceder Reequilíbrio Econômico-Financeiro do produto especificado conforme tabela a seguir:

EDILSON JOSE MAROSTICA & CIA LTDA - ME

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	UN	Qtde Atual	Preço Atual	Valor Total	Valor após Reequilíbrio	Valor Total após Reequilíbrio	Total do Acréscimo
1	7	**ACUCAR BRANCO REFINADO 5KG** Açucar refinado, embalagem plástica atóxico e resistente, embalagem 5kg.	ALTO ALEGRE	PC	70,00	17,80	1.246,00	20,84	1.458,80	212,80
TOTAL										212,80

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR
Em virtude do aditivo de reequilíbrio fica aditado ao contrato o valor de **R$ 212,80** (Duzentos e Doze Reais e Oitenta Centavos), passando o valor total contratual de R$ 57.834,00 (Cinquenta e Sete Mil, Oitocentos e Trinta e Quatro Reais) para R$ 58.046,80 (Cinquenta e Oito Mil, Quarenta e Seis Reais e Oitenta Centavos).

CLAUSULA QUARTA - O aditivo tem como base e fundamento o art. 65, inciso II, "d" da Lei 8.666/1993.

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

CLAUSULA QUINTA - As demais cláusulas permanecem inalteradas, e por assim acordarem, assinam o presente termo aditivo.

Nova Laranjeiras - PR, 25 de outubro de 2021.

FABIO ROBERTO DOS SANTOS
CONTRATANTE

EDILSON JOSÉ MAROSTICA
DETENTOR DA ATA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: _____ Nome: _____

CPF/RG _____ CPF/RG _____

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

1º TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2021-PMNL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2021-PMNL

O **MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**, inscrito no CNPJ nº **95.587.648/0001-12**, com endereço na Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras, Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº **787.632.829-68**, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **JOSE LUIZ ZAGO - ME**, com sede na Rodovia BR 277, Km 492, s/n, Bairro Distrito Guarani, CEP 85.380-971, Nova Laranjeiras - PR, e inscrita no CNPJ sob nº **00.441.192/0001-71**, representado pelo Sr. **JOSE LUIZ ZAGO**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.930.193-6 SSP/PR e CPF/MF sob o nº **706.221.169-91**, residente e domiciliado na Rodovia BR 277, Km 492, s/n, Bairro Distrito Guarani, CEP 85.380-971, Nova Laranjeiras - PR, doravante denominada **DETENTORA DA ATA**, aditam a ata celebrada em 12 de julho de 2021, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 96/2021-PMNL, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim como pelas condições do Processo Licitatório - Pregão Presencial nº 39/2021-PMNL, bem como pelas cláusulas a seguir expressas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes conforme segue:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto a **aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza e utensílios de cozinha, para manutenção dos setores da administração municipal,** para o período de 12 (doze) meses.

CLAUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO
O presente termo tem por objetivo conceder Reequilíbrio Econômico-Financeiro do produto especificado conforme tabela a seguir:

JOSE LUIZ ZAGO - ME

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	UN	Qtde Atual	Preço Atual	Valor Total	Valor após Reequilíbrio	Valor Total após Reequilíbrio	Total do Acréscimo
1	90	**CARNE DE FRANGO COXA E SOBRE-COXA** Carne de frango congelado tipo coxa e sobre-coxa, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas com ausência de sujidades, cheiro e sabor próprio. Embaladas em pacotes específicos do produto, com registro no SIF.	AÇOUGUE DO ZÉ	KG	1.000,00	8,75	8.750,00	10,31	10.310,00	1.560,00
TOTAL										1.560,00

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR
Em virtude do aditivo de reequilíbrio fica aditado ao contrato o valor de **R$ 1.560,00** (Um Mil, Quinhentos e Sessenta Reais), passando o valor total contratual de R$ 85.910,00 (Oitenta e Cinco Mil, Novecentos e Dez Reais) para R$ 87.470,00 (Oitenta e Sete Mil, Quatrocentos e Setenta Reais).

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

CLAUSULA QUARTA - O aditivo tem como base e fundamento o art. 65, inciso II, "d" da Lei 8.666/1993.

CLAUSULA QUINTA - As demais cláusulas permanecem inalteradas, e por assim acordarem, assinam o presente termo aditivo.

Nova Laranjeiras - PR, 25 de outubro de 2021.

FABIO ROBERTO DOS SANTOS
CONTRATANTE

JOSE LUIZ ZAGO
DETENTOR DA ATA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: _____ Nome: _____

CPF/RG _____ CPF/RG _____

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

DECRETO Nº 298/2021, DE 26 DE OUTUBRO DE 2021.

Súmula: Institui a Comissão da Seleção Pública dos Assistentes de Alfabetização Voluntários do Programa Tempo de Aprender e nomeia membros.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E,

CONSIDERANDO o EDITAL 04/2021 para a seleção e constituição do banco de Assistentes de Alfabetização Voluntários para o Programa Tempo de Aprender SISALFA, instituído pela Portaria nº 280 de 19 de Fevereiro de 2020 e Resolução Nº 06 de abril de 2021, por meio de adesão da Secretaria Municipal de Educação e Escolas selecionadas pelo MEC para aquisição ao PDDE ALFABETIZAÇÃO (Programa Dinheiro Direto na Escola), via liberação de recursos do FNDE por intermédio das UEXs – Unidades Executoras Próprias, afim de garantir apoio adicional ao Processo de alfabetização.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído Comissão da Seleção Pública dos Assistentes de Alfabetização Voluntários do Programa Tempo de Aprender, sendo responsável por coordenar e executar todo o Processo Seletivo**.**

Art. 2º - Ficam nomeados os seguintes membros para compor a Comissão da Seleção Pública dos Assistentes de Alfabetização Voluntários do Programa Tempo de Aprender:

- **Representantes da Secretaria de Educação:**

  Titular: Giceli Da Aparecida Bello Carvalho

  Suplente: Dilciane Klos

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

- **Representantes do Conselho Municipal de Educação:**

  Titular: Silvia Regiane Vorgenes

  Suplente: Sara Angélica Stuber

- **Representantes da Coordenação Pedagógica:**

  Titular: Francieli Sampietro

  Suplente: Rosane Maria Losch Rocha

- **Representantes dos Diretores Municipais:**

  Titular: Beatriz Aparecida Ulbinski Pilarski

  Suplente: Nildredes Aparecida Martins Narloch

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua Publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, 26 de outubro de 2021.

FABIO ROBERTO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATO DE INSTITUIÇÃO Nº05/2021

A Secretária Municipal de Educação, neste Ato, representando a Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu - Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 004 de 04 de janeiro de 2021, e considerando a Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR,

INSTITUI

Art. 1º - O Conselho Escolar da **" Escola Municipal Monteiro Lobato - Educação Infantil e Ensino Fundamental"**, do município de Espigão Alto do Iguaçu - Paraná, com a oferta de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º - O Conselho Escolar, composto pelas comunidades escolar e local, com os seguintes membros:

Segmento	Titular	RG	Suplente	RG
PRESIDENTE	Jocélia Siqueira	7.931.376-9	**Vice-presidente** Nelci Peruzzo	5.002.282-0
EQUIPE PEDAGÓGICA	Nelci Peruzzo	5.002.282-0	_____	_____
EQUIPE DOS DOCENTES	Claudete Maria Hendges	5.870.634-5	Cristiana Maria Costa Czechowski	8.137.476 - 7
EQUIPE DOS DOCENTES	Mareli do Souza	9.004.753-1	Eleonara Maria Zandonai da Silva	5.002.326-5
EQUIPE TÉCNICA ADMINISTRATIVA	Soneli de Souza	10.426.488-3	_____	_____
EQUIPE AUXILIAR OPERACIONAL	Roseli Guimarães dos Santos	7.798.807-6	Nelci Marcolino Ortiz dos santos	9.414.383-7
REPRESENTANTE DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS	Simone Wendt	8.880.406-9	Clair Miguel Czechowski	5.811.547-9

MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REPRESENTANTE DA APMF	Cristiane Horbach Estormovski	10.792.492-2	Adacir Siebre de Lima de Oliveira	10.248.228-0
REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	Silvia Aparecida Anacleta	9.852.066-0	Valcir Oliveira de Cristo	4.459.121
REPRESENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Maria Aparecida de Lima Santanna	5.258.510-4	Jessica Aline Alves Lazzaretti Sanabria	12.964.777-9

Art. 3º - O Conselho Escolar instituído por este Ato entra em vigor a partir da presente data, com efeito a partir da data da Posse 15/10/21.

Espigão Alto do Iguaçu, 26 de outubro de 2021.

Susi Maciel Velho
Secretária Municipal de Educação

Susi Maciel Velho
Secretária Municipal de Educação
Portaria 004/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

Município de Nova Laranjeiras
Estado do Paraná
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, 2122 - Centro – CEP 85.350-000
Fone: (42) 3637-1148

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO E REABERTURA
TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2021-PMNL

NOVA DATA PARA ABERTURA

O Município de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitação, **torna público para conhecimento dos interessados, a suspensão do Processo Licitatório - Tomada de Preços nº 13/2021-PMNL**, assim como o cancelamento da sessão de recebimento dos envelopes, a qual seria realizada no **dia 03 de Novembro de 2021, às 09:00 horas**, na Prefeitura Municipal, situada à Rua Rio Grande do Sul, 2122 - Centro - Fone (42) 3637-1148, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de obra de reforma do Pronto Atendimento Municipal Severino da Rosa, localizado na sede do município, com dimensões de 1.173,71m². A suspensão se faz necessária, tendo em vista a necessidade de adequações de ordens técnicas no instrumento convocatório. **Ato contínuo, fica designado o dia 12 de Novembro de 2021, às 09:00 horas**, para abertura do certame com o credenciamento e recebimento dos envelopes.

A pasta técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado a partir do dia 28 de outubro de 2021, no horário de expediente, ou solicitados através do e-mail: licitacao.pmnl@cnett.com.br e www.novalaranjeiras.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço supracitado ou por Telefone (42) 3637-1148.

Nova Laranjeiras - Pr, 26 de Outubro de 2021.

VALDECIR ALVES DE MEDEIROS
Presidente da Comissão de Licitação

Município de Nova Laranjeiras
Estado do Paraná
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, 2122 - Centro - CEP 85.350-000
Fone: (42) 3637-1148

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO E REABERTURA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2021-PMNL
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 95.587.648/0001-12, através de seu Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, **torna público para conhecimento dos interessados, a suspensão do Processo Licitatório - Pregão Presencial (SRP) nº 91/2021-PMNL**, assim como o cancelamento da sessão de recebimento dos envelopes, a qual seria realizada no **dia 04 de Novembro de 2021, às 09:00 horas**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Rio Grande do Sul, 2122 - Centro - Fone (42) 3637-1148, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de locação de escavadeiras hidráulicas, sendo: 1 (uma) equipada com concha e 1 (uma) com rompedor (hora máquina), para atender a demanda do município. A suspensão se faz necessária, tendo em vista a necessidade de adequações de ordens técnicas no instrumento convocatório. **Ato contínuo, fica designado o dia 11 de Novembro de 2021, às 09:00 horas**, para abertura do certame com o credenciamento e recebimento dos envelopes. O edital e seus anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal, no endereço supracitado, junto ao Departamento de Licitações ou através do e-mail: licitacao.pmnl@cnett.com.br e www.novalaranjeiras.pr.gov.br.

Nova Laranjeiras - Pr, 26 de Outubro de 2021.

VALDECIR ALVES DE MEDEIROS
Pregoeiro

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2021-PMNL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2021-PMNL

***Objeto:* Aquisição de brinquedos didáticos e materiais pedagógicos, para atender as necessidades dos alunos da rede municipal de ensino,** para o período de 12 (doze) meses.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº **95.587.648/0001-12**, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº **787.632.829-68**, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **ROMILDO WANDROSKI & CIA LTDA**, com sede na Rua Presidente Kennedy, nº 3666, Bairro Coqueiral, CEP 85.807-080, Cascavel - PR, e inscrita no CNPJ nº **75.756.965/0001-08**, representada pelo Sr. **ROMILDO WANDROSKI,** brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.079.497-2 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº **554.240.409-00**, residente e domiciliado na Rua Presidente Kennedy, nº 3666, Bairro Coqueiral, CEP 85.807-080, Cascavel - PR, a saber:

ROMILDO WANDROSKI & CIA LTDA - ME

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
1	1	**ALFABETO ILUSTRADO** Especificação: Confeccionado em MDF com 75 peças compostas por figuras, letras e palavras, cortadas a laser que se encaixam entre si. Embalagem: Caixa de madeira. Produto com certificação do INMETRO.	CARLU	UN	12,00	58,25	699,00
1	5	**BICHINHOS DE LATEX** Especificação: Kit com 10 unidades, vários modelos e tamanhos, apropriados para bebês. Produto com certificação do INMETRO.	TOYS	UN	10,00	190,50	1.905,00
1	15	**CAIXAS ORGANIZADORAS DE PLÁSTICO** Especificação: Incolor com capacidade de 50 litros com trava e tampa (guardar brinquedos). Produto com certificação do INMETRO	RISCHIOTO	UN	20,00	106,00	2.120,00
1	21	**DEDOCHES DE ALFABATIZAÇÃO** Kit composto por 36 personagens medindo entre 9,5 e 11 cm. Sendo: 1 alfabeto completo, mais 2 jogos de vogais. As vogais são representadas em palhacinhos de feltro colorido (15 palhacinhos), Consoantes representadas nas meninas e meninos (10 meninas e 11 meninos). Corpo, cabeça e detalhes dos personagens em feltro e E.V.A. colorido. Olhos de plástico. Embalagem: Sacola de P.V.C. transparente com alça e zíper. Obs.: As cores podem variar.	CARLU	UN	10,00	302,90	3.029,00
1	22	**JOGO DE BOLICHE** Especificação: De plástico colo-rido, mínimo 6 pinos e mínimo 2 bolas boliche. Produto com certificação do INMETRO.	TOYS	UN	8,00	48,80	878,40
1	24	**KIT ARAMADO** Especificação: conjunto de 6 aramados de diferentes formas e tamanhos, material atóxico e arame galvanizado. Idade recomendada: a partir de 3 anos. Produto com certificação do INMETRO.	CARLU	UN	10,00	397,90	3.979,00
TOTAL							12.610,40

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

DO VALOR DA ATA:

O valor total contratado é de **R$ 12.610,40** (Doze Mil, Seiscentos e Dez Reais e Quarenta Centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
001	DIVISÃO DE ENSINO
12.122.0007.2049	ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO
02660 E 00103	5% sobre Transferência Constitucionais FUNDEB
12.365.0007.2122	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO
02760 E 00103	5% sobre Transferência Constitucionais FUNDEB

DA VIGÊNCIA:

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

DO FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul, Paraná.

Nova Laranjeiras - Pr, 26 de outubro de 2021.

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2021-PMNL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2021-PMNL

***Objeto:* Aquisição de brinquedos didáticos e materiais pedagógicos, para atender as necessidades dos alunos da rede municipal de ensino,** para o período de 12 (doze) meses.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº **95.587.648/0001-12**, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº **787.632.829-68**, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **V H FERNANDES ALVES LTDA**, com sede na Rua Pio XII, nº 3616, Sala 01, Bairro Cancelli, CEP 85.811-120, Cascavel - PR, e inscrita no CNPJ sob nº **41.857.936/0001-10**, representada pelo Sr. **VITOR HUGO FERNANDES ALVES,** brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 13.102.132-1 SESP/PR, inscrito no CPF nº **113.966.639-83**, residente e domiciliado na Rua Osvaldo Cruz, nº 3840, Bairro Cancelli, CEP 85.811-110, Cascavel - PR, a saber:

VH FERNANDES ALVES LTDA - ME

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Un	Qtde	Preço	Preço total
1	2	**ARAMADO BORBOLETA** Especificação: Brinquedo confeccionado em madeira, M.D.F. e arame. Composto por no mínimo por 03 circuitos e 19 peças de formas variadas e coloridas. Arame resistente e pintado com tinta atóxica. Base com 4 rodinhas nas laterais e uma borboleta no centro com asas vazadas por onde passam 2 circuitos, peças pintadas com tinta atóxica colorida. Medidas aproximadas do produto: 20 x 17 x 23 cm. Produto com certificação do IN-METRO.	CARLU BRINQUEDOS	AB	UN	12,00	112,00	1.344,00
1	12	**BONECA MENINA NEGRA – VINIL** Especificação: Boneca negra em vinil com membros articulados. A cabeça conterá olhos móveis que abrem e fecham, o cabelo encaracolado deverá ser implantado em nylon. Deverá acompanhar vestido confeccionado em algodão com possibilidade de por e tirar, além de 1 par de meias e 1 par de sapato. Dimensão aproximada: 30 cm. Produto com certificação do INMETRO.	ADIJOMAR	MENINA NEGRA	UN	10,00	98,50	985,00
1	28	**QUEBRA CABEÇA SILÁBICA – TEMA TRANSPORTE** Especificação: Composto por no mínimo 16 peças, todas cortadas a laser, em material MDF de alta resistência e durabilidade. As ilustrações contêm diferentes transportes com cortes diferenciados, separando objetos em partes com suas respectivas sílabas. Produto com certificação do INMETRO.	CARLU BRINQUEDOS	QC	UN	10,00	82,00	820,00
1	29	**SACOLAO CRIATIVO PLUGANDO IDEIAS** Especificação: Conjunto confeccionado em plástico rígido	CARLU BRINQUEDOS	125	UN	12,00	328,00	3.936,00

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2021-PMNL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2021-PMNL

***Objeto:* Aquisição de brinquedos didáticos e materiais pedagógicos, para atender as necessidades dos alunos da rede municipal de ensino,** para o período de 12 (doze) meses.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº **95.587.648/0001-12**, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº **787.632.829-68**, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **SOL EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO LTDA - EPP,** com sede na Rua Inácio Karpinski, nº 1880, Bairro Bonsucesso, CEP 85.045-000, Guarapuava - PR, e inscrita no CNPJ sob nº **75.997.858/0001-71**, representada pelo Sr. **CELSO STACHEIRA**, portador da Carteira de Identidade RG nº 657.216-4 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº **149.877.169-68**, residente e domiciliado na Rua Francisco Pires da Rocha, nº 309, Bairro Bonsucesso, CEP 85.045-010, Guarapuava - PR, a saber:

SOL EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO LTDA - EPP

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
1	3	**BALDE PRIMEIROS BLOCOS** Especificação: Balde Primeiros Blocos, cinco opções de formas coloridas, com duas unidades de cada. Cilindro, estrela, cubo, triângulo e sinal de adição. Conteúdo da Embalagem: 1 Balde com 10 Blocos. Material: plástico. Produto com certificação do INMETRO.	MATTEL	UN	15,00	62,70	940,50
1	4	**BANCADAS DE FERRAMENTAS** Especificação: brinquedo reúne marcenaria e mecânica, com no mínimo 6 ferramentas, além de pregos e parafusos. Material: plástico. Contém: 17 peças. Produto com certificação do INMETRO.	XALINGO	UN	15,00	184,00	2.760,00
1	7	**BLOCOS DE MONTAR** Especificação: Contém: 250 peças. Kit com peças em cores e tamanhos sortidos. Medida das Peças: 4 Pinos - 3 x 3 cm, 6 Pinos - 3 x 5 cm, 8 Pinos - 3 x 7 cm Grande com Rodinhas - 5 x 16 cm. Produto com certificação do INMETRO.	REIBLOCKS	UN	10,00	90,15	901,50
1	9	**BONECA BEBÊ BRANCA** Especificação: Boneca bebê branca com cabeça e membros, produzidos em vinil, atóxico e lavável, e corpo em algodão e enchimento de manta acrílica. Deverá acompanhar macacão em algodão antialérgico, com possibilidade de por e tirar da boneca, e fita para cabeça em plush. A boneca deverá vir acompanhada por: chupeta, em plástico atóxico. Dimensões: boneca de aproximadamente 50 cm. Produto com certificação do INMETRO	ESTRELA	UN	10,00	120,00	1.200,00
1	10	**BONECA BEBÊ NEGRA – VINIL** Especificação: Boneca bebê negra com cabeça e membros, produzidos em vinil, atóxico e lavável e corpo em algodão e enchimento de manta acrílica. Deverá acompanhar macacão em algodão antialérgico, com possibilidade de por e tirar da boneca, e fita para cabeça em plush. A boneca deverá vir acompanhada por: chupeta, em plástico atóxico. Dimensões: boneca de aproximadamente 50 cm; Produto com certificação do INMETRO	ESTRELA	UN	10,00	120,00	1.200,00
1	11	**BONECA MENINA BRANCA – VINIL** Especificação: Boneca branca em vinil com membros articulados. A cabeça conterá olhos móveis que abrem e fecham, e o cabelo deverá ser implantado em nylon. Deverá acompanhar vestido confeccionado em algodão com possibilidade de por e tirar, além de 1 par de meias e 1 par de sapato. Dimensão aproximada: 30 cm. Produto com certificação do INMETRO.	SID NYL	UN	10,00	112,70	1.127,00
1	13	**BRINQUEDO DE ENCAIXAR PARA BEBÊ** Especificação: Brinquedo de madeira, medidas aprox. 15,5cm x 15,5 cm, conteúdo da embalagem: 9 peças geométricas mais 1 quadro. Produto com certificação do INMETRO	MARCO TOYS	UN	6,00	112,00	672,00
1	14	**BRINQUEDO DE ENCAIXE PARA BEBÊ** Especificação: 1 Zoo Argolas, 1 Suporte de argolas, 5 Argolas, 3 Mordedores e 2 Cabeças. Produto com certificação do INMETRO.	MATTEL	UN	6,00	140,00	840,00
1	19	**CAVALINHO PULA PULA INFLÁVEL** Especificação: Suporta até 50kg, em material que pode ser inflado em diferentes tamanhos, de acordo com a estatura e a idade da criança, a cintura máxima de 100 cm. Material: Vinil atóxico de alta densidade. Para crianças acima de 03 anos de idade. Dimensões aproximadas do produto (LxAxC): 30 (variável) x 52x53cm. Produto com certificação do INMETRO.	UPA UPA	UN	12,00	183,40	2.200,80
1	23	**JOGO PEGA VARETAS GIGANTE** Jogo composto por 31 varetas coloridas de madeira, medindo aproximadamente 55 cm sendo 5 varetas azul, 10 vermelhas, 10 amarelas, 5 verdes e 1 na cor preta, pintadas com tinta atóxica. Embalagem: Caixa de M.D.F. com tampa serigrafada e fecho metálico, medindo 60 x 11 x 6 cm. Lacrada com película de P.V.C. encolhível.	CARLU	UN	10,00	203,40	2.034,00
TOTAL							13.875,80

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

DO VALOR DA ATA:

O valor total contratado é de **R$ 13.875,80** (Treze Mil, Oitocentos e Setenta e Cinco Reais e Oitenta Centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
001	DIVISÃO DE ENSINO
12.122.0007.2049	ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO
02660 E 00103	5% sobre Transferência Constitucionais FUNDEB
12.365.0007.2122	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO
02760 E 00103	5% sobre Transferência Constitucionais FUNDEB

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

DA VIGÊNCIA:

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

DO FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul, Paraná.

Nova Laranjeiras - PR, 26 de outubro de 2021.

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2021-PMNL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2021-PMNL

Objeto: **Aquisição de brinquedos didáticos e materiais pedagógicos, para atender as necessidades dos alunos da rede municipal de ensino,** para o período de 12 (doze) meses.

Órgão Gerenciador: **MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**, inscrito no CNPJ sob nº **95.587.648/0001-12**, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº **787.632.829-68**, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **DIGITO COMERCIAL - EIRELI**, com sede na Rua Rio de Janeiro, nº 464, Sala 02, Bairro Centro, CEP 85.801-030, Cascavel - PR, e inscrita no CNPJ sob nº **00.061.511/0001-13**, representada pelo Sr. **ANTONIO DE JESUS BASSI,** brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.889.463-7 SESP/PR, inscrito no CPF nº **301.633.909-91**, residente e domiciliado na Rua Osvaldo Cruz, nº 1637, Bairro Neva, CEP 85.802-160, Cascavel - PR, a saber:

DIGITO COMERCIAL EIRELI - EPP

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Un	Qtde	Preço	Preço total
1	6	**BLOCOS DE CONSTRUÇÃO GIGANTES (61 PEÇAS)** Especificação: 61 peças grandes em madeira colorida acondicionadas em caixa de madeira medindo 37x28x9cm. Produto com certificação do INMETRO.	JOTPLAY/ 61PEÇAS	61 PEÇAS	UN	10,00	178,00	1.780,00
1	8	**BLOCOS DE MONTAR CONJUNTO** Especificação: Contém 120 peças plásticas em cores vivas. Peças modelo grande acondicionadas em mochila, com as quais pode-se montar avião, trem, casa, navio, telefone, carro, caminhão, ferro de passar roupa e outras. Produto com certificação do INMETRO	CARIMBRAS	120PEÇAS GRANDE	UN	10,00	299,00	2.990,00
1	20	**CONJUNTO DE BOLAS - BORRACHA** Descrição: Bola de borracha com circunferência de 38 cm e peso 150 gramas. Quantidade: 10 unidades. Observação: As bolas deverão ser entregues vazias.	PISTA E CAMPO	NR. 8- INICIAÇÃO	UN	7,00	445,00	3.115,00
TOTAL								**7.885,00**

DO VALOR DA ATA:

O valor total contratado é de **R$ 7.885,00** (Sete Mil, Oitocentos e Oitenta e Cinco Reais).

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

07 **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
001 DIVISÃO DE ENSINO
12.122.0007.2049 ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
02660 E 00103 5% sobre Transferência Constitucionais FUNDEB

12.365.0007.2122 ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
02760 E 00103 5% sobre Transferência Constitucionais FUNDEB

DA VIGÊNCIA:

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

DO FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul, Paraná.

Nova Laranjeiras - PR, 26 de outubro de 2021.

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2021-PMNL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2021-PMNL

Objeto: **Aquisição de brinquedos didáticos e materiais pedagógicos, para atender as necessidades dos alunos da rede municipal de ensino,** para o período de 12 (doze) meses.

Órgão Gerenciador: **MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**, inscrito no CNPJ sob nº **95.587.648/0001-12**, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº **787.632.829-68**, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **M. K. SCHITICOSKI - ME**, com sede na Rua Colmeia, nº 137, Bairro Jardim Alvorada, CEP 87.308-310, Campo Mourão - PR, e inscrita no CNPJ sob nº **03.426.221/0001-14**, representada pelo Sr. **MAURILIO KRAMER SCHITICOSKI,** brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.452.334-5 SESP/PR, inscrito no CPF nº **628.678.309-15**, residente e domiciliado na Rua Colmeia, nº 137, Bairro Jardim Alvorada, CEP 87.308-310, Campo Mourão - PR, a saber:

MK SCHITICOSKI - ME

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
1	16	**CAMA INFANTIL EMPILHÁVEL** Especificação: Estrutura em polipropileno e perfis de alumínio, tecido em trama dupla, vazado, em poliéster revestido em PVC com antifungo, anti-UV e pés antiderrapantes. Acabamento arredondado, sem rebarbas ou partes pontiagudas. Montagem totalmente por encaixe. Altura aproximada 13,5 cm, comprimento aproximado 1,35cm, largura aproximada - 61 cm, capacidade 50 Kg. Produto com certificação do IN-METRO	ALFABRINK	UN	30,00	326,90	9.807,00
1	17	**CAMINHÃO DIDÁTICO** Especificação: Material de plástico polido. Tamanho aproximado 36,5x20x18,5 cm. Acompanha 4 cubos de encaixar. Produto com certificação do INMETRO.	DIVERTOYS	UN	20,00	59,70	1.194,00
1	25	**KIT CARRINHOS EMBORRACHADOS** Especificação: Kit contendo 10 carrinhos emborrachados, inclusive as rodas, material atóxico. Produto com certificação do INMETRO	MARALEX	UN	2,00	184,90	369,80
TOTAL							**11.370,80**

DO VALOR DA ATA:

O valor total contratado é de **R$ 11.370,80** (Onze Mil, Trezentos e Setenta Reais e Oitenta Centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

07 **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
001 DIVISÃO DE ENSINO
12.122.0007.2049 ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
02660 E 00103 5% sobre Transferência Constitucionais FUNDEB

12.365.0007.2122 ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
02760 E 00103 5% sobre Transferência Constitucionais FUNDEB

DA VIGÊNCIA:

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

DO FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul, Paraná.

Nova Laranjeiras - PR, 26 de outubro de 2021.

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2021-PMNL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2021-PMNL

Objeto: **Aquisição de brinquedos didáticos e materiais pedagógicos, para atender as necessidades dos alunos da rede municipal de ensino,** para o período de 12 (doze) meses.

Órgão Gerenciador: **MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**, inscrito no CNPJ sob nº **95.587.648/0001-12**, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº **787.632.829-68**, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **V A OTTONI EQUIPAMENTOS - EPP**, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 257, Bairro Centro, CEP 85.162-000, Goioxim - PR, e inscrita no CNPJ sob nº **18.770.897/0001-06**, representada pela Sra. **VIVIANE APARECIDA OTTONI**, brasileira, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG nº 7.529.822-6 SESP/PR e CPF/MF sob o nº **042.785.589-61**, residente e domiciliada na Rua Santos Vicentim, nº 236, Bairro Centro, CEP 85.148-000, Campina do Simão - PR, a saber:

V.A. OTTONI EQUIPAMENTOS - EPP

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
1	18	**CAMINHÃO LÚDICO** Especificação: Caminhão com furações para encaixe de 06 peças em formas geométricas. Medidas aproximadas 18x39x19,5 cm. Produto com certificação do INMETRO.	SILMAR	UN	20,00	58,70	1.174,00
1	26	**KIT DE BOLINHAS Especificação:** (1000 unidades) para piscina em cores diversas, inje-tadas em polietileno. Tamanho: 76mm. Material: Virgem Classe A. Não Tóxico. Garantia: Mínima 06 meses. Produto com certificação do INMETRO.	LACUCA	UN	6,00	844,00	5.064,00
1	27	**PISCINA DE BOLINHA** Especificação: Confeccionado pelo processo de remoldagem em polietileno (material não tóxico e reciclável), colorido, com aditivo UV que garante a coloração original mesmo que exposto ao tempo, produto com todos os cantos arredondados. Medidas mínimas: 1,52m x 1,40m x 0,40m (CxLxA)	LACUCA	UN	12,00	930,00	11.160,00
TOTAL							**17.398,00**

DO VALOR DA ATA:

O valor total contratado é de **R$ 17.398,00** (Dezessete Mil, Trezentos e Noventa e Oito Reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

07 **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
001 DIVISÃO DE ENSINO
12.122.0007.2049 ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
02660 E 00103 5% sobre Transferência Constitucionais FUNDEB

12.365.0007.2122 ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
02760 E 00103 5% sobre Transferência Constitucionais FUNDEB

DA VIGÊNCIA:

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

DO FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul, Paraná.

Nova Laranjeiras - PR, 26 de outubro de 2021.

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2021-PMNL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2021-PMNL

Objeto: **Aquisição de tecidos e materiais diversos, para realização de oficinas de corte e costura, com recursos do PPAS e SCFV e materiais para confecção de cortinas,** para o período de 12 (doze) meses.

Órgão Gerenciador: **MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**, inscrito no CNPJ sob nº **95.587.648/0001-12**, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº **787.632.829-68**, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **SOL EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO LTDA - EPP,** com sede na Rua Inácio Karpinski, nº 1880, Bairro Bonsucesso, CEP 85.045-000, Guarapuava - PR, e inscrita no CNPJ sob nº **75.997.858/0001-71**, representada pelo Sr. **CELSO STACHEIRA**, portador da Carteira de Identidade RG nº 657.216-4 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº **149.877.169-68**, residente e domiciliado na Rua Francisco Pires da Rocha, nº 309, Bairro Bonsucesso, CEP 85.045-010, Guarapuava - PR, a saber:

SOL EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO LTDA - EPP

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
1	1	**ABRIDOR DE CASA OU DESMANCHADOR DE COSTURA**	PREMIER	UN	10,00	3,66	36,60
1	2	**AGULHA PARA MAQUINA DE COSTURA EM AÇO NIQUELADA REF. 2020 Nº 11**	SINGER	UN	100,00	1,60	160,00
1	3	**AGULHA PARA MAQUINA DE COSTURA EM AÇO NIQUELADA REF. 2020 Nº 14**	SINGER	UN	30,00	1,26	37,80
1	4	**AGULHA PARA MAQUINA OVERLOCK N° 11**	SINGER	UN	50,00	2,50	125,00
1	5	**AGULHA PARA MAQUINA RETA INDUSTRIAL N° 11**	SINGER	UN	30,00	2,10	63,00
1	6	**ALFINETE EM ACO NIQUELADO Nº 29** Caixa com 50 unidades.	BACCHI	CX	10,00	13,00	130,00
1	7	**ARGOLA DE PLASTICO 12 MM** Para alças e elásticos, utilizada em lingerie, moda praia e outros tipos de confecção, com diâmetro interno de 12 mm. Cores Preto, branco e nude.	RITAS	UN	300,00	1,50	450,00
1	8	**ARO PARA SUTIÃ TAMANHO G**	METOXFORM	UN	60,00	0,65	39,00
1	9	**ARO PARA SUTIÃ TAMANHO M**	METOXFORM	UN	60,00	0,65	39,00
1	10	**ARO PARA SUTIÃ TAMANHO P**	METOXFORM	UN	60,00	0,65	39,00
1	11	**BOJO PARA SUTIÃ** Sem aba. Cores: Nude, branco e preto.	NOVA DUBLAGEN	UN	200,00	6,40	1.280,00
1	12	**BORDADO INGLES 10 CM** 80% poliester e 20% algodão. Cores variadas.	TRADER	MT	200,00	4,62	924,00
1	13	**BOTÃO BOMBE NIQUELADO Nº 40**	PERSONAL	UN	300,00	0,52	156,00
1	14	**BOTÃO PARA CAMISA**	CORASITA	UN	400,00	0,17	68,00

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

1	15	**COLCHETE PARA SUTIÃ** extensor com duplo abotoamento, tripla regulagem, 3 cm de largura. Fecho duplo, ideal para confecção de langerie, 100% poliamida. Cores: Nude, branco e preto.	COATS	UN	200,00	5,50	1.100,00
1	16	**CONE DE LINHA** Na cor do tecido.	SETTA	UN	10,00	6,00	60,00
1	17	**ELASTICO BICO DE PATO** Para langerie, tulipa canela, rolo com 50 m x 11 mm. Aplicação bico tipo fita. Composição: 76% poliéster e 24% elastodieno. Cores: Nude, preto e branco.	ZANETTI	UN	30,00	40,00	1.200,00
1	18	**ELASTICO PARA ALCA PARA SUTIA 13 MM** Rolo com 25 metros. Aplicação bico, poliamida, alongamento de 70% á 90%. Composição: 89% poliamida e 11% elastano. Cores: Nude, branco e preto.	ZANETTI	UN	50,00	20,50	1.025,00
1	19	**ELASTICO PARA CUECA 16 MM** Rolo com 50 metros, fita poliamida. Composição: 90% poliamida e 10% elastano.	ZANETTI	UN	25,00	23,00	575,00
1	20	**ELASTICO PARA LANGERIE** Tulipa. Rolo com 25 metros.	JARAGUA	UN	30,00	21,00	630,00
1	21	**ENTRETELA TERMOCOLANTE** Cor branca, 100% viscosi, medidas de 9 m x 0,75 cm	ESTILOTEX	RL	10,00	45,00	450,00
1	22	**FIO 100% POLIESTER TEXTURIZADO** Cone com 70 gramas. Cores variadas.	TRITEX	UN	150,00	7,17	1.075,50
1	23	**FITA CREPE BRANCA 18 MM X 50 M**	ADERE	UN	20,00	5,90	118,00
1	25	**GIZ COLORIDO** Especificações: Giz colorido, cilíndrico, plastificado, anti-alérgico tamanho aproximado de 81 x 10mm. Composição: gipsita desidratada, água e plastificante. Embalagem com 50 unidades/255 gramas. Produto não tóxico.	ZIG GIZ	CX	20,00	5,90	118,00
1	26	**GIZ COLORIDO ALFAIATE** Para marcar tecido costura, de pedra triângular, de consistência cerosa, produz um traço fino e preciso facilitando o corte. Tamanho 5 x 6 cm de material orgânico. Caixa com 10 unidades.	MALULA	CX	20,00	13,00	260,00
1	27	**LAMPADA PARA MAQUINA DE COSTURA**	AOW	UN	50,00	8,15	407,50
1	28	**LASTEX** Composição: 59% elastodieno e 41% poliester.	ZANO	UN	50,00	1,50	75,00
1	29	LINHA DE POLIÉSTER PARA COSTURA Cone de 1500 jadas. Cores variadas.	KPOW	UN	100,00	5,00	500,00
1	30	**LINHA DE POLIÉSTER PARA COSTURA (RETROZ)** 100% poliester, 100 metros.	COSTURATEX	UN	200,00	3,10	620,00
1	32	**MANEQUIM FEMININO** Com busto, para costura e confecções, com pé.	MOULAGE	UN	1,00	1.300,00	1.300,00
1	33	**PAPEL KRAFT PARDO PARA MOLDE DE ROUPA PARA COSTURA** Gramatura de 80 g, altura de 30 cm. Rolo com 50 metros.	NS LIBANO	UN	10,00	93,00	930,00
1	36	**TECIDO COTON** Largura de 1,40 m. Composição: 100% algodão.	SETTI	MT	100,00	35,90	3.590,00
1	37	**TECIDO LISO** Largura de 1,40 m. Composição: 95% poliester e 5% algodão. Cores variadas.	FOCUS	MT	300,00	19,90	5.970,00
1	38	**TECIDO LYCRA** Largura de 1,40 m. Composição: 84% poliamida e 16% elastano.Cores: Nude, preto e branco.	SETTI	MT	200,00	33,00	6.600,00
1	43	**TECIDO PARA PANO DE COPA ALVEJADO** Largura de 0,80 m. Composição: 100%.	FOCUS	MT	200,00	11,20	2.240,00

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

1	45	**TECIDO TRICOLINE LISO** Largura de 1,40 m. Composição: 100% algodão. Cores variadas.	FOCUS	MT	400,00	27,00	10.800,00
1	47	**TESOURA BUD/CORTADOR DE LINHA**	LEVOLPE	UN	40,00	21,80	872,00
1	48	**TESOURA EM ACO INOX** tesoura em aço inox, medindo no mínimo 21,5 cm. Cabo em polipropileno.	JOCAR	UN	30,00	28,00	840,00
1	51	**VIÉS TAQUARA PARA SUTIÃ** Rolo com 10 metros.	ZANETTI	UN	40,00	19,90	796,00
1	52	**ZIPER DE ENCAIXE FINO 30 CM** Cores variadas.	RUBINHO	UN	150,00	2,60	390,00
1	53	**ZIPER INVISÍVEL 18 CM** Cores variadas.	RUBINHO	UN	150,00	0,90	135,00
1	54	**ZIPER SIMPLES 18 CM** Cores variadas.	RUBINHO	UN	150,00	0,95	142,50
TOTAL							**46.366,90**

DO VALOR DA ATA:

O valor total contratado é de **R$ 46.366,90** (Quarenta e Seis Mil, Trezentos e Sessenta e Seis Reais e Noventa Centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

07 **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
001 DIVISÃO DE ENSINO
12.361.0007.2042 ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
02280 E 00103 5% sobre Transferência Constitucionais FUNDEB

12.122.0007.2049 ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
02660 E 00103 5% sobre Transferência Constitucionais FUNDEB

10 **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA**
003 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0009.2094 PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE
3.3.90.33.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
04870 E 00818 PISO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL I

08.244.0009.2114 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
3.3.90.33.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
04930 E 00852 FNAS SUAS PAIF/SCFV/Equipe Volante - Portaria MDS nº 113/2015

DA VIGÊNCIA:
O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

DO FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul, Paraná.
Nova Laranjeiras - PR, 26 de outubro de 2021.

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2021-PMNL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2021-PMNL

Objeto: **Aquisição de tecidos e materiais diversos, para realização de oficinas de corte e costura, com recursos do PPAS e SCFV e materiais para confecção de cortinas,** para o período de 12 (doze) meses.

Órgão Gerenciador: **MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**, inscrito no CNPJ sob nº **95.587.648/0001-12**, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº **787.632.829-68**, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **V H FERNANDES ALVES LTDA**, com sede na Rua Pio XII, nº 3616, Sala 01, Bairro Cancelli, CEP 85.811-120, Cascavel - PR, e inscrita no CNPJ sob nº **41.857.936/0001-10**, representada pelo Sr. **VITOR HUGO FERNANDES ALVES,** brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 13.102.132-1 SESP/PR, inscrito no CPF nº **113.966.639-83**, residente e domiciliado na Rua Osvaldo Cruz, nº 3840, Bairro Cancelli, CEP 85.811-110, Cascavel - PR, a saber:

VH FERNANDES ALVES LTDA - ME

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
1	39	**TECIDO MICROFIBRA** Cores variadas.	COTEX	MT	100,00	20,40	2.040,00
1	41	**TECIDO OXFORD** Com 3 metros de largura. Cor creme.	COTEX	UN	110,00	25,20	2.772,00
1	42	**TECIDO OXFORD** Largura de 1,48 m. Composição: 100% poliéster. Cores variadas.	COTEX	MT	300,00	11,00	3.300,00
1	44	**TECIDO TRICOLINE ESTAMPADO** Largura de 1,40 m. Composição: 100% algodão.	COTEX	MT	400,00	29,00	11.600,00
TOTAL							**19.712,00**

DO VALOR DA ATA:

O valor total contratado é de **R$ 19.712,00** (Dezenove Mil, Setecentos e Doze Reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

07 **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
001 DIVISÃO DE ENSINO
12.361.0007.2042 ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
02280 E 00103 5% sobre Transferência Constitucionais FUNDEB

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

12.122.0007.2049 ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
02660 E 00103 5% sobre Transferência Constitucionais FUNDEB

10 **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA**
003 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0009.2094 PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE
3.3.90.33.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
04870 E 00818 PISO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL I

08.244.0009.2114 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
3.3.90.33.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
04930 E 00852 FNAS SUAS PAIF/SCFV/Equipe Volante - Portaria MDS nº 113/2015

DA VIGÊNCIA:

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

DO FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul, Paraná.

Nova Laranjeiras - PR, 26 de outubro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL
ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ
Gestão 2021 - 2024

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO

REF. TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021/PMEAI

A Comissão de Licitação constituída pelos Senhores: Marcio Bonella, Rudinei Wieczorkowski e Eliane Kwiatkowski, comunica aos interessados na execução do objeto do **Edital de Tomada de Preços nº 004/2021/PMEAI,** cujo objeto é execução de 17.640,00m2 de pavimentação com pedras irregulares (poliedros), sendo 2.800,00m de extensão e 6,30m de largura, conforme trechos a seguir relacionados: Trecho 1: Entre as comunidades de Linha Boa Vista e Linha Vorá, com 1.500,00m de extensão; Trecho 2: Entre as comunidades de Linha Vorá e Linha Bracatinga, com 600,00m de extensão; Trecho 3: Entre as comunidades de Linha Água do Meio e Linha Rio Saudade, com 350,00m de extensão e Trecho 4: Entre as comunidades de Linha Erval Bonito e Linha Monte Castelo, com 350,00m de extensão, que, após a análise e verificação da(s) proposta(s) ofertada(s), decidiu classificar a(s) seguinte(s) proponente(s):

Nº de Ordem	Lote nº	Proponente(s)	Valor Total	Classificação
01	Único	CLEBER JOSIANO CZECHOWSKI – ME	864.336,03	1º

Espigão Alto do Iguaçu, 26 de outubro de 2021.

Presidente da Comissão: ______________________

Membros da Comissão: ______________________

____

MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO — www.fozdojordao.pr.gov.br

REPUBLICAÇÃO

DECRETO Nº 132/2021

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar, no exercício de **2.021**, no valor de **R$370.270,07 (trezentos e setenta mil, duzentos e setenta reais e sete centavos)** e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, amparado na Lei Municipal nº869/2020, resolve:

Art. 1º: Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do exercício de 2021, o valor **R$370.270,07 (trezentos e setenta mil, duzentos e setenta reais e sete centavos)** ,a título de Crédito Adicional Suplementar, destinado ao suporte das despesas em geral.

Art. 2º: Fica autorizada a suplementação das contas de despesas a título de Crédito Adicional suplementar, destinado ao suporte das despesas supramencionadas nas dotações orçamentárias constantes do relatório em anexo em contas denominadas "acréscimo".

Art. 3º. Para cobertura do crédito será utilizada a anulação das contas de despesas constantes no relatório em anexo, denominadas por "anulação".

Art. 4º: Para cobertura do crédito a ser aberto, serão utilizados recursos oriundos do **Superávit Financeiro de Recursos Vinculados** apurado no exercício anterior, conforme previsto no inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 de 17/03/1964.

Art. 5º: Para cobertura do crédito a ser aberto também serão utilizados recursos oriundos do **excesso de arrecadação de Recursos Vinculados** apurado no exercício vigente, conforme previsto no inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 de 17/03/1964. Fontes: 0,303,304,334,373,379,902.

Art.6: Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Jordão, em 02 de setembro de 2021.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Município de Foz do Jordão - 2021
Relatório de alteração orçamentária por funcional programática

Página 1

Lei/Ato nº 1668 - Decreto nº 132/2021 de 02/09/2021 — Escopo: Lei Orçamentária Anual - LOA — Nº 869 — Ano 2020
Autorização: 1263 Lei ordinária

Crédito adicional	Recurso do crédito adicional	Previsto	Realizado
Especial	Anulação de Dotações	1.769,89	1.769,89
Remanejamento	Anulação de Dotações	158.587,47	0,00
Remanejamento	Anulação de Dotações	0,00	158.587,47
Suplementar	Anulação de Dotações	24.995,00	24.995,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	169.649,88	0,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	0,00	30.165,34
Suplementar	Excesso de Arrecadação	0,00	139.484,54
Suplementar	Superávit Financeiro	15.267,83	15.267,83

Despesa

02 EXECUTIVO MUNICIPAL — Acréscimo — 4.500,00
02.001 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL — Reabertura por Suplementação
04.122.0002.2006 ASSESSORIA DE GABINETE — Remanejamento
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
120 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Remanejamento — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

02 EXECUTIVO MUNICIPAL — Anulação — 4.500,00
02.001 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL — Reabertura por Suplementação
04.122.0002.2006 ASSESSORIA DE GABINETE — Remanejamento
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
130 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Remanejamento — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

02 EXECUTIVO MUNICIPAL — Acréscimo — 500,00
02.001 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL — Reabertura por Suplementação
06.181.0002.2007 AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA — Remanejamento
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
160 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Remanejamento — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

02 EXECUTIVO MUNICIPAL — Anulação — 500,00
02.001 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL — Reabertura por Suplementação
06.181.0002.2007 AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA — Remanejamento
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
170 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Remanejamento — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

02 EXECUTIVO MUNICIPAL — Acréscimo — 160,00
02.003 ASSESSORIA JURIDICA — Reabertura por Suplementação
03.062.0002.2008 ASSESSORIA JURIDICA — Remanejamento
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
210 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Remanejamento — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

02 EXECUTIVO MUNICIPAL — Anulação — 160,00
02.003 ASSESSORIA JURIDICA — Reabertura por Suplementação
03.062.0002.2008 ASSESSORIA JURIDICA — Remanejamento
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
230 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Remanejamento — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO — Anulação — 1.000,00
03.001 GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL — Reabertura por Suplementação
04.122.0002.2005 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.90.14.00.00 DIÁRIAS - CIVIL
360 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Suplementar — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO — Acréscimo — 1.000,00
03.002 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS — Abertura
04.122.0002.1010 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS - ADMINISTRAÇÃO
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
370 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Suplementar — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO — Anulação — 200,00
03.002 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS — Reabertura por Suplementação
04.122.0002.2009 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS — Remanejamento
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
400 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Remanejamento — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

Emitido por: CAMILA SANTA CATARINA, na versão: 5528 d — 26/10/2021 11:00:33

Município de Foz do Jordão - 2021
Relatório de alteração orçamentária por funcional programática

Página 2

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO — Acréscimo — 5.600,00
03.002 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS — Reabertura por Suplementação
04.122.0002.2009 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS — Remanejamento
3.1.90.94.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
420 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Remanejamento — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO — Anulação — 5.400,00
03.002 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS — Reabertura por Suplementação
04.122.0002.2009 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS — Remanejamento
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
480 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Remanejamento — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

04 SECRETARIA DE FINANÇAS — Acréscimo — 1.080,00
04.002 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, TESOURARIA, ARRECAÇÃO E — Reabertura por Suplementação
04.123.0002.2012 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, TESOURARIA, ARRECADAÇÃO E — Remanejamento
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
590 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Remanejamento — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

04 SECRETARIA DE FINANÇAS — Anulação — 680,00
04.002 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, TESOURARIA, ARRECAÇÃO E — Reabertura por Suplementação
04.123.0002.2012 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, TESOURARIA, ARRECADAÇÃO E — Remanejamento
3.3.90.14.00.00 DIÁRIAS - CIVIL
610 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Remanejamento — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

04 SECRETARIA DE FINANÇAS — Anulação — 400,00
04.002 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, TESOURARIA, ARRECAÇÃO E — Reabertura por Suplementação
04.123.0002.2012 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, TESOURARIA, ARRECADAÇÃO E — Remanejamento
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
660 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Remanejamento — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

04 SECRETARIA DE FINANÇAS — Anulação — 1.000,00
04.004 DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS GERAIS — Reabertura por Suplementação
04.123.0002.2013 DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS GERAIS — Remanejamento
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
750 00510 Taxas - Exercício Poder de Polícia
Crédito adicional: Remanejamento — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

04 SECRETARIA DE FINANÇAS — Acréscimo — 1.000,00
04.004 DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS GERAIS — Reabertura por Suplementação
04.123.0002.2013 DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS GERAIS — Remanejamento
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
790 00510 Taxas - Exercício Poder de Polícia
Crédito adicional: Remanejamento — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA — Acréscimo — 65.711,32
05.002 DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA — Reabertura por Suplementação
12.361.0003.1015 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS - SEC. EDUCAÇÃO — Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
897 00139 RECURSOS PAR - CONDICIONADORES DE AR
Crédito adicional: Suplementar — **Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA — Anulação — 6.035,67
05.002 DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA — Reabertura por Suplementação
12.361.0003.2017 DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA - ENSINO FUNDAMENTAL — Remanejamento
3.1.50.43.00.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS
1145 00102 Fundeb 40%
Crédito adicional: Remanejamento — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA — Anulação — 1.769,89
05.002 DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA — Reabertura por Suplementação
12.361.0003.2017 DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA - ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
1000 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Especial — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA — Acréscimo — 660,00
05.002 DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA — Reabertura por Suplementação
12.361.0003.2017 DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA - ENSINO FUNDAMENTAL — Remanejamento
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
1110 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Crédito adicional: Remanejamento — **Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações

Emitido por: CAMILA SANTA CATARINA, na versão: 5528 d — 26/10/2021 11:00:33

Município de Foz do Jordão - 2021
Relatório de alteração orçamentária por funcional programática

Página 3

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.002 DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
12.361.0003.2017 DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA - ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.50.43.00.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS
1140 00102 Fundeb 40%
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 6.035,67
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.002 DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
12.361.0003.2017 DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA - ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.14.00.00 DIÁRIAS - CIVIL
1200 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 660,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.002 DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
12.361.0003.2017 DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA - ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
1257 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação — 1.769,89
Crédito adicional: Especial — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.002 DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
12.361.0003.2017 DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA - ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
1330 00107 Salário-Educação
Acréscimo / Reabertura por Suplementação — 1.800,00
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.002 DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
12.365.0003.2018 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
1580 00107 Salário-Educação
Anulação / Reabertura por Suplementação — 1.800,00
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.003 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO, MERENDA E TRANSPORTE ESCOLAR
12.306.0003.2020 PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
1895 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 160,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.003 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO, MERENDA E TRANSPORTE ESCOLAR
12.306.0003.2020 PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR
3.3.90.08.00.00 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR
1955 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 160,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.003 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO, MERENDA E TRANSPORTE ESCOLAR
12.361.0003.2021 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
2220 00126 PETE - Programa estadual de Transporte Escolar
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 1.500,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.003 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO, MERENDA E TRANSPORTE ESCOLAR
12.361.0003.2021 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
2330 00126 PETE - Programa estadual de Transporte Escolar
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 1.500,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.003 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO, MERENDA E TRANSPORTE ESCOLAR
12.364.0003.2022 SETOR DE ENSINO SUPERIOR
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
2370 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 1.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.003 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO, MERENDA E TRANSPORTE ESCOLAR
12.364.0003.2022 SETOR DE ENSINO SUPERIOR
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
2380 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 1.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

Emitido por: CAMILA SANTA CATARINA, na versão: 5528 d — 26/10/2021 11:00:33

Município de Foz do Jordão - 2021
Relatório de alteração orçamentária por funcional programática

Página 4

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.001 GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE
10.301.0004.2026 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
2520 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 370,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.001 GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE
10.301.0004.2026 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
2530 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 370,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.122.0004.2084 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE - COVID 19
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
2555 00373 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - (COVID-19) COVID - PORTARIA 1797
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado — 4.135,23
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Excesso de Arrecadação

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.122.0004.2084 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE - COVID 19
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
2565 00373 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - (COVID-19) COVID - PORTARIA 1797
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado — 390,65
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Excesso de Arrecadação

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.122.0004.2084 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE - COVID 19
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
2575 00373 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - (COVID-19) COVID - PORTARIA 1797
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado — 4.480,00
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Excesso de Arrecadação

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.122.0004.2084 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE - COVID 19
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
2586 00376 RECURSOS PORTARIA 2994/2020 - PESSOAS COM OBESID/ DIABET/HIPERT.
Acréscimo / Reabertura por Suplementação — 2.704,53
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Superávit Financeiro

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.122.0004.2084 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE - COVID 19
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
2576 00379 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Coronavírus (COVID-
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado — 6.000,00
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Excesso de Arrecadação

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.122.0004.2084 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE - COVID 19
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
2595 00373 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - (COVID-19) COVID - PORTARIA 1797
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado — 8.186,62
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Excesso de Arrecadação

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0004.1028 AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS - SAÚDE
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
2680 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação — 5.195,00
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0004.1028 AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS - SAÚDE
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
2695 00304 Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado — 33,55
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Excesso de Arrecadação

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0004.2030 PSF - PROGRAMA DE ATENDIMENTO A FAMÍLIA
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
2740 00494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 22.100,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

Emitido por: CAMILA SANTA CATARINA, na versão: 5528 d — 26/10/2021 11:00:33

Município de Foz do Jordão - 2021
Relatório de alteração orçamentária por funcional programática

Página 5

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0004.2030 PSF - PROGRAMA DE ATENDIMENTO A FAMÍLIA
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
2810 00494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 22.100,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0004.2031 PACS- PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
2840 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
Anulação / Reabertura por Suplementação — 5.195,00
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0004.2036 ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3070 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 39.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0004.2036 ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
3190 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 20.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0004.2036 ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
3220 01494 ESTADUAL - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 16.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0004.2036 ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA
3.3.90.34.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE
3277 00334 Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado — 11.666,67
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Excesso de Arrecadação

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0004.2036 ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA
3.3.90.34.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE
3270 01494 ESTADUAL - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 21.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0004.2036 ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3320 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 19.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0004.2036 ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3332 00334 Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado — 37.158,85
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Excesso de Arrecadação

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0004.2036 ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3335 01494 ESTADUAL - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 5.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0004.2036 ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA
3.3.90.46.00.00 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
3370 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 3.500,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

Emitido por: CAMILA SANTA CATARINA, na versão: 5528 d — 26/10/2021 11:00:33

Município de Foz do Jordão - 2021
Relatório de alteração orçamentária por funcional programática

Página 6

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0004.2036 ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA
3.3.90.93.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
3390 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 3.500,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.302.0004.2040 AÇÕES DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
3430 00496 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 1.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.302.0004.2040 AÇÕES DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3480 00496 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 1.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.305.0004.2038 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3680 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado — 541,23
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Excesso de Arrecadação

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.305.0004.2038 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3690 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado — 990,51
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Excesso de Arrecadação

06 SECRETARIA DE SAUDE
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.305.0004.2038 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
3.3.90.08.00.00 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR
3710 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado — 60,00
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Excesso de Arrecadação

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.001 DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.122.0007.2041 MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3800 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 120,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.001 DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.122.0007.2041 MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL
3.3.90.14.00.00 DIÁRIAS - CIVIL
3810 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 120,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.001 DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0007.2043 ATENDIMENTO A COMUNIDADE
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3870 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Excesso de Arrecadação - Real - Livre — 14.287,73
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Excesso de Arrecadação

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.001 DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0007.2043 ATENDIMENTO A COMUNIDADE
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3890 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Excesso de Arrecadação - Real - Livre — 1.575,27
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Excesso de Arrecadação

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.001 DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0007.2043 ATENDIMENTO A COMUNIDADE
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3930 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 300,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

Emitido por: CAMILA SANTA CATARINA, na versão: 5528 d — 26/10/2021 11:00:33

Município de Foz do Jordão - 2021
Relatório de alteração orçamentária por funcional programática

Página 7

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.001 DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0007.2043 ATENDIMENTO A COMUNIDADE
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3940 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 300,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.122.0007.2085 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - COVID 19
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
3971 00896 REPASSE FINANCEIRO EMERGENCIAL (PORTARIA 369/2020 - SUAS) -
Acréscimo / Reabertura por Suplementação — 1.600,00
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Superávit Financeiro

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.122.0007.2085 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - COVID 19
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
3985 00896 REPASSE FINANCEIRO EMERGENCIAL (PORTARIA 369/2020 - SUAS) -
Acréscimo / Reabertura por Suplementação — 5.186,80
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Superávit Financeiro

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.122.0007.2085 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - COVID 19
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3995 00896 REPASSE FINANCEIRO EMERGENCIAL (PORTARIA 369/2020 - SUAS) -
Acréscimo / Reabertura por Suplementação — 77,60
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Superávit Financeiro

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.243.0007.2045 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS/FMAS
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
4000 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação — 12.000,00
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.243.0007.2048 PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR- SOCIAL
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
4240 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação — 5.000,00
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0007.1047 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS - SOCIAL
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
4296 00896 REPASSE FINANCEIRO EMERGENCIAL (PORTARIA 369/2020 - SUAS) -
Acréscimo / Reabertura por Suplementação — 5.698,90
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Superávit Financeiro

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0007.2049 ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
4320 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Anulação / Reabertura por Suplementação — 5.000,00
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0007.2049 ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
4370 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Anulação / Reabertura por Suplementação — 12.000,00
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0007.2049 ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
4445 00902 Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9º - I.N RFB nº 1131/2011
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado — 129,91
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Excesso de Arrecadação

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.003 FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.243.0007.2050 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
4540 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 4.500,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

Emitido por: CAMILA SANTA CATARINA, na versão: 5528 d — 26/10/2021 11:00:33

Município de Foz do Jordão - 2021
Relatório de alteração orçamentária por funcional programática

Página 8

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.003 FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.243.0007.2050 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
4560 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 2.500,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.003 FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.243.0007.2050 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
4580 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 2.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

08 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.002 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.0012.2057 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
4720 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 4.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

08 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.002 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.0012.2057 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
4800 00507 COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 12.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

08 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.002 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.0012.2057 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
4820 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 2.500,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

08 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.002 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.0012.2057 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
4840 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 6.500,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

08 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.002 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.0012.2057 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
4860 00507 COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 12.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

09 SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
09.003 DEPARTAMENTO DE PESQUISA E MEIO AMBIENTE
18.541.0008.2067 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO AMBIENTAL
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
5350 00504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 3.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

09 SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
09.003 DEPARTAMENTO DE PESQUISA E MEIO AMBIENTE
18.541.0008.2067 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO AMBIENTAL
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
5370 00504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 3.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

10 SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIARIOS
10.001 GABINETE DO SECRETARIO
15.122.0002.2069 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
5460 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 1,80
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

10 SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIARIOS
10.001 GABINETE DO SECRETARIO
15.122.0002.2069 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
5470 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 1,80
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

Emitido por: CAMILA SANTA CATARINA, na versão: 5528 d — 26/10/2021 11:00:33

Município de Foz do Jordão - 2021
Relatório de alteração orçamentária por funcional programática

Página 9

10 SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIARIOS
10.002 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIARIOS
15.452.0002.2070 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE DOS SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
5490 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Excesso de Arrecadação - Real - Livre — 9.521,62
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Excesso de Arrecadação

10 SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIARIOS
10.002 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIARIOS
15.452.0002.2070 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE DOS SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
5540 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 6.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

10 SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIARIOS
10.002 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIARIOS
15.452.0002.2070 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE DOS SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
5590 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 6.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

12 SECRETARIA DE ESPORTES
12.002 COMPARTILHAR AÇÕES A CRIANÇAS E ADOLESCENTES
27.243.0006.6025 COMPARTILHAR AÇÕES A CRIANÇAS E ADOLESCENTES - ESPORTES
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
5900 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Excesso de Arrecadação - Real - Livre — 4.780,72
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Excesso de Arrecadação

99 ENCARGOS ESPECIAIS
99.999 ENCARGOS ESPECIAIS
28.843.0014.0077 ENCARGOS ESPECIAIS
3.1.91.92.00.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
6060 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 15.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

99 ENCARGOS ESPECIAIS
99.999 ENCARGOS ESPECIAIS
28.843.0014.0077 ENCARGOS ESPECIAIS
3.3.90.92.00.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
6100 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Anulação / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 2.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

99 ENCARGOS ESPECIAIS
99.999 ENCARGOS ESPECIAIS
28.843.0014.0077 ENCARGOS ESPECIAIS
3.3.90.93.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
6110 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 7.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

99 ENCARGOS ESPECIAIS
99.999 ENCARGOS ESPECIAIS
28.843.0014.0077 ENCARGOS ESPECIAIS
4.6.90.71.00.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO
6130 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Acréscimo / Reabertura por Suplementação / Remanejamento — 10.000,00
Crédito adicional: Remanejamento — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

Resumo acumulado	Recurso do crédito adicional	Tipo de alteração	Previsto	Realizado
Especial	Anulação de Dotações	Acréscimo	1.769,89	1.769,89
Especial	Anulação de Dotações	Anulação	1.769,89	1.769,89
Remanejamento	Anulação de Dotações	Acréscimo	158.587,47	0,00 #
Remanejamento	Anulação de Dotações	Acréscimo	0,00	158.587,47 #
Remanejamento	Anulação de Dotações	Anulação	0,00	158.587,47 #
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	24.995,00	24.995,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	24.995,00	24.995,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	169.649,88	0,00 #
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	0,00	30.165,34 #
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	0,00	139.484,54 #
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	15.267,83	15.267,83

Emitido por: CAMILA SANTA CATARINA, na versão: 5528 d — 26/10/2021 11:00:33

MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO www.fozdojordao.pr.gov.br

RELICITAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 081/2021 - PMFJ

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna pública a homologação do procedimento licitatório modalidade **Pregão Presencial nº081/2021 PMFJ "REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE 130 CESTAS DE ALIMENTOS COM PROTEÍNAS CONFORME REPROGRAMAÇÃO DE RECURSOS DA PORTARIA Nº 369/2021, COFINANCIAMENTO DE AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS AO ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM DECORRÊNCIA COVID-19"**, para suprir a demanda municipal, de acordo com a ata as seguinte empresas :

Onde se lê na Ata de Realização: A empresa **GISLAINE APARECIDA DOS SANTOS ZENNI EIRELI** inscrita no **CNPJ Nº 05.386.330/0001-80** vencedora com um valor de **R$ 40.140,00** (quarenta mil e cento e quarenta reais)

Leia-se: A empresa **GISLAINE APARECIDA DOS SANTOS ZENNI EIRELI** inscrita no **CNPJ Nº 05.386.330/0001-80** vencedora com um valor de **R$ 40.139,98** (quarenta mil e cento e trinta e nove reais e noventa e oito centavos)

Foz do Jordão, 25 de Outubro de 2021.

Francisco Clei da Silva
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Foz do Jordão Gestão 2021 - 2024 fozdojordão.pr.gov.br

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL SRP n.º 81/2021-PMFJ.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 217/2021.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o n.º 01.603.719/0001-80, com sede na Rua Padre Emilio Barbieri, 339, Centro, Foz do Jordão, Paraná, Cep. 85.145-000, representada pelo Prefeito Municipal Sr. FRANCISCO CLEI DA SILVA, portador de cédula de identidade n.º 8.199.613-0 SSP/PR e CPF/MF n.º 027.812.409-74.

Detentor da Ata: GISLAINE APARECIDA DOS SANTOS ZENNI EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 05.386.330/0001-80, sediada à RUA GENERAL OSORIO, 14 - CEP: 85145000 - BAIRRO: CENTRO, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) GISLAINE APARECIDA DOS SANTOS ZENNI, inscrito (a) no CPF sob nº 034.609.179-97, portador (a) da cédula de identidade RG nº 61108319.

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE 130 CESTAS DE ALIMENTOS COM PROTEÍNAS CONFORME REPROGRAMAÇÃO DE RECURSOS DA PORTARIA Nº 369/2021, COFINANCIAMENTO DE AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS AO ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM DECORRÊNCIA COVID-19."

ITENS

Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 -	1	24147	ARROZ PARBOLIZADO ARROZ PARABOLIZADO 5KG	sabor sul	PCT	130,00	18,8755	2.453,82
LOTE: 001 -	2	24148	AÇUCAR CRISTAL AÇÚCAR CRISTAL 5KG	certano	PCT	130,00	16,8781	2.194,15
LOTE: 001 -	3	24149	FARINHA DE FUBA FARINHA DE FUBÁ PACOTE DE 1KG	passarin	PCT	260,00	4,9835	1.295,71
LOTE: 001 -	4	24150	FARINHA DE MILHO EM FLOCOS FARINHA DE MILHO EM FLOCOS PACOTE 1KG	passarin	PCT	130,00	5,9822	777,69
LOTE: 001 -	5	24151	FARINHA DE TRIGO TIPO 1 FARINHA DE TRIGO TIPO 1 PACOTE COM 5KG FARINHA DE TRIGO TIPO 1 PACOTE COM 5 KG	koene	PCT	130,00	14,8807	1.934,49
LOTE: 001 -	6	24152	FEIJAO PRETO FEIJÃO PRETO TIPO1 PACOTE DE 5KG FEIJAO PRETO TIPO 1 PACOTE DE 1KG	passarin	PCT	260,00	6,9809	1.815,03
LOTE: 001 -	7	24153	CAFÉ CAFÉ PACOTE DE 500GR	ivaiporã	PCT	130,00	10,9857	1.428,14
LOTE: 001 -	8	24154	LEITE EM PÓ LEITE EM PÓ INTEGRAL SEM AÇÚCAR. DE 400GR	ccgl	PCT	130,00	13,7821	1.791,67
LOTE: 001 -	9	24155	MACARRÃO MACARRÃO TIPO ESPAGUETE - PACOTE COM 1KG.	rosane	PCT	260,00	6,9809	1.815,03
LOTE: 001 -	10	24156	OLEO DE SOJA ÓLEO DE SOJA LATA DE 900ML	leve	L	260,00	7,9796	2.074,70
LOTE: 001 -	11	24157	SAL REFINADO SAL REFINADO IODADO PACOTE COM 1KG	estrela	PCT	130,00	1,4981	194,75
LOTE: 001 -	12	24158	BOLACHA DOCE SORTIDA BOLACHA DOCE SORTIDA PACOTE COM 400GR	parati	PCT	260,00	5,9822	1.555,37
LOTE: 001 -	13	24159	SABONTE SABONETE 900GR SABONETE 90GR	motivus	UN	260,00	1,9974	519,32
LOTE: 001 -	14	24160	SABÃO EM BARRA SABÃO EM BARRA PCT COM 1KG	limpissima	UN	130,00	9,5876	1.246,39
LOTE: 001 -	15	24161	ACELGA Acelga Fresca e integras, com cor característica da espécie. Sem áreas escuras e sem perfurações nas folhas	cantu	UN	260,00	5,7925	1.506,05
LOTE: 001 -	16	24162	BANANA boa qualidade: Tipo Prata ou caturra. Grau médio de amadurecimento, casca amarela, sem pontos escuros, moles ou machucadas. Em pencas	cantu	KG	260,00	4,7938	1.246,39
LOTE: 001 -	17	24163	BETERRABA Beterraba - boa qualidade in-natura .Tamanho médio, firmes, não murchas, cor vermelho intenso, sem rachaduras nem sinais de brotação.	cantu	KG	130,00	4,7938	623,19
LOTE: 001 -	18	24164	CRANE BOVINA PARA PANELA Sem osso. 1ª qualidade. Cortes: Inteira, Iscas, cubos. Resfriada (0º a 7ºC), limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa cor: própria da espécie (vermelha brilhante ou púrpura) sem manchas esverdeadas, pardacentas ou de qualquer espécie, isenta de parasitos e larvas. Odor e sabor: próprio. O percentual aceitável de sebo/gordura é de 10%. Embalagem em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar peso líquido máximo de 5kg por embalagem. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou em caixas de isopor em condições higiênicas ideais ao transporte. com validade mínima de 3 meses de validade contados da data de entrega	miolar	KG	260,00	23,9689	6.231,91
LOTE: 001 -	19	24165	CENOURA Cenoura in-natura Fresca e integras, com cor característica da espécie. Sem áreas escuras e sem perfurações.	cantu	KG	130,00	3,8949	506,34
LOTE: 001 -	20	24166	COXA E SOBRE COXA Coxa sobre coxa de frango com osso. Resfriada (0º a 7ºC). Aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa. Odor e sabor: próprio. Embalagem em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Peso líquido máximo de 5kg por embalagem. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou em caixas de isopor em condições higiênicas ideais ao transporte. com prazo mínimo de validade de 3 meses contados a partir da data de entrega.	lar	KG	390,00	10,8859	4.245,50
LOTE: 001 -	21	24167	LARANJA Laranja - boa qualidade Para suco ou do céu. Fresca, grau médio de amadurecimento, tamanho médio, casca lisa, sem machucados e fungos.	cantu	KG	260,00	3,2458	843,91
LOTE: 001 -	22	24168	MAÇÃ Maçã - boa qualidade Tipo Gala ou Fugi. 1ª Classe. Fresca, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, firme, casca lisa, sem machucados.	cantu	KG	260,00	6,8911	1.791,69
LOTE: 001 -	23	24169	OVOS Ovos Cor branca ou vermelho. Inteiros, sem rachaduras e limpos. Em embalagem própria para transporte e armazenamento. Data de fabricação e validade. Com registro no SIM, SIF ou CISPOA.	real agro	DZ	260,00	5,8924	1.532,02
LOTE: 001 -	24	24170	REPOLHO Repolho - boa qualidade Verde ou roxo. Tamanho médio. Íntegros, sem pontos escuros ou murchos. Frescos e de cor característica.	cantu	KG	260,00	1,9874	516,72
TOTAL								40.139,98

Prefeitura Municipal de Foz do Jordão Gestão 2021 - 2024 fozdojordão.pr.gov.br

Prefeitura municipal de Foz do Jordão CNPJ: 01.603.719/0001-80 42 3639 8100 - financas@fozdojordão.pr.gov.br Rua Padre Emilio Barbiéri, Nº 339 - CEP 85.145-000 | Foz do Jordão- PR

Prefeitura Municipal de Foz do Jordão Gestão 2021 - 2024 fozdojordão.pr.gov.br

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
VALOR TOTAL: R$ 40.139,98 (Quarenta Mil, Cento e trinta e nove Reais com noventa e oito centavos).
DATA DE ASSINATURA: 25/10/2021.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Foz do Jordão Gestão 2021 - 2024 fozdojordão.pr.gov.br

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL SRP n.º 86/2021-PMFJ.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 218/2021.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o n.º 01.603.719/0001-80, com sede na Rua Padre Emilio Barbieri, 339, Centro, Foz do Jordão, Paraná, Cep. 85.145-000, representada pelo Prefeito Municipal Sr. FRANCISCO CLEI DA SILVA, portador de cédula de identidade n.º 8.199.613-0 SSP/PR e CPF/MF n.º 027.812.409-74.

Detentor da Ata: COMERCIAL AGROALBA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 08.977.831/0001-20, sediada à AVENIDA MARAVILHA , 1084 - CEP: 84874000 - BAIRRO: MADALOZZO, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) LUCI REGINA WACHAKI PEREIRA , inscrito (a) no CPF sob nº 029.903.199-30, portador (a) da cédula de identidade RG nº 7789007.

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO (INTERNA E EXTERNA) E LIMPEZAS E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'AGUA, EM PRÉDIOS DE USO PUBLICO DO MUNICIPIO."

ITENS

Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	24407	DEDETIZAÇAO/ DESINTETIZAÇAO Serviço especializado de controle de vetores e pragas urbanas, eliminando e prevenindo a proliferação de baratas, cupins, formigas, mosquitos e outros insetos, aracnídeos, quilópodes, ratos e quaisquer outros animais que infestam ambientes urbanos (compreendendo o valor orçado em metro quadrado de parede) com apresentação de laudo técnico do serviço	alba	M²	20.000,00	0,24	4.800,00
LOTE: 001 - Lote 001	2	24408	DESINFECÇAO CAIXA D'AGUA Limpeza e desinfecção de caixas de água até 1000 litros, usando somente agua sanitaria.	alba	UN	5,00	86,00	430,00
LOTE: 001 - Lote 001	3	24408	DESINFECÇAO CAIXA D'AGUA Limpeza e desinfecção de caixas de água de 1001 até 5000 litros usando somente agua sanitaria	alba	UN	5,00	147,00	735,00
TOTAL								5.965,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
VALOR TOTAL: R$ 5.965,00 (Cinco Mil, Novecentos e Sessenta e Cinco Reais).
DATA DE ASSINATURA: 25/10/2021.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Foz do Jordão Gestão 2021 - 2024 fozdojordão.pr.gov.br

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 219/2021.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 87/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: RONERSON EPIFANIO DE OLIVEIRA (CNPJ Nº 17.067.337/0001-19)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA ESPECIALIZADA, TERAPIA CRÂNIO SACRAL E TERAPIA OCUPACIONAL, ATENDIMENTO PARA PACIENTE, O QUAL É PORTADOR DE PARALISIA ATETÓSICA; CID G-80 CONFORME ORDEM JUDICIAL PROCESSO Nº 0001542-22.2012.8.16.0031"
VALOR TOTAL: R$ 24.076,00 (Vinte e Quatro Mil e Setenta e Seis Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 2 Dias dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 25/10/2021.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Foz do Jordão Gestão 2021 - 2024 fozdojordão.pr.gov.br

RETIFICAÇAO DE AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2021

O Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, comunica que realizará o Pregão Eletrônico nº 089/2021, do tipo menor preço por item, cujo objeto é a **"REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE SUPLEMENTOS ALMENTARES E MATERIAL HOSPITALAR PARA SUPRIR NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE"** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.
Retifica-se O Aviso para nova data de Abertura do Processo Licitatório para o dia 08/11/202, conforme segue:

Recebimento das propostas: 27/10/2021 - 08h00min até –dia 08/11/2021 13h29min.
Abertura e Julgamento das propostas: 08/11/2021 - 13h30min até - 13h59min.
Início da sessão de disputa de preços: 08/11/2021 às 14h00

O edital poderá ser obtido no sítio eletrônico www.fozdojordao.pr.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, na Divisão de Compras e Licitações - Rua Padre Emílio Barbiéri, nº 339, Centro, CEP 85.145-000, Foz do Jordão (PR). Contato: licitacao@fozdojordao.pr.gov.br.

Foz do Jordão, 25 de Outubro de 2021.

Tiago da Silva de Ramos
Pregoeiro
Decreto nº 142/2021

MUNICÍPIO DE PINHÃO
ESTADO DO PARANÁ

RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 051/2021

PARECER JURÍDICO N.º 443/2021 EMITIDO POR WALDIR FIGUEIREDO RECCANELLO OAB/PR Nº 30.804.

CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR PARA DUAS AMBULANCIAS COM COBERTURA DE CASCO 100%% DA FIPE, DANOS MATERIAIS A TERCEIROS, ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIROS COM D.M.H, DANOS MORAIS, ASSISTENCIA 24 HORAS, QUEBRA DE VIDROS, RETROVISORES, FARÓIS E LANTERNAS.

EM FAVOR DE:
GENTE SEGURADORA S/A
CNPJ: 90.180.605/0001-02

VALOR TOTAL: R$ 6.060,85
(SEIS MIL E SESSENTA REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS)

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 75, INCISO I, II DA LEI 14.133/2021.

PINHÃO - PR, 25 DE OUTUBRO DE 2021.

JOSÉ VITORINO PRESTES
PREFEITO MUNICIPAL

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

REPUBLICAÇÃO

PORTARIA N.º 652/2021
DATA: 20/10/2021

A Secretaria Municipal de Administração Pinhão, Estado do Paraná, por meio da Secretária **Juliana Aparecida Tesseroli,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; considerando as justificativas contidas no Ofício n.º 016/2021, de 08/10/2021;

Considerando a Portaria n.º 573/2021, de 27/08/2021, que concede prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da comissão instaurada por meio da Portaria n.º 375/2021, de 07/06/2021;

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar excepcionalmente, por mais 30 **(trinta) dias, a contar de 08 de outubro de 2021**, o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão instaurada por meio da Portaria n.º 375/2021, de 07/06/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos a **08 de outubro de 2021,** revogados as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração de Pinhão, Estado do Paraná, em 20 de outubro de 2021.

Juliana Aparecida Tesseroli
Secretária Municipal de Administração

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PINHÃO COMDICAPI

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 036/92

CNPJ: 08.930.253/0001-76

Município de Pinhão – Estado do Paraná – CEP: 85.170 – 000

Avenida Trifon Hanysz 220 – Fone: (42) 3677-1926

RESOLUÇÃO 30/2021

Dispõe sobre a criação no âmbito do Município do Município de Pinhão, Estado do Paraná, da Comissão Intersetorial do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pinhão - COMDICAPI, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e a Lei Municipal nº 1.903/2015.

Considerando a Lei Federal nº 12.594, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

Considerando a Resolução nº 001/2012 que alterou a Comissão Municipal de Implantação das Medidas Socioeducativas em meio aberto e implantação do SINASE.

Considerando a Resolução nº 06/2014 que aprovou o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Considerando a Resolução nº 07/2014 que aprovou o Aprovar o Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 2015 - 2024.

Considerando a deliberação da reunião realizada no dia 25/10/2021 - ATA 16/2021.

Resolve:

Art.1º. Fica criada, no âmbito do Município de Pinhão, a Comissão Intersetorial do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SINASE, vinculada ao COMDICAPI com a finalidade de promover a articulação necessária à implementação do Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo – SINASE.

Art. 2º . A Comissão Intersetorial do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, terá as seguintes atribuições:

I – Pactuação de estratégias de implementação do SINASE no âmbito do Municipal;

II – Estabelecimento de pauta e agenda de compromissos conjuntos para implementação do SINASE no Município;

III – Articulação com os órgãos das políticas setoriais para a efetivação de suas competências e atribuições no SINASE;

IV – Participação na elaboração de propostas dos documentos que deverão ser apresentados e aprovados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, especialmente para atualização do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo – SINASE, elaborado em 2014;

V – Estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e avaliação das atividades programadas e ações desenvolvidas no âmbito do SINASE;

VI – Outras atribuições pertinentes e relevantes.

Art. 3º. A Comissão Intersetorial do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SINASE será composta por representantes dos seguintes órgãos:

Nome:	Órgão que representa:
Sônia Maria Almeida Eroni Aparecida de Camargo	COMDICAPI
Ângela A. Nascimento Maria Inêz Walter Levinske	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Edilson José da Rosa José Francisceí dos Santos	Conselho Tutelar
José Renan Souza da Silva Meuri Gonçalves de Macedo	Secretaria Municipal de Saúde
Cabo Nilton Cesar Medeiros Soldado Robson	Polícia Militar
Raquel Gomes Sliachticas Leobina Gulhak	CREAS
Cleverson Soares de Lima Jocelino Vitorino Alves	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e turismo.

Art. 4º. A Comissão poderá contar com a presença e participação de colaboradores voluntários;

Art. 5º. As reuniões desta Comissão obedecerão ao calendário mensal previamente estabelecido;

Art. 6º. Os membros da Comissão deverão participar assiduamente das reuniões, devendo justificar em caso de impossibilidade de participação;

Art. 7º. A composição da Comissão instituída na presente Resolução poderá ser alterada, de acordo com as necessidades identificadas no decorrer do processo;

Art. 8.º Esta Comissão possui caráter permanente, devendo eleger sua diretoria composta por Presidente(a) e Vice Presidente(a) para o mandato de 2 (dois) anos, podendo haver uma recondução;

Art. 9º. A Secretaria Executiva do COMDICAPI será responsável por secretariar a Comissão em suas reuniões e atos, oferecendo o suporte técnico para suas ações;

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pela própria Comissão, com o auxílio e aprovação do COMDICAPI no que couber;

Art. 11º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhão, 07 de outubro de 2021.

Eliana Rocha Passos Tavares de Moraes

Presidente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PINHÃO COMDICAPI

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 036/92

CNPJ: 08.930.253/0001-76

Município de Pinhão – Estado do Paraná – CEP: 85.170 – 000

Avenida Trifon Hanysz 220 – Fone: (42) 3677-1926

RESOLUÇÃO 33/2021

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pinhão - COMDICAPI, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e a Lei Municipal nº 1.903/2015, considerando a Deliberação do CEDCA/PR nº 81/2016 e considerando a Deliberação da plenária em reunião realizada no dia 25/10/2021 - ATA 16/2021.

Resolve:

Art.1º - APROVAR com ressalvas a Prestação de Contas do repasse estadual fundo a fundo, denominado "Incentivo para Fortalecimento de Programas de Qualificação Profissional para adolescentes" do período de novembro de 2018 a 31/12/2020.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhão, 25 de outubro de 2021.

Eliana Rocha Passos Tavares de Moraes

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ.01.612.552/0001-13
e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.

EDITAL DE HABILITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 081/2021

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE 30 UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

A comissão de licitação comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 007/2021, que após a análise e verificação da documentação de habilitação, decidiu habilitar as seguintes proponentes:

Nº	EMPRESA
001	CONRADO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI
003	TRIGEF CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - ME

E inabilitar as seguintes proponentes:

Nº	EMPRESA
002	MARJON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA - EPP

Comunica outrossim, que abre-se o prazo recursal conforme determina o art. 109, alínea "a" da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
O relatório na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitações e no site do Município no endereço http://www.marquinho.pr.gov.br/portal-licitacoes.php.

Marquinho, 26 de Outubro de 2021.

GILMAR CAMARGO
Presidente da CPL

EMERSON BAPTISTEL
Membro da CPL

CESAR ANTÔNIO GONSIORKIEWICZ
SIMI ESTECHE
Membro da CPL

SAMAE - PORTO BARREIRO - PARANÁ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua das Camélias, 800 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 02.936.023/0001-38 - Fone/Fax (042) 3661

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 04/2021-SAMAE
Licitação Exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Porto Barreiro, Estado do Paraná, por meio do Pregoeiro, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002, Lei Complementar nº. 147/2014, Lei Complementar Municipal 06/2014, Decreto Federal 3.555/2000, torna público que realizará às 14hs00min (quatorze) horas do dia 12 de novembro de 2021, na sede da Prefeitura Municipal, situada a Rua das Camélias, 900, Centro, fone (42) 3661-1010, licitação na modalidade Pregão Presencial (SRP) nº. 04/2021-SAMAE, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELETRO-HIDRÁULICA DAS BOMBAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA PARA O SAMAE.**

O Edital e seus anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal, Rua das Camélias, 900 – Centro – Porto Barreiro – Pr, junto a Divisão de Licitação ou no e-mail: prefeituraportobarreiro@yahoo.com.br.

Porto Barreiro-PR, 26 de outubro de 2021.

Ronaldo de Matos
Pregoeiro

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. º 53/2021-PMPB

O Município de Porto Barreiro, Estado do Paraná, por meio de seu Prefeito Municipal, tendo em vista o disposto nas Leis Federais 8666/93, 10.520/02 e alterações, torna público que realizará às 09h30min do dia 28 de outubro de 2021, a licitação modalidade Pregão Eletrônico Nº 53/2021, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE CARRETA AGRÍCOLA CONFORME CONVÊNIO Nº 892230/2019 - MAPA,** segundo condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. O Edital e seus anexos deverão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal, na Rua das Camélias, 900, Centro, Porto Barreiro/ PR, junto a Divisão de Licitação, bem como por solicitação via e-mail – prefeituraportobarreiro@yahoo.com.br ou no sitio www.bll.org.br ou www.portobarreiro.pr.gov.br.

Porto Barreiro, 14 de outubro de 2021.

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2021

Fica ratificado o julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação, nomeada através do Decreto n°. 147/2021, de 08 de julho de 2021, que resolveu pela adoção de Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n°. 8.666/93 para a contratação da empresa R DE MELLO MORELES INFORMÁTICA EPP, inscrita no CNPJ sob n°. 07.161.411/0001-08, para fornecimento de **UM LEITOR BIOMÉTRICO E UMA WEBCAM VISANDO ATENDER AS NORMAS DO CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO E O INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ**, pelo valor total de R$ 7.185,00 (sete mil cento e oitenta e cinco reais).

Porto Barreiro, 25 de outubro de 2021.

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
CONTRATO Nº. 83/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2021

Empresa Contratada:
R DE MELLO MORELES INFORMATICA EPP
CNPJ n°. 07.161.411/0001-08

Objeto:
AQUISIÇÃO DE UM LEITOR BIOMÉTRICO E UMA WEBCAM VISANDO ATENDER AS NORMAS DO CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO E O INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ.

Valor do Contrato:

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	QTD	UN	Preço	Preço total
1	15557	LIVE SCANNER ENBIOSCAN-D PLUS ENBIOSCAN-D PLUS DFDU500+ TIPO DA INTERFACE USB 2.0 ALTA VELOCIDADE FLAT AND ROLL DUAL SCANNER (CAPTURA POUSADA DE 1 E 2 DEDOS E CAPTURA ROLADA) ÁREA DE CAPTURA 1.9" X 1.9" (POUSADA) 1.6" X 1.5" (ROLADA) RESOLUÇÃO 500 DPI TAMANHO DA IMAGEM 952 X 952 PIXELS (POUSADA) 800 X 750 PIXELS (ROLADA) PESO 600G TAMANHO 180(C) X 93(L) X 73(A) MM UMIDADE 0 ~ 95% TEMPERATURA -18 ~ 40 °C TAXA DE QUADROS 17 FPS VOLTAGEM 5V (VIA USB) CERTITIFCADOS FBI APPENDIX-F, FCC, UL, KCC, WHQL E CE DRIVER OS - WINDOWS 2000/ME/2003/2008/XP/VISTA/ 7 32-BIT E 64-BIT/ 8 32-BIT E 64-BIT/ 10 32-BIT E 64-BIT - LINUX KERNEL 2.6 OU SUPERIOR. ACOMPANHA CABO REMOVIVEL DE 1,8 METROS COM CONEXÃO EXTERNA, EVITANDO VIOLAÇÃO DO SENSOR EM CASO DE SUBSTITUIÇÃO; 256 NÍVES DE CINZA; CAPTURA DA IMPRESSÃO DIGITAL MOLHADA; EXCELENTE HABILIDADE NA CAPTURA (DUREZA DO PRISMA 7 MOH).	1.00	UN	7.185.00	7.185,00

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

		CAPTURA DADOS DA IMPRESSÃO DIGITAL E EXIBIÇÃO DA IMAGEM EM TEMPO-REAL **MARCA: NITGEN**				
2	15558	WEBCAM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS RESOLUÇÕES MÚLTIPLAS 1080P/30FPS (ATÉ 1920 X 1080 PIXELS) 720P/30 FPS (ATÉ 1280 X 720 PIXELS) MEGAPIXELS DA CÂMERA: 3 TIPO DE FOCO: FOCO AUTOMÁTICO TIPO DE LENTE: VIDRO MICROFONE INTEGRADO: ESTÉREO, OMNIDIRECIONAL DUPLO ALCANCE DE MICROFONE: ATÉ 1 M CAMPO DE VISÃO (CDV) DIAGONAL: 78° ZOOM DIGITAL: 1.2X CONECTIVIDADE USB: PLUG-AND-PLAY USB-A OFERECE SUPORTE A H.264 COM A CODIFICAÇÃO DE VÍDEO ESCALÁVEL E A CODIFICAÇÃO UVC 1.1 PARA MINIMIZAR A DEPENDÊNCIA DOS RECURSOS DO COMPUTADOR E DA REDE TECNOLOGIA RIGHTLIGHT™ 2 PARA UMA IMAGEM NÍTIDA EM DIVERSAS CONDIÇÕES DE ILUMINAÇÃO, MESMO COM POUCA LUZ PROTEÇÃO DE PRIVACIDADE INTEGRADA CLIPE UNIVERSAL PRONTO PARA TRIPÉS QUE SE AJUSTA A MONITORES DE LAPTOP OU LCD 1TRIPÉ NÃO INCLUÍDO **MARCA: LOGITECH**	1.00	UN	610.00	610.00
					TOTAL R$	7.795,00

Vigência:
De 25/10/2021 a 24/12/2021.

Foro:
Comarca de Laranjeiras do Sul – Paraná

Porto Barreiro, 25 de outubro de 2021.

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal
CPF: 644.104.129-49

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

DECRETO Nº 177/2021

Súmula: Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Cantagalo – PR.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º Lei Municipal n.º 1.111 de 21/10/2020.

DECRETA:

Art. 1º - Autoriza o Departamento de Contabilidade, a proceder alterações orçamentárias no orçamento geral do Município de Cantagalo/PR, para o exercício de 2021, um Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 559.374,28 (quinhentos e cinquenta e nove mil trezentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos), conforme relatório de alteração orçamentária em anexo e que faz parte desse Decreto.
I – Anulação de Dotações:
R$ 6.474,28 (seis mil quatrocentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos).
II – Anulação de Dotações (Transferência):
R$ 552.900,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil e novecentos reais).

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto artigo anterior, inciso I, serão utilizados recursos Redução Parcial/Total de Dotações.

Art. 3º - O presente Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º, inciso **II,** não contarão para fins de limite estabelecido para créditos Adicionais Suplementares, conforme artigos nº. 9º e 10º da Lei Municipal nº. 1.111 de 21/10/2020.

Art. 5º - Este Decreto vigora na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cantagalo, 21 de outubro de 2021.

JOÃO KONJONSKI
Prefeito Municipal

Município de Cantagalo - 2021
Relatório de alteração orçamentária por crédito e recurso do crédito adicional

Página:1

Lei/Ato nº 1368 - Decreto nº 180/2021 de 21/10/2021 — Escopo — Nº 1111 — Ano 2020
Autorização: 1205 Lei ordinária — Lei Orçamentária Anual - LOA

Despesa

Crédito adicional	Recurso do crédito adicional		Anulação	Acréscimo
Suplementar	Anulação de Dotações		6.474,28	
88 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		Acréscimo		6.474,28
88.001 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		Abertura		
28.845.1201.2079 DEVOLUÇÃO DE SALDOS DE CONVÊNIO				
4.4.90.93.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES				
5643	00907 CONTRATO DE REPASSE Nº 863643/2017/ME/CAIXA -			
88 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		Anulação	6.474,28	
88.001 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		Abertura		
28.846.1201.0079 ENCARGOS COM PRECATÓRIOS				
3.1.90.91.00.00 SENTENÇAS JUDICIAIS				
5652	00000 Recursos Ordinários (Livres)			
Transferência	Anulação de Dotações			
03 SECRETARIA DE ADM PLANEJAMENTO INFO E COMÉRCIO		Acréscimo		1.000,00
03.001 GABINETE DA SECRETARIA		Abertura		
04.122.0301.2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE		Transferência		
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS				
380	00000 Recursos Ordinários (Livres)			
03 SECRETARIA DE ADM PLANEJAMENTO INFO E COMÉRCIO		Anulação	500,00	
03.001 GABINETE DA SECRETARIA		Abertura		
04.122.0301.2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE		Transferência		
3.1.90.94.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS				
400	00000 Recursos Ordinários (Livres)			
03 SECRETARIA DE ADM PLANEJAMENTO INFO E COMÉRCIO		Anulação	500,00	
03.001 GABINETE DA SECRETARIA		Abertura		
04.122.0301.2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE		Transferência		
3.3.90.34.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE				
450	00000 Recursos Ordinários (Livres)			
05 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		Acréscimo		200,00
05.002 DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO		Abertura		
15.451.0501.2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE		Transferência		
3.1.90.16.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL				
1240	00000 Recursos Ordinários (Livres)			
05 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		Anulação	100,00	
05.002 DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO		Abertura		
15.451.0501.2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE		Transferência		
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO				
1260	00000 Recursos Ordinários (Livres)			
06 SECRETARIA DE SAÚDE		Anulação	20.300,00	
06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		Abertura		
10.301.0801.2028 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - BLOCO		Transferência		
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS				
1970	00303 SAÚDE - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) - 303			
06 SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo		20.300,00
06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		Abertura		
10.301.0801.2028 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - BLOCO		Transferência		
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS				
1991	00494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde			
06 SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo		7.500,00
06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		Abertura		
10.301.0801.2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE		Transferência		
3.1.90.16.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL				
2140	00303 SAÚDE - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) - 303			
06 SECRETARIA DE SAÚDE		Anulação	7.500,00	
06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		Abertura		
10.301.0801.2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE		Transferência		
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS				
2160	00303 SAÚDE - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) - 303			

Emitido por: SILVESTRE KELNAR, na versão: 0528-d — 26/10/2021 10:00:00

Município de Cantagalo - 2021
Relatório de alteração orçamentária por crédito e recurso do crédito adicional

Página:2

07 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	Anulação	12.000,00	
07.003 FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Abertura		
08.243.0701.2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA DE PASSAGEM	Transferência		
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
3180 00000 Recursos Ordinários (Livres)			
07 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	Acréscimo		2.000,00
07.003 FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Abertura		
08.243.0701.2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA DE PASSAGEM	Transferência		
3.1.90.16.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			
3190 00000 Recursos Ordinários (Livres)			
07 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	Anulação	2.000,00	
07.003 FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Abertura		
08.243.0701.2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA DE PASSAGEM	Transferência		
3.1.90.16.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			
3191 10021 CASA DE ABRIGO MUNICIPAL VEREADOR ALCEU PONTAROLLO			
07 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	Acréscimo		12.000,00
07.003 FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Abertura		
08.243.0701.2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA DE PASSAGEM	Transferência		
3.1.90.16.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			
3191 10021 CASA DE ABRIGO MUNICIPAL VEREADOR ALCEU PONTAROLLO			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Anulação	197.000,00	
08.001 GABINETE DA SECRETARIA	Abertura		
12.361.0801.2044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE	Transferência		
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
3410 00000 Recursos Ordinários (Livres)			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Acréscimo		220.860,00
08.001 GABINETE DA SECRETARIA	Abertura		
12.361.0801.2044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE	Transferência		
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
3411 00102 FUNDEB 40% - Manutenção do Ensino - 102			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Anulação	5.900,00	
08.001 GABINETE DA SECRETARIA	Abertura		
12.361.0801.2044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE	Transferência		
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
3420 00103 FUNDEB - 5% - Sobre Transferências Constitucionais - 103			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Anulação	2.000,00	
08.001 GABINETE DA SECRETARIA	Abertura		
12.361.0801.2044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE	Transferência		
3.1.90.16.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			
3440 00000 Recursos Ordinários (Livres)			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Anulação	500,00	
08.001 GABINETE DA SECRETARIA	Abertura		
12.361.0801.2044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE	Transferência		
3.1.90.94.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS			
3450 00101 FUNDEB 60% - Magistério - 101			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Anulação	500,00	
08.001 GABINETE DA SECRETARIA	Abertura		
12.361.0801.2044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE	Transferência		
3.1.90.94.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS			
3460 00102 FUNDEB 40% - Manutenção do Ensino - 102			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Anulação	500,00	
08.001 GABINETE DA SECRETARIA	Abertura		
12.361.0801.2044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE	Transferência		
3.1.90.94.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS			
3470 00103 FUNDEB - 5% - Sobre Transferências Constitucionais - 103			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Anulação	49.400,00	
08.001 GABINETE DA SECRETARIA	Abertura		
12.361.0801.2044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE	Transferência		
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
3480 00000 Recursos Ordinários (Livres)			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Acréscimo		35.000,00
08.001 GABINETE DA SECRETARIA	Abertura		
12.361.0801.2044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE	Transferência		
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
3481 00102 FUNDEB 40% - Manutenção do Ensino - 102			

Emitido por: SILVESTRE KELNAR, na versão: 0528-d — 26/10/2021 10:00:00

Município de Cantagalo - 2021

Relatório de alteração orçamentária por crédito e recurso do crédito adicional

Página:3

08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Anulação		14.000,00
08.006 DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		Abertura		
12.306.0801.2052 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA MERENDA ESCOLAR		Transferência		
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA				
4120	00104 FUNDEB - 25% - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica -			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Acréscimo		7.000,00
08.006 DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		Abertura		
12.306.0801.2052 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA MERENDA ESCOLAR		Transferência		
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA				
4111	00107 MEC/FNDE - Salário Educação - 107			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Acréscimo		7.000,00
08.006 DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		Abertura		
12.306.0801.2052 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA MERENDA ESCOLAR		Transferência		
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA				
4110	00129 MEC/FNDE - Merenda Escolar - 129			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Anulação		78.000,00
08.006 DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		Abertura		
12.361.0801.2052 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA MERENDA ESCOLAR		Transferência		
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL				
4120	00000 Recursos Ordinários (Livres)			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Acréscimo		78.000,00
08.006 DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		Abertura		
12.361.0801.2052 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA MERENDA ESCOLAR		Transferência		
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL				
4121	00104 FUNDEB - 25% - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica -			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Anulação		10.000,00
08.006 DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		Abertura		
12.361.0801.2052 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA MERENDA ESCOLAR		Transferência		
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS				
4140	00000 Recursos Ordinários (Livres)			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Acréscimo		10.000,00
08.006 DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		Abertura		
12.361.0801.2052 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA MERENDA ESCOLAR		Transferência		
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS				
4141	00104 FUNDEB - 25% - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica -			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Anulação		124.000,00
08.007 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR		Abertura		
12.361.0801.2053 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		Transferência		
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL				
4160	00000 Recursos Ordinários (Livres)			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Acréscimo		105.000,00
08.007 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR		Abertura		
12.361.0801.2053 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		Transferência		
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL				
4170	00102 FUNDEB 40% - Manutenção do Ensino - 102			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Acréscimo		3.000,00
08.007 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR		Abertura		
12.361.0801.2053 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		Transferência		
3.1.90.16.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL				
4210	00102 FUNDEB 40% - Manutenção do Ensino - 102			
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Acréscimo		16.000,00
08.007 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR		Abertura		
12.361.0801.2053 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		Transferência		
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS				
4230	00102 FUNDEB 40% - Manutenção do Ensino - 102			
10 SECRETARIA DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO		Anulação		2.300,00
10.001 GABINETE DA SECRETARIA		Abertura		
20.606.1001.2059 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE		Transferência		
3.3.90.14.00.00 DIÁRIAS - CIVIL				
4910	00000 Recursos Ordinários (Livres)			
10 SECRETARIA DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO		Anulação		10.000,00
10.001 GABINETE DA SECRETARIA		Abertura		
20.606.1001.2059 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE		Transferência		
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO				
4920	00000 Recursos Ordinários (Livres)			

Emitido por: SILVESTRE KELNAR, na versão: 0028-d 29/10/2021 10:00:00

Município de Cantagalo - 2021

Relatório de alteração orçamentária por crédito e recurso do crédito adicional

Página:4

10 SECRETARIA DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO		Acréscimo		27.300,00
10.001 GABINETE DA SECRETARIA		Abertura		
20.606.1001.2059 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE		Transferência		
3.3.90.34.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE				
4940	00000 Recursos Ordinários (Livres)			
10 SECRETARIA DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO		Anulação		9.700,00
10.001 GABINETE DA SECRETARIA		Abertura		
20.606.1001.2059 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE		Transferência		
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA				
4950	00000 Recursos Ordinários (Livres)			
10 SECRETARIA DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO		Anulação		5.300,00
10.001 GABINETE DA SECRETARIA		Abertura		
20.606.1001.2059 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE		Transferência		
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
4960	00000 Recursos Ordinários (Livres)			
88 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		Anulação		800,00
88.001 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		Abertura		
28.846.1201.0080 CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP DOS		Transferência		
3.3.90.47.00.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS				
5670	00000 Recursos Ordinários (Livres)			
88 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		Acréscimo		800,00
88.001 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		Abertura		
28.846.1201.0080 CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP DOS		Transferência		
3.3.90.47.00.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS				
5680	00504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não			

Resumo acumulado	Recurso do crédito adicional	Tipo de alteração	Previsto	Realizado
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	6.474,28	6.474,28
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	6.474,28	6.474,28
Transferência	Anulação de Dotações	Acréscimo	552.900,00	0,00 #
Transferência	Anulação de Dotações	Acréscimo	0,00	552.900,00 #
Transferência	Anulação de Dotações	Anulação	0,00	552.900,00 #

CONCRIA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CANTAGALO - PR

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
C ANTAGALO – PARANÁ
Rua Cinderela, 379 – Fone: (42) 3636-1185 – CEP: 85.160-000
www.cantagalo.pr.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 16/2021 /CMDCA

SÚMULA: O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Cantagalo /PR, aprova a prestação de contas até a data de 31 de dezembro de 2020 referente a Deliberação 96/2018 CEDCA/PR - Incentivo Financeiro para Ações voltadas a primeira Infância.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deCantagalo /PR , no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 414/2015.

RESOLVE

Art. 1º - APROVAR a prestação de contas até a data de 31 de dezembro de 2020 referente a Deliberação 96/2018 CEDCA/PR- Incentivo Financeiro para Ações voltadas a primeira Infância.

Art. 2º - Aprovar o saldo superior a 30%. Haja visto que não foi utilizado o recurso no período pela morosidade no processo licitatório e as atividades presenciais estarem suspensas devido ao contexto da pandemia da COVID-19.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cantagalo, 26 de outubro de 2021.

Sandro Roberto Baldissera
Presidente do CMDCA

1

CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO
ESTADO DO PARANÁ

FUNDAÇÃO UNICENTRO

EDITAL Nº 01/2021
RETOMADA DO CONCURSO PÚBLICO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Cantagalo, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO A RETOMADA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020**, nos seguintes termos:

Art. 1º Pela perspectiva de melhora do quadro epidemiológico no Brasil para os próximos meses, notadamente pela vacinação de grande parcela da população, a fim de oportunizar um cronograma mais seguro aos candidatos, informa:

DA SOLICITAÇÃO DA CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E CANDIDATA LACTANTE

Art.2º Os documentos referentes às disposições dos subitens 5.4.2, 6.1.2, 6.1.3.2 e 6.2.1.2 do Edital de Abertura deverão ser encaminhados, via SEDEX com AR (Aviso de Recebimento) até o **dia 17 de novembro de 2021** em envelope fechado endereçado à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO com as informações abaixo:

DESTINATÁRIO: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO
Caixa Postal 3023
Guarapuava – PR
CEP 85.010-980
Concurso Público da Câmara Municipal de Cantagalo
(LAUDO MÉDICO/CONDIÇÃO ESPECIAL/LACTANTE)
NOME DO CANDIDATO: XXXXXX XXXXXXXXXXX
CARGO: XXXXXXXXXXX
NÚMERO DE INSCRIÇÃO: XXXXXXXX

DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

Art.3º A prova objetiva será aplicada na cidade de Cantagalo, Estado do Paraná, podendo ser aplicada também em cidades vizinhas, caso o número de inscritos exceda a capacidade de alocação do município.
A prova objetiva será aplicada no dia **28 de novembro de 2021**, em horário e local a ser informado através de edital disponibilizado no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e no **CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO.**
O CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO com o local de prova deverá ser emitido no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br **a partir de 24 de novembro de 2021.**

DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR

Art 4º O gabarito preliminar e o caderno de questões da prova objetiva serão divulgados até as 19h00min do dia posterior à aplicação da prova objetiva, no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br.
Quanto ao gabarito preliminar e o caderno de questões divulgados caberá a interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 14 deste Edital.

CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO
ESTADO DO PARANÁ

FUNDAÇÃO UNICENTRO

DA PROVA DE TÍTULOS

Art 5º PROVA DE TÍTULOS
A prova de títulos, de caráter classificatório, será realizada para o cargo de **Contador,** e somente poderá participar desta fase do certame o candidato que obter a pontuação estabelecida no subitem **9.22**, além de não ser eliminado por quaisquer outros critérios estabelecidos neste Edital. A prova de títulos terá o valor máximo de 20,00 pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a este valor, conforme disposto na Tabela 11.1 do Edital de Abertura.
A documentação comprobatória dos títulos será recebida no mesmo dia da realização da prova objetiva. Após esse período de entrega da documentação não será permitida a complementação de qualquer documento, nem mesmo através de pedido de revisão e/ou recurso.
Os candidatos habilitados e interessados em participar da prova de títulos deverão: a) imprimir e preencher o Formulário de Cadastro de Títulos **das 09h00min do dia 25 de novembro de 2021 até às 23h59min do dia 26 de novembro de 2021** disponíveis no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br; b) após completado o preenchimento, imprimir duas vias do comprovante de cadastro dos títulos, reter uma para si e anexar a outra em **envelope lacrado** com os documentos comprobatórios dos títulos, a ser entregue no dia da realização da prova objetiva.

Art. 6° Permanecem inalteradas as demais cláusulas editalícias que não confronte com as deste edital.

Art. 7° Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cantagalo, em 27 de outubro de 2021.

Registre-se e Publique-se

REINALDO GOMES DA SILVA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ
CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

LEI MUNICIPAL Nº 1158/2021

SÚMULA: Prorroga a data de entrada em vigor Lei nº 1.127/2021, que passará a surtir seus efeitos apenas a partir de 01 de Janeiro de 2022.

A Câmara Municipal de Cantagalo aprovou e eu, **João Konjunski**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por lei, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica prorrogada a entrada em vigor para o dia 01 de Janeiro de 2022, todos os efeitos da Lei nº 1.127/2021, cuja súmula é: "*Concede revisão geral anual sobre o vencimento básico dos servidores da Câmara Municipal de Cantagalo-PR e dá outras providências*";

Art. 2º - A Lei 1.127/2021, no seu artigo 4º, passará a ter a seguinte redação: "Art. 4º - Esta **LEI** vigora na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022, revogadas as disposições em contrário".

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cantagalo, 25 de outubro de 2021.

JOÃO KONJUNSKI - Prefeito Municipal
Assinado de forma digital por JOÃO KONJUNSKI - Prefeito Municipal
Dados: 2021.10.25 10:11:39 -03'00'

JOÃO KONJUNSKI
Prefeito Municipal de Cantagalo

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ
CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

LEI MUNICIPAL Nº 1159/2021

SÚMULA: Estima a receita e fixa a despesa do município de Cantagalo, para o exercício financeiro de 2022.

A Câmara Municipal de Cantagalo aprovou e eu, **João Konjunski**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por lei, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O orçamento geral do Município de Cantagalo, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2022, compreendendo o orçamento fiscal, o da seguridade social do Município e dos fundos municipais de administração direta, estima os ingressos em R$ 46.800.000,00(quarenta e seis milhões e oitocentos mil reais), e fixa a aplicação dos recursos em igual importância, assim distribuídos:

I - R$ 36.800.000,00 (trinta e seis milhões e oitocentos mil reais), do orçamento fiscal, referente aos Poderes Executivo e Legislativoe aos Fundos Municipais de contabilidade centralizada legalmente instituída.
II - R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), do orçamento da seguridade social do Município, que compreende o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cantagalo.

Art. 2º - A receita consolidada compreendendo o orçamento fiscal, o da seguridade social do município e dos fundos municipais de administração direta, será realizada de acordo com a legislação específica em vigor, segundo as seguintes estimativas:

I - RECEITAS DE CONTABILIZAÇÃO CENTRALIZADA

RECEITAS CORRENTES	**R$**	**41.718.400,00**
RECEITA TRIBUTÁRIA	R$	3.901.250,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R$	524.700,00
RECEITA PATRIMONIAL	R$	72.300,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	R$	20.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R$	37.142.950,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R$	57.200,00
RECEITAS DE CAPITAL	R$	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R$	0,00
TOTAL	**R$**	**41.718.400,00**
(-) DEDUÇÃO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	**R$**	**4.918.400,00**
TOTAL RECEITA LÍQUIDA	**R$**	**36.800.000,00**

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ
CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

II - RECEITAS DE CONTABILIZAÇÃO DESCENTRALIZADA

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

RECEITAS CORRENTES	**R$**	**10.000.000,00**
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R$	5.810.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	R$	2.313.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R$	1.877.000,00
TOTAL	**R$**	**10.000.000,00**
TOTAL CONSOLIDADO	**R$**	**46.800.000,00**

Art. 3º. A aplicação dos recursos está fixada com a seguinte distribuição entre os Órgãos:

I – ORÇAMENTO FISCAL

PODER LEGISLATIVO		
CÂMARA MUNICIPAL	R$	2.078.000,00
TOTAL	**R$**	**2.078.000,00**
PODER EXECUTIVO		
EXECUTIVO MUNICIPAL	R$	891.500,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	R$	1.880.778,00
SECRETARIA DE FINANÇAS	R$	779.600,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	R$	3.919.150,00
SECRETARIA DE SAÚDE	R$	7.245.472,00

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ
CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROM SOCIAL	R$	2.180.050,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	R$	11.747.150,00
SECRETARIA DE ESPORTES	R$	539.700,00
SEC DE AGRICULTURA PEC; ABAST; E MEIO AMBIENTE	R$	816.500,00
SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	R$	118.700,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	R$	4.235.400,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R$	368.000,00
TOTAL	**R$**	**34.722.000,00**

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS		
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA	R$	10.000.000,00
TOTAL	**R$**	**10.000.000,00**
TOTAL CONSOLIDADO	**R$**	**46.800.000,00**

Art. 4º - A despesa fixada está distribuída por categorias econômicas e funções de governo de conformidade com os anexos 02 e 06, integrantes desta Lei.

Art. 5º - São aprovados os planos de aplicação dos seguintes fundos municipais de contabilidade centralizada, integrantes do orçamento fiscal, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 2º da Lei Federal 4.320/64 de 17 de março de 1964:

I - Do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**, criado pela Lei Municipal nº 670/2008 de 30/04/2008, inscrito no CNPJ sob nº 09.556.006/0001-14 fixa as aplicações dos recursos a serem realizadas no exercício de 2022, em R$ 7.245.472,00 (sete milhões duzentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e setenta e dois reais).

II - Do **FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, criado pela Lei Municipal n.º 414/2000 de 03/07/2000, inscrito no CNPJ sob nº 13.694.275/0001-14, fixa as aplicações dos recursos a serem realizadas no exercício de 2022, em R$ 387.900,00 (trezentos e oitenta e sete mil e novecentos reais).

III - Do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**, criado pela Lei Municipal nº. 270/95 de 22/10/1995, inscrito no CNPJ sob nº. 17.112.187/0001-18, fixa as aplicações dos recursos a serem realizadas no exercício de 2022 emR$ 1.697.250,00 (um milhão seiscentos e noventa e sete mil duzentos e cinquenta reais).

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ
CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

IV - Do **FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO**, criado pela Lei Municipal nº. 983/2016 de 21/09/2016 fixa as aplicações dos recursos a serem realizadas no exercício de 2022, em R$ 10.000,00 (dez mil reais).

V - Do **FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - FUNDERCAN**, criado pela Lei Municipal nº. 594/2005de 21/12/2005 fixa as aplicações dos recursos a serem realizadas no exercício de 2022, em R$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais).

VI - Do **FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE CANTAGALO/PR,** criado pela Lei Municipal nº. 743/2009de 21/12/2005 fixa as aplicações dos recursos a serem realizadas no exercício de 2022, em R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 6º - O Orçamento da Seguridade Social do Município relativo ao **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CANTAGALO**, criado pela Lei Municipal 803/2010 de 10/12/2010, inscrito no CNPJ 11.269.152/0001-00, de contabilidade descentralizada fixa as aplicações dos recursos a serem realizadas no exercício de 2022, em R$ 10.000,00(dez milhões de reais).

Art. 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no curso da execução orçamentária de 2022, créditos adicionais suplementares no Orçamento da Administração Direta, Indireta e dos Fundos Municipais até o limite de 15% (quinze por cento), do total geral do orçamento, servindo como recursos para tais suplementações, nas formas definidas no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64de 17demarço de 1964 e conforme o artigo 41 da Lei Municipal nº. 1.102/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Parágrafo Único: Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder à abertura de seus créditos adicionais suplementares através de Decreto Legislativo até o limite previsto no caput deste artigo, servindo como recurso para tais suplementações somente o cancelamento de dotações de seu próprio orçamento.

Art. 8º - Fica também autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata o artigo anterior, o remanejamento e a transferência de dotações:

I – Entre os elementos, grupos e categorias de programação de despesa dentro de cada projeto atividade.

II – Entre as fontes de recursos de cada projeto ou atividade para fins de compatibilização com a efetiva disponibilidade dos recursos.

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ
CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à abertura de Créditos Adicionais Suplementares, provenientes de:

I – Superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior;

II – Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, for efetivamente comprovado e considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do art. 43 da Lei 4.320/64.

III –Os resultantes de Operações de Créditos Autorizadas.

Art. 10 - Os créditos a serem abertos de conformidade com o artigo anterior não serão computados para efeitos do limite fixado no artigo 7º desta Lei Orçamentaria.

Art. 11 - Na abertura dos créditos adicionais autorizados no artigo 7º ou decorrentes de autorizações especificas com recursos provenientes de cancelamento de dotações orçamentárias, ficam autorizados o Executivo o Legislativo e o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais a efetuar o remanejamento, transposição ou transferência de dotações de uns para outros órgãos, fundos ou categorias de programação dentro da respectiva esfera de governo.

Art. 12 - O Poder Executivo Municipal fica ainda autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita até o limite legal permitido.

Art. 13 - Fica autorizada a redistribuição e o remanejamento das dotações de despesas de pessoal previstas no "caput do artigo 18 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000" na mesma unidade orçamentaria ou de uma para outra unidade orçamentaria ou programa de governo consoante o previsto no parágrafo único do artigo 66 da Lei Federal 4.320/64 de 17/03/1964.

Art. 14 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder mediante Decreto às alterações de metas fiscais e valores, constantes do Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), toda vez que houver alteração orçamentária, no orçamento de 2022.

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ
CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Cantagalo em 26 de outubro de 2021.

JOÃO KONJUNSKI - Prefeito Municipal
Assinado de forma digital por JOÃO KONJUNSKI - Prefeito Municipal
Dados: 2021.10.26 11:11:42 -03'00'

JOÃO KONJUNSKI
Prefeito Municipal de Cantagalo

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ
CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

LEI MUNICIPAL Nº 1160/2021

SÚMULA: ATUALIZA O PLANO DE AÇÃO DE INVESTIMENTOS-PAI, PARTE INTEGRANTE DA LEI Nº 716/2009, QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DE CANTAGALO.

A Câmara Municipal de Cantagalo aprovou e eu, **João Konjunski**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por lei, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica atualizado o Plano de Ação de Investimentos, parte integrante da Lei Municipal nº 716/2009, que trata do Plano Diretor Municipal.

§ 1º - O Governo do Estado do Paraná através do decreto nº 2581 de 17 de Fevereiro de 2004, torna o Plano Diretor Municipal – PDM, pré-requisito para obtenção de recursos junto aos órgãos de fomento do Estado do Paraná e o Plano de Ação e Investimentos – PAI, produto componente do Plano Diretor Municipal de Cantagalo, que será o elemento norteador para o município atender as suas demandas de investimentos para os próximos anos.

§ 2º - O plano de ação de investimentos parte integrante do Plano Diretor indica as ações e os projetos prioritários para implementação do Plano Diretor do Município de Cantagalo. Detalha projetos e suas estimativas de custos em infraestrutura, equipamentos comunitários, ações sociais e institucionais para os próximos cinco anos, compatibilizando a projeção orçamentária com a capacidade de endividamento municipal, buscando o equilíbrio entre o desenvolvimento municipal e sua sustentabilidade dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ
CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

Art. 2º - É parte integrante desse projeto, o anexo I, que contém a descrição de prioridades de investimentos, bem como, estimativa de valores e prazo;

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Cantagalo em 26 de outubro de 2021.

JOÃO KONJUNSKI - Prefeito Municipal
Assinado de forma digital por JOÃO KONJUNSKI - Prefeito Municipal
Dados: 2021.10.26 11:08:37 -03'00'

JOÃO KONJUNSKI
Prefeito Municipal de Cantagalo

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

ANEXO I

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS (PAI) 2021/2025

Trata-se do Plano de Ações e Investimentos, parte integrante do Plano Diretor Municipal de Cantagalo, objeto de revisão e atualização periodicamente pelo prazo máximo de 5 anos, resultado de análise da equipe técnica e secretários municipais, considerando as diretrizes propostas, além de discussões junto à comissão de acompanhamento, e comunidade como um todo;

Busca-se apresentar as ações prioritárias e seus respectivos custos, de forma a viabilizar a implementação do plano e investimentos em projetos que visem ao desenvolvimento municipal e à melhoria da qualidade de vida da população, por área Administrativa.

Este plano, conforme estabelecido pela Lei Estadual N° 15.229/2006, em seu Artigo 3°, será compatibilizado com a capacidade de investimento do Município e incorporado nas Leis do Plano Plurianual (PPA), de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Orçamento Anual (LOA), ficando decidido pela seguinte demanda:

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Responsável Órgão orçamentário Unidade orçamentaria	Dimensão-função/ subfunção	Objetivo - programa	Tema-ação (projeto atividade)	Localização-subtítulo/ localizador de gasto	Meta-componentes da programação física.	Custo - despesa orçamentária categoria econômica grupo de natureza da despesa modalidade de aplicação elemento de despesa	Prazo	Indicador	Fonte de recursos - recursos orçamentários categoria econômica/ origem da receita espécie/alínea/ Sub alínea
Secretaria de Educação e Cultura	Educação /Ensino Fundamental	Disponibilizar ensino com oferta de Educação em período Integral, para crianças da faixa etária dos Anos iniciais do Ensino Fundamental da rede Municipal de Ensino.	-Escola em tempo Integral Elaboração de projeto - Escola de tempo Integral Ampliação Construção.	Urbana Rural	- Ampliação dos espaços das escolas municipais. - Construção de 8 salas para recreação e lazer com 50 m² nas escolas municipais.	1.000.000,00	Até 2025	Quantidade de estudantes atendidos Execução das obras	Recursos próprios
		Readequação das escolas publica	Adequação e melhorias dos espaços escolares	Urbana e rural	Ampliar e reformar espaços já existentes, bem como melhorias na acessibilidade e segurança nos espaços	850.000,00	Até 2024	Quantidade de escolas atendidas	Fontes conveniadas e recursos próprios

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

Secretaria de Educação e Cultura	Educação Ensino Fundamental	Informatizar a rede Municipal de Ensino	Aparelhar e informatizar as unidades escolares municipais com laboratório de informática e readequar os equipamento da Secretaria Municipal de Educação .	Urbana Rural	Melhoramento na área tecnológica e de aprendizagem Com implantação e readequação dos laboratórios de informática e equipamentos de informática da escolas.	250.000,00	Até 2024	Quantidade de equipamento Quantidade de estudantes atendidos	Fontes de Convênios do governo federal (FNDE)
Secretaria de Educação e Cultura	- Educação - Ensino Fundamental	Aquisição de ônibus escolar	Melhorar o transporte escolar dos alunos proporcionando maior qualidade e segurança.	Urbano Rural	Aquisição de até 10 ônibus escolar tanto convencional como adaptados	2.000.000, 00	Até 2024	Quantidade de estudantes atendidos Aquisição de novos ônibus para frota escolar	Fontes de Financiamento disponíveis e Convênios do governo federal
Secretaria de Educação e Cultura	- Educação - Ensino Fundamental	Reestruturação de Memorial Municipal	Proporcionar um espaço mais adequado para visitação e estimulo da história municipal	Urbano	Melhorar o espaço de atividade cultural dos munícipes.	350.000,00	Até 2025	Execução das obras Quantidade de cidadãos atendidos	Fontes de Financiamento disponíveis e Convênios do governo federal e estadual.
Secretaria de Educação e Cultura	- Educação - Ensino Fundamental	Construção de Parques Infantis nas escolas e praças pública	Disponibilizar um espaço para melhor atividade de lazer e participação das crianças.	Urbano Rural	Implantação de 5 parques infantis nas diferentes regiões do município, com vários	560.000,00	Até 2024	Execução de Implantação de Parque infantil Quantidade de crianças atendidas	Fontes de Convênios do governo federal e estadual. Recursos próprios

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

					equipamentos.				
Secretaria de Educação e Cultura	- Educação - Ensino Fundamental	Aquisição de instrumentos musicais (bandas)	Ampliar as ações da fanfarra municipal estimulando maior participação das pessoas.	Urbano	Aquisição de 60 diferentes instrumentos musicais para fanfarra	70.000,00	Até 2025	Aquisição dos instrumentais musicais Quantidade de estudantes atendidos (60 alunos)	Fontes de Convênios do governo federal e estadual. Recursos próprios

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

SECRETARIA DE AGRICULTURA PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E AMBIENTE.

Responsável Órgão orçamentário Unidade orçamentaria	Dimensão-função subfunção	Objetivo - programa	Tema-ação (projeto atividade)	Localização-subtítulo/ localizador de gasto	Meta-componentes da programação física.	Custo - despesa orçamentária categoria econômica grupo de natureza da despesa modalidade de aplicação elemento de despesa	Prazo	Indicador	Fonte de recurso - recursos orçamentários categoria econômica/ origem da receita espécie/alínea/ Sub alínea
Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento	- Agricultura - Extensão Rural	Estruturação da equipe de técnicos especializados para prestar assistência aos pequenos e médios produtores.	Contratação de técnicos. Capacitar equipe	Rural	- Prestar assistência a 850 famílias de pequenos e médios produtores com o objetivo do desenvolvimento econômico, social e ambiental. - Programa de apoio à agricultura familiar	150.000,00/ANO	Até 2024	Atender 850 famílias cursos e orientações nas propriedades	Fontes Recursos Próprios Convênio estadual e Termo de Parcerias.
Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento	- Agricultura - Promoção da Produção Animal	Apoio Piscicultura Pecuária Leiteira Caprinocultura Ovinocultura Ranicultura	Apoio Piscicultura Pecuária Leiteira Caprinocultura Projeto -Apoio Piscicultura Pecuária Leiteira Caprinocultura Aquisição de equipamentos - Apoio Piscicultura Pecuária	Rural	- Prestar assistência a 700 famílias de pequenos e médios produtores com o objetivo do desenvolvimento econômico, social e ambiental. - Programa de apoio à agricultura familiar	1000.000,00	Até 2024	Atendimento ao pequeno e ao médio agricultor aproximadamente 700 famílias.	Fontes Recursos próprios Convênios do governo federal e estadual e termo de parceria.

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

					Leiteira Caprinocultura Ovinocultura Ranicultura				
Departamento de meio ambiente	Incentivo a coleta seletiva	Construção de barracão para coleta seletiva	Programa Municipal de orientação a coleta seletiva e destinação adequada de resíduos.	Urbano e Rural	Prestar apoio a catadores de resíduos sólidos e incentivos a criação de cooperativas	1250.000,00	Até 2025	Construir espaço adequado a coleta seletiva	Recursos conveniados e próprios
Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento	Agricultura - Promoção da Produção Animal	Aquisição de Patrulha Rural (Trator e equipamentos)	Programa de apoio as comunidades com a distribuição das patrulhas rurais para estimular a agricultura familiar	Rural	- Aquisição de 10 Patrulhas Rurais (Tratores e equipamentos) para Prestar assistência a famílias de pequenos e médios produtores com o objetivo do desenvolvimento econômico, social e ambiental. - Programa de apoio à agricultura familiar	2.500,000,00	Até 2024	Aquisição das novas Patrulhas Rurais (Tratores e equipamentos) Quantidade de produtores atendidos	Fontes Convênios do governo federal e estadual.

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

SECRETARIA DE FINANÇAS

Responsável Órgão orçamentário Unidade orçamentaria	Dimensão-função/ subfunção	Objetivo - programa	Tema-ação (projeto atividade)	Localização-subtítulo/ localizador de gasto	Meta-componentes da programação física.	Custo - despesa orçamentária categoria econômica grupo de natureza da despesa modalidade de aplicação elemento de despesa	Prazo	Indicador	Fonte de recurso - recursos orçamentários categoria econômica/ origem da receita espécie/alínea/ Sub alínea
Secretaria de Finanças	Administração - Normatização e Fiscalização.	- Atualizar planta genérica de valores e cadastro Imobiliários - Manter o código tributário atualizado conforme as demandas necessárias e a legislação.	Atualização da planta genérica do município -Contratação de serviço especializado	Urbana Rural	Atualizar e os Tributos Municipais de acordo com a legislação vigente.	300.000,00	Até 2022	Aumento da Receita Municipal	Recursos próprios
Secretaria de Finanças	- Administração - Administração de Receitas.	Criar Ações que estimule a emissão de notas fiscais pelos comerciantes e produtores rurais - Criar ações de pagamento de Impostos.	Ações que estimule a emissão de Notas Fiscais Aquisição de brindes (por exemplo) -Ações para pagamento de impostos com descontos de juros.	Urbana Rural	Estimular os cidadãos ao pagamento de seus impostos e aos comerciantes e produtores a emitir notas fiscais.	30.000,00	Até 2022	Aumento da Receita Municipal	Recursos próprios.

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

Secretaria de Finanças	Administração - Administração de Receitas.	Contratação de sistema de pregão eletrônico	Para realização das licitações de acordo com a legislação vigente.	Urbano	Aquisição do novo sistema. Proporcionar novas ações do pregoeiro. Estimulando maior participação.	25.000,00/ano	Até 2020	Maior participante nos pregões.	Recursos Próprios

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Responsável Órgão orçamentário Unidade orçamentaria	Dimensão-função/ subfunção	Objetivo - programa	Tema-ação (projeto atividade)	Localização-subtítulo/ localizador de gasto	Meta-componentes da programação física.	Custo - despesa orçamentária categoria econômica grupo de natureza da despesa modalidade de aplicação elemento de despesa	Prazo	Indicador	Fonte de recurso - recursos orçamentários categoria econômica/ origem da receita espécie/alínea/ Sub alínea
Secretaria de Indústria e Comércio	- Geração de emprego e renda	Implantação e manutenção do posto avançado da agência de emprego	Auxilio na efetivação de vinculo empregador/empregado	Rural	Atendimento a cidadãos residentes no município ao acesso do primeiro emprego.	80.000,00	Até 2023	Atendimento a população.	Recursos próprios
Secretaria de Indústria e Comércio	- Indústria - Promoção Industrial	Construção da Sala do Empreendedor	Proporcionar maior interação e formação entre os empresários.	Urbano	Permitir maior estimulo ao comercio.	60.000,00	Até 2022	Atendimento a população	Fontes convênios com o governo estadual e federal e Recurso próprio
Secretaria de Indústria e Comércio	- Indústria - Promoção Industrial	Aquisição de barracão industrial	Estimular a implantação de barracão industrial e assim favorecer a instalação de indústrias.	Urbano	Com a implantação de indústrias ira proporcionar maior geração	1.500.000,00	Até 2024	Implantação de barracão industrial Geração de empregos	Fontes convênios com o governo estadual e federal

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

					de emprego.				
Secretaria de Indústria e comercio	Indústria -Promoção Industrial	Aquisição de terreno (imóvel) para instalação de parque industrial e construções	Proporcionar a implantação de industrias e comércios possibilitando mais oportunidades aos empresarios	Urbano	Proporcionar maior geração de empregos	1.500.000,00	Até 2024	Aquisição de terreno	Recursos Próprios
Secretaria de Indústria e comercio	Indústria -Promoção Industrial	Investimentos na Associação Comercial	Incentivo a indústria e comercio	Urbano	Proporcionar maior geração de empregos	100.000,00	Até 2025	Apoio técnico e financeiro	Recursos Próprios
Secretaria de Indústria e comercio	Indústria -Promoção Industrial	Qualificação das empresas locais	Incentivo a indústria e comercio	Urbano	Proporcionar maior geração de empregos	50.000,00	Até 2025	Apoio técnico e financeiro	Recursos Próprios
Secretaria de Indústria e comercio	Indústria -Promoção Industrial	Investimentos em veiculo para a Secretaria	Possibilitar à visita rotineira as empresas	Urbano	Proporcionar maior geração de empregos	100.000,00	Até 2023	Suporte ao empreendedorismo local	Recursos Próprios ou convênios

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL

Responsável Órgão orçamentário Unidade orçamentaria	Dimensão-função/ subfunção	Objetivo - programa	Tema-ação (projeto atividade)	Localização-subtítulo/ localizador de gasto	Meta-componentes da programaçã o física.	Custo - despesa orçamentária categoria econômica grupo de natureza da despesa modalidade de aplicação elemento de despesa	Prazo	Indicador	Fonte de recurso - recursos orçamentários categoria econômica/ origem da receita espécie/alínea/ Sub alínea
Secretaria de Assistência e Promoção Social	- Assistência Social - Assistência Comunitária	Dispor de espaço adequado para prestação dos serviços das politicas do sistema único de Assistência Social.	Construção da sede do CRAS	Urbano	Espaço para atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social.	350.000,00	Até 2022	Atendimento a famílias	Financiamentos disponíveis e Convênios. Federal e estadual
Secretaria de Assistência e Promoção Social	- Assistência Social - Assistência a Criança e ao Adolescente	Dispor de espaço adequado e próprio para funcionamento do atendimento de a população e oferta de	Construção de espaço para atendimento do serviço de convivência e fortalecimento de vinculo	Urbano	Espaço para atendimento a população que participa dos programas	700.000,00	Até 2023	Atendimento a população	Financiamentos disponíveis de Convênios federal

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

	te	cursos							
Secretaria de Assistência e Promoção Social	- Assistência Social	Aquisição de ônibus e veículos	Para transporte e para atendimento do serviço de convivência e fortalecimento de vinculo	Urbano	Aquisição de 2 ônibus e 2 veículos	900.000,00	Até 2024	Atendimento a população	Financiamentos disponíveis e Convênios federal
Secretaria de Assistência e Promoção Social	- Assistência Social	Construção habitacional	Proporcionar à aquisição de moradias a população de baixa renda	Urbano	Implantação de 200 unidades	20.000,000,00	Até 2024	Atendimento a população de baixa renda	Financiamentos disponíveis e Convênios federal Caixa.
Secretaria de Assistência e Promoção Social	- Assistência Social	Regularização fundiária	Proporcionar legalização de lotes irregulares	Urbano	1000 imóveis	100.000,00	Até 2022	Atendimento a população	Recursos Próprios
Secretaria de Assistência e Promoção Social	- Assistência Social	Estruturação e capacitação da equipe técnica	Capacitação e treinamento	Urbano	Treinamento da equipe técnica	300.000,00	Até 2024	Atendimento aos funcionários	Financiamentos disponíveis e Convênios Federal e estadual
Secretaria de Assistência e Promoção Social	- Assistência Social	Dispor de espaço adequado para prestação dos serviços das politicas do sistema único de Assistência Social	Construção de espaço social do distrito cavaco	Rural	Espaço para atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social	300.000,00	Até 2024	Atendimento a famílias de vulnerabilidade	Financiamentos disponíveis e Convênios. Federal e Estadual

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

SECRETARIA DE SAÚDE

Responsável Órgão orçamentário Unidade orçamentaria	Dimensão-função/ Subfunção	Objetivo - programa	Tema-ação (projeto atividade)	Localização-subtítulo/ localizador de gasto	Meta-componentes da programação física.	Custo - despesa orçamentária categoria econômica grupo de natureza da despesa modalidade de aplicação elemento de despesa	Prazo	Indicador	Fonte de recurso - recursos orçamentários categoria econômica/ origem da receita espécie/alínea/ Sub alínea
Secretaria de Saúde	- Saúde - Atenção Básica	Estruturação no sistema de saúde	Estruturação do sistema de Saúde aquisição de móveis e equipamentos e Aparelhagem para a nova unidade de Saúde.	Urbano	Atendimento a população que necessita de atenção básica na área de saúde.	400.000,00	Até 2023	Aquisição de moveis e equipamentos	Convênios estadual e federal
Secretaria de Saúde	- Saúde - Atenção básica	Construção do Pronto Atendimento Municipal	Atendimento da população em situação de urgência	Urbano	Atendimento a população em geral	1.000.000,00	Até 2024	Construção do PA Atendimento a população	Financiamentos disponíveis Convênios estadual e federal .
Secretaria de Saúde	- Saúde - Atenção	Aquisição de equipamentos	Melhoramento no atendimento da atenção	Urbano Rural	Atendimento a população em geral com mais qualidade.	400.000,00	Até 2024	Aquisição de novos equipamentos Atendimento a	Fontes convênios com o governo estadual e federal

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

	básica		básica.					população	
Secretaria de Saúde	- Saúde - Atenção básica	Construção de Unid. Básica saúde (vila Caçula e Vila Verde)	Melhoramento no atendimento da atenção básica dos dois bairros	Urbana	Atendimento para 350 pessoas na unidade.	500.000,00	Até 2024	Execução da obra Atendimento para as pessoas dos dois bairros.	Fontes convênios com o governo estadual e federal
Secretaria de Saúde	- Saúde - Atenção básica	Construção de nova Unid. Básica de Saúde central	Melhoramento no atendimento da atenção básica, para população central	Urbana	Atendimento a população central do município..	760.000,00	Até 2024	Execução da obra Atendimento para população central.	Fontes convênios com o governo estadual e federal
Secretaria de Saúde	- Saúde - Atenção básica	Reforma e ampliação de unid. Básica de saúde distrito do Cavaco	Proporcionar um melhor atendimento a população e condições de trabalho adequado aos profissionais.	Rural	Atendimento a população do distrito do Cavaco..	500.000,00	Até 2024	Execução da obra Atendimento para população do distrito do Cavaco	Fontes convênios com o governo estadual e federal
Secretaria de Saúde	- Saúde - Atenção básica	Construção de centro de fisioterapia	Construção de centro de fisioterapia	Urbana	Atendimento a população em geral do município..	350.000,00	Até 2024	Execução da obra Atendimento para população em geral	Fontes convênios com o governo estadual e federal
Secretaria de Saúde	- Saúde - Atenção básica	Aquisição de veículos e ambulâncias	Para transporte de pacientes para centro de melhor atendimento em saúde	Urbana	Aquisição de duas ambulância e 4 veículos.	640.000,00	Até 2024	Aquisição dos veículos e ambulâncias Atendimento para população em geral	Fontes convênios com o governo estadual e federal

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Responsável Órgão orçamentário Unidade orçamentaria	Dimensão-função/ Subfunção	Objetivo – programa	Tema-ação (projeto atividade)	Localização-subtítulo/ localizador de gasto	Meta-componentes da programação física.	Custo - despesa orçamentária categoria econômica grupo de natureza da despesa modalidade de aplicação elemento de despesa	Prazo	Indicador	Fonte de recurso - recursos orçamentários categoria econômica/ origem da receita espécie/alínea/ Sub alínea
Secretaria de Administração Planejamento Indústria e Comércio	- Defesa Terrestre	Aquisição caminhão pipa	- Usado para Programa de controle de incêndio	Urbano	Atendimento a população em geral em casos de necessidades de apagar fogo	500.000,00	Ate 2023	Aquisição do caminhão pipa Atendimento a população	Fontes convênios com o governo estadual e federal
Secretaria de Administração Planejamento Indústria e Comércio	Administração Difusão cultural	Construção de centro de eventos	Proporcionar um ambiente adequado para realização de festas e eventos com melhor qualidade a população.	Urbano	Implantação do centro de eventos para atendimento a população em geral em situação de eventos realizados no município.	2.200,000,00	Até 2024	Construção do centro de eventos Atendimento a população	Fontes convênios com o governo estadual e federal
Secretaria de Administração Planejamento Indústria e Comércio	Administração	Reforma e ampliação do paço municipal	Proporcionar um ambiente adequado para atendimento a população e	Urbano	Reforma do paço municipal Proporcionando melhor infraestrutura funcional e estética.	1.000,000,00	Até 2022	Reforma e ampliação do paço municipal Atendimento a população	Fontes convênios com o governo estadual e federal

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

			local adequado de trabalho.						
Secretaria de Administração Planejamento Indústria e Comércio	- Indústria - Promoção Industrial	Aquisição de terreno (imóvel) para instalação de parque industrial e construções	Proporcionar a implantação de indústrias e comércios possibilitando mais oportunidades aos empresários.	Urbano	Com a implantação ira proporcionar maior geração de emprego.	1.500.000,00	Até 2024	Aquisição do terreno	Recurso próprio
Secretaria de Administração Planejamento Indústria e Comércio	- Cultura - Difusão Cultural	Construir centro de convenção e exposição	Promoção Comercial cultural e turismo Projeto Promoção Comercial cultural e turismo Terreno Promoção Comercial cultural e turismo Execução de obras.	Urbano	Dispor de local apropriado para realização de eventos com estruturas para shows Exposições e festas do município a exemplo a festa do agricultor.	2.200.000,00	Até 2024	Aquisições Obras	Financiamentos disponíveis Convênios parcerias federal e estadual

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

Responsável Órgão orçamentário Unidade orçamentaria	Dimensão-função/ Sub-função	Objetivo – programa	Tema-ação (projeto atividade)	Localização-subtítulo/ localizador de gasto	Meta-componentes da programação física.	Custo - despesa orçamentária categoria econômica grupo de natureza da despesa modalidade de aplicação elemento de despesa	Prazo	Indicador	Fonte de recurso - recursos orçamentários categoria econômica/ origem da receita espécie/alínea/ Sub alínea
Secretaria de Esportes	- Desporto e Lazer - Desporto Comunitário	Construção de barracão medindo 40x15 para canchas de bolão, com 4 cancha no padrão oficial.	Barracão para cancha aquisição do imóvel. Barracão para cancha Projeto. Barracão para cancha execução da obra.	Urbano	Espaço destinado para esporte para jovem, adultos e idosos.	450.000,00	Até 2022	Aquisição do terreno Obra. Números de pessoas participantes	Fontes de Financiamentos e Convênios. Federal e estadual
Secretaria de Esportes	- Desporto e Lazer - Desporto Comunitário	Reforma e ampliação Quadra de Areia	Quadra de Areia. Ampliação e reforma de alambrado - Quadra de Areia Cobertura	Urbano	1000m² de área destina a pratica de esporte, disponível para criança, adolescente, jovens e adultos.	450.000,00	Até 2023	Execução da Obra Números de pessoas participantes	Fontes de Financiamentos e Convênios. Federal e estadual
Secretaria de Esportes	- Desporto e	Aquisição de ônibus	Proporcionar melhor transportes aos	Urbano	Aquisição de um ônibus para	500.000,00	Até 2023	Aquisição do	Fontes de Financiamentos e

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

	Lazer - Desporto Comunitário		atletas		transportar atletas em diversos jogos regionais e locais.			ônibus Números de pessoas participantes	Convênios. Federal e estadual
Secretaria de Esportes	- Desporto e Lazer - Desporto Comunitário	Reestruturação e iluminação do estádio municipal	Melhorar as condições da pratica esportiva no estádio	Urbano	Implantação de melhorias na iluminação do estádio.	500.000,00	Até 2023	Execução da Obra Números de pessoas participantes	Fontes de Financiamentos e Convênios. Federal e estadual
Secretaria de Esportes	- Desporto e Lazer - Desporto Comunitário	Reforma do ginásio de esportes	Proporcionar um ambiente mais adequado para pratica esportiva a população da cidade.	Urbano	.Reformar e melhoria vários ambiente do ginásio de esporte	400.000,00	Até 2024	Execução da Obra Números de pessoas participantes	Fontes de Financiamentos e Convênios. Federal e estadual
Secretaria de Esportes	- Desporto e Lazer - Desporto Comunitário	Reforma do ginásio de esportes da localidade do Cavaco, bairro caçula e bairro vila verde	Proporcionar um ambiente mais adequado para pratica esportiva a população dos bairros e do distrito do cavaco	Urbano Rural	Reformar e melhoria vários ambiente do ginásio de esporte.	300.000,00	Até 2024	Execução da Obra Números de pessoas participantes	Fontes de Financiamentos e Convênios. Federal e estadual
Secretaria de Esportes	- Desporto e Lazer - Desporto Comunitário	Manutenção da quadra sintética	Proporcionar um ambiente mais adequado para pratica esportiva a população da cidade.	Urbano	Quadra sintética manutenção da grama reforma de alambrado E iluminação	150.000,00	Até 2023	Execução da Obra Números de pessoas participantes	Fontes de Financiamentos e Convênios. Federal e estadual
Secretaria de Esportes	- Desporto e Lazer - Desporto	Reforma e reestruturação da cancha de bocha	Proporcionar um ambiente mais adequado para pratica esportiva de bocha.	Urbano	Estruturação das canchas de bochas.	100.000,00	Até 2023	Execução da Obra Números de pessoas	Fontes de Financiamentos e Convênios. Federal e estadual

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

	Comunitário							participantes	

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Responsável Órgão orçamentário Unidade orçamentaria	Dimensão-função/ Sub-função	Objetivo - programa	Tema-ação (projeto atividade)	Localização- subtítulo/ localizador de gasto	Meta-componentes da programação física.	Custo - despesa orçamentária categoria econômica grupo de natureza da despesa modalidade de aplicação elemento de despesa	Prazo	Indicador	Fonte de recurso - recursos orçamentários categoria econômica/ origem da receita espécie/alinea/ Sub alinea
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	- Urbanismo -Infra Estrutura Urbana	Pavimentação Asfáltica em vias urbanas	Intervenção em vias urbanas Projeto	Urbana	Melhoramentos nas vias urbanas.	5.000.000,00	Até 2024	- Quantidade de moradores e usuários que moram o trafegam por essas vias. - Execução da obra. - Restruturação e melhoramento de vias	Fontes de Financiamento Convênios federal e estadual
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	- Transporte - Transporte Rodoviário.	Programas de melhorias e conservação permanente das estradas rurais incluindo os acessos às propriedades para assegurar o escoamento da produção, garantir o transporte escolar	Proporcionar melhor acessibilidade das vias rurais . Programa porteira adentro	Rural	Adequação e Conservação e melhoramento de vias rurais	11.000.000,00	Até 2024	- Quantidade de moradores e usuários que moram o trafegam por essas vias. - Execução da obra. - Restruturação e melhoramento de vias.	Fontes de Financiamento, Convênios federal e estadual. Recursos Próprios

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

Secretaria de Obras e Serviços Públicos	- Transporte - Transporte Rodoviário.	Pavimentação poliédrica	Proporcionar melhor acessibilidade das vias rurais e urbanas para população	Rural Urbano	Adequação e Conservação e melhoramento de vias rurais e urbano	3.000.000,00	Até 2024	- Quantidade de moradores e usuários que moram o trafegam por essas vias. - Execução da obra. - Restruturação e melhoramento de vias.	Fontes de Financiamento, Convênios federal e estadual. Recursos Próprios
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	- Transporte - Transporte Rodoviário.	Pavimentação asfáltica No Jardim Santana	Proporcionar melhor acessibilidade das vias rurais e urbanas para população	Urbano	Adequação e Conservação e melhoramento de vias rurais e urbano	4.000.000,00	Até 2024	- Quantidade de moradores e usuários que moram o trafegam por essas vias. - Execução da obra. - Restruturação e melhoramento de vias.	Fontes de Financiamento, Convênios federal e estadual. Recursos Próprios
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	- Transporte - Transporte Rodoviário.	Aquisição de maquinas e equipamentos	Permitir um número maior de maquinas e equipamentos para serem utilizados para o atendimento a população.	Rural Urbano	Aquisição de diversas maquinas para recuperação de vias rurais e urbanas	3.000.000,00	Até 2024	Aquisição das máquinas e equipamentos Atendimento a população	Fontes de Financiamento, Convênios federal e estadual. Recursos Próprios
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	- Transporte - Transporte Rodoviário.	Implantação de ciclovia	Proporcionar melhor acessibilidade das vias urbanas para população que utilizam as ciclovia .	Urbano	Implantação de ciclovia nos diferentes locais.	1.500.000,00	Até 2026	- Quantidade de moradores e usuários que moram e trafegam por essas vias. - Execução da obra. - Restruturação e melhoramento de vias.	Fontes de Financiamento, Convênios federal e estadual. Recursos Próprios

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

Secretaria de Obras e Serviços Públicos	- Transporte - Transporte Rodoviário.	Implantação de parque ambiental	Permitir uma melhor estrutura urbana para pratica de esporte e lazer da população.	Urbano	Implantação da infraestrutura do lago municipal.	2.000.000,00	Até 2024	Execução da obra Utilização pela população	Fontes de Financiamento, Convênios federal e estadual. Recursos Próprios
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	- Transporte - Transporte Rodoviário.	Construção e reforma de calçadas e passeios	Proporcionar melhor acessibilidade das vias urbanas de passeios para população	Urbano	Implantação das calçadas de passeios municipal.	4.000.000,00	Até 2024	Execução da obra Utilização pela população.	Fontes de Financiamento, Convênios federal e estadual. Recursos Próprios
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	- Transporte - Transporte Rodoviário.	Reforma de praças	Disponibilizar um espaço adequado para o lazer e o bem estar da população	Urbano	Reforma das diferentes praças do município.	3.000.000,00	Até 2023	Execução da obra Utilização pela população.	Fontes de Financiamento Convênios federal e estadual. Recursos Próprios
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	- Transporte - Transporte Rodoviário.	Ampliação de rede de esgoto	Proporcionar o acesso a rede de esgota a maior parte da população.	Urbano	Ampliação de diversos regiões da cidade.	9.500.000,00	Até 2024	Execução da obra Utilização pela população.	Fontes de Financiamento Convênios federal e estadual. Recursos Próprios
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	- Pavimentação asfáltica.	Execução de asfalto na Av. Epaminondas Fritz	Melhorar a trafegabilidade das vias publica centrais.	Urbano	Adequação e Conservação e melhoramento de vias urbanas.	1.000.000,00	Até 2022	Execução da obra Utilização pela população.	Fontes de Financiamento Convênios federal e estadual. Recursos Próprios
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	Pavimentação asfáltica.	Pavimentação asfáltica na Rua 12 de maio	- Melhorar a trafegabilidade das vias publica centrais.	Urbano	Adequação e Conservação e melhoramento de vias urbanas	1.000.000,00	Até 2023	Execução da obra Utilização pela população.	Fontes de Financiamento Convênios federal e estadual. Recursos Próprios

Prefeitura Municipal de Cantagalo
Estado do Paraná
CNPJ 78.279.981/0001-45
www.cantagalo.pr.gov.br
Rua Cinderela, nº 379 - CEP 85160-000 - Fone (42)3636-1185

Secretaria de Obras e Serviços Públicos	Melhorias na Iluminação publica	Substituição da rede de iluminação publica para "led"	- Melhorar a trafegabilidade das vias publica centrais.	UrbanoE Rural	melhoramento das vias urbanas e rurais	3.000.000,00	Até 2025	Revitalização dos bens dominicais do município.	Convênios federal /estadual ou Recursos Próprios

Cantagalo, 26 de outubro de 2021.

JOÃO KONJUNSKI - Prefeito Municipal
Assinado de forma digital por JOÃO KONJUNSKI - Prefeito Municipal
Dados: 2021.10.26 11:08:15 -03'00'

JOÃO KONJUNSKI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CANTAGALO ESTADO DO PARANÁ
Rua Cinderela, 379 – Planalto – CEP: 85160-000 – Cantagalo – PR
CNPJ: 78.279.981/0001-45

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 47/2021 CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE CANTAGALO, ESTADO DO PARANÁ E A EMPRESA VALE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES – EIRELI, CONFORME PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13/2021-PMC.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM E DE USO HOSPITALARES, DESTINADOS A SUPRIR OS ATENDIMENTOS A POPULAÇÃO DE CANTAGALO.

ÓRGÃO GERENCIADOR: O Município de Cantagalo, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº. 78.279.981/0001-45, com sede a Rua Cinderela, 379, Centro, Cantagalo, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO KONJUNSKI, inscrito no CPF sob o Nº. 192.411.199-34, e no RG sob o Nº. 922.699.

DETENTORA DA ATA: VALE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES – EIRELI, com sede na Avenida Ladislau Gil Fernandez, nº 1230, CEP 86.870-000, Ivaiporã/PR, e inscrita no CNPJ sob nº. 32.635.445/0001-34, representada pelo Sr. BRUNO TAIWAN PAES DA SILVA, portador da Carteira de Identidade RG nº. 10.913.427-9 SSP/PR e CPF/MF sob o n.º 077.418.739-54.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE
Em decorrência da necessidade de adequações nos preços estabelecidos na ata registrada originalmente, em consequência da oscilação nos preços; comparando-se as notas de entrada do produto apresentadas pela empresa, comprovando a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico financeiro da detentora da ata para o fornecimento, ficam REAJUSTADOS os valores unitários dos itens solicitados, conforme abaixo:

VALE COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES - EIRELI						
LOTE	ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	VLR UNIT ANTERIOR	SALDO	VLR UNIT. ATUAL	VLR TOTAL DO ITEM
1	30	BOLSA COLETORA IH URINA CAPACIDADE PARA 2.000 ML, BOLSA GRADUADA: PARTE ANTERIOR TRANSPARENTE E POSTERIOR	3,75	2100	5,04	10.584,00

MUNICÍPIO DE CANTAGALO ESTADO DO PARANÁ
Rua Cinderela, 379 – Planalto – CEP: 85160-000 – Cantagalo – PR
CNPJ: 78.279.981/0001-45

		LEITOSA, ESPAÇO PARA PREENCHIMENTO DOS DADOS DO PACIENTE, SUPORTE DE FIXAÇÃO COM HASTE RÍGIDA E COM ALÇA CORDÃO, TUBO EXTENSOR EM PVC DE 100 CM, TRANSPARENTE, ATÓXICO, FLEXÍVEL, SEM DOBRAS, COM PINÇA CORTA-FLUXO, TUBO DE DRENAGEM INTERIOR, CONECTOR UNIVERSAL COM AJUSTE PARA SONDAS VESICAIS, COM TAMPA PROTETORA – MARACA DESCARPACK				
1	82	ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO "G" EIXO LONGITUDINAL DA VALVA: 110MM LARGURA PERPENDICULAR PROXIMAL DE 29MM E DISTAL DE 32MM COMPRIMENTO TOTAL: 170MM, ESTÉRIL, ATÓXICO, COM PARAFUSO REGULADOR (BORBOLETA) ACOPLADO, LUBRIFICADO. EMBALADO EM ENVELOPE DE POLIPROPILENO (BOPP), TAMANHO "G" – MARACA KOLPLAST	1,35	1500	1,58	2.370,00
1	83	ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO "M" EIXO LONGITUDINAL DA VALVA: 110MM LARGURA PERPENDICULAR PROXIMAL DE 29MM E DISTAL DE 32MM COMPRIMENTO TOTAL: 170MM, ESTÉRIL, ATÓXICO, COM PARAFUSO REGULADOR (BORBOLETA) ACOPLADO, LUBRIFICADO. EMBALADO EM ENVELOPE DE POLIPROPILENO (BOPP), TAMANHO "M" – MARACA KOLPLAST.	1,25	1400	1,48	2.072,00
1	84	ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO "P" EIXO LONGITUDINAL DA VALVA: 110MM LARGURA PERPENDICULAR PROXIMAL DE 29MM E DISTAL DE 32MM COMPRIMENTO TOTAL: 170MM, ESTÉRIL, ATÓXICO, COM PARAFUSO REGULADOR (BORBOLETA) ACOPLADO, LUBRIFICADO. EMBALADO EM ENVELOPE DE POLIPROPILENO (BOPP), TAMANHO "P" – MARACA KOLPLAST.	1,20	1400	1,42	1.988,00
1	110	INFUSOR 2 VIAS 18CM LUER SLIP COM CLAMP EQUIPO DE INFUSÃO COM 2 VIAS COM CLAMP, TUBO FLEXÍVEL DE 18CM, ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, ATÓXICO E APIROGÊNICO, CONECTOR LUER SLIP – MARCA DESCARPACK.	0,90	1150	1,19	1.368,50

Este reajuste de preços entra em vigor na data de 25 de outubro de 2021.

MUNICÍPIO DE CANTAGALO ESTADO DO PARANÁ
Rua Cinderela, 379 – Planalto – CEP: 85160-000 – Cantagalo – PR
CNPJ: 78.279.981/0001-45

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente termo, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinaram as partes e as testemunhas abaixo.

Cantagalo, 25 de outubro de 2021.

JOÃO KONJUNSKI
CONTRATANTE

VALE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES – EIRELI
CONTRATADA

Testemunhas:

CPF nº. _____ **CPF nº.** _____

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ
CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 61/2021

O Município de Cantagalo, Estado do Paraná, através de sua Pregoeira, tendo em vista a Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, bem como a Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente à Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, torna público que fará realizar às 15H00MIN DO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2021, o PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 61/2021, cujo objeto é a REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DO MUNICIPIO DE CANTAGALO-PR, QUE ESTIVEREM EM RETORNO DE VIAGEM DE CURITIBA E REGIÃO, conforme especificações do edital, sendo:

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:
Dia 11/11/2021 às 15:00 (quinze horas).
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: https://licitanet.com.br.

Os interessados deverão retirar o edital de licitação no site do Município de Cantagalo/PR: <http://cantagalo.pr.gov.br>, bem como pedidos de esclarecimentos, dúvidas e informações na Prefeitura Municipal, setor de licitações ou pelo e-mail: licitacaocantagalo24@hotmail.com.
Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site https://licitanet.com.br/.

Cantagalo, 26 de outubro de 2021.

JENIFER LARRAINE DA SILVA DE LIMA
Pregoeira

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ
CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 68/2021
EXCLUSIVO PARA ME ou EPP

O Município de Cantagalo, Estado do Paraná, através de seu Pregoeiro, tendo em vista a Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, bem como a Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente à Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, torna público que fará realizar às 13H30MIN DO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2021, o PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 68/2021, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO, SEMÊN BOVINO E MATERIAIS EM GERAL, DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE, conforme especificações do edital, sendo:

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:
Dia 12/11/2021 às 13:30 (treze horas e trinta minutos).
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: https://licitanet.com.br.

Os interessados deverão retirar o edital de licitação no site do Município de Cantagalo/PR: <http://cantagalo.pr.gov.br>, bem como pedidos de esclarecimentos, dúvidas e informações na Prefeitura Municipal, setor de licitações ou pelo e-mail: licitacaocantagalo24@gmail.com.
Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site https://licitanet.com.br.

Cantagalo, 25 de outubro de 2021.

JENIFER LARRAINE DA SILVA DE LIMA
Pregoeira

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ
CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

EXTRATO DE CONTRATO PARA PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 59/2021 PMC

OBJETO: IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS, COM ASSESSORIA REMOTA E PRESENCIAL, PARA APOIO À FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL – ITR, NO CONVÊNIO COM A RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE CANTAGALO, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº. 78.279.981/0001-45, com endereço à Rua Cinderela, 379, Vila Planalto, Cantagalo, PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor JOÃO KONJUNSKI, residente e domiciliado à Rua Ermínio Pompeu, nº 45 – Vila Planalto, CEP 85.160-000, Cantagalo – PR, inscrito no CPF sob o nº. 192.411.199-34 e no RG sob o nº. 922.699.

CONTRATO Nº. 161/2021-PMC
CONTRATADO: CONVICTA TREINAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 17.834.237/0001-70, situada a Rua República Argentina, n.º 508, CEP 85700-000, Barracão/PR neste ato representada pelo Sr. JOAREZ LIMA HENRICHS, brasileiro, portador do CPF/MF n.º 385.752.999-72, e cédula de identidade n.º 2.337.141-3, SSP/PR, residente e domiciliado em Barracão/PR.

Serviços Contratados:

LOTE	ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO	PREÇO TOTAL
1	1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS, COM ASSESSORIA REMOTA E PRESENCIAL, PARA APOIO À FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL – ITR, ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO COM A RECEITA FEDERAL.	UN	12 MESES	4.000,00	48.000,00
TOTAL						48.000,00

Data do Contrato: 25 de outubro de 2021.
Vigência do contrato: 25 de outubro de 2021 a 24 de outubro de 2022.
Foro: Comarca de Cantagalo/Pr.

Município de Porto Barreiro - 2021
Relatório de alteração orçamentária por funcional programática

Página 1

Lei/Ato nº 505 - Decreto nº 204/2021 de 26/10/2021 — Escopo — Nº — Ano
Autorização: 452 Lei ordinária — Lei Orçamentária Anual - LOA — 612 — 2020
Crédito adicional — Recurso do crédito adicional — Previsto — Realizado
Suplementar — Anulação de Dotações — 218.000,00 — 218.000,00

Despesa

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO — Anulação — 48.000,00
05.001 EDUCAÇÃO - IMP TRANSF CONST (ENSINO FUNDAMENTAL) — Abertura
12.361.0035.1009 REFORMA ESCOLA MUNICIPAL CANDIDA QUINDERA LUZ
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES
660 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO — Anulação — 120.000,00
05.001 EDUCAÇÃO - IMP TRANSF CONST (ENSINO FUNDAMENTAL) — Abertura
12.361.0035.2014 ENSINO FUNDAMENTAL - EXCETO FUNDEB
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
620 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO — Acrescimo — 2.000,00
05.001 EDUCAÇÃO - IMP TRANSF CONST (ENSINO FUNDAMENTAL) — Abertura
12.361.0035.2014 ENSINO FUNDAMENTAL - EXCETO FUNDEB
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
500 07104 Demais Impostos Vinculados a Educação Básica
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO — Anulação — 50.000,00
05.001 EDUCAÇÃO - IMP TRANSF CONST (ENSINO FUNDAMENTAL) — Abertura
12.361.0035.2014 ENSINO FUNDAMENTAL - EXCETO FUNDEB
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
520 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO — Acrescimo — 30.000,00
05.001 EDUCAÇÃO - IMP TRANSF CONST (ENSINO FUNDAMENTAL) — Abertura
12.366.0035.2019 EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA)
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
1360 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO — Acrescimo — 120.000,00
05.002 EDUCAÇÃO - FUNDEB — Abertura
12.366.0035.2023 EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
1630 [illegible] Fundeb 60%
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO — Acrescimo — 40.000,00
05.002 EDUCAÇÃO - FUNDEB — Abertura
12.366.0035.2023 EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
1650 03101 Fundeb 60%
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

06 SECRETARIA DE SAUDE — Anulação — 15.000,00
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE — Abertura
10.301.0036.2032 PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
1850 03303 Saude - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

06 SECRETARIA DE SAUDE — Acrescimo — 5.000,00
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE — Abertura
10.305 0036 2033 PROGRAMA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DE SAÚDE
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
2000 03404 Bloco de Custeio - 494
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

06 SECRETARIA DE SAUDE — Anulação — 5.000,00
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE — Abertura
10.301.0036.2036 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
2090 03404 Bloco de Custeio - 494
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

Emitido por: MARCOS BAPTISTEL, no exercício: 2020-2 — 26/10/2021 10:56:30

Município de Porto Barreiro - 2021
Relatório de alteração orçamentária por funcional programática

Página 2

06 SECRETARIA DE SAUDE — Acrescimo — 15.000,00
06.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE — Abertura
10.301.0036.2036 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
2140 03303 Saude - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

07 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL — Acrescimo — 3.000,00
07.006 DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL — Abertura
08.244.0039.2043 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
2810 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

09 SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO — Acrescimo — 2.000,00
09.001 DIRETORIA GERAL — Abertura
26.782.0039.2049 MANUTENCAO DIRETORIA GERAL VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3050 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

10 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO — Acrescimo — 1.000,00
10.001 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO — Abertura
04.121.0010.2057 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3510 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Suplementar — Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

Resumo acumulado	Recurso do crédito adicional	Tipo de alteração	Previsto	Realizado
Suplementar	Anulação de Dotações	Acrescimo	218.000,00	218.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	218.000,00	218.000,00

MUNICÍPIO DE PINHÃO
ESTADO DO PARANÁ

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

LICITAÇÃO EXCLUSIVA – MEI/ME/EP

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO (ELETRÔNICO) N.º 063/2021

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SORO FISIOLÓGICO E GLICOSADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: DE 27/10/2021 ATÉ 11/11/2021 NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHÃO (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA): http://transparencia.pinhao.pr.gov.br/ - ÍCONE LICITAÇÕES E NO SITE DA BLL: https://bll.org.br/ OU NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO NA AVENIDA TRIFON HANYCZ, 220 CENTRO, PRÉDIO DA PREFEITURA.

INFORMAÇÕES ATRAVÉS DO TELEFONE: (42)3677-8431 E E-MAIL: compras@pinhao.pr.gov.br

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A PARTIR DAS 09h00min DO DIA 27/10/2021.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: A PARTIR DAS 08H31MIN DO DIA 11/11/2021.

RECEBIMENTO DOS LANCES: A PARTIR DAS 09H00MIN DO DIA 11/11/2021.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM.

PARECER JURÍDICO Nº 447/2021 – WALDIR FIGUEIREDO RECCANELLO – OAB/PR 30.494

PINHÃO-PR, 20 DE OUTUBRO DE 2021.

José Vitorino Prestes
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Foz do Jordão
Gestão 2021 - 2024
fozdojordão.pr.gov.br

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 220/2021.

PROCESSO: Processo de Dispensa nº 20/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: INNOVARE CONSULTORIA, ASSESSORIA E TREINAMENTOS S/C LTDA-ME (CNPJ Nº 03.966.923/0001-90)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CAPACITAÇÃO MOTIVACIONAL E DE RELACIONAMENTO INTERPESSOAL SER MINISTRADO PARA TODOS OS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO COM DURAÇÃO DE 02 PERÍODOS, MANHÃ E TARDE COM DURAÇÃO DE 06(SEIS) HORAS"
VALOR TOTAL: R$ 4.950,00 (Quatro Mil, Novecentos e Cinqüenta Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 92 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 1 Dias dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 25/10/2021.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Foz do Jordão
Gestão 2021 - 2024
fozdojordão.pr.gov.br

EXTRATO
TERMO DE CANCELAMENTO DE ITEM DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 127/2020

ADMINISTRAÇÃO: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ sob o nº 01.603.719/0001-80).
FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02).
OBJETO: Cancelamento amigavel por acordo entre as partes, do item 151, lote 01, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, visto a dificuldade, por motivo acarretados da pandemia COVID - 19, qual o fornecedor fica impossibilitado em entregar o item registrados na Ata de Registro de Preços nº 127/2020 do Pregão Presencial SRP nº 41/2020 qual tem por objeto "Registro de preço visando a Aquisição de medicamentos, para o período de 12 (doze) meses"
CANCELAMENTO: Item 151 – PETIDINA INJETÁVEL 50 MG/ML 02 ML, da Ata de Registro de Preços nº 127/2020, vinculada ao Pregão Presencial nº 41/2020.
DATA DE ASSINATURA: 13/10/2021.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu

Quinta-Feira, 21 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2426 | Página 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU

EXTRATO DE CONTRATO(S) PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

CONTRATO Nº: 235/2021/PMQI
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU – ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Hospital Municipal Drº Auri Antônio Sanson, com recursos provenientes da Proposta nº 09131.091000/1200-01, do Ministério da Saúde e do Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, em conformidade com as especificações constantes na proposta apresentada pela CONTRATADA, e demais exigências constantes no Pregão Eletrônico nº 106/2021/PMQI e seus anexos, sendo: Lote(s) nº 02, 10, 17, 22, e 24.
VALOR GLOBAL: R$ 23.716,54
VIGENCIA: 31/12/2021
DATA ASSIM.: 19/10/2021.
PREGÃO: 106/2021/PMQI.

CONTRATO Nº: 236/2021/PMQI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU – ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: CLIMATEC CLIMATIZADORA LTDA
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Hospital Municipal Drº Auri Antônio Sanson, com recursos provenientes da Proposta nº 09131.091000/1200-01, do Ministério da Saúde e do Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, em conformidade com as especificações constantes na proposta apresentada pela CONTRATADA, e demais exigências constantes no Pregão Eletrônico nº 106/2021/PMQI e seus anexos, sendo: Lote(s) nº 03 e 18.
VALOR GLOBAL: R$ 6.904,00
VIGENCIA: 31/12/2021
DATA ASSIM.: 19/10/2021.
PREGÃO: 106/2021/PMQI.

CONTRATO Nº: 237/2021/PMQI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU – ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Hospital Municipal Drº Auri Antônio Sanson, com recursos provenientes da Proposta nº 09131.091000/1200-01, do Ministério da Saúde e do Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, em conformidade com as especificações constantes na proposta apresentada pela CONTRATADA, e demais exigências constantes no Pregão Eletrônico nº 106/2021/PMQI e seus anexos, sendo: Lote(s) nº 04, 05, 07, 09, 14, 16, 20, e 29.
VALOR GLOBAL: R$ 18.315,00.
VIGENCIA: 31/12/2021
DATA ASSIM.: 19/10/2021.
PREGÃO: 106/2021/PMQI.

CONTRATO Nº: 238/2021/PMQI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU – ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: ECO-FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS–EIRELI
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Hospital Municipal Drº Auri Antônio Sanson, com recursos provenientes da Proposta nº 09131.091000/1200-01, do Ministério da Saúde e do Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, em conformidade com as especificações constantes na proposta apresentada pela CONTRATADA, e demais exigências constantes no Pregão Eletrônico nº 106/2021/PMQI e seus anexos, sendo: Lote(s) nº 06, 19, 23, 30, 32, e 34.
VALOR GLOBAL: R$ 3.220,00.
VIGENCIA: 31/12/2021
DATA ASSIM.: 19/10/2021.
PREGÃO: 106/2021/PMQI.

CONTRATO Nº: 239/2021/PMQI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU – ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: MZZ – COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELI
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Hospital Municipal Drº Auri Antônio Sanson, com recursos provenientes da Proposta nº 09131.091000/1200-01, do Ministério da Saúde e do Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, em conformidade com as especificações constantes na proposta apresentada pela CONTRATADA, e demais exigências constantes no Pregão Eletrônico nº 106/2021/PMQI e seus anexos, sendo: Lote(s) nº 12, 27, e 28.
VALOR GLOBAL: R$ 3.398,00
VIGENCIA: 31/12/2021
DATA ASSIM.: 19/10/2021.
PREGÃO: 106/2021/PMQI.

CONTRATO Nº: 240/2021/PMQI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU – ESTADO DO PARANÁ

Matéria publicada no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ no dia 21/10/2021.
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
http://quedasdoiguacu.diofm.com.br

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu

Quinta-Feira, 21 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2426 | Página 2

CONTRATADA: CIRURGICA CERON IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Hospital Municipal Drº Auri Antônio Sanson, com recursos provenientes da Proposta nº 09131.091000/1200-01, do Ministério da Saúde e do Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, em conformidade com as especificações constantes na proposta apresentada pela CONTRATADA, e demais exigências constantes no Pregão Eletrônico nº 106/2021/PMQI e seus anexos, sendo: Lote(s) nº 13, 33, 36, e 38.
VALOR GLOBAL: R$ 2.897,72.
VIGENCIA: 31/12/2021
DATA ASSIM.: 19/10/2021.
PREGÃO: 106/2021/PMQI.

CONTRATO Nº: 241/2021/PMQI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU – ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: LUIZA PENTEADO ALEXANDRE DA SILVA
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para ministra aulas de danças tradicionais gaúchas e de salão junto ao Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná.
VALOR GLOBAL: R$ 20.933,36.
VIGENCIA: 04 (quatro) meses
DATA ASSIM.: 19/10/2021.
PREGÃO: 126/2021/PMQI.

Cod373485

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu

Quinta-Feira, 21 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2426 | Página 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU

DECRETO Nº 991/2021

Data: 20/10/2021
SUMULA: Exonera servidora em cargo em comissão.
O PREFEITO MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
D E C R E T A :
Art. 1º–Fica exonerada, a pedido, a partir de 20/10/2021, 4637-1 JANETE DAMACENO, portadora da cédula de Identidade RG Nº 13.043.849-0/PR, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Secretaria, do quadro do município.
Art. 2º–Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal, 20 de Outubro de 2021.
ELCIO JAIME DA LUZ - Prefeito Municipal

Cod373525

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu

Quinta-Feira, 21 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2426 | Página 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 142/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2021/PMQI
Eu, JOÃO ALVES DE MOURA, Pregoeiro nomeado através da Portaria nº 086, de 26/07/2021, ADJUDICO o(s) objeto(s) constante(s) no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2021/PMQI, a(s) seguinte(s) empresa(s):
a) Lote(s) nº 21, 134, 135, 137,153, 202 e 213 a empresa EBERSON ANTONIO CHMIEL MEDICAMENTOS EPP, CNPJ/MF nº 15.626.139/0001-12, do Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, que venceu o(s) referido(s) Lote(s), com o valor global de R$ 65.568,18 (sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e oito reais e dezoito centavos);
b) Lote(s) nº 44, 49, 55, 56, 57 e 97 a empresa ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, CNPJ/MF nº 86.477.586/0001-32, do Município de Cascavel, Estado do Paraná, que venceu o(s) referido(s) Lote(s), com o valor global de R$ 11.715,00 (onze mil, setecentos e quinze reais); e
c) Lote(s) nº 136, a empresa PGSA COMERCIAL LTDA, CNPJ/MF nº 25.034.906/0001-58, do Município de Curitiba, Estado do Rio Grande do Sul, que venceu o(s) referido(s) Lote(s), com o valor global de R$ 4.995,00 (quatro mil, novecentos e noventa e cinco reais).
d) Lote(s) nº 103 e 159 a empresa SALVI, LOPES & CIA LTDA CNPJ/MF nº 82.478.140/0001-34 do Município de Arapongas, Estado do Paraná, que venceu o(s) referido(s) Lote(s), com o valor global de R$ 6.273,98 (seis mil, duzentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos).
e) Lote(s) nº 219 e 224 a empresa CLIMATEC CLIMATIZADORA, CNPJ/MF nº 03.629.033/0001-93, do Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, que venceu o(s) referido(s) Lote(s), com o valor global de R$ 9.512,00 (nove mil, quinhentos e doze reais);
f) Lote(s) nº 165, 169 e 176 a empresa MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA, CNPJ/MF nº 3.969.812/0001-06 do Município de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, que venceu o(s) referido(s) Lote(s), com o valor global de R$ 2.079,40 (dois mil, setenta e nove reais e quarenta centavos).
g) Lote(s) nº 37, 47, 48, 174, 196, 197, 198 e 222 a empresa VALE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI, CNPJ/MF nº 32.635.445/0001-34 do Município de Ivaiporã, Estado do Paraná, que venceu o(s) referido(s) Lote(s), com o valor global de R$ 17.736,30 (dezessete mil, setecentos e trinta e seis reais e trinta centavos).
h) Lote(s) nº 12, 15, 23, 24, 28, 50, 51, 52, 54, 75, 76, 77, 84, 86, 87, 90, 106, 108, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 128, 129 e 214 a empresa E.C. DOS SANTOS COMERCIAL EIRELI, CNPJ/MF nº 02.136.854/0001-25 do Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, que venceu o(s) referido(s) Lote(s), com o valor global de R$ 20.729,15 (vinte mil, setecentos e vinte e nove reais e quinze centavos).
i) Lote(s) nº 25, 27, 32, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 79, 80, 83, 88, 89, 91, 96, 98, 107, 109, 112, 131, 143 e 201 a empresa DENTAL – PRIME – PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI CNPJ/MF nº 21.504.525/0001-34 do Município de Pinhais, Estado do Paraná, que venceu o(s) referido(s) Lote(s), com o valor global de R$ 33.189,50 (trinta e três mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)
j) Lote (s) nº 09, 31, 34, 36, 38, 45, 53, 74, 85, 99, 100, 101, 102, 105, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 138, 144, 149, 162, 166, 168, 175, 189, 191, 192, 210, 211, 227 e 239 a empresa ALTERMED MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, CNPJ/MF nº 00.802.002/0001-02 do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, que venceu o(s) referido(s) Lote(s), com o valor global de R$ 52.156,46 (cinquenta e dois mil, cento e cinquenta e seis reais e quarenta e seis centavos)
k) Lote (s) nº 08, 10, 11, 16, 18, 20, 33, 142, 145, 146, 147, 148, 150, 155, 156, 163, 178, 179, 193, 203, 205, 207, 225, 226 e 235 a empresa POSSATTO & POSSATTO LTDA, CNPJ/MF nº 72.150.550/0001-06 do Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, que venceu o(s) referido(s) Lote(s), com o valor global de R$ 59.487,90 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e noventa centavos)
l) Lote (s) nº 229 e 230 a empresa TATA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA SAUDE, ODONTO-MEDICO LTDA CNPJ/MF nº 11.088.993/0001-11 do Município de Curitiba, Estado do Paraná, que venceu o(s) referido(s) Lote(s), com o valor global de R$ 4.138,20 (Quatro mil, cento e trinta e oito reais e vinte centavos).
m) Lote (s) nº 02, 03, 04, 06, 07, 14, 19 e 29 a empresa ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ/MF nº 06.194.440/0001-03 do Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, que venceu o(s) referido(s) Lote(s), com o valor global de R$ 29.068,82 (vinte e nove mil, sessenta e oito reais e oitenta e dois centavos).
n) Lote (s) nº 05 a empresa MZZ – COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI CNPJ/MF nº 24.384.602/0001-58 do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, que venceu o(s) referido(s) Lote(s), com o valor global de R$ 1.789,98 (mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos).
o) Lote (s) nº 01, 13, 17, 26, 30, 35, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 69, 70, 78, 81, 82, 92, 93, 94, 95, 119, 151, 160, 177, 190, 204 e 228 a empresa FUSÃO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, CNPJ/MF nº 10.633.441/0001-84 do Município de Cascavel, Estado do Paraná, que venceu o(s) referido(s) Lote(s), com o valor global de R$ 102.935,00 (cento e dois mil, novecentos e trinta e cinco reais)
p) Lote (s) nº 157, 158 e 233 a empresa KONDENTECH INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ/MF nº 66.525.379/0001-61 do Município de São Carlos, Estado de São Paulo, que venceu o(s) referido(s) Lote(s), com o valor global de R$ 23.789,95 (vinte e três mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos).
FRACASSADOS LOTES Nº 22, 104, 132, 133, 139, 140, 141, 152, 154, 167, 170, 172,

Matéria publicada no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ no dia 21/10/2021.
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
http://quedasdoiguacu.diofm.com.br

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu

Quinta-Feira, 21 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2426 | Página 2

173, 180, 184, 188, 194, 195, 199, 200, 206, 209, 212, 215, 217, 220, 221, 223, 231,234 e 238
DESERTOS LOTES Nº 161, 164, 171, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 208, 216, 218, 232, 236 e 237
Valor Global de Gastos Licitados: R$ 445.164,82 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, cento e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).
Quedas do Iguaçu,20 de outubro de 2021.
JOÃO ALVES DE MOURA
Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2021/PMQI
Afigurando-me que a licitação epigrafada encontra-se regularmente desenvolvida e, estando ainda presente o interesse na(s) contratação(ões) que deu ensejo à instauração do processo, HOMOLOGO o procedimento que se cogita.
Sigam-se os ulteriores termos.
Quedas do Iguaçu, 20 de outubro de 2021.
ELCIO JAIME DA LUZ
Prefeito Municipal

Cod373585

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu

Sexta-Feira, 22 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2427 | Página 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU

LEI N.º 1.360/2021
DATA 21/10/2021

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A E EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU, Estado do Paraná, aprovou e eu o Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município de Quedas do Iguaçu, para o exercício financeiro de 2021, no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) nas seguintes dotações:

09.00 SECRETARIA DE SAÚDE

09.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.1001.2-295 - AÇÕES DE ENFRENTAMENTO EMERGENCIAL DE SAÚDE PÚBLICA (COVID-19)

33.90.30.00.00 Material de Consumo REC 00376 81.000,00
33.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica REC 00376 159.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto de conformidade com o artigo anterior será utilizado o Excesso de Arrecadação de Recursos no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) provenientes do Ministério da Saúde, conforme Portaria número 2010/2021.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 21 DE OUTUBRO 2021.

ELCIO JAIME DA LUZ
Prefeito Municipal

Cod373636

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu

Sexta-Feira, 22 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2427 | Página 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU

GOVERNO MUNICIPAL
QUEDAS DO IGUAÇU - PR
GESTÃO 2021-2024
Terra de Oportunidades

DECRETO Nº 1028/2021 – S.F.
DATA: 01/10/2021

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar por Cancelamento, Remanejamento, Excesso de Arrecadação e Superávit Financeiro Vinculado de Dotações no Orçamento do Município de Quedas do Iguaçu – Pr., para o Exercício Financeiro de 2021.

O Prefeito Municipal de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal n.º. 1.319/2021, Artigos 7, 8, 13, 14 e 18º.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Quedas do Iguaçu, para o exercício financeiro de 2021, um crédito adicional Suplementar por Cancelamento de Dotação Orçamentária, Remanejamento de Dotação Orçamentária, Excesso de Arrecadação e Superávit Financeiro Vinculado na importância de R$ 2.213.679,00 (dois milhões, duzentos e treze mil, seiscentos e setenta e nove reais), de conformidade com o Relatório de Alterações Orçamentárias anexo, e que faz parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários para cobertura do Crédito aberto de conformidade com o artigo anterior será o Cancelamento, Remanejamento, Excesso de Arrecadação e Superávit Financeiro Vinculado de Dotações de conformidade com o Relatório de Alterações Orçamentárias anexas e que faz parte integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua promulgação, produzindo seus efeitos a partir desta data, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Quedas do Iguaçu - Pr., 01 de outubro de 2021.

ELCIO JAIME DA LUZ
Prefeito Municipal

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu

Sexta-Feira, 22 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2427 | Página 2

Município de Quedas do Iguaçu - 2021
Relatório de alteração orçamentária por crédito e recurso do crédito adicional

Página:1

Lei/Ato nº 2491 - Decreto nº 1028/2021 de 01/10/2021 | **Escopo** | **Nº** | **Ano**
Autorização: 2181 Lei ordinária | Lei Orçamentária Anual - LOA | 1319 | 2021

Despesa

Crédito adicional	Recurso do crédito adicional		Anulação	Acréscimo
Remanejamento	Anulação de Dotações			
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		Anulação	41.000,00	
06.001 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		Abertura		
12.361.1201.1050 AMPLIAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL		Remanejamento		
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES				
1610	00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		Anulação	2.987,20	
06.001 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		Abertura		
12.361.1201.1051 AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR		Remanejamento		
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
1650	00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		Anulação	45.000,00	
06.001 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		Abertura		
12.361.1201.1053 AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA A EDUCAÇÃO		Remanejamento		
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
1710	00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		Acréscimo		72.906,00
06.001 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		Abertura		
12.361.1201.2055 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		Remanejamento		
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL				
1920	00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		Acréscimo		16.081,20
06.001 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		Abertura		
12.361.1201.2055 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		Remanejamento		
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS				
1940	00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		Acréscimo		100.000,00
06.001 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		Abertura		
12.361.1201.2058 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		Remanejamento		
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO				
2750	00504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não			
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		Acréscimo		200.000,00
06.001 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		Abertura		
12.361.1201.2058 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		Remanejamento		
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO				
2790	00107 Salário-Educação			
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		Anulação	200.000,00	
06.001 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		Abertura		
12.361.1201.2058 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		Remanejamento		
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
2880	00107 Salário-Educação			
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		Anulação	100.000,00	
06.001 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		Abertura		
12.361.1201.2060 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR		Remanejamento		
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA				
3020	00504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não			
09 SECRETARIA DE SAUDE		Anulação	60.000,00	
09.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE		Abertura		
10.301.1001.2130 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE		Remanejamento		
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO				
5560	00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
09 SECRETARIA DE SAUDE		Anulação	30.000,00	
09.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE		Abertura		
10.301.1001.2130 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE		Remanejamento		
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA				
5570	00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
09 SECRETARIA DE SAUDE		Anulação	10.000,00	
09.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE		Abertura		
10.301.1001.2130 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE		Remanejamento		
3.3.90.40.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO				
5610	00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			

Emitido por: VALMIR HARTCOPF, na versão 8528-d | 21/10/2021 10:07:14

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu

Sexta-Feira, 22 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2427 | Página 3

Municipio de Quedas do Iguaçu - 2021

Relatório de alteração orçamentária por crédito e recurso do crédito adicional

Equiplano Página:2

	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	10.000,00	
	09.001	DEPARTAMENTO DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2130	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE	Remanejamento		
	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES			
5630	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	20.000,00	
	09.001	DEPARTAMENTO DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2130	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE	Remanejamento		
	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
5640	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	10.000,00	
	09.001	DEPARTAMENTO DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2131	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAUDE	Remanejamento		
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
5690	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	10.000,00	
	09.001	DEPARTAMENTO DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2131	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAUDE	Remanejamento		
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
5740	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	10.000,00	
	09.001	DEPARTAMENTO DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2131	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAUDE	Remanejamento		
	3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			
5750	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	10.000,00	
	09.001	DEPARTAMENTO DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2131	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAUDE	Remanejamento		
	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES			
5780	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	20.000,00	
	09.001	DEPARTAMENTO DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2131	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAUDE	Remanejamento		
	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
5790	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	82.086,11	
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2135	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA MÉDICA E SANITARIA	Remanejamento		
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
5940	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	10.000,00	
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2135	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA MÉDICA E SANITARIA	Remanejamento		
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
5970	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		50.000,00
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2135	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA MÉDICA E SANITARIA	Remanejamento		
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
6120	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		10.000,00
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2135	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA MÉDICA E SANITARIA	Remanejamento		
	3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			
6160	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	15.000,00	
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2136	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	Remanejamento		
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
6300	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		100.000,00
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2138	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE - CISOP	Remanejamento		
	3.1.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO			
6450	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			

Emitido por: VALMIR HARTCOPF, na versão: 5528 d 21/10/2021 10:07:14

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu

Sexta-Feira, 22 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2427 | Página 4

Municipio de Quedas do Iguaçu - 2021

Relatório de alteração orçamentária por crédito e recurso do crédito adicional

Equiplano Página:3

	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		15.000,00
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2139	MANUTENÇÃO DAS CASAS DE APOIO	Remanejamento		
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
6520	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	40.000,00	
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2140	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA	Remanejamento		
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
6550	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		66.380,13
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2141	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTE COMUNITARIO DE	Remanejamento		
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
6690	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		49.283,16
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2141	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTE COMUNITARIO DE	Remanejamento		
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
6700	00494	ATENÇÃO BÁSICA - BLOCO DE CUSTEIO - FONTE 494			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		15.705,98
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2141	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTE COMUNITARIO DE	Remanejamento		
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
6720	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		11.732,08
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2141	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTE COMUNITARIO DE	Remanejamento		
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
6730	00494	ATENÇÃO BÁSICA - BLOCO DE CUSTEIO - FONTE 494			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	20.000,00	
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2142	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRÉ NATAL	Remanejamento		
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
6840	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	15.000,00	
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2142	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRÉ NATAL	Remanejamento		
	3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
6860	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	15.000,00	
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2142	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRÉ NATAL	Remanejamento		
	3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
6870	00494	ATENÇÃO BÁSICA - BLOCO DE CUSTEIO - FONTE 494			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	10.000,00	
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2142	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRÉ NATAL	Remanejamento		
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
6900	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	25.000,00	
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2143	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA HIPERDIA	Remanejamento		
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
6920	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	13.000,00	
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2144	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL	Remanejamento		
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
7050	00494	ATENÇÃO BÁSICA - BLOCO DE CUSTEIO - FONTE 494			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	10.000,00	
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2146	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA SAUDE	Remanejamento		
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
7150	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			

Emitido por: VALMIR HARTCOPF, na versão: 5528 d 21/10/2021 10:07:14

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu

Sexta-Feira, 22 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2427 | Página 5

Municipio de Quedas do Iguaçu - 2021

Relatório de alteração orçamentária por crédito e recurso do crédito adicional

Equiplano Página:4

	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		200.000,00
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.302.1001.2148	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL	Remanejamento		
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
7340	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		14.639,35
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.304.1001.2149	ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITÁRIA	Remanejamento		
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
7450	00494	ATENÇÃO BÁSICA - BLOCO DE CUSTEIO - FONTE 494			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		3.303,48
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.304.1001.2149	ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITÁRIA	Remanejamento		
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
7470	00494	ATENÇÃO BÁSICA - BLOCO DE CUSTEIO - FONTE 494			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	958,07	
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.304.1001.2149	ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITÁRIA	Remanejamento		
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
7530	00494	ATENÇÃO BÁSICA - BLOCO DE CUSTEIO - FONTE 494			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	24.000,00	
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.305.1001.2150	CAMPANHAS DE COMBATE E PREVENÇÃO	Remanejamento		
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
7580	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	30.000,00	
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.305.1001.2150	CAMPANHAS DE COMBATE E PREVENÇÃO	Remanejamento		
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
7590	00494	ATENÇÃO BÁSICA - BLOCO DE CUSTEIO - FONTE 494			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	10.000,00	
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.305.1001.2150	CAMPANHAS DE COMBATE E PREVENÇÃO	Remanejamento		
	3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
7600	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	20.000,00	
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.305.1001.2150	CAMPANHAS DE COMBATE E PREVENÇÃO	Remanejamento		
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
7620	00494	ATENÇÃO BÁSICA - BLOCO DE CUSTEIO - FONTE 494			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	5.000,00	
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.305.1001.2150	CAMPANHAS DE COMBATE E PREVENÇÃO	Remanejamento		
	3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			
7630	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Anulação	1.000,00	
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.305.1001.2150	CAMPANHAS DE COMBATE E PREVENÇÃO	Remanejamento		
	3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			
7650	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
	10	SECRETARIA DE TRANSPORTES	Anulação	15.000,00	
	10.001	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	Abertura		
	26.782.2601.2161	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES	Remanejamento		
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
7800	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	10	SECRETARIA DE TRANSPORTES	Anulação	5.000,00	
	10.001	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	Abertura		
	26.782.2601.2161	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES	Remanejamento		
	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
7840	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	10	SECRETARIA DE TRANSPORTES	Acréscimo		300.000,00
	10.001	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	Abertura		
	26.782.2601.2162	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	Remanejamento		
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
7900	00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não			

Emitido por: VALMIR HARTCOPF, na versão: 5528 d 21/10/2021 10:07:14

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu

Sexta-Feira, 22 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2427 | Página 6

Municipio de Quedas do Iguaçu - 2021

Relatório de alteração orçamentária por crédito e recurso do crédito adicional

Equiplano Página:5

	10	SECRETARIA DE TRANSPORTES	Anulação	300.000,00	
	10.001	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	Abertura		
	26.782.2601.2164	RESTAURAÇÃO E REVESTIMENTO DE ESTRADAS MUNICIPAIS	Remanejamento		
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
8070	00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não			
	10	SECRETARIA DE TRANSPORTES	Acréscimo		20.000,00
	10.001	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	Abertura		
	26.782.2601.2165	RESTAURAÇÃO E REFORMA DE PONTES PONTILHÕES E	Remanejamento		
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
8130	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	11	SECRETARIA DE OBRAS URBANISMO E HABITAÇÃO	Acréscimo		30.000,00
	11.001	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	Abertura		
	15.452.1501.2193	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BOMBEIRO COMUNITÁRIO	Remanejamento		
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
9270	00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não			
	11	SECRETARIA DE OBRAS URBANISMO E HABITAÇÃO	Anulação	30.000,00	
	11.001	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	Abertura		
	15.452.1501.2193	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BOMBEIRO COMUNITÁRIO	Remanejamento		
	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
9370	00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não			
Suplementar		Anulação de Dotações		810.011,32	810.011,32
	02	EXECUTIVO MUNICIPAL	Acréscimo		625,39
	02.002	ASSESSORIA JURIDICA	Abertura		
	03.062.0202.2006	MANUTENÇÃO DO CONVENIO COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA			
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
250	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	02	EXECUTIVO MUNICIPAL	Anulação	10.000,00	
	02.002	ASSESSORIA JURIDICA	Abertura		
	04.122.0202.2007	ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURIDICA			
	3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			
310	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Acréscimo		5.000,00
	03.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	Abertura		
	04.122.0303.2018	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO			
	3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
660	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Acréscimo		50.000,00
	03.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	Abertura		
	04.122.0303.2018	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO			
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
670	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Acréscimo		3.665,55
	03.002	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	Abertura		
	04.122.0303.2022	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
890	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Anulação	5.000,00	
	03.003	DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO	Abertura		
	04.122.0303.2025	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO			
	3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			
1060	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Anulação	5.000,00	
	03.003	DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO	Abertura		
	04.122.0303.2025	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO			
	3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
1080	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	04	SECRETARIA DE FINANÇAS	Anulação	35.000,00	
	04.002	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO	Abertura		
	04.123.0403.2030	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
1110	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	04	SECRETARIA DE FINANÇAS	Anulação	20.000,00	
	04.002	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO	Abertura		
	04.123.0403.2030	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS			
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
1130	00000	Recursos Ordinários (Livres)			

Emitido por: VALMIR HARTCOPF, na versão: 5528 d 21/10/2021 10:07:14

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu

Sexta-Feira, 22 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2427 | Página 7

Municipio de Quedas do Iguaçu - 2021

Relatório de alteração orçamentária por crédito e recurso do crédito adicional

Equiplano Página:6

	04	SECRETARIA DE FINANÇAS	Acréscimo		19.274,94
	04.003	DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	Abertura		
	04.124.0303.2033	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
1340	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	04	SECRETARIA DE FINANÇAS	Acréscimo		4.349,55
	04.003	DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	Abertura		
	04.124.0303.2033	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO			
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
1350	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	04	SECRETARIA DE FINANÇAS	Anulação	115.000,00	
	04.003	DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	Abertura		
	04.124.0403.2034	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TESOURARIA			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
1420	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	Acréscimo		11.686,47
	05.001	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	Abertura		
	04.121.0303.2040	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
1530	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	Acréscimo		2.637,14
	05.001	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	Abertura		
	04.121.0303.2040	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
1540	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Anulação	30.000,00	
	06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	Abertura		
	12.361.1201.1050	AMPLIAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL			
	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES			
1620	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica			
	06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Anulação	14.994,15	
	06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	Abertura		
	12.361.1201.1051	AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR			
	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
1660	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica			
	06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Anulação	65.000,00	
	06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	Abertura		
	12.361.1201.2054	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
1740	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica			
	06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Anulação	50.000,00	
	06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	Abertura		
	12.361.1201.2055	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
1930	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica			
	06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Anulação	380.017,17	
	06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	Abertura		
	12.361.1201.2056	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
2210	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Acréscimo		80.000,00
	06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	Abertura		
	12.361.1201.2060	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			
	3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
3000	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Acréscimo		55.000,00
	06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	Abertura		
	12.365.1202.2068	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA CRECHE E PRE			
	3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
3320	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Acréscimo		130.178,09
	06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	Abertura		
	12.365.1202.2069	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
3390	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica			

Emitido por: VALMIR HARTCOPF, na versão: 5528 d 21/10/2021 10:07:14

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu

Sexta-Feira, 22 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2427 | Página 8

Municipio de Quedas do Iguaçu - 2021

Relatório de alteração orçamentária por crédito e recurso do crédito adicional

Equiplano Página:7

	06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Acréscimo		29.816,06
	06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	Abertura		
	12.365.1202.2069	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
3420	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica			
	07	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		15.252,41
	07.002	DEPARTAMENTO DE CULTURA	Abertura		
	13.392.1301.2090	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
4310	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	07	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		3.441,83
	07.002	DEPARTAMENTO DE CULTURA	Abertura		
	13.392.1301.2090	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA			
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
4320	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		101.508,17
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.302.1001.2148	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
7230	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		22.906,13
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.302.1001.2148	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL			
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
7250	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	10	SECRETARIA DE TRANSPORTES	Acréscimo		16.421,47
	10.001	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	Abertura		
	26.782.2601.2161	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
7730	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	10	SECRETARIA DE TRANSPORTES	Acréscimo		3.705,64
	10.001	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	Abertura		
	26.782.2601.2161	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES			
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
7740	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	11	SECRETARIA DE OBRAS URBANISMO E HABITAÇÃO	Acréscimo		9.839,56
	11.001	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	Abertura		
	15.452.1501.2184	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS URBANISMO E			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
8500	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	11	SECRETARIA DE OBRAS URBANISMO E HABITAÇÃO	Acréscimo		438,56
	11.001	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	Abertura		
	15.452.1501.2184	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS URBANISMO E			
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
8510	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	11	SECRETARIA DE OBRAS URBANISMO E HABITAÇÃO	Acréscimo		10.620,38
	11.001	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	Abertura		
	15.452.1501.2185	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS URBANISMO E			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
8680	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	11	SECRETARIA DE OBRAS URBANISMO E HABITAÇÃO	Acréscimo		2.396,58
	11.001	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	Abertura		
	15.452.1501.2185	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS URBANISMO E			
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
8690	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	11	SECRETARIA DE OBRAS URBANISMO E HABITAÇÃO	Acréscimo		2.911,94
	11.001	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	Abertura		
	15.452.1501.2187	MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
8850	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	12	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Acréscimo		7.297,71
	12.001	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	Abertura		
	08.244.0801.2219	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
10180	00000	Recursos Ordinários (Livres)			

Emitido por: VALMIR HARTCOPF, na versão: 5528 d 21/10/2021 10:07:14

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu

Sexta-Feira, 22 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2427 | Página 9

Municipio de Quedas do Iguaçu - 2021

Relatório de alteração orçamentária por crédito e recurso do crédito adicional

Equiplano Página:8

	12	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Acréscimo		881,91
	12.001	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	Abertura		
	08.244.0801.2219	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL			
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
10190	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	12	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Acréscimo		27.611,35
	12.001	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	Abertura		
	08.244.0801.2220	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
10280	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	12	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Acréscimo		2.914,57
	12.001	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	Abertura		
	08.244.0801.2220	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL			
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
10310	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	12	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Acréscimo		20.000,00
	12.001	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	Abertura		
	08.244.0801.2220	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL			
	3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
10390	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	12	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Acréscimo		20.000,00
	12.001	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	Abertura		
	08.244.0803.2224	PROGRAMA AUXILIO FUNERAL			
	3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
10540	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	12	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Acréscimo		8.653,60
	12.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Abertura		
	08.241.0804.2230	MANUTENÇÃO DA CASA LAR			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
10620	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	12	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Acréscimo		1.952,76
	12.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Abertura		
	08.241.0804.2230	MANUTENÇÃO DA CASA LAR			
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
10630	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	12	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Acréscimo		14.390,26
	12.003	FUNDO PARA A INFANCIA E JUVENTUDE	Abertura		
	08.243.0802.6251	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA ABRIGO			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
11290	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	12	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Acréscimo		3.247,28
	12.003	FUNDO PARA A INFANCIA E JUVENTUDE	Abertura		
	08.243.0802.6251	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA ABRIGO			
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
11300	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	13	SECRETARIA DE AGRICULTURA	Acréscimo		32.738,34
	13.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	Abertura		
	20.606.2001.2262	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
11560	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	13	SECRETARIA DE AGRICULTURA	Acréscimo		2.970,38
	13.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	Abertura		
	20.606.2001.2262	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA			
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
11570	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	13	SECRETARIA DE AGRICULTURA	Anulação	10.000,00	
	13.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	Abertura		
	20.606.2001.2267	MANUTENÇÃO DO VIVEIRO DE MUDAS			
	3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
11890	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	13	SECRETARIA DE AGRICULTURA	Anulação	10.000,00	
	13.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	Abertura		
	20.606.2001.2267	MANUTENÇÃO DO VIVEIRO DE MUDAS			
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
11910	00000	Recursos Ordinários (Livres)			

Emitido por: VALMIR HARTCOPF, na versão: 5528 d 21/10/2021 10:07:14

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu

Sexta-Feira, 22 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2427 | Página 10

Municipio de Quedas do Iguaçu - 2021

Relatório de alteração orçamentária por crédito e recurso do crédito adicional

Equiplano Página:9

	13	SECRETARIA DE AGRICULTURA	Anulação	10.000,00	
	13.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	Abertura		
	20.606.2001.2268	DISTRIBUIÇÃO DE CALCARIO A PEQUENOS PRODUTORES			
	3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
11920	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	13	SECRETARIA DE AGRICULTURA	Anulação	9.000,00	
	13.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	Abertura		
	20.606.2001.2268	DISTRIBUIÇÃO DE CALCARIO A PEQUENOS PRODUTORES			
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
11940	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	13	SECRETARIA DE AGRICULTURA	Anulação	1.000,00	
	13.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	Abertura		
	20.606.2001.2268	DISTRIBUIÇÃO DE CALCARIO A PEQUENOS PRODUTORES			
	3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			
11950	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	13	SECRETARIA DE AGRICULTURA	Anulação	5.000,00	
	13.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	Abertura		
	20.606.2001.2269	SUBSIDIOS A ANALISES DE SOLO			
	3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
11970	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	13	SECRETARIA DE AGRICULTURA	Anulação	15.000,00	
	13.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	Abertura		
	20.606.2001.2269	SUBSIDIOS A ANALISES DE SOLO			
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
11980	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	13	SECRETARIA DE AGRICULTURA	Anulação	10.000,00	
	13.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	Abertura		
	20.606.2001.2270	SILAGEM AO PEQUENO PRODUTOR RURAL			
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
11990	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	13	SECRETARIA DE AGRICULTURA	Anulação	10.000,00	
	13.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	Abertura		
	20.606.2001.2270	SILAGEM AO PEQUENO PRODUTOR RURAL			
	3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
12010	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	14	SECRETARIA DO TRABALHO	Acréscimo		40.000,00
	14.001	DEPARTAMENTO DO TRABALHO	Abertura		
	11.334.1101.2280	ATIVIDADES DA SECRETARIA DO TRABALHO			
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
12250	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	14	SECRETARIA DO TRABALHO	Acréscimo		20.312,59
	14.001	DEPARTAMENTO DO TRABALHO	Abertura		
	11.334.1101.2281	ATIVIDADES DA AGENCIA DE EMPREGOS			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
12300	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	14	SECRETARIA DO TRABALHO	Acréscimo		4.257,27
	14.001	DEPARTAMENTO DO TRABALHO	Abertura		
	11.334.1101.2281	ATIVIDADES DA AGENCIA DE EMPREGOS			
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
12310	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	15	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	Acréscimo		17.221,31
	15.001	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	Abertura		
	18.541.1801.2291	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE			
	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
12430	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
	15	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	Acréscimo		3.886,13
	15.001	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	Abertura		
	18.541.1801.2291	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE			
	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
12440	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Suplementar		Excesso de Arrecadação			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		0,05
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2135	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA MÉDICA E SANITARIA	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado		
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
6018	00349	FAMILIA PARANAENSE			

Emitido por: VALMIR HARTCOPF, na versão: 5528 d 21/10/2021 10:07:14

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu

Sexta-Feira, 22 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2427 | Página 11

Municipio de Quedas do Iguaçu - 2021

Relatório de alteração orçamentária por crédito e recurso do crédito adicional

Equiplano Página:10

	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		8.634,74
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2135	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA MÉDICA E SANITARIA	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado		
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
6021	00351	ATENÇÃO BÁSICA ESTADUAL - BLOCO DE CUSTEIO			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		47.647,85
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2135	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA MÉDICA E SANITARIA	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado		
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
6114	00351	ATENÇÃO BÁSICA ESTADUAL - BLOCO DE CUSTEIO			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		5.192,39
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2135	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA MÉDICA E SANITARIA	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado		
	3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			
6166	00351	ATENÇÃO BÁSICA ESTADUAL - BLOCO DE CUSTEIO			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		2.349,00
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.302.1001.2148	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado		
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
7276	00351	ATENÇÃO BÁSICA ESTADUAL - BLOCO DE CUSTEIO			
	12	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Acréscimo		5.990,00
	12.003	FUNDO PARA A INFANCIA E JUVENTUDE	Abertura		
	08.243.0802.6251	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA ABRIGO	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado		
	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
11395	00812	FEAS PPA IV			
Suplementar		Superávit Financeiro			
	06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Acréscimo		23.484,00
	06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	Abertura		
	12.361.1201.2058	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	Superávit Financeiro Vinculado		
	3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			
2810	00130	Transporte Escolar Estadual PETE			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		4,73
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2135	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA MÉDICA E SANITARIA	Superávit Financeiro Vinculado		
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
6018	00349	FAMILIA PARANAENSE			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		17.434,32
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2135	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA MÉDICA E SANITARIA	Superávit Financeiro Vinculado		
	3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
6100	00494	ATENÇÃO BÁSICA - BLOCO DE CUSTEIO - FONTE 494			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		10,45
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2135	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA MÉDICA E SANITARIA	Superávit Financeiro Vinculado		
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
6131	00495	Atenção Básica			
	09	SECRETARIA DE SAUDE	Acréscimo		4.114,98
	09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Abertura		
	10.301.1001.2135	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA MÉDICA E SANITARIA	Superávit Financeiro Vinculado		
	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
6211	00494	ATENÇÃO BÁSICA - BLOCO DE CUSTEIO - FONTE 494			
	12	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Acréscimo		1.246,87
	12.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Abertura		
	08.244.0803.2232	AÇÕES SOCIO EDUCATIVAS PARA A FAMILIA	Superávit Financeiro Vinculado		
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
10761	00851	FEAS - INCENTIVO VI			
	12	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Acréscimo		2.526,92
	12.003	FUNDO PARA A INFANCIA E JUVENTUDE	Abertura		
	08.243.0802.6250	ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	Superávit Financeiro Vinculado		
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
11191	00806	FNAS BL/PSB			
	12	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Acréscimo		10.000,00
	12.003	FUNDO PARA A INFANCIA E JUVENTUDE	Abertura		
	08.243.0802.6251	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA ABRIGO	Superávit Financeiro Vinculado		
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
11320	00941	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta			

Autorização de crédito adicional:

Emitido por: VALMIR HARTCOPF, na versão: 5528 d 21/10/2021 10:07:14

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Sexta-Feira, 22 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2427 Página 12

Município de Quedas do Iguaçu - 2021
Relatório de alteração orçamentária por crédito e recurso do crédito adicional

Página 11

Resumo		Recurso do crédito adicion	Tipo de exclusão	Tipo de alteração	Previsto	Realizado	
Remanejamento	Anulação de Dotações	Acréscimo	---	---	1.275.031,38	0,00	#
Remanejamento	Anulação de Dotações	Acréscimo	---	Remanejamento	0,00	1.275.031,38	#
Remanejamento	Anulação de Dotações	Anulação	---	Remanejamento	0,00	1.275.031,38	#
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	---	---	810.011,32	810.011,32	
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	---	---	810.011,32	810.011,32	
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	---	---	69.814,03	0,00	#
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado		0,00	69.814,03	#
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	---		58.822,27	0,00	#
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo		Superávit Financeiro Vinculado	0,00	58.822,27	#

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Sexta-Feira, 22 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2427 Página 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU

DECRETO Nº 992/2021

Data: 21/10/2021
SÚMULA: Decreta ponto facultativo, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições tendo em vista o dia do servidor público em 28/10/2021;
D E C R E T A:
Art. 1º–Fica transferido para o dia 01 de novembro de 2021, segunda-feira, a comemoração alusiva ao Dia do Servidor Público, declarando-se Ponto Facultativo nas repartições publicas municipais nesta data.
Parágrafo único: As atividades essenciais de saúde e limpeza urbana manterão os serviços em atividade mínima indispensável ao atendimento da população, de acordo com as instruções baixadas pelos secretários municipais respectivos.
Art. 2º–Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em 21 de outubro de 2021.
ELCIO JAIME DA LUZ - Prefeito Municipal

Cod373696

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Segunda-Feira, 25 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2428 Página 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU

PORTARIA Nº 109/2021

Data: 21/10/2021
O PREFEITO MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
Considerando a necessidade de apuração de irregularidade cometida por servidor público, nos termos da Lei Municipal nº 217/2003,
RESOLVE:
Art. 1º–Determinar a instauração de Sindicância para apurar prática de infração funcional do(a) servidor(a) V. A matrícula sob o nº 3626-1.
Parágrafo Único: A sindicância deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período.
Art. 2º–Designar para promover a Sindicância, comissão composta pelos seguintes servidores:
ELZICLÉIA FAUSTINO ORLOVSKI
ROSELI DA SILVA LEONARDO
ZENILDA DA ROCHA
Parágrafo Único: Deverá presidir a comissão a servidora ELZICLÉIA FAUSTINO ORLOVSKI.
Art. 3º–Ao servidor(a) fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Art. 4º–O rito da Sindicância reger-se-á, no que couber, pelo disposto nos artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 217/2003.
Art. 5º–Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 21 DE OUTUBRO DE 2021.
ELCIO JAIME DA LUZ - Prefeito Municipal

Cod373754

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Segunda-Feira, 25 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2428 Página 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU

DECRETO Nº 993/2021

DATA: 21/10/2021
SUMULA: Nomeia servidor para exercer cargo em comissão.
O Prefeito Municipal de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
D E C R E T A:
Art. 1º–Fica o servidor abaixo, nomeado a partir de 20/10/2021, para exercer o seguinte cargo em comissão:

Matric.	Nome	RG nº.	Cargo
4474-1	Elias da Silva	7.381.697-1/PR	Assessor de Secretaria

Art. 2º–Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de Outubro de 2021.
ELCIO JAIME DA LUZ - Prefeito Municipal

Cod373755

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Segunda-Feira, 25 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2428 Página 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU

RESOLUÇÃO CMDCA 21/2021

Dispõe sobre prestação de contas do recurso Incentivo para Fortalecimento de Programa de Qualificação Profissional para adolescentes. ABA de Prestação de Recursos Sistema SIFF.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Quedas do Iguaçu no uso das atribuições conforme Lei Municipal nº.**1.237/2018** Em Plenária ordinária realizada no dia 21/10/2021 as 14:00 min na sala de reuniões anexo paço Municipal, Rua Juazeiro 1065- Centro Quedas do Iguaçu. Considerando período de prestação de contas.

Considerando que a prestação de contas foi apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar por Unanimidade a prestação de Contas do Recurso Incentivo para Fortalecimento de Programas de Qualificação Profissional para adolescentes. Referente Repasse pelo FIA em 03/2019 de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Rendimento Financeiro R$1.607,26 (um mil seiscentos e sete reais e vinte e seis centavos) total até o período foi de = R$81.607,26 (oitenta e um mil seiscentos e sete reais e vinte e seis centavos)

Pagamento para empresa prestadora (SENAI) de serviço no período de 03/2019 a 12/2020 foi de: R$ 19.750,00 (dezenove mil setecentos e cinquenta reais).

Saldo em 31/12/2020: R$61.857,26 (sessenta e um mil oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos.

Art.º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Quedas do Iguaçu, 21 de outubro de 2021

Cleonice Teresinha Morais Rodrigues
Presidente CMDCA

Cod373822

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 139/2021/PMQI
O MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU, Estado do Paraná, com a devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal o Srª ELCIO JAIME DA LUZ, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, MODO DE DISPUTA ABERTO, cujo objeto é a contratação de empresas para o fornecimento de gêneros alimentícios, produtos de higiene, limpeza e de utensílios em geral, visando suprir as necessidades junto as UBS e Hospital Municipal Drº Auri Antônio Sansom de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná.
- RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:00 horas do dia 10/11/2021.
- ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08:00 horas do dia 10/11/2021.
- INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 10/11/2021.
- LOCAL: www.licitacoes-e.com.br – BANCO DO BRASIL S/A.
LOCAL PARA INFORMAÇÕES E OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: Informações bem como o edital e seus anexos poderão ser obtidos junto no site www.licitacoes-e.com.br, do Banco do Brasil S/A, no site www.quedasdoiguacu.pr.gov.br, no Setor de Licitações, localizado na Sede da Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, sito a Rua Juazeiro, 1.065, Centro, Fone: (46) 3532-8200, no horário normal de expediente de segunda à sexta-feira das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou através do e-mail: licitacao2@quedasdoiguacu.pr.gov.br.
Quedas do Iguaçu, 22 de outubro de 2021
JOÃO ALVES DE MOURA - Pregoeiro

Cod373865

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 -Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º. 015/2021

22/10/2021

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A LEI DO CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU.

A Câmara Municipal de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas para a elaboração de projetos e execução de obras e instalações, em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais, bem como para os procedimentos administrativos para aprovação de projetos expedição de alvarás de edificação e uso.

§1º Todos os projetos de obras e instalações deverão estar de acordo com esta Lei Complementar, com a legislação vigente de Uso e Ocupação do Solo, de Parcelamento do Solo Urbano e do Sistema Viário, bem como com os princípios previstos na Lei do Plano Diretor, em conformidade com o Art. 182 da Constituição Federal.

§2º Todos os projetos de obras e instalações deverão ainda atender as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e o Código de Saúde do Paraná, que dispõe sobre a matéria.

Art. 2º As obras, de iniciativa pública ou privada, realizadas no Município serão identificadas como construção, reforma, ampliação ou demolição e somente poderão ser executadas após concessão do alvará pelo órgão competente municipal, de acordo com as exigências contidas nesta Lei Complementar e mediante a assunção de responsabilidade por profissional legalmente habilitado.

Art. 3º Todos os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente sem áreas comuns, deverão ser projetados de modo a permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas com deficiência, seguindo as orientações previstas em regulamento, obedecendo às normas técnicas da NBR 9050/2020 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou vier a substituir.

Art. 4º Para a execução, ampliação ou instalação de obra ou de atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, exigir-se-á:

I - anuência prévia dos órgãos de controle e política ambiental quando da aprovação do projeto, nos termos da legislação pertinente;

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 2

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

II - estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade, nos termos constitucionais e da legislação municipal específica.

Art. 5º Para efeito da presente Lei Complementar, são adotadas as definições constantes do Anexo IV – Glossário, parte integrante desta Lei.

Art. 6º São partes integrantes desta Lei Complementar os seguintes anexos:

I - Anexo I – Edificações Residenciais;

II - Anexo II – Edificações Residenciais – Áreas Comuns;

III - Anexo III – Edifícios de Comércio e de Serviços;

IV - Anexo IV – Glossário;

V - Anexo V – Modelo de Carimbo;

VI - Anexo VI – Padrão de Calçada.

SEÇÃO ÚNICA
DAS NORMAS TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Art. 7º Os projetos de arquitetura para efeito de aprovação e emissão do Alvará de Construção, Reforma, Ampliação ou Demolição somente serão aceitos quando legíveis, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e constando as seguintes informações:

I - carimbo ocupando o canto extremo direito e inferior da folha contendo as informações conforme Anexo V – Modelo de Carimbo, parte integrante desta Lei Complementar;

I - legenda contendo a descrição da área do lote, áreas ocupadas pela edificação já existente e da nova construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição, discriminadas por pavimento ou edículas, taxa de ocupação, taxa de permeabilidade, coeficiente de aproveitamento e número de pavimentos;

Parágrafo único. Nos projetos de reforma, ampliação ou demolição deverá ser indicado o que será demolido, construído ou conservado de acordo com convenções especificadas na legenda.

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES

SEÇÃO I
DO MUNICÍPIO

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 3

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 8º Cabe ao Município a aprovação do projeto de arquitetura, observando as disposições desta Lei Complementar, bem como os parâmetros urbanísticos definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 9º O Município licenciará e fiscalizará a execução e a utilização das edificações.

§1º Compete ao Município fiscalizar a manutenção das condições de segurança e salubridade das obras e edificações.

§2º Os responsáveis técnicos competentes e fiscais do Poder Executivo Municipal terão ingresso a todas as obras mediante a apresentação de prova de identidade, independentemente de qualquer outra formalidade.

§3º Os funcionários investidos em função fiscalizadora poderão, observadas as formalidades legais, inspecionar bens e papéis de qualquer natureza, desde que constituam objeto da presente legislação.

Art. 10. Em qualquer período da execução da obra, o órgão competente do Poder Executivo Municipal poderá exigir que lhe sejam exibidas as plantas, cálculos e demais detalhes que julgar necessário.

Art. 11. O Município deverá assegurar, através do respectivo órgão competente o acesso dos munícipes a todas as informações contidas na legislação municipal, pertinente ao imóvel a ser construído.

SEÇÃO II
DO PROPRIETÁRIO

Art. 12. O proprietário responderá pela veracidade dos documentos apresentados, não implicando sua aceitação, por parte do Município, em reconhecimento do direito de propriedade.

Art. 13. O proprietário do imóvel, ou seu sucessor a qualquer título, é responsável pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade do imóvel, bem como pela observância das disposições desta Lei Complementar e das leis municipais pertinentes.

SEÇÃO III
DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Art. 14. O responsável técnico pela obra assume perante o Município e terceiros, através de Termo de Compromisso, que serão seguidas todas as condições previstas nos projetos aprovados de acordo com esta Lei Complementar.

Art. 15. Para efeito desta Lei Complementar somente profissionais habilitados devidamente inscritos e quites com o Poder Executivo Municipal poderão projetar, fiscalizar, orientar, administrar e executar qualquer obra no Município.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 4

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Parágrafo único. Só poderão ser inscritos na Poder Executivo Municipal os profissionais devidamente registrados e habilitados nos respectivos conselhos de classes competentes.

Art. 16. Se no decurso da obra o responsável técnico quiser dar baixa da responsabilidade assumida por ocasião da aprovação do projeto, deverá comunicar por escrito ao Poder Executivo Municipal essa pretensão.

Art. 17. É obrigação do(s) responsável(is) técnico(s) pela obra a colocação da placa de identificação, em local visível, devendo conter, no mínimo:

I - nome do responsável técnico pela execução da obra e número de registro junto ao conselho de classe competente;

II - nome do autor do projeto e número de registro junto ao conselho de classe competente.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS PARA APROVAÇÃO DE PROJETOS E EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ

SEÇÃO I
DA CONSULTA PRÉVIA

Art. 18. Antes de solicitar a aprovação do projeto, o interessado poderá solicitar a consulta prévia junto ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Para solicitar o disposto no *caput* deste artigo, o interessado deverá prestar as seguintes informações:

I - nome, telefone e endereço do proprietário;

II - endereço da obra, lote e quadra;

III - destino da obra: residencial, comercial, industrial ou uso misto;

IV - matrícula atualizada do registro de imóveis.

Art. 19. O Poder Executivo Municipal fornecerá na Consulta Prévia informações sobre os parâmetros urbanísticos do uso e ocupação do solo, proposta de prolongamento das vias existentes conforme Lei do Sistema Viário e Plano de Mobilidade Urbana, dados cadastrais disponíveis, em caso de logradouro já pavimentado ou com o greide definido, o nivelamento da testada do terreno, além de ressalvas quando o greide de via pública estiver sujeito a modificações futuras.

§1º As consultas deverão ser fornecidas no prazo de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de protocolo da solicitação.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 5

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

§2º A consulta prévia terá validade de 6 (meses), contados da data de entrega ao interessado, devendo ser feita nova solicitação após este período.

SEÇÃO II
DO ALVARÁ PARA CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO OU DEMOLIÇÃO

Art. 20. Para aprovação do projeto e obtenção do alvará de construção, reforma, ampliação ou demolição, o requerente apresentará o projeto definitivo composto e acompanhado de:

I - requerimento, solicitando a aprovação do Projeto Definitivo e a liberação do Alvará de Construção, Reforma, Ampliação ou Demolição, assinado pelo proprietário ou representante legal;

II - consulta prévia expedida pelo órgão municipal competente, quando solicitada;

III - planta de situação e estatística na escala 1:500 (um para quinhentos) ou 1:1.000 (um para mil), conforme modelo definido pelo órgão municipal competente;

IV - planta baixa de cada pavimento não repetido, na escala 1:50 (um para cinquenta) ou 1:100 (um para cem), contendo:
a) área total do pavimento;
b) as dimensões e áreas dos espaços internos e externos;
c) dimensões e áreas dos vãos de iluminação e ventilação;
d) finalidade de cada compartimento;
e) especificação dos materiais de revestimento utilizados interna e externamente;
f) indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra;
g) os traços indicativos dos cortes longitudinais e transversais;
h) localização dos muros e das lixeiras.
i) cortes transversais e longitudinais na mesma escala da planta baixa, com a indicação de:
   a. pés-direitos;
   b. altura das janelas e peitoris;
j) perfis do telhado;
k) planta de cobertura com indicação dos caimentos na escala 1:100 (um para cem) ou 1:200 (um para duzentos).

V - planta de implantação na escala 1:100 (um para cem) ou 1:200 (um para duzentos) contendo:
a) projeção da edificação ou das edificações dentro do lote, com a respectiva taxa de ocupação e de impermeabilidade totais;
b) demarcação de corpos hídricos expostos ou canalizados, vegetação e outros elementos naturais, caso existentes, assim como sua área não edificável, quando for o caso;

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 6

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

c) demarcação de infraestrutura básica, caso existente, assim como sua área não edificável, quando for o caso;
d) demarcação planialtimétrica do lote e quadra a que pertence;
e) as dimensões das divisas do lote e os afastamentos da edificação em relação às divisas;
f) orientação do Norte;
g) indicação do lote a ser construído, dos lotes confrontantes e da distância do lote à esquina mais próxima;
h) perfis longitudinal e transversal do terreno, tomando-se como referência de nível - RN o nível do eixo da rua;
i) indicação do destino do esgotamento sanitário e localização da caixa de gordura;
j) posição do meio fio, largura da calçada, postes, tirantes, árvores na calçada, hidrantes e bocas de lobo;
k) indicação dos acessos.

VI - elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na mesma escala da planta baixa;

VII - projetos complementares, quando for o caso;

VIII - cálculos estruturais dos diversos elementos construtivos, assim como desenhos dos respectivos detalhes, caso o Poder Executivo Municipal julgue necessário;

IX - o documento de responsabilidade técnica do(s) profissional(is), junto ao respectivo conselho de classe competente, de todos os projetos de instalações e da execução da obra;

X - certidão atualizada de matrícula do imóvel, com data de emissão de, no máximo, 60 (sessenta) dias antes da requisição do Alvará para Construção, Reforma, Ampliação ou Demolição.

XI - certidão negativa de débitos municipais.

§1º Em casos especiais de projetos para construção, as escalas mencionadas poderão ser alteradas, mediante consulta ao órgão competente municipal.

§2º Os projetos relacionados nos incisos do *caput* deste artigo, deverão ser apresentadas, em, no mínimo, em 3 (três) vias, e em formato digital, sendo que:

I - 1 (uma) será arquivada no órgão competente do Poder Executivo Municipal;

II - as outras 2 (duas) serão devolvidas ao requerente após a aprovação, contendo em todas as folhas o carimbo "APROVADO" e as rubricas dos funcionários encarregados.

§3º As escalas utilizadas nos projetos, não dispensarão a utilização das cotas.

§4º A concessão do Alvará de Construção, Reforma, Ampliação ou Demolição para imóveis que apresentem área de preservação permanente será condicionada à celebração de Termo de

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 7

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Compromisso de Preservação, o qual determinará a responsabilidade civil, administrativa e penal do proprietário em caso de descumprimento.

Art. 21. Dependerão, obrigatoriamente, de Alvará de Construção, Reforma, Ampliação ou Demolição as seguintes obras:

I - construção de novas edificações;

II - reformas que determinem acréscimo ou decréscimo na área construída do imóvel, ou alterem o projeto original, ou ainda que interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções;

III - demolição de construções;

IV - implantação de estande de vendas de unidades autônomas de loteamentos fechados a ser erigido no próprio imóvel.

Art. 22. Estão isentas de Alvará de Construção, Reforma, Ampliação ou Demolição, as seguintes obras:

I - limpeza ou pintura interna e externa de edificações, que não exija a instalação de tapumes, andaimes ou telas de proteção;

II - conserto nas calçadas dos logradouros públicos em geral;

III - construção de muros de divisa;

IV - construção de abrigos provisórios para operários ou depósitos de materiais, no decurso de obras definidas previamente licenciadas, os quais deverão ser demolidos após o término da obra;

V - obras de reparos em fachadas ou no revestimento de edificações de até 3 pavimentos, quando não implicarem em alteração de elementos estruturais;

VI - substituição de telhas, de calhas e de condutores em geral.

Art. 23. O Alvará de Construção, Reforma, Ampliação ou Demolição será concedido mediante:

I - requerimento dirigido ao órgão municipal competente, juntamente com o projeto arquitetônico a ser aprovado;

II - pagamento da taxa de análise de projeto e licenciamento para a execução dos serviços;

III - demais documentos previstos nesta Lei Complementar.

§1º As instalações prediais deverão ser aprovadas pelas repartições competentes estaduais ou municipais, ou pelas concessionárias de serviço público, quando for o caso.

§2º O prazo máximo para aprovação do projeto é de 30 (trinta) dias a partir da data de entrada do projeto definitivo no órgão municipal competente.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 8

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 24. No ato da aprovação do projeto será outorgado o Alvará de Construção, que terá prazo de validade igual a 1 (um) ano, com permissão para renovação por igual período.

§1º Decorrido o prazo definido no *caput* sem que a construção tenha sido iniciada, considerar-se-á automaticamente revogado o alvará bem como a aprovação do projeto.

§2º Para efeitos desta Lei Complementar uma obra será considerada iniciada quando suas fundações estiverem concluídas, inclusive o baldrame, de acordo com o projeto arquitetônico aprovado.

Art. 25. Os documentos aprovados previstos nesta Seção deverão ser mantidos na obra durante sua construção, para permitir fácil acesso à fiscalização do órgão municipal competente.

Art. 26. Os Alvarás de Construção expedidos anteriormente a esta Lei Complementar serão respeitados enquanto vigerem, desde que a construção tenha sido iniciada ou se inicie no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 27. As taxas cobradas para a aprovação e licenciamento da construção e outras taxas afins serão aquelas previstas no Código Tributário do Município.

SEÇÃO III
DAS OBRAS PARALISADAS

Art. 28. Em caso de paralisação da obra, o responsável deverá informar o Município.

§1º Para o caso descrito no *caput* deste artigo, mantém-se o prazo inicial de validade do Alvará de Construção.

§2º A obra paralisada, cujo prazo de Alvará de Construção tenha expirado sem que esta tenha sido iniciada, dependerá de nova aprovação de projeto.

Art. 29. Quando uma construção ficar paralisada por mais de 90 (noventa) dias, o proprietário fica obrigado a proceder à respectiva comunicação ao órgão público e:

I - providenciar o fechamento do terreno no alinhamento do logradouro;

II - recuar os andaimes até o alinhamento predial e retira os tapumes que estiverem ocupando o logradouro público, eventualmente existentes, deixando o passeio em perfeitas condições de uso;

III - determinar todas as providências necessárias para que a obra não resulte em perigo à segurança pública, conforme dispõe esta Lei Complementar.

SEÇÃO III
DA ALTERAÇÃO EM PROJETOS APROVADOS

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 9

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 30. É vedada qualquer alteração no projeto de arquitetura quanto aos elementos estruturais e de vedação da construção sem o prévio consentimento do Município, sob pena de cancelamento de seu alvará.

Parágrafo único. A execução de modificações em projetos de arquitetura aprovados com alvará ainda em vigor, que envolva partes da construção ou acréscimo de área ou altura construída, somente poderá ser iniciada após a sua aprovação e mediante aprovação de projeto de reforma ou ampliação.

Art. 31. As alterações em projetos aprovados, de caráter estrutural, estarão sujeitas à solicitação de um novo alvará de construção, reforma, ampliação ou demolição.

§1º Se as alterações do *caput* deste artigo não acarretarem acréscimo de área, ficarão isentas de novas taxas.

§2º As alterações deverão seguir as mesmas normas previstas no Capítulo III, Seção I e II desta lei.

SEÇÃO IV
DAS DEMOLIÇÕES

Art. 32. A demolição de edificação somente poderá ser efetuada mediante comunicação prévia ao órgão competente do Município, que expedirá, após vistoria, o Alvará para Demolição.

Parágrafo único. Após a vistoria, o Poder Executivo Municipal exigirá que o proprietário apresente profissional legalmente habilitado, responsável pela execução dos serviços.

Art. 33. A demolição total ou parcial das construções será imposta pela Poder Executivo Municipal, mediante intimação quando:

I - clandestina, ou seja, a que for feita sem a prévia aprovação do projeto ou sem Alvará de Construção;

II - for feita sem observância do alinhamento ou em desacordo ao projeto aprovado;

III - constituir ameaça de ruína e desabamento, com perigo para os transeuntes.

Parágrafo único. O disposto no inciso III do *caput* deste artigo deverá ser embasado em laudo técnico de profissional habilitado junto ao conselho de classe competente, e caso seja comprovado, a edificação deverá ser demolida no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias do recebimento de notificação pelo proprietário.

Art. 34. A demolição, no todo ou em parte, será feita pelo proprietário.

Parágrafo único. Caso o proprietário, com edificação enquadrada na situação descrita no inciso III - do *caput* do Art. 33, recuse-se a proceder com a demolição, o Poder Executivo Municipal providenciará a execução da demolição cobrando do mesmo as despesas correspondentes, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, acrescido da taxa de 20% (vinte por cento) de administração.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 10

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 35. O proprietário poderá, às suas expensas, dentro de 48h (quarenta e oito horas) que se seguirem à intimação, estabelecida no *caput* do Art. 33, pleitear seus direitos, requerendo vistoria na construção, a qual deverá ser feita por 2 (dois) peritos habilitados, sendo um obrigatoriamente indicado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 36. Intimado o proprietário do resultado da vistoria, seguir-se-á o processo administrativo, passando-se à ação demolitória se não forem cumpridas as decisões do laudo.

SEÇÃO V
DO CERTIFICADO DE VISTORIA DE CONCLUSÃO DE OBRA

Art. 37. Uma obra é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade.

§1º É considerada em condições de habitabilidade a edificação que:

I - possuir todas as instalações previstas em projeto, em perfeitas condições de funcionamento;

II - não estiver em desacordo com as disposições desta Lei e a Lei de Uso e Ocupação do Solo;

III - atender às exigências previstas nas normas do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do estado do Paraná relativas às medidas de segurança contra incêndio e pânico.

Art. 38. Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida a vistoria pelo Poder Executivo Municipal e expedido o respectivo Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra ou "Habite-se".

Art. 39. Concluída a obra, o proprietário ou o responsável técnico deverá solicitar ao Poder Executivo Municipal a vistoria para emissão do "Habite-se".

Art. 40. A vistoria deverá ser requerida no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a conclusão da obra, anexando, para tanto:

I - requerimento encaminhado ao Município solicitando o "Habite-se", indicando o número do Alvará de Construção, Reforma, Ampliação ou Demolição;

II - "Habite-se", expedido pelo Serviço de Vigilância Sanitária do Município, quando couber;

III - o Certificado de Conclusão de Vistoria Final contra Incêndios, expedido pelo setor competente do Corpo de Bombeiros, quando for o caso;

IV - laudo de vistoria expedido pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), para os casos em que a lei o exija;

§1º A partir do requerimento do "Habite-se", a obra deverá permanecer em condições de ser vistoriada interna e externamente.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 11

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

§2º A não solicitação de vistoria da obra no prazo previsto no *caput* deste artigo, bem como a utilização da obra nestas condições, implicará na aplicação aos responsáveis das multas previstas nos incisos VII -VIII - Art. 211 desta Lei Complementar.

§3º No ato em que o proprietário da obra requerer o respectivo "Habite-se", será cobrada a Taxa de Licença de "Habite-se", conforme dispõe o Código Tributário do Município.

§4º Os itens relacionados nos incisos do *caput* deste artigo, deverão ser apresentados, em, no mínimo, em 3 (três) vias.

Art. 41. Por ocasião da vistoria, se for constatado que a edificação foi construída, ampliada, reconstruída ou reformada em desacordo com o projeto aprovado, o responsável técnico será notificado, de acordo com as disposições desta Lei Complementar, e obrigado a:

I - regularizar o projeto, caso as alterações possam ser aprovadas,

II - fazer a demolição ou as modificações necessárias para regularizar a situação da obra.

Parágrafo único. Se, por ocasião da vistoria, for constatada a existência de outra obra no lote, exigir-se-á a regularização da mesma, sob pena de não ser concedido o "Habite-se" da obra requerida.

Art. 42. A vistoria deverá ser efetuada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do seu requerimento, e o "Habite-se", concedido ou recusado dentro dos 15 (quinze) dias subsequentes.

Art. 43. Será concedido o "Habite-se" parcial de uma edificação nos seguintes casos:

I - quando se tratar de prédio de uso misto, composto de parte comercial e parte residencial, e puder ser utilizado de forma independente;

II - quando se tratar de mais de uma edificação no mesmo lote, e com acessos independentes;

III - programas habitacionais de interesse social realizados em caráter emergencial, desenvolvidos e executados pelo Poder Público ou pela população beneficiada.

§1º O "Habite-se" parcial não substitui o "Habite-se" que deve ser concedido no final da obra.

§2º Para a concessão do "Habite-se" parcial fica o Poder Executivo Municipal sujeito aos prazos e condições estabelecidas no Art. 42 desta Lei Complementar.

SEÇÃO VI
DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 44. O Poder Executivo Municipal fornecerá Alvará de Uso, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - requerimento assinado pelo proprietário ou representante legal;

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 12

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

II - consulta prévia expedida pelo órgão municipal competente;

III - projeto arquitetônico discriminando o destino de seus compartimentos;

IV - registro de Imóveis atualizado, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias antes da requisição do Alvará de Uso;

V - certidão negativa de débitos municipais;

VI - certificado de vistoria final do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do estado do Paraná relativas às medidas de segurança contra incêndio e pânico;

VII - "Habite-se", expedido pelo Serviço de Vigilância Sanitária do Município, quando couber;

VIII - Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, para empresas potencialmente poluidoras.

SEÇÃO VII
DA REGULARIZAÇÃO DE OBRAS

Art. 45. Os proprietários de obras consolidadas até a data de publicação desta Lei Complementar, sem a observância dos parâmetros estabelecidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Quedas do Iguaçu para o respectivo imóvel, poderão requerer a regularização da edificação mediante contrapartida financeira a ser prestada ao Município, de acordo com as condições estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. A consolidação das obras a que se refere o *caput* deste artigo será comprovada mediante apresentação de Certidão de Antiguidade fornecida pela Secretaria de Administração do Município.

Art. 46. A regularização das obras mencionadas no Art. 45 dependerá de prévia análise do pedido pelo Grupo Técnico de Planejamento.

Parágrafo único. Para obtenção da Certidão de Antiguidade, o interessado em regularizar a edificação deverá apresentar requerimento instruído com os seguintes documentos:

I - planta de situação do imóvel, com a indicação da zona em que está inserido, de acordo com o estabelecido pela Lei de Uso e Ocupação do Solo;

II - matrícula do imóvel em nome do requerente;

III - especificação da área construída, com cálculo de taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento e demarcação dos recuos;

IV - uso e destinação da edificação;

V - indicação do percentual excedente à taxa de ocupação;

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 13

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

VI - foto do edifício.

Art. 47. No cálculo do valor a ser pago pelo proprietário ao Município, para os fins de regularização de obras, serão considerados o percentual excedente da taxa de ocupação do imóvel, conforme disposto no inciso V -do Art. 46, e o valor venal do terreno, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VT = \frac{TOE \times VVT}{TO}$$

em que:

VT = Valor total em reais a ser pago para regularização de obra;

TOE = Taxa de Ocupação Excedente (%);

VVt = Valor venal do terreno;

TO = Taxa de ocupação permitido para a zona na legislação vigente (%).

§1º O valor a ser pago, conforme definido no *caput* deste artigo, será reduzido nos seguintes percentuais:

I - 75% (setenta e cinco por cento) para imóveis residenciais com valor venal de até R$80.000,00 (oitenta mil reais);

II - 50% (cinquenta por cento) para imóveis residenciais com valor venal de R$80.000,01 (oitenta mil reais e um centavo) até R$130.000,00 (cento e trinta mil reais);

III - 25% (vinte e cinco por cento) para imóveis residenciais com valor venal de R$ 130.000,01 (cento e trinta mil reais e um centavo) a R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais);

IV - 10% (dez por cento) para imóveis residenciais com valor venal de R$ 180.000,01 (cento e oitenta mil reais e um centavo) a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

§2º Os imóveis residenciais com valor venal acima de R$300.000,00, bem como os imóveis comerciais e industriais não terão o benefício de que se trata o §1º deste artigo.

§3º Os recursos oriundos da contrapartida financeira a ser prestada ao Município serão destinados à execução de obras de infraestrutura urbana no Município de Quedas do Iguaçu.

Art. 48. A expedição do "Habite-se" para regularização da edificação estará subordinada:

I - ao pagamento total do valor apurado nos termos do Art. 47 desta Lei Complementar, que deverá ocorrer no prazo máximo de até 12 (doze) meses após a aprovação do pedido de regularização;

II - ao recolhimento de todos os demais tributos eventualmente devidos sobre o imóvel.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 14

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 49. Para ter direito a qualquer dos benefícios de que trata esta Seção, o contribuinte deverá efetuar a regularização das obras edificadas em até 2 (dois) anos da data de publicação desta Lei Complementar.

CAPÍTULO IV
DA EXECUÇÃO E SEGURANÇA DAS OBRAS

SEÇÃO I
DO CANTEIRO DE OBRAS

Art. 50. É proibida a permanência de qualquer material de construção nas vias e logradouros públicos, bem como a utilização dos mesmos como canteiro de obras ou depósito de entulhos.

§1º A não retirada dos materiais ou do entulho autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a remoção do material encontrado em via pública, dando-lhe o destino conveniente, e a cobrar dos executores da obra a despesa da remoção e multa.

§2º A cobrança da multa aplicada pelo descumprimento das disposições deste artigo será conforme disposto nesta Lei Complementar.

SEÇÃO II
DOS TAPUMES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

Art. 51. Enquanto durarem as obras, o responsável técnico deverá adotar as medidas e equipamentos necessários à proteção e segurança dos que nela trabalham, dos pedestres, das propriedades vizinhas e dos logradouros e vias públicas, observando o disposto nesta Seção, na Seção I deste Capítulo, e também os dispositivos estabelecidos na norma NR -18 do Ministério do Trabalho, ou a que vier a substituir.

Art. 52. Nenhuma construção, reforma, ampliação ou demolição poderá ser executada no alinhamento predial sem que esteja obrigatoriamente protegida por tapumes, salvo quando se tratar de execução de muros, grades, gradis ou de pintura e pequenos reparos na edificação que não comprometam a segurança dos pedestres.

Art. 53. Tapumes e andaimes não poderão ocupar mais do que a metade da largura da calçada sendo que, no mínimo, 1,20 (um metro e vinte centímetros) serão mantidos livres para o fluxo de pedestres, e deverão ter, no mínimo, 2,00m (dois metros) de altura.

Art. 54. Nenhum elemento do canteiro de obras poderá prejudicar a arborização da rua, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito e outras instalações de interesse público.

Art. 55. Durante a execução da obra será obrigatória a colocação de andaime de proteção do tipo "bandeja-salva-vidas", para edifícios de 3 (três) pavimentos ou mais, observando também

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 15

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

os dispositivos estabelecidos na norma NR-18 do Ministério do Trabalho, ou a que vier a substituir.

Parágrafo único. As "bandejas salva-vidas" constarão de um estrado horizontal de 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura mínima, com guarda-corpo até a altura de 1,00m (um metro).

Art. 56. No caso de emprego de andaimes mecânicos suspensos, estes deverão ser dotados de guarda-corpo com altura de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) em todos os lados livres.

Art. 57. Após o término das obras ou no caso de paralisação por prazo superior a 90 (noventa) dias, os tapumes deverão ser recuados até, no mínimo, o alinhamento predial, e os andaimes retirados.

Art. 58. A cobrança da multa aplicada pelo descumprimento das disposições desta Seção será de natureza gravíssima.

CAPÍTULO V
DAS CONDIÇÕES GERAIS RELATIVAS ÀS EDIFICAÇÕES

SEÇÃO I
DAS ESCAVAÇÕES E ATERROS

Art. 59. Nas escavações e aterros deverão ser adotadas medidas de segurança para evitar o deslocamento de terra nas divisas do lote em construção ou eventuais danos às edificações vizinhas.

Art. 60. No caso de escavações e aterros de caráter permanente, que modifiquem o perfil do lote, o responsável legal é obrigado a proteger as edificações lindeiras e o logradouro público, com obras de proteção contra o deslocamento de terra.

Parágrafo único. As alterações no perfil do lote deverão constar no projeto arquitetônico.

Art. 61. A execução de movimento de terra deverá ser precedida de autorização do Poder Executivo Municipal nas seguintes situações:

I - movimentação de terra com mais de 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de material;

II - movimentação de terra com qualquer volume em áreas lindeiras a cursos d'água, áreas de várzea e de solos hidromórficos ou alagadiços;

III - movimentação de terra de qualquer volume em áreas sujeitas à erosão;

IV - alteração de topografia natural do terreno que atinja superfície maior que 2.000m² (dois mil metros quadrados).

Art. 62. O requerimento para solicitar a autorização referida no Art. 61 deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 16

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

I - matrícula do Imóvel;

II - levantamento topográfico do terreno em escala, destacando cursos d'água, vegetação, edificações existentes e demais elementos significativos;

III - memorial descritivo informando:
a) descrição da tipologia do solo;
b) volume do corte e/ou aterro;
c) volume do empréstimo ou retirada;
d) medidas a serem tomadas para proteção superficial do terreno;
e) indicação do local para empréstimo ou bota-fora.

IV - projetos contendo todos os elementos geométricos que caracterizem a situação do terreno antes e depois da obra, inclusive sistema de drenagem e contenção;

V - atestado de responsabilidade técnica do profissional junto ao conselho de classe competente.

Parágrafo único. As disposições deste artigo deverão ser igualmente aplicadas no caso de construção de subsolos.

SEÇÃO II
DAS PAREDES

Art. 63. As paredes executadas em alvenaria de tijolos comuns deverão ter espessura mínima de 20cm (vinte centímetros) quando externas.

§1º Quando se tratar de paredes de alvenaria que constituírem divisões entre habitações distintas ou se construídas na divisa do lote, deverão ter espessura de 20 cm (vinte centímetros).

§2º Estas espessuras poderão ser alteradas quando forem utilizados materiais de natureza diversa, desde que, por comprovação técnica, possuam, no mínimo, os mesmos índices de resistência, impermeabilidade e isolamento térmico e acústico adotados para a alvenaria de tijolos comuns.

SEÇÃO III
DAS PORTAS, PASSAGENS OU CORREDORES

Art. 64. As portas de acesso às edificações, bem como as passagens ou corredores, devem ter largura suficiente para o escoamento dos compartimentos ou setores da edificação a que dão acesso.

§1º O dimensionamento das aberturas conforme *caput* deste artigo, além das disposições específicas, deverão atender:

I - quando de uso privativo, a largura mínima será de 80 cm (oitenta centímetros);

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 17

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

II - quando de uso coletivo, a largura livre deverá corresponder a 1 cm (um centímetro) por pessoa da lotação prevista para os compartimentos, respeitando o mínimo de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) para corredores e 0,90m (noventa centímetros) para a porta principal de acesso.

§2º A fim de permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente, deverão seguir as orientações previstas em regulamento, obedecendo a Norma Brasileira - NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, 2020, ou a que vier a substituir.

SEÇÃO IV
DAS ESCADAS, RAMPAS E ELEVADORES

Art. 65. As escadas de uso comum ou coletivo deverão ter largura suficiente para proporcionar o fluxo de pessoas que dela dependem, exceto para as atividades específicas detalhadas exigências no nesta Lei Complementar, respeitando-se:

I - a largura mínima das escadas de uso comum ou coletivo será de 1,20 m (um metro e vinte centímetros);

II - as escadas de uso privativo ou restrito do compartimento, ambiente ou local, poderão ter largura mínima de 90cm (noventa centímetros);

III - as escadas deverão oferecer passagem com altura mínima nunca inferior a 2,10m (dois metros e dez centímetros);

IV - somente serão permitidas escadas em leque ou caracol e do tipo marinheiro quando interligar dois compartimentos de uma mesma edificação de uso privativo;

V - ter um patamar intermediário, de pelo menos 1m (um metro) de profundidade, quando o desnível vencido for maior que 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) de altura ou 15 (quinze) degraus;

VI - os degraus das escadas deverão apresentar:
a) quando de uso privativo: altura máxima de 18cm (dezoito centímetros) e largura mínima de 27cm (vinte e sete centímetros);
b) quando de uso coletivo: altura mínima de 16cm (dezesseis centímetros) e máxima de 18cm (dezoito centímetros), e a largura mínima 27 cm (vinte e sete centímetros).

§1º Além do disposto nos incisos deste artigo, as atividades específicas deverão respeitar também o estabelecido pelo Art. 168.

§2º Para efeito de cálculo da altura e largura dos degraus de escadas, conforme disposto no inciso VI deste artigo, deve ser observada a Fórmula de Blondel:

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 18

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

$$63CM < 2E + P < 64CM$$

onde:

E = comprimento da altura do degrau, espelho;

P = comprimento da largura do degrau, piso.

Art. 66. As escadas de uso comum ou coletivo terão obrigatoriamente corrimão contínuo em, pelo menos, um dos lados, devidamente dimensionado conforme Norma Brasileira – NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, 2020 ou a que vier a substituir.

Art. 67. As escadas que atendam mais de 2 (dois) pavimentos deverão ser de material incombustível, excetuando-se habitação unifamiliar.

Art. 68. No caso de emprego de rampas, em substituição às escadas da edificação, aplicam-se as mesmas exigências relativas ao dimensionamento fixadas para as escadas.

§1º As rampas poderão apresentar inclinação máxima de 25% (vinte e cinco por cento) para uso de veículos e de 8% (oito por cento) para uso de pedestres.

§2º Se a inclinação das rampas exceder a 6% (seis por cento) o piso deverá ser revestido com material antiderrapante.

§3º As rampas de acesso para veículos deverão ter seu início, no mínimo, 4,00m (quatro metros) do alinhamento predial, no caso de habitação coletiva ou uso comercial, e 2,00 m (dois metros) no caso de habitação unifamiliar.

§4º A fim de permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente, deverão seguir as orientações previstas em regulamento, obedecendo integralmente a Norma Brasileira - NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, 2020, ou a que vier a substituir.

Art. 69. As escadas e rampas de uso comum ou coletivo deverão observar todas as exigências do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 70. No projeto, instalação, manutenção, e cálculo de tráfego e da casa de máquinas de elevadores deverão ser observadas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relativas ao assunto.

Art. 71. Será obrigatória a instalação de, no mínimo, 1 (um) elevador para edificações com 4 (quatro) pavimentos, sem contar o pavimento térreo.

§1º Edificações com 5 (cinco) ou mais pavimentos, sem contar o térreo, deverão ter, no mínimo, 2 (dois) elevadores.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 19

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

§2º Em caso de haver pavimento subsolo, este(s) deve(m) ser contabilizado(s) para efeito de cálculo da necessidade de instalação de elevadores disposta no *caput* deste artigo e em seu parágrafo 1º.

§3º No caso de existência da sobreloja, a mesma contará como um pavimento.

§4º Para efeito de cálculo, se o pé-direito do pavimento térreo for superior a 5,00m (cinco metros) contará como 2 (dois) pavimentos e a partir daí, a cada 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) acrescido a este pé-direito, corresponderá a 1 (um) pavimento a mais.

§5º Edificações de uso público ou coletivo existentes, poderão utilizar-se de plataformas elevatórias para adequação às normas de acessibilidade.

§6º Toda edificação de uso público ou coletivo, obrigada a dispor de elevador, terá, no mínimo, 1 (um) elevador adaptado a Pessoas com Deficiência (PCD), conforme NBR 9050/2020 da ABNT, ou a que vier a substituir.

§7º Na instalação dos elevadores ou qualquer outro equipamento eletromecânico de transporte vertical, deverão ser observados os requisitos previstos nas respectivas normas técnicas brasileiras.

§8º A obrigação de instalação de elevadores nas edificações vincula-se à construção de escada de escape, conforme determinações do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, guardadas as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida previstas em norma.

§9º A existência de elevador, mesmo quando não obrigatória, não dispensa a construção de escadas ou rampas.

Art. 72. O hall de acesso aos elevadores deverá sempre ter ligação que possibilite a utilização da escada, em todos os andares.

Parágrafo único. O acesso à casa de máquinas dos elevadores deverá ser através de corredores, passagens ou espaços de uso comum do edifício.

SEÇÃO V
DAS MARQUISES, BEIRAIS, TOLDOS E SALIÊNCIAS

Art. 73. Não são computados para o cálculo da taxa de ocupação beirais e marquises de até 1,20m (um metro e vinte centímetros), desde que não tenham ocupação na parte superior e respeitadas as restrições dispostas nesta Lei Complementar e na Lei de Uso e Ocupação do Solo de Quedas do Iguaçu.

Art. 74. Os edifícios poderão ser dotados de marquises, beirais e saliências, desde que obedecendo às seguintes condições:

I - serão sempre em balanço;

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 20

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

II - todos os elementos estruturais ou decorativos tenham altura mínima de 3,00m (três metros) em relação ao passeio;

III - não prejudiquem a arborização e a iluminação pública e não ocultem as placas de nomenclatura e outras de identificação oficial de logradouros;

IV - a projeção da face externa do balanço deverá ser no máximo igual a 50% (cinquenta por cento) da largura da calçada e nunca superior a 1,20 m (um metro e vinte centímetros);

V - tenham, na face superior, caimento em direção à fachada do edifício junto à qual será convenientemente disposta a calha, provida de condutor para coletar e encaminhar as águas ao sistema público de drenagem, quando houver, embutido sob o passeio até a sarjeta do logradouro, ou a reservatório de coleta das águas pluviais para uso não potável (cisterna);

VI - não empregue material sujeito a estilhaçamento;

VII - as marquises serão permitidas até a altura máxima de 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros), sendo permitidos apenas elementos arquitetônicos em pavimentos superiores, com fim exclusivamente decorativo, não estrutural, vedado o seu uso como área habitável.

Art. 75. As fachadas dos edifícios quando no alinhamento predial, poderão ter floreiras, saliências e brises, somente acima de 3,00m (três metros) do nível da calçada.

§1º Os elementos mencionados no *caput* deste artigo poderão projetar-se sobre o recuo frontal ou recuos laterais e de fundos com avanço máximo de 60 cm (sessenta centímetros) em relação às fachadas.

§2º As sacadas poderão projetar-se, em balanço, até 1,20 (um metro e vinte centímetros) sobre o recuo frontal, não se admitindo o mesmo para os recuos laterais e de fundos, quando estes estiverem no limite mínimo.

Art. 76. Em novas edificações, com 2 (dois) ou mais pavimentos, sem contar o pavimento térreo e o subsolo, é obrigatória a execução de lajes técnicas, para abrigar as condensadoras dos aparelhos de ar-condicionado.

Art. 77. É obrigatória a apresentação de parecer técnico com avaliação das condições de uso e manutenção das marquises e sacadas das edificações do Município.

§1º O parecer técnico será elaborado a expensas do proprietário do imóvel por profissional ou empresa comprovadamente habilitados, com registro ativo nos respectivos conselhos de classe, os quais deverão anexar a respectiva prova de recolhimento da competente anotação de responsabilidade técnica, vinculada ao parecer técnico específico.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 21

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

§2º A execução dos serviços é de responsabilidade da construtora, nos termos do artigo 618 do Código Civil, nos primeiros 5 (cinco) anos após a conclusão da edificação, está caracterizada pela emissão do "Habite-se".

§3º A cada 24 (vinte e quatro) meses deverá ser elaborado parecer técnico, devendo este ficar arquivado pelo proprietário e ser exibido às autoridades quando requisitado.

§4º São responsáveis pela execução do serviço apontado pelo perito, pelo arquivamento do laudo e por sua exibição, quando requisitada, o síndico, o proprietário da edificação ou o administrador.

Art. 78. Será permitida a colocação de toldos ou passagens cobertas, sobre os passeios e recuos frontais para prédios comerciais, desde que:

I - não apoiados no passeio;

II - seja respeitada a altura livre mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) entre o passeio e a parte inferior do toldo ou passagem coberta;

III - não ultrapassem a metade do passeio;

IV - não seja utilizado como apoio para exposição de mercadorias.

§1º A instalação de toldos ou passagens cobertas deverá atender, além do previsto no *caput* deste artigo, as disposições dos incisos I -III - VI -do Art. 74.

§2º O pedido de licença para instalação dos equipamentos previstos no *caput* deste artigo, será necessariamente acompanhado de croquis e planta de situação.

SEÇÃO VI
DOS RECUOS

Art. 79. As edificações, inclusive muros, situados em lotes de esquinas, serão projetadas de modo que satisfaça um arco com raio mínimo de 2,00m (dois metros), ou chanfrado tangente a esta curva.

Art. 80. Os demais recuos das edificações construídas no Município deverão estar de acordo com o disposto na Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo.

SEÇÃO VII
DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS

Art. 81. Os espaços destinados a estacionamentos ou garagens de veículos podem ser:

I - privativos, quando se destinarem a um só usuário, família, estabelecimento ou condomínio, constituindo dependências para uso exclusivo da edificação;

II - coletivos, quando se destinarem à exploração comercial.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 22

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 82. É obrigatória a reserva de espaços destinados a estacionamento ou garagem de veículos vinculados às atividades das edificações, com área e respectivo número de vagas calculadas de acordo com o tipo de uso do imóvel, à exceção de outras determinações da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

§1º Deverão ser reservadas vagas de estacionamento para pessoas com deficiência (PcD), identificadas para este fim, próximas aos acessos da edificação nos edifícios de uso público, atendendo o estabelecido pela Norma Brasileira NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, 2020, ou a que vier a substituir, na seguinte proporção:

I - facultativo para edificações de até 10 vagas gerais;

II - 1 (uma) vaga para PcD, para edificações com 11 a 100 vagas gerais;

III - edificações com mais de 100 vagas deverão reservar 1% das vagas para PcD.

§2º As atividades novas, desenvolvidas em edificações existentes com uso diferente do pretendido, também estarão sujeitas ao disposto neste artigo.

Art. 83. Na área destinada ao estacionamento, cada vaga deverá ter as dimensões mínimas de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de largura e 5,00m (cinco metros) de comprimento, livres de colunas ou qualquer outro obstáculo.

Art. 84. Estacionamentos em áreas descobertas deverão ser arborizados e apresentar, no mínimo, uma árvore para cada 4 (quatro) vagas.

Art. 85. Os acessos aos estacionamentos deverão atender às seguintes exigências:

I - circulação independente para veículos e pedestres;

II - largura mínima de 3,00m (três metros) para acessos em mão única e 5,00m (cinco metros) em mão dupla.

III - o rebaixamento ao longo do meio fio para a entrada e saída de veículos poderá ter o comprimento do acesso mais 25% (vinte e cinco por cento).

IV - para testada com mais de um acesso, o intervalo entre guias rebaixadas não poderá ser menor que 5,00 m (cinco metros);

V - ter uma distância mínima de 5,00m (cinco metros) do encontro dos alinhamentos prediais na esquina, exceto quando se tratar de garagem ou estacionamento com área superior a 2.000m² (dois mil metros quadrados), quando esta distância mínima passa a ser de 25,00m (vinte e cinco metros).

Art. 86. Para análise do espaço destinado ao estacionamento ou garagem deverá ser apresentada planta da área ou pavimento com a demarcação das guias rebaixadas, acessos, corredores de circulação, espaços de manobra, arborização e vagas individualizadas, de acordo com o disposto nesta Lei Complementar.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 23

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 87. Nos casos em que o piso do estacionamento descoberto receber revestimento impermeável deverá ser adotado um sistema de drenagem, acumulação e descarga.

Art. 88. As dependências destinadas a estacionamento de veículos deverão atender às seguintes exigências, além das relacionadas anteriormente:

I - ter pé-direito mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

II - ter sistema de ventilação permanente;

III - ter demarcada área de manobra, em planta.

SEÇÃO VIII
DAS CALÇADAS E MUROS

Art. 89. As calçadas serão executadas de acordo com as especificações técnicas conforme disposto no Anexo VI – Padrão de Calçadas, parte integrante desta Lei Complementar, e observará, obrigatoriamente, o uso de material com superfície regular e antiderrapante no seu leito, exceto os indispensáveis e de utilidade pública, previstos oficialmente, e as características vinculadas à hierarquia viária disposta na Lei do Sistema Viário.

§1º A pavimentação de que se trata o *caput* deste artigo deverá ser executada com piso plano e contínuo, não sendo admitidas interrupções ou qualquer outra descontinuidade.

§2º Fica proibida a construção de qualquer elemento sobre as calçadas, tais como degraus, rampas ou variações bruscas, abaixo ou acima do nível dos mesmos, para darem acesso às edificações ou às áreas de estacionamento de veículos no interior dos lotes, assim como sacadas ou outros avanços de construções.

§3º Não será permitida, igualmente, a construção de qualquer mureta ao redor das árvores dos passeios, sendo que as existentes deverão ser removidas pelos proprietários dos imóveis correspondentes.

Art. 90. Na implantação das calçadas a que se refere o Art. 89 deverão ser observadas as seguintes exigências:

I - inclinação do alinhamento predial em direção ao meio-fio para escoamento das águas pluviais, de, no mínimo, 2% (dois por cento) e, no máximo, 5% (cinco por cento);

II - os passeios terão largura mínima conforme a hierarquia da via, estabelecida pela Lei do Sistema Viário, não podendo ser inferior a 3 (três) metros;

III - as faixas de permeabilização serão contínuas e abrangerão toda a extensão do passeio, podendo ser interrompidas apenas:
a) por faixas transversais pavimentadas, com largura de 1,20m (um metro e vinte centímetros), destinadas ao acesso de pedestres;
b) por faixas transversais pavimentadas, para o acesso de veículos.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 24

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

IV - ao redor das árvores existentes nos passeios, deverá existir uma área livre de qualquer pavimentação, destinada à infiltração de água, formando um quadrado, compatível com o tamanho da árvore.

Parágrafo único. Em toda esquina e travessia para pedestres deverá haver rebaixos de meio-fio em rampas, composta de um acesso principal com largura de 1,20m (um metro e vinte centímetros), conforme disposto na NBR 9050/2020, ou a que vier a substituí-la.

Art. 91. Quando as calçadas se encontrarem em mau estado de conservação, o Município intimará os proprietários a consertá-los no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 92. Os lotes vazios devem ter, nos respectivos alinhamentos, muros com, no mínimo, 1,20m (um metro e vinte centímetros) de altura.

§1º A altura máxima para muros de divisa em lotes construídos é de 2,00m (dois metros).

§2º Os muros de divisas deverão ser conforme segue:

I - facultativo no alinhamento predial, podendo ser com muros, grades, madeira, vidro ou materiais similares;

II - obrigatório nas divisas laterais e fundos, devendo ser exclusivamente com muros em alvenaria.

SEÇÃO IX
DAS CHAMINÉS

Art. 93. As chaminés de qualquer espécie serão dispostas de maneira que a fumaça, fuligem, odores ou resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos, não devendo possuir aberturas que afetem a vizinhança, ou serão dotadas de aparelhamento eficiente que evite tais inconvenientes.

§1º O Município poderá determinar a modificação das chaminés existentes ou o emprego de dispositivos fumívoros, qualquer que seja a altura delas, para o cumprimento do disposto neste artigo.

§2º O Município, em conjunto com os órgãos ambientais, poderá obrigar os responsáveis por fábricas, indústrias e outras edificações a instalarem aparelhos, como filtros e outros equipamentos, que minimizem os inconvenientes causados à vizinhança pela emissão de poluentes, fumaça, fuligem, odores ou resíduos.

Art. 94. Churrasqueiras e similares de uso domiciliar devem ser confeccionados em material incombustível, com chaminé de exaustão posicionada na altura mínima igual a 1,00m (um metro) acima da cumeeira do telhado.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 25

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

SEÇÃO X
DOS COMPARTIMENTOS

Art. 95. Para efeitos desta Lei Complementar, os compartimentos das edificações são classificados como de:

I - permanência prolongada: dormitórios, sala de jantar, de estar, de visitas, de espera, de música, de jogos, de costura, de estudo, cozinha, copa e similares;

II - permanência temporária: closet, hall, corredor, sanitários, despensa, vestiários e similares;

III - utilização especial: aqueles que, pela sua destinação, não se enquadrem nas demais classificações.

Art. 96. As características mínimas dos compartimentos das edificações destinadas à habitação, comércio e serviços estarão definidas nos Anexos I, II e III, partes integrantes e complementares desta Lei Complementar.

SEÇÃO XI
DA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Art. 97. Deverão ser explorados o uso de iluminação natural e a renovação natural de ar, sem comprometer o conforto térmico e acústico das edificações.

Art. 98. Todos os compartimentos, de qualquer local, para os efeitos de insolação, ventilação e iluminação, terão abertura em qualquer plano, abrindo diretamente para o logradouro público ou espaço livre e aberto do próprio imóvel.

Parágrafo único. As distâncias mínimas serão calculadas perpendicularmente à abertura, da parede à extremidade mais próxima da divisa, e não poderão ser inferiores à 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 99. A área necessária para a insolação, ventilação e iluminação dos compartimentos encontra-se indicada nos Anexos I, II e III, partes integrantes desta Lei Complementar.

Art. 100. Os compartimentos classificados como de permanência temporária, conforme disposto no inciso II -do Art. 95, poderão ter ventilação forçada, por meio de dutos ou induzida mecanicamente, observadas as seguintes condições:

I - através de dutos de exaustão horizontal;

II - através de duto de exaustão vertical;

III - através de meios mecânicos dimensionados de acordo com as normas técnicas brasileiras.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 26

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 101. Os compartimentos sanitários, closets, corredores, sótãos, lavanderias e depósitos, poderão ter iluminação e ventilação zenital.

Art. 102. Será admitida a ventilação e iluminação de compartimentos em determinadas edificações por meio de pátios internos ou poços de iluminação e ventilação:

I - quando em residências térreas, possuindo área interna mínima de 9,00m² (nove metros quadrados) e permitir a inscrição de círculo com 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de raio;

II - quando em edifícios com 1 (um ou 2 (dois) pavimentos, devendo possuir área interna mínima de 16,00m² (dezesseis metros quadrados) e permitir a inscrição de círculo com raio de, no mínimo, 2,00m (dois metros);

III - quando em edificações de 3 (três) ou 4 (quatro) pavimentos, devendo possuir área interna mínima de 25,00m² (vinte e cinco metros quadrados) e permitir a inscrição de círculo com raio de, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

§1º Os pátios internos ou poços de iluminação e ventilação deverão ser visitáveis na sua base.

§2º Não se admite a ventilação e iluminação de compartimentos por meio de pátios internos ou poços de iluminação e ventilação em edificações com mais de 4 (quatro) pavimentos.

CAPÍTULO VI
DAS INSTALAÇÕES EM GERAL

Art. 103. As instalações prediais deverão atender o estabelecido nesta Lei Complementar, no que couber, e o que dispõe as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, o Código de Saúde do Paraná e a legislação correlata.

Art. 104. Todas as instalações hidrossanitárias, elétricas, telefônicas e lógica da edificação deverão atender aos padrões técnicos definidos pelos órgãos competentes pela regulação e/ou prestação do serviço.

SEÇÃO I
DAS INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS

Art. 105. O escoamento de águas pluviais do lote edificado para a sarjeta será feito em canalização construída sob a calçada.

Art. 106. As águas pluviais provenientes de telhados, balcões e marquises deverão ser captadas e conduzidas por calhas e condutores.

Parágrafo único. Os condutores nas fachadas lindeiras à via pública serão embutidos até a altura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), acima do nível da calçada.

Art. 107. Não é permitida a ligação de condutores de águas pluviais à rede de esgotos.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 27

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

SEÇÃO II
DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICO-SANITÁRIAS

Art. 108. Todas as edificações em lotes que possuam redes de água potável e de esgoto deverão, obrigatoriamente, servir-se dessas redes e suas instalações.

§1º Deverão ser observadas as exigências da concessionária local quanto à alimentação pelo sistema de abastecimento de água e quanto ao ponto de lançamento para o sistema de esgoto sanitário.

§2º As instalações nas edificações deverão obedecer às exigências dos órgãos competentes e estar de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 109. Quando o logradouro público não tiver rede de água, a edificação poderá possuir poço adequado para seu abastecimento, devidamente protegido contra as infiltrações de águas superficiais.

Parágrafo único. O órgão competente da Municipalidade indicará o sistema adequado para cada caso existente.

Art. 110. Quando o logradouro não possuir rede de esgoto, a edificação deverá ser dotada de fossa séptica cujo efluente será lançado em poço absorvente (sumidouro ou poço anaeróbico), conforme a NBR 7229 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou a que vier a substituir, ou sistema indicado pelo órgão concessionário.

Parágrafo único. Não poderá ser construída fossa séptica nas calçadas, devendo ser instaladas dentro do terreno.

Art. 111. Toda unidade residencial deverá possuir no mínimo um vaso sanitário, um chuveiro, um lavatório, uma pia de cozinha e um tanque, que deverão ser ligados à rede de esgoto ou à fossa séptica.

Parágrafo único. As pias de cozinha deverão, antes de ligadas à rede pública, passar por caixa de gordura localizada internamente ao lote.

Art. 112. Os reservatórios de água deverão estar em local de fácil acesso que permita visita e possuir:

I - cobertura que não permita a poluição da água;

II - torneira de boia que regule, automaticamente, a entrada de água do reservatório;

III - extravasor - ladrão, com diâmetro superior ao do tubo alimentar, com descarga em ponto visível para a imediata verificação de defeito da torneira de boia;

IV - canalização de descarga para limpeza periódica do reservatório;

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 28

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

V - volume de reserva compatível com o tipo de ocupação e uso de acordo com as prescrições da Norma Brasileira - NBR 5626 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, 2020, ou a vier a substituir.

Art. 113. A declividade mínima dos ramais de esgoto será de 2% (dois por cento).

Art. 114. Não será permitida a ligação de canalização de esgoto ou de águas servidas às sarjetas ou galerias de águas pluviais.

Art. 115. Todas as instalações hidráulico-sanitárias deverão ser executadas conforme especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT: NBR 5626, NBR 7198, NBR 8160 e NBR 7229, ou as que vierem a substituir.

SEÇÃO III
DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Art. 116. É obrigatória a existência de instalações elétricas em todas as edificações situadas em logradouros servidos por rede de distribuição de energia.

Art. 117. As entradas aéreas e subterrâneas de luz e força de edifícios deverão obedecer às normas técnicas exigidas pela concessionária local.

Art. 118. Os diâmetros dos condutores de distribuição interna serão calculados de conformidade com a carga máxima dos circuitos e voltagem de rede.

Art. 119. O diâmetro dos eletrodutos será calculado em função do número e diâmetro dos condutores, conforme as especificações da NBR 5410 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, 2008, ou a que vier a substituir.

SEÇÃO IV
DAS INSTALAÇÕES DE GÁS

Art. 120. As instalações de gás nas edificações deverão ser executadas de acordo com as prescrições das normas NBR 13103/2013 e NBR 13523/2019 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou as que vierem a substituir, e atender às exigências previstas nas normas do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do estado do Paraná.

SEÇÃO V
DAS INSTALAÇÕES DE PARA-RAIOS

Art. 121. Será obrigatória a instalação de para-raios, de acordo com a NBR 5419 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, 2015, ou a que vier a substituir, nas edificações em que se reúnam grande número de pessoas, bem como em torres e chaminés elevadas e em construções isoladas e muito expostas.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 29

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

SEÇÃO VI
DAS INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

Art. 122. As edificações construídas, reconstruídas, reformadas ou ampliadas, quando for o caso, deverão ser providas de instalações e equipamentos de proteção contra incêndio, de acordo com as prescrições da legislação específica do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná e das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT: NBR 9077, NBR 10636, NBR 10898 e NBR 11742, observadas as exigências da legislação correlata.

Art. 123. Além de atender às demais disposições desta Lei Complementar, a mudança do uso de uma edificação existente, quando da substituição por outro uso ou atividade que implique em sujeição às determinações legais referentes à acessibilidade, exigirá a sua adaptação às condições de acesso, circulação e utilização pelas pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Parágrafo único. O órgão competente pela aprovação de projetos determinará as condições de adaptação e os níveis de acessibilidade, cabíveis em cada caso, considerando as normas de acessibilidade em vigor.

SEÇÃO VII
DAS INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS

Art. 124. Todas as edificações deverão ser providas de tubulação para rede telefônica de acordo com as normas técnicas exigidas pela empresa concessionária.

SEÇÃO IX
DAS INSTALAÇÕES PARA DEPÓSITO DE LIXO

Art. 125. As edificações deverão prever local para armazenagem de lixo, onde o mesmo deverá permanecer até o momento da apresentação à coleta de maneira adequada, internamente ao terreno e com acesso pela calçada, nas edificações residenciais ou mistas com 6 (seis) ou mais economias e nas edificações comerciais com 10 (dez) ou mais economias, ou área superior a 400m² (quatrocentos metros quadrados).

§1º As instalações para depósito temporário de lixo deverão atender as exigências determinadas na presente Lei Complementar, devidamente segregado em não reciclável e reciclável e suas subcategorias.

§2º É vedado o despejo em vias públicas ou em terrenos particulares, de cadáveres de animais, entulho, lixo de qualquer origem, bem como de quaisquer materiais ou objetos que possam causar incômodo à população ou prejudicar a estética e higiene da cidade e saúde dos munícipes.

Art. 126. Para efeito de cálculo das instalações de depósito de lixo, considera-se o equivalente a 4,6 (quatro vírgula seis) litros diários por habitante, observados os parâmetros a seguir

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 30

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

indicados, em função dos usos a que se destinam as edificações e do número de habitantes, sendo que:

I - para o uso habitacional, contabiliza-se 02 (dois) habitantes por dormitório;

II - para o uso não habitacional, contabiliza-se 01 habitante para cada 7,00m² (sete metros quarados) de área de construção;

III - para o uso misto, o somatório do cálculo feito separadamente para cada uso e seus parâmetros respectivos.

Art. 127. Para efeito do acondicionamento do lixo, deverão ser considerados os seguintes parâmetros:

I - nas edificações de uso habitacional, não habitacional ou misto, com produção diária de até 1.000L (mil litros) de lixo, o acondicionamento poderá ser feito em sacos plásticos ou em recipientes com capacidade de 100L (cem litros);

II - nas edificações de uso habitacional, não habitacional ou misto, com produção diária superior a 1.000 L (mil litros) de lixo, o acondicionamento deverá ser feito em sacos plásticos e containers com capacidade de 1.200L (mil e duzentos litros);

III - quando o volume de lixo produzido for superior a 3.600L (três mil e seiscentos litros) por dia, ou seja, exigir mais de 3 (três) containers, será obrigatório manter contrato de prestação de serviços de remoção de resíduos com o órgão municipal de limpeza urbana.

CAPÍTULO VII
DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Art. 128. Para cada compartimento das edificações residenciais são definidos, de acordo com o Anexo I – Edificações Residenciais, parte integrante desta Lei Complementar:

I - o diâmetro mínimo do círculo inscrito;

II - a área mínima;

III - a iluminação mínima;

IV - a ventilação mínima;

V - o pé direito mínimo.

Parágrafo único. As edificações residenciais multifamiliares deverão observar, além de todas as exigências cabíveis, especificadas neste Capítulo, as exigências do Anexo II – Edificações Residenciais – Áreas Comuns, parte integrante desta Lei Complementar, no que couber, para as áreas comuns.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 31

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 129. É facultada a organização interna da unidade residencial, podendo ser adotada solução de ambientes integrados para diversas funções, exceto banheiros.

Parágrafo único. Os espaços poderão ser integrados, desde que o compartimento resultante tenha, no mínimo, a soma das dimensões mínimas exigidas para cada um deles.

Art. 130. Os compartimentos das residências poderão ser ventilados e iluminados através de aberturas para pátios internos, cujo diâmetro do círculo inscrito deve atender à soma dos recuos mínimos exigidos por lei.

Art. 131. As edificações a que se referem as Seções I, II e III deste Capítulo, somente serão permitidas em lotes urbanos, oriundos de glebas parceladas.

SEÇÃO I
DAS RESIDÊNCIAS GEMINADAS

Art. 132. Consideram-se residências geminadas, 2 (duas) ou mais unidades de moradias contíguas, que possuam uma parede comum, com testada mínima de 6,00m (seis metros) para cada unidade, e possuam acessos exclusivos para o logradouro.

§1º O lote das residências geminadas só poderá ser desmembrado quando cada unidade tiver as dimensões mínimas do lote estabelecidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo e quando as moradias, isoladamente, estejam de acordo com esta Lei Complementar.

§2º As paredes comuns das casas geminadas ou se construídas na divisa do lote, deverão ser de alvenaria, alcançando a altura da cobertura e com espessura mínima de 0,20m (vinte centímetros).

Art. 133. A Taxa de Ocupação e o Coeficiente de Aproveitamento são os definidos pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem.

SEÇÃO II
DAS RESIDÊNCIAS EM SÉRIE, PARALELAS AO ALINHAMENTO PREDIAL

Art. 134. Consideram-se residências em série as paralelas ao alinhamento predial as situadas ao longo de logradouros públicos, geminadas ou não, em regime de condomínio, que tenham obrigatoriamente acesso independente às unidades de moradia e dispensem a abertura de corredor de acesso.

Art. 135. As residências em série, paralelas ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

I - o terreno deste conjunto deverá estar previamente parcelado, observadas as dimensões permitidas pelo zoneamento do Município ou com parcelamento em condomínio;

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 32

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

II - a testada da área do lote de uso exclusivo de cada unidade terá, no mínimo 6,00m (seis metros).

SEÇÃO III
DAS RESIDÊNCIAS EM SÉRIE, TRANSVERSAIS AO ALINHAMENTO PREDIAL

Art. 136. Consideram-se residências em série, transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, em regime de condomínio, aquelas cuja disposição exija a abertura de faixa de acesso, independentemente do número de unidades.

Art. 137. As residências em série, transversais ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

I - até 4 (quatro) unidades, o acesso se fará por uma faixa com a largura de no mínimo 4,00m (quatro metros), sendo no mínimo 1m (um metro) de calçada;

II - com mais de 4 (quatro) unidades, o acesso se fará por uma faixa com a largura de no mínimo:

a) 7,50 m (sete metros e cinquenta centímetros), quando as edificações estiverem situadas em um só lado da faixa de acesso, sendo no mínimo 2,00m (dois metros) de calçada e 5,50 (cinco metros e cinquenta centímetros) para pista de rolamento;

b) ou 9,50m (nove metros e cinquenta centímetros), quando as edificações estiverem dispostas em ambos os lados da faixa de acesso, sendo no mínimo 2,00m (dois metros) de calçada para cada lado, e 5,50m (cinco metros e cinquenta centímetros) de pista de rolamento.

III - quando houver mais de 4 (quatro) moradias no mesmo alinhamento, deverá ser prevista e demarcada uma área de manobra para retorno dos veículos;

IV - possuirá cada unidade de moradia uma área de terreno de uso exclusivo, com no mínimo, 6,00m (seis metros) de testada e área de uso privativo de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do lote mínimo da zona onde estiver situado e nunca inferior a 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados);

V - a taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento são os definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem, aplicando-se os índices sobre a área do terreno de origem;

VI - os afastamentos das divisas e recuo frontal aplicam-se ao terreno de origem.

Art. 138. As residências em série, transversais ao alinhamento predial somente poderão ser implantadas em lotes que tenham testada de no mínimo 12 m (doze metros) de frente para as vias oficiais de circulação.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 33

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

SEÇÃO IV
DOS EDIFÍCIOS MULTIFAMILIARES

Art. 139. Os edifícios de habitação multifamiliar, além de atender as demais disposições desta Lei Complementar a eles aplicáveis, deverão prever local de recreação e de lazer, coberto ou não, compatível com suas dimensões, observadas as seguintes exigências mínimas:

I - área contínua, não compartimentada e calculada na proporção de 1,00m² (um metro quadrado) por unidade de habitação com mínimo de 40,00m² (quarenta metros quadrados), equipada e devidamente caracterizada;

II - em formato que permita a inscrição de um círculo de 5 (cinco) metros de diâmetro em qualquer região de sua área de piso;

III - é obrigatório a instalação de no mínimo um ponto de abastecimento de água, um ponto de rede de esgoto e um ponto de gás;

IV - localizada sobre terraço ou térreo, desde que protegida de ruas e passagens de veículos;

V - não podendo ser aberta para o acesso ou vão de ventilação do depósito de lixo.

Art. 140. Nas edificações residenciais multifamiliares todas as partes comuns para acesso, circulação e uso comum dos moradores devem cumprir as exigências quanto à acessibilidade prevista nesta Lei Complementar.

Art. 141. As edificações residenciais multifamiliares, com mais de 3 (três) pavimentos de qualquer natureza, deverão dispor de:

I - hall de entrada;

II - sanitário para empregados / colaboradores em serviço, podendo ser utilizado o mesmo da área de recreação e lazer;

III - depósito de material de limpeza dotado com tanque de lavagem;

IV - abrigo para instalação de gás.

Art. 142. Nas edificações de que trata esta Seção deverá ser reservada uma área do terreno aberta (reentrância) para o passeio público para depósito de lixo domiciliar, devidamente segregado em reciclável e não reciclável, a ser coletado pelo serviço público, ou mediante concessão, podendo o espaço ser utilizado também para instalação do relógio de luz e hidrômetro.

Art. 143. As especificações das vagas de garagens obedecerão às seguintes proporções e condições mínimas:

I - 1 (uma) vaga de garagem para apartamentos residenciais de até 100m² (cem metros quadrados);

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 34

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

II - 2 (duas) vagas de garagem para apartamentos residenciais com mais de 100m² (cem metros quadrados);

III - sinalização visual de entrada e saída de veículos, junto ao logradouro;

IV - as rampas de acesso às vagas em subsolos e pavimentos superiores deverão iniciar a uma distância de pelo menos 5,00m (cinco metros), a contar do alinhamento predial;

V - as rampas de acessos às vagas deverão ter largura mínima de 3,00m (três metros) por sentido de deslocamento, e declividade máxima de 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. As vagas deverão ser de livre acesso e individualizada por unidade, admitindo-se vagas enclausuradas para uma mesma unidade residencial.

CAPÍTULO VIII
DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS

SEÇÃO I
DO COMÉRCIO E SERVIÇO EM GERAL

Art. 144. Para efeito desta Lei Complementar entende-se como:

I - edificações comerciais, aquelas destinadas a abrigar atividades comerciais varejistas de atendimento diário à população;

II - edificações de serviço, são aquelas destinadas à escritórios, consultórios e estúdios de caráter profissional.

Art. 145. As edificações destinadas ao comércio em geral deverão observar os seguintes requisitos:

I - ter as dimensões mínimas conforme o Anexo III – Edifícios de Comércio e de Serviço;

II - ter as portas gerais de acesso ao público com largura que esteja na proporção de 1m (um metro) para cada 300m² (trezentos metros quadrados) da área útil, sempre respeitando o mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

III - a entrada de edificações de que se trata o *caput* deste artigo observará, além das exigências contidas no Anexo III:
a) quando houver só um elevador, terá no mínimo 10m² (dez metros quadrados) e diâmetro mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);
b) a área da entrada será aumentada em 30% (trinta por cento) por elevador excedente;

IV - ter dispositivo de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações desta Lei Complementar e do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná;

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 35

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

V - instalações sanitárias coletivas distribuídas em todos os pavimentos em que houver uso comum ou público na proporção de pelos menos um para cada sexo, calculadas na razão de um sanitário para cada 200m² (duzentos metros quadrados) de área útil, sendo, no mínimo, um sanitário adaptado a Pessoas com Deficiência, em acordo à NBR 9050/2020 da ABNT;

VI - nos locais onde houver preparo, manipulação ou depósito de alimentos, os pisos, os tetos, as paredes e divisórias deverão ser revestidos com material liso, resistente, lavável, em cor clara e impermeável;

VII - atender as exigências quanto a acessibilidade para portadores de necessidades especiais da norma NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, 2020, ou o que vier a substituir.

VIII - atender as exigências do Código de Saúde do Paraná;

§1º As vagas de garagem para o uso estabelecido no *caput* deste artigo deverão atender as seguintes condições mínimas:

I - uma vaga para cada 70m² (setenta metros quadrados) para comércio com até 300m² (trezentos metros quadrados) de área construída;

II - uma vaga de garagem para cada 50m² (cinquenta metros quadrados) para comércio com mais de 300m² (trezentos metros quadrados) de área construída.

§2º Em casos de instalações sanitárias coletivas, devidamente calculadas para o público pretendido, em edificações de que trata o *caput* deste artigo, fica dispensada a exigência de instalações privativas em cada loja.

Art. 146. As edificações destinadas à serviços em geral deverão observar os seguintes requisitos:

I - instalações sanitárias privativas em cada unidade;

II - instalações sanitárias para atendimento ao público, separadas para cada sexo, calculadas na razão de um sanitário para cada 200m² (duzentos metros quadrados) de área útil, sendo, no mínimo, um sanitário adaptado a Pessoas com Deficiência, em acordo à NBR 9050/2020 da ABNT;

III - 1 (uma) vaga de garagem para cada escritório ou para cada 60m² (sessenta metros quadrados) de área privativa;

IV - local destinado à instalação de portaria, no hall de entrada.

Parágrafo único. Em casos de instalações sanitárias coletivas em cada pavimento das edificações de que trata o *caput* deste artigo, fica dispensada a exigência de instalações privativas em cada unidade.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 36

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 147. Nos edifícios em que os pavimentos superiores forem destinados a escritórios, atividades comerciais ou de prestação de serviços, as salas devem satisfazer às exigências de compartimentos de permanência prolongada.

SEÇÃO II
DOS RESTAURANTES, BARES, CAFÉS, CONFEITARIAS, LANCHONETES E CONGÊNERES

Art. 148. As cozinhas, copas, despensas e locais de consumação não poderão ter ligação direta com compartimentos sanitários ou destinados à habitação.

Art. 149. Os estabelecimentos devem ter instalações sanitárias independentes para ambos os sexos, com acesso independente.

I - as instalações sanitárias para homens devem ser providas de um vaso sanitário, um mictório e um lavatório para cada 100m² (cem metros quadrados) de área útil das salas;

II - as instalações sanitárias para mulheres devem ser providas de um vaso sanitário e um lavatório para cada 100m² (cem metros quadrados) de área útil das salas.

§1º Na quantidade de sanitários estabelecida por este artigo, deverão ser consideradas as exigências das normas para atendimento dos portadores de necessidades especiais, NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, 2020, ou a que vier a substituir.

§2º Sobre as condições gerais relativas aos estabelecimentos em que haja manipulação de alimentos deverão ser obedecidas as exigências do Código de Saúde do Paraná.

SEÇÃO III
DOS SUPERMERCADOS

Art. 150. Os supermercados, além das exigências desta Lei Complementar que lhes forem aplicáveis, deverão ser dotados de:

I - entrada especial para veículos, para carga e descarga de mercadorias, em pátios ou compartimentos internos, separados do acesso destinado ao público;

II - compartimento independente do salão, com ventilação e iluminação, que sirva para depósito de mercadorias;

III - no mínimo 2 (dois) sanitários, separados para cada sexo;

IV - compartimento destinado a depósito de lixo, localizado em situação que permita sua fácil remoção, com capacidade para lixo acumulado por, pelo menos, 2 (dois) dias, devendo ser perfeitamente iluminado e ventilado pela parte superior, com paredes e pisos revestidos de material impermeável e dotado de torneira e ralo para lavagens;

V - vestiários destinados aos funcionários, separados para cada sexo, com armários individuais, no caso de estabelecimentos com mais de 10 (dez) empregados;

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 37

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

VI - uma vaga de garagem para cada 25m² (vinte e cinco metros quadrados) de área destinada ao público;

VII - ao menos um sanitário adaptado a Pessoas com Deficiência, em acordo à NBR 9050/2020 da ABNT.

SEÇÃO IV
DO COMÉRCIO DE PRODUTOS PERIGOSOS

Art. 151. A instalação de depósitos de inflamáveis e de explosivos deverão atender às diretrizes constantes da Lei de Uso e Ocupação do Solo e demais normas municipais, estaduais e federais pertinentes.

Art. 152. Em todo depósito, armazém a granel ou qualquer outro imóvel onde haja armazenamento de explosivos e inflamáveis deverá existir instalações contra incêndio e extintores portáteis de incêndio, em quantidade e disposição conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e da legislação específica do Corpo de Bombeiro da Polícia Militar do Estado do Paraná.

§1º Todas as dependências e anexos dos depósitos de explosivos ou inflamáveis serão construídos com material incombustível.

§2º Junto à porta de entrada dos depósitos de explosivos ou inflamáveis deverão ser pintados, de forma visível, os dizeres INFLAMÁVEIS ou EXPLOSIVOS – CONSERVE O FOGO A DISTÂNCIA, com as respectivas tabuletas e o símbolo representativo de perigo.

§3º Em locais visíveis deverão ser colocadas tabuletas ou cartazes com o símbolo representativo de perigo e com os dizeres – PROIBIDO FUMAR.

§4º Aos varejistas é permitido conservar em cômodos apropriados, em seus armazéns ou lojas, a quantidade fixada pelo Poder Executivo Municipal, na respectiva licença, de material inflamável ou explosivo, que não ultrapasse a venda provável de 30 (trinta) dias.

§5º Os depósitos de explosivos deverão estar localizados fora das zonas urbanas e de expansão urbanas e, ainda, manter um afastamento mínimo de 50 (cinquenta) metros das divisas dos terrenos em que situarem.

Art. 153. No interesse público, o Poder Executivo Municipal fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte, o depósito, e o emprego de inflamáveis, explosivos e produtos químicos observados o que dispõe a legislação estadual e federal pertinente.

Art. 154. São considerados inflamáveis:

I - o fósforo e os materiais fosforados;

II - a gasolina e demais derivados de petróleo;

III - os éteres, álcool, a aguardente e destilados e os óleos em geral;

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 38

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

IV - os carburetos, o alcatrão e as matérias betuminosas líquidas;

V - toda e qualquer outra substância cujo ponto de inflamabilidade seja acima de 135ºC (cento e trinta e cinco graus centígrados).

Art. 155. São considerados explosivos:

I - os fogos de artifícios;

II - a nitroglicerina e seus compostos e derivados;

III - a pólvora e o algodão pólvora;

IV - as espoletas e os estopins;

V - os fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres;

VI - os cartuchos de guerra, caça e minas.

Art. 156. Fica absolutamente proibido:

I - fabricar explosivos sem licença especial, nas zonas urbanas do Município e em local não autorizado pelo Poder Executivo Municipal;

II - manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto à construção, localização e segurança;

III - depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo temporariamente, inflamáveis ou explosivos.

Art. 157. Quando o material puder ocasionar a produção de vapores ou gases e o local for fechado, deverá haver ventilação permanente adicional, mediante aberturas situadas ao nível do piso e do teto, em oposição às portas e janelas.

Parágrafo único. A soma das áreas das aberturas de que trata o *caput* deste artigo não poderá ser inferior a 1,20m² (um metro e vinte decímetros quadrados) da área do compartimento, podendo cada abertura ter área que contenha, pelo menos, um círculo de 0,30m (trinta centímetros) de diâmetro.

CAPÍTULO IX
DAS EDIFICAÇÕS INDUSTRIAIS

Art. 158. As edificações destinadas à indústria em geral, fábricas e oficinas, além das disposições constantes na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, deverão:

I - ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias e estruturas de cobertura;

II - ter os dispositivos de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná;

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 39

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

III - os seus compartimentos, quando tiverem área superior a 75m² (setenta e cinco metros quadrados), deverão ter pé-direito mínimo de 3m (três metros);

IV - quando os compartimentos forem destinados à manipulação ou depósito de inflamáveis, os mesmos deverão localizar-se em lugar convenientemente separados, de acordo com normas específicas relativas à segurança na utilização de inflamáveis líquidos ou gasosos, ditados pelos órgãos competentes e em especial, o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná;

V - satisfazer as exigências dos órgãos ambientais estadual e municipal.

Art. 159. Os fornos, máquinas, caldeiras, estufas, fogões ou qualquer outro aparelho onde se produza ou concentre calor deverão obedecer às normas técnicas vigentes e disposições do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, admitindo-se:

I - uma distância mínima de 1,00m (um metro) do teto, sendo esta distância aumentada para, no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), quando houver pavimento superior;

II - uma distância mínima de 1,00m (um metro) das paredes das divisas com lotes vizinhos.

Art. 160. Toda edificação ou unidade industrial, deverá atender às seguintes exigências mínimas:

I - local apropriado para vestiários com armários individuais, observada a separação de sexos, compatíveis com o exigido na legislação federal relativa à segurança e medicina do trabalho;

II - os espaços destinados a copa, cozinha, despensa refeitório e lazer não poderão ter comunicação direta com o local de trabalho;

III - quando a atividade a ser desenvolvida no local de trabalho for incompatível com a ventilação e iluminação naturais, essas deverão ser obtidas por meios artificiais.

Art. 161. Para a construção, reforma ou adaptação de prédios para uso industrial, além das exigências deste Código, deve-se observar o disposto na legislação federal, estadual e municipal pertinente.

Parágrafo único. Para fins de localização de atividades industriais, deverão ser rigorosamente observadas as disposições da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Quedas do Iguaçu.

CAPÍTULO X
DAS EDIFICAÇÕES ESPECIAIS

SEÇÃO I
DAS ESCOLAS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 40

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 162. As edificações destinadas a escolas, deverão obedecer às normas da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria Municipal de Educação, além das disposições desta Lei Complementar, conforme a seguir:

I - possuir locais de recreação que atendam as seguintes condições:
a) área proporcional equivalente à metade da soma das áreas das salas de aula, não podendo ser inferior a 40,00m² (quarenta metros quadrados);
b) que permita a inscrição de um círculo de 5,00m (cinco metros) de diâmetro em qualquer região de sua área de piso;
c) ser arborizado na parte descoberta e orientada de forma a garantir incidência solar por, pelo menos, um período de duas horas diárias durante todo o ano;
d) parte coberta, quando possuir, com pé-direito mínimo de 4,00m (quatro metros), ligada ao corpo da edificação e aos acessos por circulação coberta, inclusive sobre recuo frontal.

II - ter instalações sanitárias, observado o seguinte:
a) masculino:
1. 1 (um) vaso para cada 50 (cinquenta) alunos;
2. 1 (um) mictório para cada 25 (vinte e cinco) alunos;
3. 1 (um) lavatório para cada 50 (cinquenta) alunos.
b) feminino:
1. 1 (um) vaso para cada 20 (vinte) alunas;
2. 1 (um) lavatório para cada 50 (cinquenta) alunas.

III - ter um bebedouro de água potável para cada 70 (setenta) alunos;

IV - ter chuveiros quando houver vestiário para educação física;

V - possuir as adaptações necessárias para permitir o acesso de pessoas portadoras de deficiência;

VI - possuir sanitários, acessíveis ao uso por pessoas com deficiência física, observando o disposto na NBR 9050/2020, ou a que vier a substituir;

VII - possuir área coberta que permita o acesso de veículos para embarque e desembarque de alunos com largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), e área de espera na proporção de 5,00m (cinco metros) de comprimento para cada 150m² (cento e cinquenta metros quadrados) de área destinada a salas de aulas.

Art. 163. Nas edificações destinadas a escolas as vagas de estacionamentos deverão atender as seguintes exigências mínimas:

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 Ano X – Edição Nº 2429 Página 41

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

I - quando de até 100m² (cem metros quadrados) de área construída, será facultativo;

II - quando acima de 100m² (cem metros quadrados) de área de construída, 1 (uma) vaga para cada 80m² de área construída destinada a Administração.

Art. 164. As salas de aulas deverão apresentar as seguintes características:

I - pé direito mínimo livre de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros);

II - área mínima de 15m² (quinze metros quadrados), calculada à razão de 1,50m² (um metro e cinquenta decímetros quadrados) por aluno;

III - não ter profundidade maior que 2 (duas) vezes a largura e largura inferior a 2 (duas) vezes o pé direito;

IV - os vãos de ventilação e iluminação terão área mínima de 25% (vinte e cinco por cento) da superfície do piso e deverão permitir iluminação natural, mesmo quando fechados;

V - janelas com peitoril mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetro) em relação ao nível do piso acabado;

VI - a largura mínima dos corredores será de 1,50 (um metro e cinquenta centímetros).

Parágrafo único. É recomendado que a ventilação nas salas de aula seja cruzada.

SEÇÃO II
DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES E CONGÊNERES

Art. 165. As edificações destinadas a estabelecimentos hospitalares e congêneres deverão estar de acordo com o Código de Saúde do Paraná e demais Normas Técnicas Especiais, além das demais disposições legais vigentes no Município, além de:

I - possuir local específico para a guarda do lixo, em recinto fechado e independente;

II - quando possuir elevadores, será necessário que, no mínimo, 1 (um) tenha dimensões que permitam o transporte de maca para adultos.

SEÇÃO III
DAS HABITAÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 166. As edificações destinadas a hotéis e congêneres deverão obedecer às seguintes disposições, além das demais exigências previstas nesta Lei Complementar:

I - ter instalações sanitárias, na proporção de 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) chuveiro e 1 (um) lavatório, no mínimo, para cada;

II - ter, além dos apartamentos e quartos, dependências para closets e local para instalação de portaria e sala de estar;

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

III - ter pisos e paredes de copas, cozinhas, despensas e instalações sanitárias de uso comum, até a altura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), revestido com material lavável e impermeável;

IV - ter vestiário e instalação sanitária privativos para os funcionários, separados por sexo;

V - atender todas as exigências contidas no Código de Saúde do Paraná;

VI - ter os dispositivos de prevenção contra incêndio, de conformidade com as determinações do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná;

VII - possuir local para coleta de lixo, situado no primeiro pavimento ou no subsolo, com acesso pela entrada de serviço;

VIII - possuir local devidamente dimensionado para depósito de materiais de limpeza.

Art. 167. As vagas de garagem das habitações transitórias deverão atender às seguintes condições conforme sua função:

I - Hotéis: 1 (uma) vaga para cada 3 (três) unidades de hospedagem;

II - Motéis: 1 (uma) vaga para cada unidade de hospedagem;

III - Hostéis: 1 (uma) vaga para cada 4 (quatro) unidades de hospedagem.

Parágrafo único. Admitem-se vagas enclausuradas para as habitações transitórias, desde que possuam serviço de manobrista.

SEÇÃO IV
DOS LOCAIS DE REUNIÃO E SALAS DE ESPETÁCULOS

Art. 168. As edificações destinadas a lazer, cultura, esporte ou culto religioso e usos similares, deverão atender às seguintes disposições:

I - ter instalações sanitárias, separadas por sexo, nas proporções mínimas de 2 (dois) vasos sanitários e 1 (um) lavatório para cada 100 (cem) lugares;

II - as portas deverão ter a mesma largura dos corredores sendo que as de saída das edificações deverão ter a largura correspondente a 1cm (um centímetro) por lugar, não podendo ser inferior a 2m (dois metros);

III - as portas deverão ser de ferragem corta fogo e deverão abrir para fora, respeitado os recuos mínimos previstos Lei Municipal de Uso e Ocupação de Solo;

IV - os corredores de acesso e escoamento, cobertos ou descobertos, terão largura mínima de 2m (dois metros), o qual terá um acréscimo de 1cm (um centímetro) a cada grupo de 10 (dez) pessoas excedentes à lotação de 150 (cento e cinquenta) lugares;

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

V - as circulações internas à sala de espetáculos terão nos seus corredores longitudinais e transversais, largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), e serão acrescidas de 1cm (um centímetro) por lugar excedente a 100 (cem) lugares;

VI - possuir sinalização das saídas de emergência;

VII - quando o local de reunião ou salas de espetáculos estiver situado em pavimento que não seja térreo, serão necessárias 2 (duas) escadas, no mínimo, que deverão obedecer às seguintes condições:

a) as escadas deverão ter largura mínima 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e serem acrescidas de 1cm (um centímetro) por lugar excedente superior a 100 (cem) lugares;
b) sempre que a altura a vencer for superior a 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), devem ter patamares, os quais terão profundidade de 1,00m (um metro);
c) as escadas não poderão ser desenvolvidas em leque ou caracol.

VIII - haverá obrigatoriamente sala de espera, cuja área mínima, deverá ser de 1,00m² (um metro quadrado) para cada 10 (dez) pessoas, considerando a lotação máxima;

IX - ter os dispositivos de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná;

X - a fim de permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de necessidades especiais, deverão seguir as orientações previstas em regulamento, obedecendo a Norma Brasileira - NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, 2020, ou a que vier a substituir.

§1º Para efeito de cálculo do número de pessoas será considerado, quando não houver lugares fixos, a proporção de 2m² (dois metros quadrados) por pessoa, referente à área efetivamente destinadas às mesmas.

§2º Nas edificações de que se trata o *caput* deste artigo, quando houver guichês para venda de ingresso, estes deverão estar situados de tal forma a evitar filas do público no logradouro.

§3º As escadas poderão ser substituídas por rampas, com no máximo 8% (oito por cento) de declividade.

Art. 169. Os locais tratados nesta Seção, quando destinados à realização de espetáculos, ou atividades que indispensável o fechamento das aberturas para o exterior, serão dotadas de instalações de ar-condicionado, devendo ainda, atender as seguintes exigências:

I - deverão conter sistema de acústica que impeça a difusão do som para o exterior, para não causar incômodo aos vizinhos;

II - uma vaga de garagem para cada 25m² (vinte e cinco metros quadrados) de área destinada ao público.

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

SEÇÃO V
DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS PARA VEÍCULOS

Art. 170. A autorização para construção de postos de combustíveis e serviços para veículos será concedida com observância das seguintes condições:

I - para a obtenção do Alvará de Uso dos postos de combustíveis junto ao Poder Executivo Municipal, será necessária a análise de projetos com a emissão de correspondente certidão de licenciamento preliminar pelo órgão municipal competente;

II - somente poderão ser construídos com raio de distanciamento mínimo de 100m (cem metros) de escolas, creches, hospitais, postos de saúde, asilos e poços de captação de águas subterrâneas para abastecimento público, existentes ou programados, medidos a partir das divisas dos lotes;

III - serão permitidas atividades comerciais junto aos postos de abastecimento de combustíveis e serviço, somente quando localizadas no mesmo nível dos logradouros de uso público, com acesso direto e independente;

IV - as instalações de abastecimento, bem como as bombas de combustíveis deverão distar, no mínimo, 15m (quinze metros) de qualquer ponto das divisas do lote;

V - no alinhamento do lote deverá haver um jardim para evitar a passagem de veículo sobre as calçadas;

VI - a entrada e saída de veículos será feita com largura mínima de 4 m (quatro metros) e máxima de 8m (oito metros), devendo ainda guardar distância mínima de 2m (dois metros) das laterais do terreno;

VII - em se tratando de imóvel de esquina, não poderá ser rebaixado o meio fio no trecho correspondente à curva da concordância das ruas, sendo que a distância mínima será de 5m (cinco metros) do encontro dos alinhamentos prediais;

VIII - para testadas com mais de 1 (um) acesso, a distância mínima entre eles é de 5m (cinco metros);

IX - a projeção horizontal da cobertura da área de abastecimento não será considerada para aplicação da Taxa de Ocupação, estabelecida pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, não podendo avançar sobre o recuo do alinhamento predial;

X - a construção de postos que já possuam Alvará de Construção, emitido antes da aprovação desta Lei Complementar, deverá ser iniciada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta Lei;

XI - todos os tanques subterrâneos e suas tubulações deverão ser testados quanto a sua estanqueidade, segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas -

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

ABNT e da Agência Nacional do Petróleo - ANP, e aprovado pelo órgão ambiental competente;

XII - para todos os postos de combustíveis e serviços existentes ou a serem construídos, será obrigatória a instalação de pelo menos 3 (três) poços de monitoramento de qualidade da água do lençol freático;

XIII - deverão ser realizadas análises de amostras de água coletadas dos poços de monitoramento, da saída do sistema de retenção de óleos e graxas e do sistema de tratamento de águas residuais existentes nos postos de abastecimento e congêneres, segundo parâmetros a serem determinados pelo órgão municipal competente.;

XIV - observância das exigências contidas na Lei de Uso e Ocupação do Solo e na legislação do meio ambiente.

§1º As medidas de proteção ambiental para armazenagem de combustíveis, estabelecidas nesta Lei, aplicam-se a todas as atividades que possuam estocagem subterrânea de combustíveis.

§2º Os depósitos de combustíveis dos postos de serviço e abastecimento deverão obedecer às normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

§3º Os postos de combustíveis deverão ainda atender as exigências legais do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná e demais leis pertinentes.

Art. 171. A implementação de postos de combustíveis deverá atender às exigências mínimas estabelecidas pela Resolução SEDEST/PR Nº 3 DE 17/01/2020, ou a que vier a substituí-la.

Art. 172. Deverá haver cisterna para captação de águas pluviais, com capacidade mínima de 15m³ (quinze metros cúbicos), independentemente da área construída, ou elementos de captação de resíduos líquidos e que atendam a legislação ambiental, de forma que não alcancem o passeio público.

Art. 173. As edificações destinadas a abrigar locais de prestação de serviços de lavagem, lubrificação e mecânica de veículos deverão obedecer às seguintes condições:

I - ter área coberta capaz de comportar os veículos em reparo ou manutenção;

II - ter pé-direito mínimo de 3m (três metros), inclusive nas partes inferiores e superiores dos mezaninos ou de 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros) quando houver elevador para veículo;

III - ter compartimentos sanitários, separados por sexo, e demais dependências destinadas aos empregados, de conformidade com as determinações desta Lei Complementar;

IV - ter os pisos, revestidos de material impermeável e resistente a frequentes lavagens, com sistema de drenagem independente do da drenagem pluvial e ou de águas servidas, para escoamento das águas residuais, as quais deverão passar por caixas separadoras de resíduos de combustíveis antes da disposição na rede pública,

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

conforme padrão estabelecido pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e observadas às exigências dos órgãos estadual e municipal responsável pelo licenciamento ambiental;

V - a área a ser pavimentada, atendendo a taxa de permeabilidade definida na Lei de Uso e Ocupação do Solo, deverá ter declividade máxima de 3% (três por cento), com drenagem que evite o escoamento das águas de lavagem para os logradouros públicos.

Art. 174. As instalações para lavagem de veículos e lava-rápidos deverão:

I - estar localizadas em compartimentos fechados em 2 (dois) de seus lados, no mínimo, com paredes fechadas em 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) a altura ou ter caixilhos fixos sem aberturas;

II - ter as partes internas das paredes revestidas de material impermeável, liso e resistente a frequentes lavagens até a altura de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), no mínimo;

III - ter as aberturas de acesso distantes 8m (oito metros) no mínimo, do alinhamento predial e 5m (cinco metros) das divisas laterais e de fundos do lote;

IV - ter os pisos revestidos de material impermeável e resistente a frequentes lavagens, com sistema de drenagem independente do da drenagem pluvial e ou de águas servidas, para escoamento das águas residuais, as quais deverão passar por caixas separadoras de resíduos de combustíveis antes da disposição na rede pública, conforme padrão estabelecido pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e observadas às exigências dos órgãos estadual e municipal responsável pelo licenciamento ambiental.

Parágrafo único. Será proibido o uso de água da rede pública de abastecimento para lavagem de veículos.

SEÇÃO VI
DAS EDIFICAÇÕES EM MADEIRA

Art. 175. As edificações que possuírem estrutura e vedação em madeira deverão garantir padrão e desempenho quanto ao isolamento térmico, resistência ao fogo, isolamento e acondicionamento acústico, estabilidade e impermeabilidade nos termos das normas específicas da ABNT.

Art. 176. Deverão ser apresentados ao Poder Executivo Municipal o projeto arquitetônico, estrutural, implantação, plantas, cortes, elevações e outros projetos que o setor responsável pela aprovação julgar necessário.

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 177. Os componentes da edificação, quando próximos a fontes geradoras de fogo ou calor, deverão ser revestidos de material incombustível.

Art. 178. As edificações em madeira serão acondicionadas aos seguintes parâmetros:

I - afastamento mínimo de 2m (dois metros) de qualquer ponto das divisas ou de outra edificação;

II - afastamento mínimo de 5m (cinco metros) de outra edificação de madeira;

III - as paredes deverão ter embasamento de alvenaria, concreto ou material similar, com altura mínima de 50cm (cinquenta centímetros) acima do solo circundante;

IV - quando a madeira for convenientemente tratada contra a ação da umidade, conforme atestado comprobatório fornecido pelo laboratório de comprovada idoneidade, a altura fixada no inciso anterior poderá ser reduzida para 20cm (vinte centímetros);

V - tenha os compartimentos de acordo com a disposição deste código;

VI - apresente cobertura de cerâmica ou qualquer outro material incombustível.

Art. 179. Será permitida a construção de habitações de madeira, agrupadas duas a duas, desde que a parede divisória entre ambas, em toda sua extensão e até 30cm (trinta centímetros) acima do ponto mais elevado do telhado, seja de madeira incombustível ou de outro material que impeça a ação do fogo.

Art. 180. As faces internas das paredes da cozinha deverão ser tratadas com material liso, resistente, impermeável e lavável, até a altura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) ou receber tratamento impermeabilizante equivalente.

Art. 181. Será permitida a construção de barracões de madeira ou material similar, em canteiros de obras, desde que obedecidos os recuos mínimos de 3m (três metros) das divisas laterais e de fundos do terreno.

§1º Esses barracões serão destinados exclusivamente para operações de venda do imóvel em seu todo ou em unidades isoladas, administração local da obra, depósito de materiais de construção e acomodações de operários.

§2º A autorização para construção desses barracões será concedida pelo Poder Executivo Municipal, a título precário, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, desde que justificada sua necessidade.

§3º A prorrogação do prazo disposto no parágrafo 2º deste artigo será concedida se requerida e justificada pelo interessado, cabendo Poder Executivo Municipal a decisão de concedê-la ou não.

Art. 182. Os galpões não poderão ser usados para habitação.

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 183. As casas de madeira pré-fabricadas deverão atender às especificações contida neste Código, referentes às habitações unifamiliares.

SEÇÃO VII
DAS EDIFICAÇÕES NA VILA DE SALTO OSÓRIO

Art. 184. Os projetos de construções localizados na Vila de Salto Osório deverão obedecer aos parâmetros urbanísticos e usos definidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, estabelecidos para a Zona Residencial de Interesse Turístico – ZRIT.

Art. 185. A construção de muros e divisórias deverá atender o estabelecido na presente Lei, sendo que:

I - para as divisas laterais e de fundos, é permitida a execução mista de cercas vivas com alambrados, com altura máxima de 1,20m (um metro e vinte centímetros);

II - para as divisas frontais, é permitido a execução de divisória com grades metálicas, com altura máxima de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

Parágrafo único. É vedada a construção de muros ou divisórias de alvenaria, ou qualquer outra espécie que contraponha o estabelecido na presente Lei.

SEÇÃO VIII
DOS CONTÊINERES

Art. 186. Fica permitida, após a aprovação do órgão competente da Municipalidade, a utilização de contêineres para fins comerciais ou residenciais no Município de Quedas do Iguaçu, condicionada ao atendimento às disposições desta Lei Complementar, do Plano Diretor Municipal, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e demais requisitos legais pertinentes.

Art. 187. É permitido a utilização de contêineres, além dos usos estabelecidos no Art. 186, para:

I - exposições provisórias e plantões de vendas, desde que emitida a autorização prévia do órgão competente da Municipalidade;

II - depósitos provisórios de ferramentas, materiais de construção e similares, desde que localizados no interior do lote onde será realizada a obra.

§1º Não é necessária a autorização do órgão competente da Municipalidade para o caso estabelecido no inciso II do *caput* deste artigo.

§2º Caso não seja possível a utilização do contêiner no interior do lote onde será realizada a obra, este poderá se localizar no imóvel vizinho, desde que autorizado pelo proprietário.

§3º O transporte do contêiner deverá ser efetuado por veículos apropriados.

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

§4º Para a utilização dos contêineres conforme dispostos nos incisos I e II deste artigo, os contêineres deverão, obrigatoriamente:

I - estar em bom estado de conservação;

II - permitir a identificação da empresa locatária, com razão social ou nome fantasia e contato telefônico;

Art. 188. Fica terminantemente proibida:

I - a colocação de contêineres sobre a calçada e vias públicas;

II - a exposição de contêineres não locados, para os fins de publicidade,

§1º O descumprimento do estabelecido neste artigo implica em multa e remoção do contêiner para o pátio municipal.

§2º As despesas de remoção e estada serão regulamentadas mediante decreto.

Art. 189. As permissionárias e/ou empresas prestadoras cumprirão integralmente os dispositivos constantes da presente Lei Complementar, sob pena de notificação e autuação sob forma de multa, a ser fixada da seguinte forma:

I - advertência administrativa;

II - multa no valor correspondente a 2 (dois) UFM ao dia, por unidade irregular, contados da efetiva notificação;

III - na reincidência da infração, multa no valor correspondente a 4 (quatro) UFM ao dia por unidade irregular, contados da efetiva notificação;

IV - suspensão do Alvará de Localização e Funcionamento;

V - cancelamento do Alvará de Localização e Funcionamento.

Parágrafo único. Da aplicação de multa caberá recurso ao órgão emissor no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da efetiva notificação.

Art. 190. As permissionárias e/ou empresas prestadoras dos serviços de locação de contêineres terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para adequar às adaptações da presente Lei Complementar.

SEÇÃO IX
DOS PARKLETS

Art. 191. Considera-se parklet a ampliação da calçada realizada por meio da implantação de plataforma sobre a área destinada a vagas de estacionamento na via pública, equipada com bancos, floreiras, mesas e cadeiras, guarda sóis, aparelhos de exercícios físicos, paraciclos ou outros elementos com função de recreação e descanso.

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Parágrafo único. O parklet, assim como os elementos neles instalados, serão plenamente acessíveis ao público, vedada, em qualquer hipótese, a utilização exclusiva por seu mantenedor.

Art. 192. A instalação, manutenção e remoção do parklet dar-se-á por iniciativa do Município ou por requerimento de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado.

Parágrafo único. A instalação de parklet por iniciativa do Município obedecerá aos requisitos técnicos previstos nesta legislação e na legislação aplicável, devendo ser precedida de edital que lhe dê publicidade.

Art. 193. O pedido de instalação e manutenção de parklet por iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, acompanhados de documentos de identificação, será instaurado no órgão competente do Municipalidade.

§1º O pedido deverá ser acompanhado de projeto de instalação que apresente:

I - planta e fotografias que mostrem a localização e esboço da instalação, com dimensão aproximada, imóveis confrontantes, largura da calçada, inclinação transversal da calçada e mobiliário instalado na calçada em 20m (vinte metros) de cada lado a partir do local do parklet proposto;

II - descrição dos tipos de equipamentos que serão alocados;

III - descrição do atendimento aos critérios técnicos de instalação, manutenção e retirada do parklet.

§2º O projeto de instalação deverá atender à NBR 9050/2020, ou a que vier a substituir, e aos seguintes requisitos:

I - não poderá apresentar largura superior a 2,20m (dois metros e vinte centímetros), a partir do meio fio, por, no máximo, 10m (dez metros) de comprimento;

II - a instalação não poderá provocar qualquer dano ou alteração no pavimento que não possa ser reparada pelo responsável pela instalação do parklet;

III - a instalação só poderá ocorrer em local antes destinado ao estacionamento de veículos, apenas em vagas paralelas à calçada, sendo vedada em faixas exclusiva de ônibus, ciclovias ou ciclofaixas;

IV - o parklet só poderá ser instalado em via pública com limite de velocidade de até 40km/h (quarenta quilômetros por hora) e com até 8,33% (oito e trinta e três por cento) de inclinação longitudinal;

V - o parklet deverá ter proteção, guarda copo, em todas as faces voltadas para a via destinada aos veículos e somente poderá ser acessado a partir da calçada;

VI - o parklet deverá estar devidamente sinalizado, inclusive com elementos refletivos;

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 51

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

VII - as condições de drenagem do local da instalação deverão ser preservadas;

VIII - remoções de interferências poderão ser aceitas e indicadas, ficando a cargo do responsável pela instalação do parklet todos os custos envolvidos.

§3º O parklet não poderá ser instalado em esquinas ou a menos de 15m (quinze metros) do alinhamento da esquina, bem como à frente ou de forma a obstruir guias rebaixadas, equipamentos de combate a incêndio, rebaixamentos para acesso de Pessoas com Deficiência, pontos de parada de ônibus, pontos de táxi, faixas de pedestres, nem poderá acarretar a supressão de vagas especiais de estacionamento.

§4º Será incentivada a associação entre a instalação de parklets e paraciclos.

§5º Na hipótese de manifestação de outros interessados na instalação do parklet na mesma área, o órgão competente do Municipalidade examinará os pedidos que melhor atenderem ao interesse público.

Art. 194. Cumpridos todos os requisitos previstos nesta Lei e aprovada a instalação, o órgão competente do Municipalidade convocará o interessado para assinar o termo de cooperação para instalação, manutenção e remoção do parklet.

§1º O termo de cooperação terá prazo de 3 (três) anos, podendo ser renovado por igual período.

§2º O termo de cooperação deverá ter caráter precário, podendo ser cancelado em qualquer momento, invocado o interesse público.

Art. 195. O proponente e mantenedor do parklet será o único responsável pela realização dos serviços descritos no respectivo termo de cooperação, bem como por quaisquer danos eventualmente causados.

Parágrafo único. Os custos financeiros referentes à instalação, manutenção e remoção do parklet serão de responsabilidade exclusiva do mantenedor.

Art. 196. Será permitida a colocação de uma placa com área máxima de 0,32m² (trinta e dois decímetros quadrados) com dimensão mínima de 0,40m (quarenta centímetros) por 0,80m (oitenta centímetros), para exposição de publicidade em cada parklet instalado.

Art. 197. Na hipótese de qualquer solicitação de intervenção por parte do Município, obras na via ou implantação de desvios de tráfego ou qualquer outra hipótese de interesse público, o mantenedor será notificado e será responsável pela remoção do equipamento em até 72h (setenta e duas horas), com a restauração da via pública ao seu estado original.

Art. 198. Em caso de descumprimento do termo de cooperação, o cooperante será notificado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar os serviços, sob pena de rescisão.

Parágrafo único. A rescisão do termo de cooperação poderá ser determinada pelo órgão competente do Municipalidade, justificado em razão da inobservância das condições de

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 52

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

manutenção previstas no termo de cooperação ou presentes quaisquer outras razões de interesse público.

Art. 199. O abandono, a desistência ou o descumprimento do termo de cooperação não dispensa a obrigação de remoção e restauração da via pública ao seu estado original.

Parágrafo único. Os casos omissos serão regulamentados por órgão competente do Municipalidade.

CAPÍTULO XI
DOS PRÉDIOS PÚBLICOS

Art. 200. Toda edificação destinada à prestação de serviços sob responsabilidade do Poder público Municipal deverá ser construída, adaptada ou reformada de modo a:

I - atender às exigências da Lei Federal nº 13.146/2015 e a adotar os padrões de acessibilidade previstos nas Normas Técnicas Brasileiras aplicáveis;

II - considerar soluções projetais em garantia da sustentabilidade ambiental e da racionalidade do uso dos recursos naturais;

III - racionalizar o uso da água, utilizando metais e aparelhos sanitários economizadores, e adotando dispositivo para coleta e armazenamento de água pluvial destinada à limpeza de áreas externas e à irrigação;

IV - promover a eficiência energética dos equipamentos, edificações e serviços limitando a potência instalada para fins de uso da iluminação artificial, sistemas de automação e entre outros;

V - considerar o uso de telhados que colaborem para evitar o aquecimento global, ou seja, telhados verdes com grama ou jardim plantado, uso de telhas metálicas claras, ou os telhados que forem pintados com tinta branca ou tinta não branca com pigmentações especiais.

Parágrafo único. Os incisos III, IV e V do *caput* deste artigo estão previstos na Lei Estadual nº 17.084/2012 e são válidos para todos os prédios públicos a serem construídos a partir da aprovação desta Lei Complementar.

CAPÍTULO XII
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 201. O Município fiscalizará o cumprimento das disposições da presente Lei Complementar, exigindo ao proprietário ou corresponsável, bem como aos responsáveis técnicos, que garantam a adequação do direito de construir às normas urbanísticas.

Art. 202. A fiscalização das obras será exercida pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de:

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 53

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

I - reprimir a execução de obras não licenciadas;

II - sanar as irregularidades que se verificarem nas licenciadas.

Art. 203. Qualquer servidor público que no exercício de suas funções tome conhecimento de eventual infração às disposições da presente Lei Complementar deverá informar ao órgão de fiscalização do Município para que este tome as medidas cabíveis.

Art. 204. Será considerado infrator, nos termos desta Lei Complementar:

I - aquele que cometer ou concorrer de qualquer modo para a prática de infração;

II - os encarregados pelo cumprimento do disposto neste Código que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Art. 205. A licença concedida com infração aos dispositivos deste Código será cassada pela autoridade competente, que promoverá a imediata apuração de responsabilidade e aplicará as penalidades cabíveis ao servidor responsável pela outorga.

Art. 206. Compete à fiscalização do Município notificar e autuar as infrações a esta Lei Complementar, endereçando-as ao proprietário da obra e ao responsável técnico.

§1º A notificação será expedida visando:

I - ao cumprimento de alguma exigência acessória contida em processo;

II - à regularização do projeto, da obra ou de partes destes;

III - a exigir a observância do cumprimento de outras disposições desta Lei Complementar.

§2º O proprietário da obra e o responsável técnico terão o prazo de 7 (sete) dias para cumprir a notificação prevista no parágrafo 1º deste artigo.

§3º Adotado o prazo fixado na notificação, sem que a mesma seja atendida, lavrar-se-á o auto da infração.

§4º O agente fiscal deverá utilizar-se do padrão de Notificação estabelecido pela Lei do Código de Postura do Município de Quedas do Iguaçu.

Art. 207. Não caberá notificação, devendo o infrator ser imediatamente autuado, quando:

I - iniciar obra sem o Alvará de Construção, Reforma, Ampliação ou Demolição sem o pagamento dos tributos devidos;

II - forem falseadas cotas e indicações do projeto ou quaisquer elementos do processo;

III - as obras forem executadas em desacordo com o projeto aprovado;

IV - não for obedecido o embargo imposto pelo Município;

V - decorridos 30 (trinta) dias da conclusão da obra, não for solicitada a vistoria.

Art. 208. O Auto de Infração conterá, obrigatoriamente:

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 54

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

I - dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;

II - nome e assinatura do agente fiscal que lavrou o Auto de Infração;

III - nome do infrator ou denominação que o identifique e, se houver, das testemunhas;

IV - endereço completo do infrator

V - fato que constituiu a infração e as circunstâncias pertinentes;

VI - dispositivo violado

VII - a obrigação referente à prática da infração e o valor da multa a ser paga pelo infrator;

VIII - o prazo para regularização da situação;

IX - o prazo para o pagamento da multa, quando for o caso, ou prazo para a apresentação de defesa em processo administrativo;

X - assinatura do infrator.

Parágrafo único. O agente fiscal deverá utilizar-se do padrão de Auto de Infração estabelecido pela Lei do Código de Postura do Município de Quedas do Iguaçu.

Art. 209. Quando o autuado não se encontrar no local da infração ou se recusar a assinar o respectivo auto, o autuante anotará neste o fato, que deverá ser firmado por 2 (duas) testemunhas.

Parágrafo único. No caso previsto no *caput* deste artigo, a primeira via do Auto de Infração será remetida ao infrator pelo correio, com aviso de recebimento, ou publicado no Diário Oficial do Município, ou órgão assim declarado, e afixado em local apropriado na Prefeitura.

CAPÍTULO XIII
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

SEÇÃO I
DAS PENALIDADES

Art. 210. As infrações às disposições desta Lei Complementar serão punidas com as seguintes penas:

I - embargo da obra;

II - multas;

III - interdição;

IV - demolição.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 55

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Parágrafo único. A imposição das penalidades não está sujeita à ordem em que estão relacionadas nos incisos do *caput* deste artigo.

SEÇÃO II
DAS MULTAS

Art. 211. A multa será imposta pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal ao infrator, mediante lavratura do auto, e será calculada em Unidades Fiscais do Município (UFM), de acordo com o que segue:

I - início da obra sem o Alvará de Construção, Reforma, Ampliação ou Demolição:
a) 560 (quinhentas e sessenta) UFM;
b) 190 (cento e noventa) UFM, em caso de regularização em 15 (quinze) dias.

II - execução da obra em desacordo com o projeto aprovado e licenciado: 560 (quinhentas e sessenta) UFM;

III - inobservância das prescrições sobre andaimes e tapumes: 340 (trezentas e quarenta) UFM;

IV - falta do Alvará de Construção no local da obra: 150 (cento e cinquenta) UFM;

V - obstrução ou deposição de material de construção ou de entulhos em passeios e demais logradouros públicos: 150 (cento e cinquenta) UFM;

VI - desobediência ao embargo: 800 (oitocentas) UFM;

VII - ocupação da edificação sem o "Habite-se": 560 (quinhentas e sessenta) UFM, sendo cancelada a multa em caso de regularização em 15 (quinze) dias;

VIII - falta da solicitação de vistoria por conclusão da obra:200 (duzentas) UFM;

IX - continuidade da execução da obra após vencido o Alvará de Construção, sem a solicitação de prorrogação: 150 (cento e cinquenta) UFM;

X - continuidade de demolições após vencimento do prazo sem a solicitação de prorrogação: 150 (cento e cinquenta) UFM.

§1º O prazo para pagamento das multas será de 15 (quinze) dias, a contar da data da autuação.

§2º As infrações omissas neste artigo serão punidas com multas que podem variar de 190 (cento e noventa) a 800 (oitocentas) UFM, a juízo do órgão competente da Municipalidade, sempre levando em conta a maior ou menor gravidade da infração, as suas circunstâncias e os antecedentes do infrator.

§3º Na reincidência de uma mesma infração serão aplicadas as multas em dobro.

Art. 212. A multa será cobrada judicialmente se o infrator se recusar a pagá-la no prazo legal

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 56

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Parágrafo único. Os infratores que estiverem em débito relativo a multas não pagas, não poderão:

I - receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com o Poder Executivo Municipal;

II - participar de licitações;

III - celebrar contratos ou termos de qualquer natureza;

IV - transacionar, a qualquer título, com a administração municipal.

SEÇÃO III
DO EMBARGO

Art. 213. A obra em andamento será embargada se:

I - estiver sendo executada sem o alvará, quando este for necessário;

II - for construída, reformada ou ampliada em desacordo com os termos do alvará;

III - não for observado os parâmetros dispostos na legislação correlata;

IV - estiver em risco a sua estabilidade, com perigo para o público ou para o pessoal que a constrói, devidamente comprovado por perícia de profissional competente;

V - a obra for iniciada sem a responsabilidade do profissional devidamente habilitado;

VI - estiver sendo executada em loteamento não aprovado pelo Município.

Parágrafo único. O embargo ocorrerá, quando for o caso, sem prejuízo das multas e outras penalidades.

Art. 214. Ocorrendo um dos casos mencionados no Art. 213, o encarregado da fiscalização fará o embargo provisório da obra, por simples comunicação escrita ao responsável técnico e ao proprietário, dando imediata ciência do mesmo à autoridade superior.

Art. 215. O auto de embargo deverá conter:

I - os motivos do embargo;

II - as medidas que deverão ser tomadas pelo responsável;

III - a data da autuação;

IV - o local da obra;

V - a assinatura:
a) do proprietário;
b) de 2 (duas) testemunhas, nos termos do disposto no *caput* do Art. 209 e seu parágrafo único;
c) do servidor credenciado.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 57

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 216. Se o infrator desobedecer ao embargo, ser-lhe-á aplicada a multa prevista conforme disposto no Art. 211 desta Lei Complementar.

Art. 217. Se o embargo for procedente, e não houver alternativa de regularização da obra, seguir-se-á à demolição total ou parcial da obra.

Art. 218. O embargo só será levantado depois de cumpridas as exigências constantes dos autos.

SEÇÃO IV
DA INTERDIÇÃO

Art. 219. Uma obra ou qualquer de suas dependências poderá ser interditada, com impedimento de sua ocupação, quando:

I - ameaçar a segurança e a estabilidade das construções próximas, devidamente comprovado por perícia de profissional habilitado junto ao conselho de classe competente;

II - o seu andamento oferecer riscos para o público ou para o pessoal que nela trabalha, devidamente comprovado por perícia de profissional habilitado junto ao conselho de classe competente;

III - se for utilizada para fim diverso do declarado no projeto aprovado e este uso não for condizente com o disposto na Lei do Uso e Ocupação do Solo.

IV - ocupação da edificação ou parte desta sem o devido "Habite-se";

V - contaminação do solo que acarrete riscos à coletividade, com consequências à rede pública de coleta pluvial ou de esgotamento sanitário.

Art. 220. Constatada a infração que autorize a interdição, o proprietário da edificação será intimado a regularizar a situação num prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no *caput* deste artigo não prevalecerá para os casos em que a infração constatada oferecer riscos para a segurança dos usuários da edificação, devendo ser estabelecido novo prazo em função do grau de risco apresentado.

Art. 221. Não atendida a intimação no prazo assinalado, será expedido auto de interdição da edificação ou da dependência, que permanecerá interditada até a regularização da infração e o pagamento da multa cabível.

Art. 222. O processo de interdição será efetuado em formulário próprio e seguirá o disposto no Art. 209 desta Lei Complementar.

Art. 223. Tratando-se de edificação habitada ou com qualquer outro uso, o órgão competente da Municipalidade deverá notificar os ocupantes da irregularidade a ser corrigida e, se necessário, interditará sua utilização, impondo auto de interdição.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 58

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 224. A interdição será suspensa quando forem eliminadas as causas que a determinaram.

SEÇÃO V
DA DEFESA

Art. 225. O contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa contra a autuação, notificação ou embargo, contados da data de seu recebimento.

Art. 226. A defesa far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos, e será juntada ao processo administrativo iniciado pelo órgão municipal competente.

SEÇÃO VI
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Art. 227. Decorrido o prazo para a apresentação da defesa, o processo administrativo será imediatamente encaminhado ao titular do órgão competente municipal para fiscalização de obras, ou a quem tiver esta atribuição.

Parágrafo único. Se entender necessário, a autoridade julgadora poderá determinar a realização de diligência, para esclarecer questões duvidosas, bem como solicitar o parecer da Procuradoria Geral do Município, ou setor responsável.

SEÇÃO VII
DOS EFEITOS DAS DECISÕES

Art. 228. A decisão definitiva, quando mantida a autuação, produz os seguintes efeitos, conforme o caso:

I - autoriza a inscrição das multas em dívida ativa e subsequente cobrança judicial;

II - autoriza a demolição do imóvel;

III - mantém o embargo da obra ou a interdição da edificação, até o esclarecimento da irregularidade constatada.

Art. 229. A decisão que tornar insubsistente a autuação, produz os seguintes efeitos, conforme o caso:

I - autoriza o autuado a receber a devolução da multa paga indevidamente, no prazo de 30 (trinta) dias após requerê-la;

II - suspende a demolição do imóvel;

III - retira o embargo da obra ou a interdição da edificação.

SEÇÃO VIII
DO RECURSO

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 59

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 230. Da decisão de primeira instância caberá recurso para Junta Especial de Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

Art. 231. O recurso far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

Parágrafo único. É vedado, em uma só petição, interpor recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo recorrente, salvo quando as decisões forem proferidas em um único processo.

Art. 232. Nenhum recurso será recebido se não estiver acompanhado de comprovante de pagamento da multa aplicada, quando cabível.

SEÇÃO IX
DA JUNTA ESPECIAL DE RECURSO

Art. 233. A Junta Especial de Recurso será nomeada por ato próprio do executivo municipal, contendo 5 membros do quadro de servidores, sendo formada por 1 (um) presidente, 2 (dois) membros e 2 (dois) suplentes.

Art. 234. A Junta Especial de Recurso terá um prazo de 30 (trinta) dias para julgamento dos recursos, devendo ser as decisões publicadas no órgão oficial do município.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 235. Os casos omissos, bem como as edificações existentes que contrariam as disposições desta Lei Complementar, serão avaliados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento.

Art. 236. As exigências contidas nesta Lei deverão ser acrescidas das imposições específicas do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, do Código de Saúde do Paraná, das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como respeitar o atendimento das Pessoas com Deficiência.

Art. 237. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 238. Ficam revogadas:

I - Lei Complementar nº 383, 21 de dezembro de 2006;

II - Lei Complementar nº 04, de 18 de julho de 2011;

III - Lei Complementar nº 1.257, de 08 de janeiro de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 22 DE OUTUBRO DE 2021.

ELCIO JAIME DA LUZ
Prefeito Municipal

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 60

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades

Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

ANEXO I – EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

DIMENSIONAMENTO ÁREAS INTERNAS						
	Diâmetro Circulo Inscrito (m)	Área Mínima (m^2)	Iluminação Mínima	Ventilação Mínima	Pé-Direito Mínimo (m)	Observação
Sala	2,40	7,00	1/7	1/14	2,40	
Quarto Principal	2,40	7,00	1/7	1/14	2,40	(5)
Demais quartos	2,40	6,00	1/7	1/12	2,40	(6)
Copa	2,00	4,00	1/7	1/12	2,40	
Cozinha	1,50	4,00	1/7	1/12	2,40	
Banheiro	1,00	1,80	1/8	1/16	2,20	(3)
Lavanderia	1,20	2,00	1/7	1/14	2,20	(2)
Depósito	1,00	1,80	1/15	1/30	2,20	
Garagem	2,40	10,00	1/15	1/30	2,20	
Corredor	0,90	-	-	-	2,40	(1) (2) (5)
Sótão	2,00	6,00	1/10	1/20	2,00	
Adega	1,00	-	-	1/30	1,80	
Mezanino	2,40	-	1/6	1/12	2,40	
Escada	0,90	-	-	-	2,20	

Notas:
I - As linhas "iluminação mínima" e "ventilação mínima" referem-se à relação entre a área da abertura e a área do piso.
II - Todas as dimensões são expressas em metros.
III - Todas as áreas são expressas em m^2 (metros quadrados).
(1) Tolerada iluminação e ventilação zenital.
(2) Tolerada ventilação mecânica e dutos horizontais.
(3) I - Tolerada iluminação e ventilação zenital.
II - Não poderá comunicar-se diretamente com a cozinha e sala de refeições.
(4) A área mínima do ambiente deverá respeitar, caso tenha somente 1 quarto = 12 m^2. Quando tratar-se de sala dormitório = 16 m^2.
(5) É dispensável a iluminação e ventilação natural para corredores até 12 (doze) metros. Acima deste valor é exigido 1/10 (um décimo) da área do piso para iluminação natural e 1/20 (um vigésimo) para ventilação natural.
(7) Poderá ser admitido apenas 1 (um) dormitório com área inferior a 6 m^2, desde que com largura mínima de 2m (dois metros).

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 61

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades

Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

ANEXO II – EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS ÁREAS COMUNS

DIMENSIONAMENTO ÁREAS COMUNS						
	Diâmetro Circulo Inscrito (m)	Área Mínima (m^2)	Iluminação Mínima	Ventilação Mínima	Pé-Direito Mínimo (m)	Observação
Hall Prédio	2,00	6,00	-	1/20	2,50	(1)
Hall Pavimento	1,20	3,00	-	1/20	2,50	
Corredor Principal	1,10	-	-	-	2,50	
Escadas	1,20	-	-	-	2,10	
Rampas	1,20	-	-	-	2,10	

Notas:
I - As linhas "iluminação mínima" e "ventilação mínima" referem-se à relação entre a área da abertura e a área do piso.
II - Todas as dimensões são expressas em metros.
III - Todas as áreas são expressas em m^2 (metros quadrados).
(1) A área mínima de 6 m^2 é exigida quando houver um só elevador. Quando houver mais de um elevador, a área deverá ser aumentada de 30% por elevador excedente.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 62

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades

Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

ANEXO III – EDIFICAÇÕES COMERCIAIS E DE SERVIÇOS

DIMENSIONAMENTO ÁREAS INTERNAS						
	Diâmetro Circulo Inscrito (m)	Área Mínima (m^2)	Iluminação Mínima	Ventilação Mínima	Pé-Direito Mínimo (m)	Observação
Hall do Prédio	2,50	10,00	-	-	2,60	(1)
Hall do Pavimento	2,00	8,00	-	1/12	2,40	
Corredor Principal	1,20	-	-	-	2,40	
Corredor Secundário	1,00	-	-	-	2,40	
Escada	1,20	-	-	-	2,20	
Antessala	1,80	4,00	-	1/12	2,40	
Salas	2,40	12,00	1/6	1/12	2,40	
Sanitário	0,90	1,50	-	1/12	2,40	
Mezanino	2,40	6,00	1/6	1/12	2,40	

Notas:
I - As linhas "iluminação mínima" e "ventilação mínima" referem-se à relação entre a área da abertura e a área do piso.
II - Todas as dimensões são expressas em metros.
III - Todas as áreas são expressas em m^2 (metros quadrados).
(1) A área mínima de 10,00m² é exigida quando houver um só elevador, quando houver mais de um elevador, a área deverá ser aumentada em 30% por elevador excedente.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 63

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades

Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

ANEXO IV - GLOSSÁRIO

Alinhamento: linha divisória legal entre o lote e logradouro público.
Alvará de Construção: documento expedido pelo Poder Executivo Municipal que autoriza a execução de obras sujeitas à sua fiscalização.
Ampliação: alteração no sentido de tornar maior a construção.
Andaime: obra provisória destinada a sustentar operários e materiais durante a execução de obras.
Apartamento: unidade autônoma de moradia em edificação multifamiliar.
Área Construída: área da superfície correspondente à projeção horizontal das áreas cobertas de cada pavimento.
Área Útil: superfície utilizável de uma edificação, excluídas as paredes.
Balanço: avanço da edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos regulares.
Brise: elemento que se põe nas fachadas expostas ao sol para evitar o aquecimento excessivo dos ambientes, sem prejudicar a ventilação e a iluminação.
Caixilho: parte de uma esquadria onde se fixam os vidros.
Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra: documento expedido pelo Poder Executivo Municipal, que autoriza a ocupação de uma edificação.
Círculo Inscrito: é o círculo mínimo que pode ser traçado dentro de um compartimento.
Compartimento: cada uma das divisões de uma edificação.
Construção: é de modo geral, a realização de qualquer obra nova.
Corrimão: peça ao longo e ao(s) lado(s) de uma escada, e que serve de resguardo, ou apoio para a mão, de quem sobe e desce.
Declividade: relação percentual entre a diferença das cotas altimétricas de dois pontos e a sua distância horizontal.
Demolição: deitar abaixo, deitar por terra qualquer construção.
Edícula: denominação genérica para compartimento, acessório de habitação, separado da edificação principal.
Embargo: ato administrativo que determina a paralisação de uma obra.
Escala: relação entre as dimensões do desenho e a do que ele representa.
Fachada: elevação das paredes externas de uma edificação.
Fundações: parte da construção destinada a distribuir as cargas sobre os terrenos.
Fumívoros: aparelho utilizado para absorver o fumo das chaminés.
Greide: Nivelamento da via, dado a partir de seu corte longitudinal.
Guarda-Corpo: é o elemento construtivo de proteção contra quedas.
Habitação Multifamiliar: edificação para habitação coletiva.
Hall: dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos.
Infração: violação da Lei.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 64

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades

Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Infraestrutura Básica: os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não.
Ladrão: tubo de descarga colocado nos depósitos de água, banheiras, pias etc., para escoamento automático do excesso de água.
Lavatório: bacia para lavar as mãos com água encanada.
Logradouro Público: toda parcela de território de domínio público e de uso comum da população.
Lote: porção de terreno com testada para logradouro público.
Material Incombustível: consideram-se, para efeito desta Lei, concreto simples ou armado, peças metálicas, tijolos, pedras, materiais cerâmicos ou de fibrocimento e outros cuja combustibilidade seja reconhecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
Marquise: cobertura em balanço.
Meio-fio: peça de pedra ou de concreto que separa em desnível a calçada da parte carroçável das ruas.
Mezanino: andar com acesso interno ao compartimento inferior e exclusivo desse.
Para-raios: dispositivo destinado a proteger as edificações contra os efeitos dos raios.
Patamar: superfície intermediária entre dois lances de escada.
Pavimento: conjunto de compartimentos de uma edificação situados no mesmo nível.
Pavimento Térreo: pavimento cujo piso está compreendido até a cota 1,25m, em relação ao nível do meio fio.
Pé-direito: distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento.
Reconstrução: construir de novo, no mesmo lugar e na forma primitiva, qualquer obra em parte ou no todo.
Recuo: distância entre o limite externo da área ocupada por edificação e a divisa do lote.
Reforma: fazer obra que altera a edificação em parte essencial por suspensão, acréscimo ou modificação.
Sacada: construção que avança da fachada de uma parede.
Sarjeta: escoadouro, nos logradouros públicos, para as águas de chuva.
Sobreloja: pavimento situado acima do pavimento térreo e de uso exclusivo do mesmo.
Sótão: compartimento situado entre o telhado e a última laje de uma edificação.
Subsolo: pavimento semienterrado, onde o piso do pavimento imediatamente superior (térreo) não fica acima da cota mais 1,25m em relação ao nível médio do meio fio.
Tapume: vedação provisória usada durante a construção.
Taxa de Permeabilidade: percentual do lote que deverá permanecer permeável.
Testada: é a linha que separa a via pública da propriedade particular.
Vistoria: diligência efetuada por funcionários habilitados para verificar determinadas condições de obras.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 65

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades

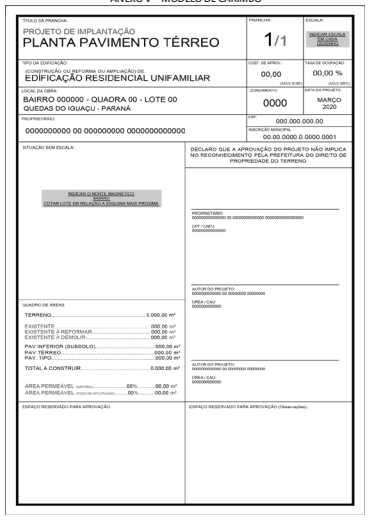
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 66

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades

Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

ANEXO V – MODELO DE CARIMBO

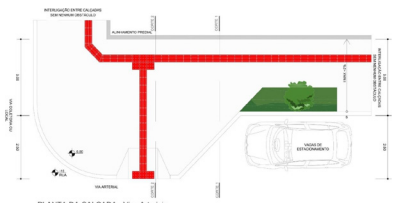


Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 67

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades

Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do ParanáWeb Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

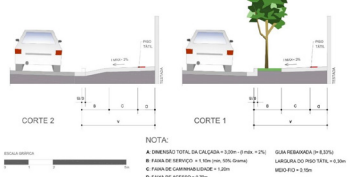
ANEXO VI – PADRÃO DE CALÇADAS



PLANTA DA CALÇADA - Vias Arteriais



PLANTA DA CALÇADA
Vias Locais e Coletoras



NOTA:
A. DIMENSÃO TOTAL DA CALÇADA = 3,00m - (i máx. = 2%)
B. FAIXA DE SERVIÇO = 1,50m (mín. 50% Livres)
C. FAIXA DE CAMINHABILIDADE = 1,20m
D. FAIXA DE ACESSO = 0,70m
GUIA REBAIXADA (i= 8,33%)
LARGURA DO RAIO TATIL = 0,30m
MEIO-FIO = 0,15m

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades

Rua Juazeiro, 1065 - Centro - Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º. 016/2021

SÚMULA: INSTITUI O PLANO DE MOBILIDADE URBANA (PMU) E A POLÍTICA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA DE QUEDAS DO IGUAÇU.

A Câmara Municipal de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Fica instituído o Plano de Mobilidade Urbana (PMU) de Quedas do Iguaçu, em conformidade com o Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu e com a Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes para a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Art. 2º - O PMU é instrumento de planejamento e de gestão da Política Municipal de Mobilidade Urbana de Quedas do Iguaçu, tendo por finalidade orientar as ações do Município no que se refere aos modais, serviços e infraestrutura viária e de transporte, que garantem os deslocamentos de pessoas e cargas em seu território.
Parágrafo único: Para melhorar as condições de Mobilidade Urbana, o Poder Executivo priorizará a adequação do planejamento, ordenamento e a operação da circulação urbana, atuando em cooperação com entidades públicas e privadas, em consonância com as políticas ambientais, de uso e ocupação do solo, de desenvolvimento econômico e de gestão da mobilidade.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 2

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades

Rua Juazeiro, 1065 - Centro - Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 3º - É parte integrante e complementar desta Lei:
I. O documento denominado "Plano de Mobilidade Urbana de Quedas do Iguaçu", resultado do contrato nº 298/2018, contendo:
a. Mobilização Inicial;
b. Diagnóstico e Prognóstico;
c. Diretrizes e Propostas para o Plano de Mobilidade Urbana;
d. Consolidação do Plano de Mobilidade Urbana;
e. Plano de Ação e Investimentos – PAI; e
f. Relatórios de atividades.

II - Anexo I – Rotas Acessíveis de Calçadas;
III - Anexo II – Rede Cicloviária;
IV - Anexo III – Rota de Caminhões;
V - Anexo IV – Hierarquia Viária da Sede Urbana.

Art. 4º - A mobilidade urbana e a acessibilidade resultam da política de transporte e circulação combinada com a Política de Desenvolvimento Municipal estabelecida no Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu.

Art. 5º Os eixos fundamentais que orientam as ações, instrumentos e projetos do PMU, que serão implementados pelo Município nos próximos 10 (dez) anos, são:
I.planejamento e gestão da mobilidade urbana;
II.acessibilidade e segurança nos deslocamentos;
III.sistemas de transporte.

Seção II
Das Definições

Art. 6º - Para os fins desta Lei, considera-se:
I. acessibilidade: facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite autonomia nos deslocamentos desejados, respeitando-se a legislação em vigor;

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

II. ciclo: veículo de pelo menos duas rodas a propulsão humana, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro;
III. mobilidade não motorizada: modais de transporte que utilizam de propulsão humana;
IV. mobilidade urbana: condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano;
V. rota acessível: trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta ambientes externos ou internos de espaços e edificações, conforme definido pela NBR 9050/2020, ou a que vier a substituí-la;
VI. Sistema Municipal de Mobilidade Urbana: conjunto ordenado e coordenado dos modos de transporte, de serviços e de infraestruturas que garantem os deslocamentos de pessoas e cargas no território municipal;
VII. Veículo de Carga Pesada (VCP): caminhão e caminhão trator com semirreboque, enquadrados nas espécies e categorias conforme Anexo I da Portaria nº 63/2009, do DENATRAN;
VIII. Veículo de Carga Pesada Triarticulado (VCPT): caminhão mais 2 (dois) reboques, caminhão trator mais 3 (três) semirreboques, enquadrados nas espécies e categorias de acordo com Anexo I da Portaria nº 63/2009, do DENATRAN, também conhecidos como Treminhão.

Seção III

Dos Princípios, Diretrizes e Objetivos da Política Municipal de Mobilidade Urbana

Art. 7º - Sem prejuízo do estabelecido na Lei Federal nº 12.587 de 2012 e no Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu, a Política Municipal de Mobilidade Urbana é norteada pelos seguintes princípios:
I - reconhecimento do espaço público como bem comum, titularizado pelo Município;
II - universalização do direito de se deslocar e de usufruir a cidade;
III - acessibilidade à Pessoa com Deficiência e Pessoa com Mobilidade Reduzida;
IV - desenvolvimento sustentável da cidade, nas dimensões socioeconômica e ambiental;
V - gestão democrática e controle social de seu planejamento e avaliação;
VI - justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modais de transporte e serviços;
VII - equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros;
VIII - segurança no deslocamento das pessoas;

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

IX - eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana e na prestação dos serviços de transporte urbano;
X - equidade no acesso dos cidadãos ao transporte coletivo público.

Art. 8º - A Política Municipal de Mobilidade Urbana, considerando seus princípios, é orientada pelas seguintes diretrizes:
I - difusão do conceito de mobilidade sustentável;
II - fortalecer institucionalmente o Poder Executivo Municipal de Quedas do Iguaçu;
III - interação com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito municipal;
IV - organizar os deslocamentos realizados por veículos de cargas na cidade;
V - integração entres os modos e serviços de transporte urbano;
VI - prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado;
VII - mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade;
VIII - criação de medidas de desestímulos à utilização do transporte individual motorizado;
IX - priorização dos projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado;
X - desenvolvimento do sistema de transporte coletivo do ponto de vista quantitativo e qualitativo;
XI - estímulo ao uso de combustíveis renováveis e menos poluentes;
XII - fomento a pesquisas relativas à sustentabilidade ambiental e à acessibilidade no trânsito e no transporte;
XIII - busca por alternativas de financiamento para as ações necessárias à implementação do PMU;
XIV - promoção de ações educativas capazes de sensibilizar e conscientizar a população sobre a importância de se atender aos princípios do PMU;
XV - priorização do investimento público destinado à melhoria e expansão do sistema viário para a implantação da rede estruturante de transporte público coletivo.

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 9º - A Política Municipal de Mobilidade Urbana, para cumprir com as diretrizes estabelecidas, tem os seguintes objetivos:
I. proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os meios de transporte coletivos e não motorizados, de forma inclusiva e sustentável;
II. contribuir para a redução das desigualdades e para a promoção da inclusão social;
III. promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais;
IV. proporcionar melhoria das condições urbanas no que se refere à acessibilidade e à mobilidade;
V. promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas no Município;
VI. consolidar a gestão democrática como instrumento de garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana.
Parágrafo único: O Plano de Ação e Investimentos, parte do Plano de Mobilidade Urbana de Quedas do Iguaçu, contém as metas, os indicadores e os parâmetros de análise para acompanhar o cumprimento dos objetivos definidos neste artigo.

CAPÍTULO II

DA CLASSIFICAÇÃO DAS VIAS

Art. 10- As vias do Município de Quedas do Iguaçu, de acordo com sua hierarquia e/ou função, são classificadas em:
I. vias de trânsito rápido: aquelas caracterizadas por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível;
II. vias arteriais: aquelas caracterizadas por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade;
III. vias coletoras: aquelas destinadas a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade;
IV. vias locais: aquelas caracterizadas por interseções em nível, sem semaforização, destinada apenas ao acesso local ou a áreas restritas;

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

V. vias paisagísticas: aquelas caracterizadas por interseções em nível, sem semaforização, destinada preferencialmente ao acesso local ou a áreas restritas, que se desenvolve acompanhando os cursos d'água, delimitando as áreas de fundo de vale;
VI. ciclovias: pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum;
VII. ciclofaixa: parte da pista de rolamento destinada à circulação exclusiva de ciclos, delimitada por sinalização específica;
VIII. calçadas: parte do logradouro público destinada, exclusivamente, ao trânsito de pedestres.

Art. 11 - A classificação das vias do sistema viário urbano é definida pela Lei do Sistema Viário de Quedas do Iguaçu, e representada pelo Anexo IV – Hierarquia Viária da Sede Urbana, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 12 - O Poder Executivo Municipal, em consonância os objetivos do PMU, deverá promover estudo para municipalização da rodovia PR-473 no trecho entre as ruas Seringueira e Laranjeiras, no prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar da aprovação desta Lei Complementar.

CAPÍTULO III

DA MOBILIDADE URBANA

Seção I

Da Mobilidade Não Motorizada

Art. 13 - O Plano de Mobilidade Urbana, para cumprir os objetivos estabelecidos no Art. 9º desta Lei Complementar, aborda, no âmbito da mobilidade não motorizada:
I - a integração entre os modais não motorizados e os modais motorizados;
II - o sistema de circulação de pedestres, em especial:
a. as características do sistema de circulação de pedestres no Município de Quedas do Iguaçu;
b. a infraestrutura necessária para o deslocamento seguro e confortável do pedestre;
c. as metas específicas para os pedestres e para a acessibilidade em curto, médio e longo prazo;
III - o sistema cicloviário, em especial:
a. as diretrizes específicas, objetivos e elementos constitutivos;

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

b. a rede cicloviária estrutural, componentes, classificação e metas específicas para curto, médio e longo prazo;
c. as diretrizes específicas da infraestrutura cicloviária no sistema viário estrutural, nos eixos do sistema de transporte público coletivo, nas transposições, nas faixas de domínio de redes de serviços e nos parques; e
d. o estacionamento de bicicletas, em especial: as estruturas e a tipologia; as suas diretrizes específicas; e as metas específicas para curto, médio e longo prazo.

Art. 14 - Cabe ao município garantir a acessibilidade das calçadas e passeios dentro do perímetro urbano, no mínimo, nas vias demarcadas como rotas acessíveis, conforme Anexo I – Rotas Acessíveis de Calçadas, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 15 - As calçadas deverão atender aos parâmetros de acessibilidade universal, conforme a Norma Brasileira NBR 9050/2020 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) , ou a que vier a substituí-la.

Art. 16 - A proposta para implantação do Sistema Cicloviário de Quedas do Iguaçu está definida no Anexo II – Rede Cicloviária, parte integrante desta Lei Complementar.

Seção II

Do Transporte Motorizado

Art. 17 - O PMU, para cumprir os objetivos estabelecidos no Art. 9º desta Lei Complementar, aborda, no âmbito do Sistema de Transporte Coletivo Público de Passageiros:
I. a classificação e a rede de ônibus;
II. o novo terminal de integração;
III. as conexões e locais de transferência;
IV. a política tarifária e de bilhetagem.

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

Art. 18 - O Plano de Mobilidade Urbana, para cumprir os objetivos estabelecidos no Art. 9º desta Lei Complementar, aborda, no âmbito do transporte motorizado individual, ações específicas para:
I. o transporte motorizado individual renumerado de interesse público;
II. o transporte motorizado individual privado.

Seção III

Do Transporte e Logística de Cargas e Serviços

Art. 19 - Compete ao Município regulamentar os assuntos de interesse local, organizar, promover, controlar e fiscalizar o trânsito e o serviço de transporte de cargas em sua circunscrição.

Art. 20 - O PMU, para cumprir os objetivos estabelecidos no Art. 9º desta Lei Complementar, aborda, no âmbito do Sistema de Logística de Cargas:
I. as diretrizes e os objetivos da Política de Mobilidade de Cargas e Serviços;
II. as metas específicas para a logística e o transporte de cargas superdimensionadas e perigosas;
III. as ações voltadas à atividade de transporte de pequenas cargas por motofrete e por modais de transporte que utilizam de propulsão humana para deslocamento;
IV. as ações voltadas à atividade de carga fretada.

Art. 21 - O tráfego de Veículos de Carga Pesada (VCP) fica permitido somente nas vias definidas como Rota de Caminhões, estabelecido no Anexo III, parte integrante desta Lei Complementar.
Parágrafo único: A Rota de Caminhões a que se refere o *caput* deste artigo deverá apresentar a devida sinalização de trânsito para identificação dos trajetos e dos limites de velocidade.

Art. 22 - É vedado o tráfego do Veículo de Carga Pesada Triarticulado (VCPT) na área urbana consolidada do Município de Quedas do Iguaçu.

Art. 23 - Ficam dispensados das restrições dispostas no Art. 21 e Art. 22 desta Lei os transportes que prestam os seguintes serviços:

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

I. caminhão de utilidade pública;
II. veículo em serviço de urgência;
III. obras e serviços de infraestrutura urbana;
IV. obras e serviços de urgência;
V. socorro mecânico de emergência; e
VI. caminhões de transporte de combustível para o fornecimento aos postos localizados no Município.
§ 1º - Considera-se como em serviço de urgência, nos termos do artigo 29, inciso VII, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), os caminhões destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os de fiscalização, operação de trânsito, devidamente identificados por dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente.
§ 2º - Entende-se por socorro mecânico de emergência, para fins desta Lei Complementar, o caminhão que remove veículos sinistrados ou danificados, que estejam imobilizados em vias públicas.

Seção IV

Da Segurança da Circulação de Pessoas e Veículos

Art. 24 - Ao Município de Quedas do Iguaçu cabe integrar e monitorar as áreas de trânsito e de transporte, no âmbito municipal, de modo a fazer a gestão do sistema viário centralizadamente.

Art. 25 - Para cumprir os objetivos estabelecidos no Art. 9º desta Lei Complementar, o Plano de Mobilidade Urbana aborda, no âmbito da segurança no trânsito:
I. os objetivos específicos das ações em segurança no trânsito;
II. as metas específicas para a segurança no trânsito para curto, médio e longo prazo.

Seção V

Do Estacionamento de Veículos

Art. 26 - O PMU, para cumprir os objetivos estabelecidos no Art. 9º desta Lei Complementar, aborda, no âmbito do gerenciamento de estacionamento:
I. as diretrizes para o controle de garagens públicas e de estacionamento na via pública;

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

II. as ações específicas para gestão e oferta de garagens públicas e de estacionamento na via pública para curto, médio e longo prazo.

CAPÍTULO IV

DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 27 - A participação popular em todo o processo de planejamento da mobilidade urbana no Município de Quedas do Iguaçu deverá garantir a definição de objetivos compartilhados pelos sujeitos sociais envolvidos, requerendo a criação de espaços e oportunidades de diálogo em iguais condições.
§ 1º - Para o estabelecimento de iguais condições de participação, o Executivo e o Legislativo Municipal devem disponibilizar as informações necessárias, em condições de pleno acesso e domínio por parte da população, garantindo:
I. diversificação dos meios de comunicação, de modo a atender todos os munícipes;
II. capacitação popular, quando for o caso, para sensibilização e conscientização sobre questões que forem objeto de deliberação.
§ 2º - As informações devem ser amplamente divulgadas em meios de comunicação de massa, e mantidas à disposição da população para consulta em local de fácil acesso nas sedes do Executivo e do Legislativo Municipal.

Art. 28 - A participação da sociedade civil no planejamento, fiscalização e avaliação do Plano de Mobilidade Urbana deverá ser assegurada pelos seguintes instrumentos:
I. órgãos colegiados com a participação de representantes do Poder Executivo, da sociedade civil e dos operadores dos serviços;
II. ouvidorias na Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu;
III. audiências e consultas públicas; e
IV. procedimentos sistemáticos de comunicação, de avaliação da satisfação dos cidadãos e dos usuários e de prestação de contas públicas.

Art. 29 - A divulgação das audiências e consultas públicas, a que se refere o inciso III -do Art. 28, do Plano de Mobilidade Urbana de Quedas do Iguaçu deverá conter os seguintes requisitos:

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

I. ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social de massa disponíveis;
II. antecedência de pelo menos 15 (quinze) dias para divulgação do cronograma dos locais das reuniões e da apresentação dos estudos e propostas sobre o tema que será discutido;
III. publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas definidas nas diversas etapas dos processos de discussão.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 - O Grupo Técnico de Planejamento (GTP), instituído pela Lei Complementar do Plano Diretor Municipal, é responsável pela assessoria técnica ao Sistema Municipal de Planejamento e Gestão em seu objetivo de assegurar a produção, atualização, monitoramento e compartilhamento de informações indispensáveis à implementação do Plano de Mobilidade Urbana.
Parágrafo único: O Grupo Técnico de Planejamento, torna-se responsável pelo processo contínuo de acompanhamento do Plano de Mobilidade Urbana, e monitoramento do desenvolvimento municipal, integrando as diversas políticas setoriais, visando melhor desempenho, articulação e equilíbrio das ações governamentais.

Art. 31 - O GTP poderá criar, conforme a necessidade, Câmaras Técnicas e/ou Grupos Temáticos, permanentes ou temporários, para a realização de estudos, pareceres e análises de matérias específicas, objetivando subsidiar suas decisões.
Parágrafo único: A composição das Câmaras Técnicas e dos Grupos Temáticos será definida pelo Grupo Técnico de Planejamento, devendo haver em cada um deles a participação de, pelo menos, um dos membros do GTP.

Art. 32 - O Plano de Mobilidade Urbana de Quedas do Iguaçu deverá ser revisto, no mínimo, a cada 10 (dez) anos, contados a partir da data de sua publicação, e as suas revisões deverão ser precedidas da elaboração de diagnóstico e de prognóstico do Sistema de Mobilidade Urbana do Município.
Parágrafo único: As revisões do PMU deverão contemplar a análise do desempenho do Sistema Municipal de Mobilidade Urbana, mediante o uso de indicadores, bem como deverão contemplar a

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 12

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233 - Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

avaliação de tendências do sistema de mobilidade urbana, por meio da construção de cenários que deverão considerar horizontes de curto, médio e longo prazo.

Art. 33 - O Município de Quedas do Iguaçu poderá editar outros atos normativos com os objetivos de garantir a eficácia e a efetividade das disposições do PMU.

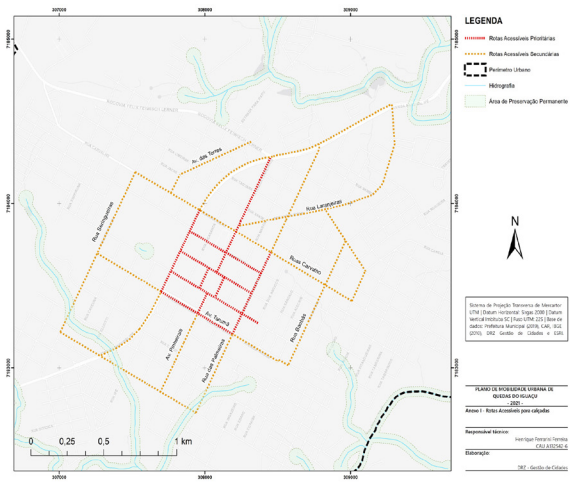
Art. 34 - Alterações nos ritos e procedimentos administrativos para a implementação do PMU poderão ser realizadas por meio de Portaria específica da Secretaria de Obras, Urbanismo e Habitação, respeitadas as exigências mínimas estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 35 - Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

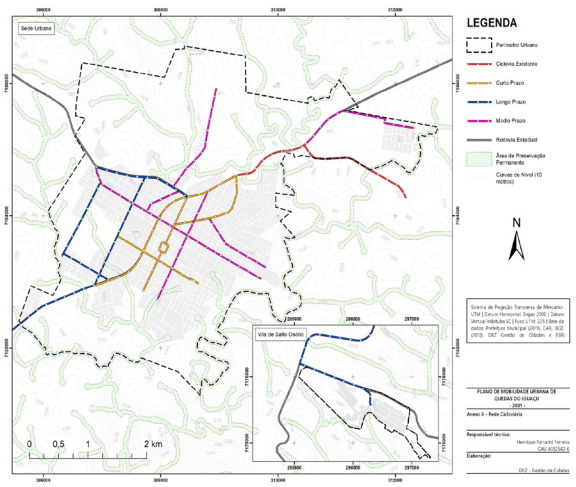
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 22 DE OUTUBRO DE 2021.

ELCIO JAIME DA LUZ
Prefeito Municipal

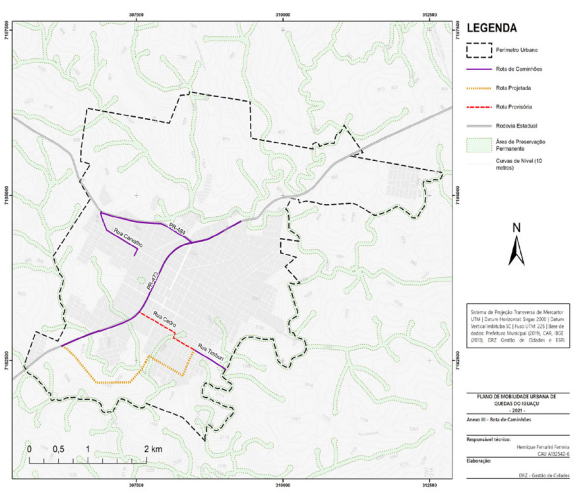
Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 13



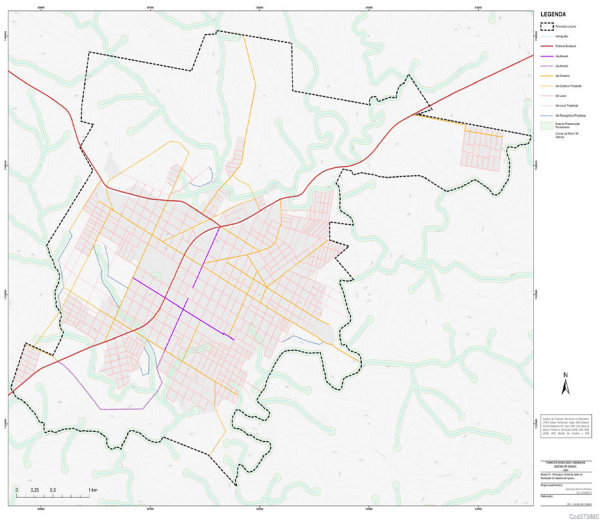
Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 14



Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 15



Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 16



Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233 - Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º. 017/2021
22/10/2021

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O SISTEMA VIÁRIO NO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Lei Complementar destina-se a hierarquizar, dimensionar e disciplinar a implantação do Sistema Viário Básico do Município de Quedas do Iguaçu, conforme as diretrizes estabelecidas na Lei do Plano Diretor.

Art. 2º Constituem objetivos da presente Lei:

I - garantir a continuidade da malha viária, inclusive nas áreas de expansão urbana de modo a, entre outros fins, ordenar o seu parcelamento;

II - atender às demandas de uso e ocupação do solo urbano;

III - estabelecer um sistema hierárquico das vias de circulação para a adequada circulação do tráfego e segura locomoção do usuário;

IV - definir as características geométricas e operacionais das vias compatibilizando com a legislação de uso do solo e itinerário das linhas do transporte coletivo;

V - proporcionar segurança e conforto ao tráfego de pedestres;

VI - implementar um sistema de ciclovias, como alternativa de locomoção e lazer.

Art. 3º São partes integrantes desta Lei Complementar os seguintes anexos:

I - Anexo I – Hierarquia viária do Município de Quedas do Iguaçu;

II - Anexo II – Hierarquia viária da Sede do Município de Quedas do Iguaçu;

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 2

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233 - Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

III - Anexo III – Hierarquia viária de Salto Osório;

IV - Anexo IV – Perfil das Vias;

V - Anexo V – Da Classificação das Vias Urbanas.

Art. 4º É obrigatória a adoção das disposições da presente Lei, em todos os empreendimentos imobiliários e parcelamentos do solo que vierem a ser executados no Município de Quedas do Iguaçu.

§1º Toda e qualquer abertura de via no Município deverá ser previamente aprovada pelo Poder Público municipal, nos termos previstos nesta Lei Complementar e na legislação do parcelamento do solo urbano.

§2º Esta Lei complementa, sem alterar ou substituir, a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Quedas do Iguaçu.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo Municipal o disciplinamento do uso das vias de circulação, por regulamento próprio, no que concerne:

I - ao estabelecimento de locais e horários adequados e exclusivos para carga e descarga e estacionamento de veículos;

II - ao estabelecimento de rotas especiais para veículos de carga, descarga, de produtos perigosos ou não, e para veículos turísticos e de fretamento;

III - a criação de terminal para veículos que fazem o transporte coletivo e táxis;

IV - a construção de vias de circulação exclusiva para pedestres;

V - a criação de áreas de estacionamento ao longo das vias.

Art. 6º É proibido:

I - reduzir a pista de rolamento na alteração de categoria da via rural para urbana;

II - embargar, sob qualquer pretexto, o trânsito nas vias;

III - fechar, estreitar, mudar e de qualquer maneira dificultar a servidão publica das vias;

IV - obstruir valetas de escoamento de água, colocar portões, porteiras, correntes ou qualquer outro, nas vias públicas.

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 3

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233 - Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

CAPÍTULO II
DAS VIAS URBANAS

SEÇÃO I
DA HIERARQUIZAÇÃO DAS VIAS URBANAS

Art. 7º Para efeitos desta Lei Complementar, e considerando-se o disposto no Código de Trânsito Brasileiro, as vias do Município de Quedas do Iguaçu classificam-se de acordo com a seguinte hierarquia por ordem decrescente de importância:

I - vias de trânsito rápido;

II - vias arteriais;

III - vias coletoras;

IV - vias locais;

V - vias paisagísticas.

SEÇÃO II
DAS FUNÇÕES DAS VIAS URBANAS

Art. 8º As vias do Município de Quedas do Iguaçu, de acordo com sua classificação, apresentam as seguintes funções:

I - vias de trânsito rápido: aquelas caracterizadas por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível;

II - vias arteriais: aquelas caracterizadas por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade;

III - vias coletoras: aquelas destinadas a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade;

IV - vias locais: aquelas caracterizadas por interseções em nível não semaforizada, destinada apenas ao acesso local ou a áreas restritas;

V - vias paisagísticas: aquelas caracterizadas por intersecções em nível, não semaforizada destinada preferencialmente ao acesso local ou a áreas restritas, que se desenvolve acompanhando os cursos d'água, delimitando as áreas de fundo de vale;

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 4

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233 - Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

VI - ciclovias: pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum;

VII - ciclofaixa: parte da pista de rolamento destinada à circulação exclusiva de ciclos, delimitada por sinalização específica.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo, ciclo é definido como veículo de pelo menos duas rodas a propulsão humana, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 9º A classificação das vias do sistema viário urbano de Quedas do Iguaçu, está representada no Anexo II – Hierarquia Viária da Sede do Município de Quedas do Iguaçu, no Anexo III – Hierarquia viária de Salto Osório, e no Anexo VII – Da Classificação das Vias Urbanas, partes integrantes desta Lei Complementar.

§1º Novas vias poderão ser definidas e classificadas de acordo com o artigo 8º da presente Lei, sempre com a finalidade de acompanhar a expansão e a urbanização da cidade.

§2º A classificação das vias do Sistema Viário do Município de Quedas do Iguaçu somente poderá ser alterada após debate comunitário e mediante manifestação do Conselho Municipal de Desenvolvimento, ou órgão que venha a substituí-lo, mantida a classificação funcional.

SEÇÃO III
DAS DIMENSÕES DAS VIAS URBANAS

Art. 10. Objetivando o perfeito funcionamento das vias, são considerados os seguintes elementos:

I - caixa da via – distância entre os dois alinhamentos prediais dos lotes em oposição;

II - pista de rolamento - espaço dentro da caixa da via onde são implantadas as faixas de circulação e o estacionamento de veículos;

III - passeio público - espaço destinado à circulação de pedestres, situado entre o alinhamento predial e o início da pista de rolamento.

Art. 11. Os padrões de urbanização para o Sistema Viário obedecerão aos requisitos estabelecidos pelo Poder Executivo Municipal quanto:

I - à largura dos passeios públicos e faixas de rolamento;

II - ao tratamento paisagístico;

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 5

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233 - Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

III - à declividade máxima definida por esta Lei Complementar.

§1º As vias sem saída, com bolsão de retorno ou cul-de-sac, apresentarão uma extensão máxima de 100m (cem metros) medidas da via de acesso mais próxima.

§2º A declividade longitudinal máxima aceita será de 20% (vinte por cento) paras as vias.

Art. 12. Todas as vias abertas à circulação de veículos e pedestres e com o pavimento definitivo implantado, permanecerão com as dimensões existentes, exceto quando definido em projeto específico de urbanização uma nova configuração geométrica para a mesma.

§1º O dimensionamento mínimo da seção transversal das vias urbanas segundo sua classificação funcional, deve acompanhar o estabelecido no Anexo IV, parte integrante desta Lei Complementar, e conforme segue:

I - Via Arterial: deverá conter caixa da via com largura mínima de 30,00m (trinta metros):
a) canteiro central com largura mínima de 4,00m (quatro metros), contendo 2 (duas) ciclovias com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) cada;
b) 4 (quatro) faixas de rolamento com largura mínima de 3,00m (três metros) cada;
c) 2 (duas) faixas de estacionamento com largura mínima de 3,00m (três metros) cada;
d) 2 (duas) calçadas com largura mínima de 4,00m (quatro metros) cada;
e) não poderá terminar em via sem saída.

II - Via Coletora: deverá conter caixa da via com largura mínima de 21,00 (vinte e um metros):
a) 2 (duas) ciclofaixas unidirecionais com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) adjacentes às calçadas, com 1 (um) separador entre a ciclovia e a faixa de estacionamento com largura mínima de 30cm (trinta centímetros);
b) 2 (quatro) faixas de rolamento com largura mínima de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) cada;
c) 2 (duas) faixas de estacionamento com largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) cada;
d) 2 (duas) calçadas com largura mínima de 3,00m (três metros) cada;
e) não poderá terminar em via sem saída.

III - Via Local: deverá conter caixa de via com largura mínima de 15,00m (quinze metros):
a) 2 (duas) faixas de rolamento com largura mínima de 3,00m (três metros) cada;
a) 1 (uma) faixa de estacionamento com largura mínima de 3,00m (três metros);
b) 2 (duas) calçadas com largura mínima de 3,00m (três metros) cada;

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedadoiguacu.pr.gov.br

c) poderá terminar em rua sem saída, desde que possua bolsão de retorno – cul-de-sac.

IV - Via Paisagística: deverá conter caixa de via com largura mínima de 18,00m (dezoito metros):

a) 2 (duas) faixas de rolamento com largura mínima de 3,00m (três metros) cada;
b) 1 (uma) faixa de estacionamento com largura mínima 3,00m (três metros);
c) 1 (uma) ciclofaixa bidirecional com largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) adjacente à calçada, com 1 (um) separador entre a ciclovia e a faixa de estacionamento com largura mínima de 50cm (cinquenta centímetros);
d) 2 (duas) calçadas com largura mínima de 3,00m (três metros) cada;
e) não poderá terminar em via sem saída.

V - ciclovia: largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) quando bidirecional, e 1,20m (um metro e vinte centímetros) quando unidirecional.

VI - ciclofaixa: largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) quando bidirecional, e 1,20m (um metro e vinte centímetros) quando unidirecional.

§2º Os perfis das vias urbanas estão representados no Anexo IV, parte integrante desta Lei Complementar.

§3º É permitido a implantação de ciclofaixa apenas em bairros consolidados, sendo obrigatória a implementação de ciclovias nos novos loteamentos.

§4º Deverão ser previstas rampas de acesso a Pessoas com Deficiência (PCD) nas calçadas dos logradouros urbanos, conforme a Norma Brasileira NBR 9050/2015 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

CAPÍTULO III
DAS VIAS RURAIS

SEÇÃO I
DA HIERARQUIZAÇÃO DAS VIAS RURAIS

Art. 13. Para efeitos desta Lei, e considerando-se o disposto no Código de Trânsito Brasileiro, as vias rurais no Município de Quedas do Iguaçu classificam-se de acordo com a seguinte hierarquia por ordem decrescente de importância:

I - vias regionais;

II - estradas principais ou troncos;

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedadoiguacu.pr.gov.br

III - estradas vicinais ou caminhos.

Art. 14. Esta hierarquia deve ser considerada para priorização de pavimentação e melhoria viária.

SEÇÃO II
DAS FUNÇÕES DAS VIAS RURAIS

Art. 15. As vias rurais do Município de Quedas do Iguaçu, de acordo com sua classificação, apresentam as seguintes funções:

I - vias regionais – são rodovias sob jurisdição estadual, e são ligações do Município com os municípios vizinhos e região;

II - estradas principais ou troncos – destinam-se a transportar volumes maiores de tráfego, assim como interligar os setores do município entre si, com as áreas urbanas e com as vias regionais;

III - estradas vicinais ou caminhos – dar acesso aos locais de produção e moradia na área rural, interligando-os com as estradas principais ou troncos.

SEÇÃO III
DA CLASSIFICAÇÃO DAS VIAS RURAIS

Art. 16. A classificação das vias rurais do Município de Quedas do Iguaçu está representada no Anexo I – Hierarquia Viária do Município de Quedas do Iguaçu, parte integrante e complementar desta Lei Complementar.

SEÇÃO IV
DAS DIMENSÕES DAS VIAS RURAIS

Art. 17. As vias rurais obedecerão às respectivas larguras:

I - estradas principais ou troncos: deverá conter caixa de via com largura mínima de 20,00m (vinte metros):

a) faixa de rolamento: 5,00 (cinco metros) do eixo da via a cada um dos lados;

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedadoiguacu.pr.gov.br

b) faixa de acostamento: 2,00 (dois metros) além da pista de rolamento, a cada um dos lados;
c) faixa de domínio: 3,00m (três metros), contados além da faixa de acostamento, a cada um dos lados;
d) inclinação transversal: entre 1,5% (um e meio por cento) e 2% (dois por cento).

II - estradas vicinais ou caminhos: deverá conter perfil de via com largura mínima de 16,00m (dezesseis metros):

a) faixa de rolamento: 4,00 (quatro metros) do eixo da via a cada um dos lados;
b) faixa de acostamento: 2,00 (dois metros) além da pista de rolamento, a cada um dos lados;
c) faixa de segurança: 2,00m (dois metros), contados além da faixa de acostamento, a cada um dos lados;
d) faixa de domínio: 12,00m (doze metros), contados além da faixa de segurança;
e) inclinação transversal: entre 1,5% (um e meio por cento) e 2% (dois por cento).

§1º Nas faixas de domínio das estradas rurais não poderão ser utilizadas para edificações;

§2º As faixas de domínio das estradas rurais poderão ser exploradas por plantações desde que com a devida autorização do órgão competente responsável pela via.

§3º Para a mudança dentro dos limites do seu terreno de qualquer estrada pública, deverá o respectivo proprietário requerer a necessária alteração ao Poder Executivo Municipal, justificando a necessidade e vantagens.

§4º Os perfis das vias rurais estão representados no Anexo IV – Perfil das Vias, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 18. As vias regionais terão as suas dimensões estipuladas de acordo com a legislação do órgão estadual competente.

Parágrafo único. As faixas de domínio público ao longo das rodovias deverão atender ao disposto na Lei de Parcelamento do Solo de Quedas do Iguaçu.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO NO SISTEMA VIÁRIO

Art. 19. Ficam definidas como diretrizes para intervenção no Sistema Viário:

I - desenvolver Plano de Circulação Viária para a sede de Quedas do Iguaçu;

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedadoiguacu.pr.gov.br

II - plano para reordenamento do sistema de drenagem das ruas da Sede urbana;

III - desenvolver o Plano Municipal de transporte coletivo, de passageiros e escolar;

IV - regulamentar a circulação de veículos pesados e carroceiros no centro da cidade;

V - implementar um sistema de sinalização horizontal e vertical para o Município, prevendo sua manutenção;

VI - estabelecer um regulamento que discipline o modelo padrão de calçada para a cidade;

VII - estabelecer incentivos para tratamento paisagístico nas calçadas por parte dos proprietários;

VIII - proceder a iluminação adequada, observando a hierarquia viária;

IX - estabelecer diretrizes de arruamento que contemplem áreas ainda não parceladas.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. A implantação de todas as vias em novos parcelamentos, inclusive as do Sistema Viário principal, são de inteira responsabilidade do loteador, sem custos para o Município.

§1º O loteador deverá solicitar antecipadamente as diretrizes de parcelamento onde constará a orientação para o traçado das vias de acordo com esta Lei Complementar.

§2º A implantação do arruamento e demais obras de infraestrutura em todo o parcelamento é condição imprescindível para a liberação da caução prevista na Lei de Parcelamento.

Art. 21. As modificações que, porventura, vierem a ser feitas no sistema viário, deverão considerar a Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente, podendo ser efetuadas pelo Executivo Municipal conforme prévio parecer técnico do Conselho Municipal de Desenvolvimento.

Art. 22. Os casos omissos ou as dúvidas suscitadas serão resolvidas pelo Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal de Desenvolvimento.

Art. 23. Esta Lei Complementar entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedadoiguacu.pr.gov.br

Art. 24. Ficam revogadas:

I - a Lei Complementar nº 385, de 21 de dezembro de 2006;

II - a Lei Complementar nº 11, de 23 de outubro de 2012;

III - e demais disposições em contrário.

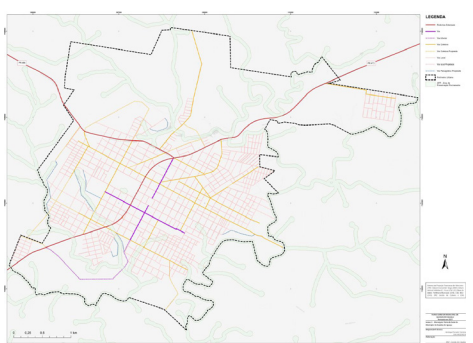
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 22 DE OUTUBRO DE 2021.

ELCIO JAIME DA LUZ
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedadoiguacu.pr.gov.br

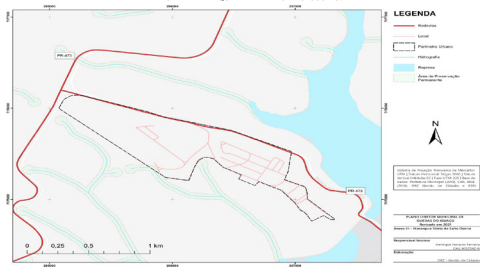
MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedadoiguacu.pr.gov.br

ANEXO I – HIERARQUIA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU



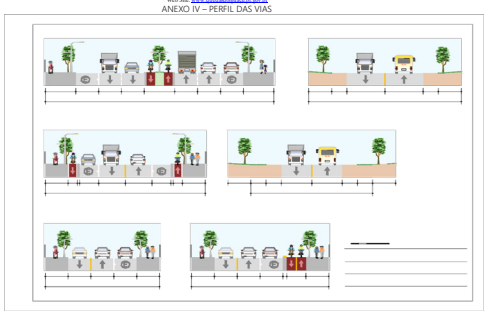
MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedadoiguacu.pr.gov.br

ANEXO III – HIERARQUIA VIÁRIA DE SALTO OSÓRIO.



MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedadoiguacu.pr.gov.br

ANEXO IV – PERFIL DAS VIAS



MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2021 - 2024
Terra de Oportunidades
Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8200 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedadoiguacu.pr.gov.br

ANEXO V – DA CLASSIFICAÇÃO DAS VIAS URBANAS

CLASSIFICAÇÃO DAS VIAS	
Vias Arteriais	Avenida Pinheirais
	Avenida Tarumã
Vias Coletoras	Avenida das Torres
	Avenida Pindorama
	Avenida Ipê
	Rua Jequitibá
	Rua Lobélia
	Rua Bálsamo
	Rua Carvalho
	Rua Eucaliptos
	Rua dos Limoeiros
	Rua Castanheira
	Rua Laranjeiras
	Rua Seringueira
	Rua Plátano
	Rua Baobás
	Rua Baguaçu
Vias Locais	Demais vias
Vias Paisagísticas	Ainda não existentes

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU

LEI Nº. 1.361/2021.

Data: 25/10/2021
Súmula: INSTITUI A SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL; ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº. 953/2013; INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O Prefeito Municipal de Quedas do Iguaçu, Élcio Jaime da Luz, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 34, incisos X e XI e art. 46, incisos I e III todos da Lei Orgânica do Município, resolve apresentar o presente projeto de lei:
Capítulo I
DA INSTITUIÇÃO
Art. 1º. A presente Lei altera em parte a estrutura básica administrativa da Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, prevista no art. 10, inc. III, da Lei nº. 953/2013, ficando instituída a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social que passa a integrar a estrutura organizacional da Administração Direta do Município de Quedas do Iguaçu, órgão auxiliar diretamente subordinado ao Chefe do Poder Executivo com as seguintes atribuições:
I–Estabelecer as políticas, diretrizes e programas de segurança na área urbana e na área rural, distritos e patrimônios do Município de Quedas do Iguaçu-PR, estruturando o Plano Municipal de Segurança, com metas e resultados a serem alcançados;
II–Executar, por meio de seus órgãos, as políticas públicas de interesse da pasta, coordenando e gerenciando a integração com as políticas sociais do Município que, direta ou indiretamente, interfiram nos assuntos de segurança urbana da cidade;
III–Estabelecer relação com os órgãos de segurança estadual e federal, visando à ação integrada no Município de Quedas do Iguaçu, inclusive com planejamento e integração das operações, informações e comunicações;
IV–Propor prioridades nas ações preventivas e ostensivas realizadas pelos órgãos de segurança que atuam no Município de Quedas do Iguaçu, mediante intercâmbio permanente de informações e gerenciamento;
V–Estabelecer ações, convênios e parcerias, quando necessário, com as entidades nacionais ou estrangeiras que exerçam atividades destinadas a estudos e pesquisas de interesse da segurança urbana;
VI–Valer-se de dados estatísticos das polícias estaduais, para o estabelecimento de prioridades das ações de segurança urbana municipal;
VII–Estabelecer estudos de planos e programas, visando garantir:
a) a proteção das escolas públicas;
b) a proteção do patrimônio público municipal;
c) a proteção de parques municipais e áreas de interesse ambiental;
d) a proteção dos agentes públicos no exercício de suas atividades, quando necessário;
e) a proteção do uso adequado do espaço público e fiscalização do comércio ambulante;
f) a proteção de pessoas em situação de risco social;
g) o apoio à Defesa Civil na prevenção e remoção de moradias e pessoas em situação de risco geológico, de intempéries ou catástrofes;
h) em momentos pandêmicos ou de calamidade pública, auxiliar na fiscalização para garantir o controle e a não proliferação de doenças, visando a proteção do bem-estar e a saúde pública.
VIII–Promover parcerias com instituições voltadas às áreas de serviço social, pesquisa, segurança pública e psicologia, visando promover soluções de pequenos conflitos sociais que, por sua natureza, possam dar origem à violência e à criminalidade;
IX–Receber, por intermédio do serviço disque-denúncia, denúncias de vandalismo praticado contra os equipamentos públicos municipais, descumprimento de decretos municipais, dentre outras atitudes que afrontam a ordem social;
X–Implantar, dar suporte e orientar o sistema de videomonitoramento no âmbito do Município de Quedas do Iguaçu, promovendo a integração dos sistemas setoriais públicos existentes, na sua expansão, no uso compartilhado com forças de segurança pública Estadual e Federal e na otimização de sua utilização, visando à segurança da cidade e desvendamentos de eventuais futuros crimes. Coordenar e atuar no monitoramento eletrônico Municipal, fiscalização das vias, no âmbito municipal respeitado os limites de competência, conforme dispuser a Lei. Confeccionar o compartilhamento de câmeras em tempo real com outros órgãos de segurança pública, quando solicitado, sejam eles Municipais, Estaduais e Federais.
XI–Orientar e auxiliar as atividades da defesa civil, inclusive nas ações de identificação de áreas de risco, na transferência de pessoas e famílias e no atendimento em situação de emergência;
XII–Propor e implantar as políticas de educação para a segurança do trânsito, bem como a articulação com o órgão de educação do Município, para o estabelecimento de encaminhamento metodológico em educação para o trânsito;
XIII–Realizar parceria com os demais órgãos da administração municipal, para execução de projetos direcionados à prevenção ao uso indevido de drogas, especialmente nas escolas, entidades comunitárias e áreas públicas;
XIV–Implantar e gerenciar sistema de inteligência para cooperar e colaborar com os órgãos públicos responsáveis pela segurança do Município e pela repressão ao tráfico de drogas, através do encaminhamento de informações aos demais órgãos;
XV–Gerir os convênios, termos de cooperação técnica e congêneres do Poder Executivo com o Corpo de Bombeiros, na cidade de Quedas do Iguaçu, e com os demais organismos da área de segurança pública;
XVI–Subsidiar a definição de padrões para contratação de vigilância privada no âmbito da Administração Municipal;
XVII–Interagir e articular as ações de segurança com os conselhos comunitários de segurança e com entidades da sociedade, podendo firmar parcerias;

Matéria publicada no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ no dia 26/10/2021.
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
http://quedasdoiguacu.diofm.com.br

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 2

XVIII–Promover seminários, eventos, palestras e fóruns com a participação de segmentos representativos da sociedade organizada, objetivando despertar a conscientização da população sobre a necessidade de adoção de medidas de autoproteção, bem como sobre a compreensão acerca da responsabilidade de todos na busca de soluções para as questões de segurança da comunidade;
XIX–Coordenar o corpo de vigias do quadro efetivo do município;
XX–Realização de outras atividades correlatas.
XXI–Desenvolver, através da Coordenadoria da Juventude, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, estudos e programas de educação e prevenção de atitudes hostis à sociedade, no seio da juventude estudantil, assim como ações objetivando o combate à comercialização de drogas ilícitas no interior e nas proximidades das escolas;
XXII–Atuar, em parceria com os demais órgãos e entidades, no combate e prevenção à exploração sexual de menores e adolescentes;
XXIII–Fiscalizar o comportamento dos jovens no tocante a prevenção de crimes que influencia-os a cometer ataques graves dentro das escolas e creches, bem como acompanhar ações sociais que possam ser usados para moldar de forma positiva os alunos podendo assim evitar futuros crimes dessa conjuntura.
XXIV–Firmar convênios com órgãos de segurança pública Estaduais, Federais e Internacionais com o intuito de colher informações de possíveis futuros autores de crimes de influência cibernética e nazista, dando efetividade ao impedimento aos ataques em creches e escolas dentro do município.
XXV–Promover banco de dados de todos os alunos com atitudes agressivas, dando-o suporte médico psiquiátrico e psicológico, não obstante buscar a melhora integral deste.
Art. 2º. Os serviços e os encargos, para o funcionamento da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, serão implantados, progressivamente, seguindo as necessidades e disponibilidades financeiras do Município.
Capítulo II
DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
Art. 3º. Fica instituído o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, com subsídios fixados em R$ 4.500.00 (quatro mil e quinhentos reais), acrescidos de férias e decimo terceiro salário, nos termos da Lei Municipal nº. 874 de 13 de junho de 2012. Ainda, o referido cargo contará com as seguintes atribuições:
I–Executar as atribuições previstas no artigo 1º. desta Lei;
II–Garantir, na efetivação das ações de segurança pública e defesa social, o exercício das liberdades consagradas constitucionalmente;
III–Avocar, para sua análise e decisão, quaisquer assuntos da Secretaria, na forma da legislação vigente;
IV–Propor ao Chefe do Poder Executivo medidas tendentes a melhorar a qualidade dos serviços de segurança pública e defesa social no Município;
V–Participar, como membro, de órgãos colegiados de direção superior, no âmbito da administração pública municipal;
VI–Baixar resoluções no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social;
VII–Designar, movimentar e transferir servidores, objetivando o atendimento das necessidades administrativas da Secretaria, na forma da legislação vigente;
VIII–Integrar-se com representantes de outras entidades do Município, do Estado e da União, para a solução de problemas que afetam a comunidade;
IX–Promover, em parceria com a sociedade civil, soluções para problemas e implementar projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança nas comunidades;
X–Elaborar, coordenar e difundir informações relacionadas com assuntos de interesse da Secretaria;
XI–Promover a integração do Município de Quedas do Iguaçu, do Estado do Paraná e do Governo Federal com a sociedade organizada, em assuntos referentes à Pasta;
XII–Conferir honrarias aos servidores da Secretaria, na forma da legislação específica;
XIII–Representar o Município junto a instituições oficiais e privadas, nacionais e internacionais, em assuntos da sua Pasta, respeitada a legislação vigente;
XIV–Participar, como representante do Município de Quedas do Iguaçu em reuniões de entidades ligadas à segurança e à defesa interna;
XV–Articular-se com entidades externas e internas, objetivando a captação de recursos financeiros para aplicação em programas de interesse da Pasta;
XVI–Coordenar operações conjugadas de unidades da estrutura departamental, integradas ou não a órgãos estaduais e federais;
XVII–Conferir os atos dos órgãos normativos e de controle referentes a pasta;
XVIII–Celebrar convênios ou ajustes que objetivem a cooperação e participação em programas e projetos que envolvam equipamentos, obras e treinamento de recursos humanos ligados à área de segurança e defesa social;
XIX–Promover a integração das unidades subordinadas, objetivando o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas;
XX–Realizar, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Prefeito Municipal, o relacionamento do Poder Executivo Municipal com os demais poderes do Estado e da União;
XXI–Resolver os casos omissos, bem como esclarecer as dúvidas suscitadas na execução dos serviços da Pasta, expedindo, para tal fim, os atos necessários.
Capítulo III
DA ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
Art. 4º. A Secretaria Municipal de Defesa Social terá a seguinte estrutura:
I–Gabinete do Secretário;
II–Diretoria de Proteção e Defesa Civil e sua estrutura administrativa;
Parágrafo primeiro. A Diretoria de Proteção e Defesa Civil, que é exercida por servidor efetivo e lotado na Defesa Civil do Município de Quedas do Iguaçu, passará a auxiliar os

Matéria publicada no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ no dia 26/10/2021.
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
http://quedasdoiguacu.diofm.com.br

Página 2

Diário Oficial Eletrônico do Município de
Quedas do Iguaçu
Terça-Feira, 26 de Outubro de 2021 | Lei nº 844/2012 de 28 de Fevereiro de 2012 | Ano X – Edição Nº 2429 | Página 3

trabalhos do Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.
III–Departamento de Segurança Pública e Defesa Social e sua estrutura administrativa.
Parágrafo primeiro. O Departamento de Segurança Pública e Defesa Social, será exercido por 01 (um) Chefe de Departamento e 01 (um) Assessor de Secretaria, nomeados a critério do Secretário de Segurança Pública, que passarão a auxiliar os trabalhos do Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.
Art. 5º. Ficarão instituídos os cargos de Chefe de Departamento e Assessor de Secretaria, com subsídios fixados em R$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais) e R$ 2.793,00 (dois mil setecentos e noventa e três reais), respectivamente, acrescidos de férias e décimo terceiro salário.
Capítulo IV
DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
Art. 6º. Fica instituído o Fundo Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, instrumento público municipal, de natureza contábil, vinculado à Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, o qual será gerido pelo Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, cabendo ao Conselho Municipal de Segurança Pública o seu acompanhamento e fiscalização.
Art. 7º. Constituem receitas do Fundo Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, dentre outras que lhe forem destinadas:
I–Dotação orçamentária e transferência de recursos do Município, do Estado e da União, destinados à área da segurança pública;
II–Doações e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;
III–Rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras de seus recursos;
IV–Doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais e de organizações governamentais e não governamentais; e
V–Contrapartidas e medidas mitigatórias de Estudos de Impacto de Segurança Pública.
Parágrafo único. Os recursos que compõem o FMSPDS serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial e específica sob a denominação "Fundo Municipal de Segurança Pública e Defesa Social–FMSPDS", que será movimentada exclusivamente por autorização do responsável da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social e homologado pelo Conselho Municipal de Segurança Pública (CONSEG).
Art. 8º. Caberá ao Conselho Municipal de Segurança Pública a elaboração da política geral de aplicação dos recursos do FMSPDS que deverá:
I–Aprovar anualmente o plano de aplicação dos recursos, fixando diretrizes e prioridades;
II–Acompanhar a execução do plano de aplicação dos recursos;
III–Elaborar a proposta orçamentária; e
IV–Definir a aplicação das disponibilidades transitórias de caixa.
Art. 9º. Compete ao Conselho Municipal de Segurança Pública em relação ao Fundo Municipal de Segurança Pública e Defesa Social:
I–Acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do Fundo;
II–Avaliar e aprovar os balancetes periódicos e o balanço anual do Fundo:
III–Fiscalizar os programas desenvolvidos com os recursos do Fundo.
Art. 10º. A Secretaria Municipal de Segurança Pública será responsável pela operacionalização do Fundo, nos termos desta lei, e prestará contas da sua movimentação financeira ao Conselho Municipal de Segurança Pública.
Art. 11º. A participação no Conselho Municipal de Segurança Pública é considerada função pública relevante, vedada qualquer remuneração.
Capítulo V
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 12º. Este Projeto, após convertido em Lei, entrará em vigor e suas atividades terão início apenas após o fim da vigência da Lei Complementar nº. 173, de 27 de maio de 2020 ou outra que lhe venha a suceder.
Art. 13º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do tesouro Municipal, podendo o Chefe do Poder Executivo disponibilizar as dotações orçamentárias necessárias para à implementação da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa social, bem como abrir os créditos adicionais suplementares ou especiais necessários à instalação e funcionamento, mediante remanejamento de dotações alocadas na atual Lei Orçamentária.
Art. 14º. Revoga-se a Lei Municipal nº. 21/1991, bem como todas as disposições em contrário a esta Lei.
Gabinete do Prefeito Municipal
Quedas do Iguaçu, 25 de outubro de 2021
Élcio Jaime da Luz - Prefeito Municipal

Cod373658

CÂMARA MUNICIPAL DE
PORTO BARREIRO – PARANÁ
CNPJ: 01.641.655/0001-01
Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000
Fone: (042) 3661-1097 – camara@cmpbr.pr.gov.br

Gabinete da Presidência

PORTARIA nº 0196/2021
Data: 25 de outubro de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Decreto 0201/2021, de 19 de outubro de 2021, expedido pelo Chefe do Executivo Municipal, e ponderando a vinculação dos Servidores da Câmara ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Estabelecer Recesso Administrativo nos dias 28 e 29 de outubro de 2021, nos serviços e expediente da Câmara Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, em consideração e comemoração ao Dia do Servidor Público e no dia 01 de novembro em virtude do feriado de Finados.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, em 25 de outubro de 2021.

CLAUDINEI GADOMSKI
Presidente

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 273/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, **RESOLVE:**

TORNAR PÚBLICO:

1.º- A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Municipal de n.º 001/2015, homologado através da Portaria n.º 349/2015 de 23/12/2015, para assumir a vaga para o cargo a que foi aprovado de acordo com Decisão Judicial que julgou Legal os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO sendo acolhido o RECURSO do referido Candidato.

2.º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos no Edifício da Prefeitura Municipal, sito à Rua Expedicionário João Maria 1020 Centro, entre os dias 03 a 17 de Novembro de 2021, em horário normal de expediente.

GRUPO OCUPACIONAL: - ADMINISTRAÇÃO: - PROCURADOR JURÍDICO

NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO
Claiberto Roberto de Oliveira Melo	140269	6.º

3.º- O Candidato classificado deverá apresentar-se portando os documentos abaixo relacionados para Nomeação, sob o Regime Jurídico ESTATUTÁRIO de acordo com os itens 13.1 e 13.3 do Edital de n.º 001/2015.

a) Cópia autenticada da Carteira de Identidade;
b) Cópia autenticada do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos;
c) Cópia autenticada do CPF;
d) Cópia autenticada do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);
e) Cópia autenticada da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
f) Cópia da Carteira de Trabalho (identificação e do último contrato de trabalho, se houver);
g) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se houver);
h) Cópia do comprovante de residência;
i) Duas fotos recentes e coloridas, tamanho 3X4;
j) Cópia autenticada dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o Cargo, conforme discriminado no Edital;
k) Declaração de bens;
l) Declaração quanto ao exercício de outro cargo, emprego ou função pública, e sobre recebimento de proventos decorrente de aposentadorias, pensão e outras rendas;
m) Declaração do Órgão Público a que esteja ou tenha sido vinculado, em qualquer tempo, de que não sofreu penalidades por prática de atos desabonadores no exercício da função pública;
n) Exame médico admissional.

4.º- O não comparecimento no local e até a data estabelecida no Artigo 2.º implicará na perda dos direitos advindos do Concurso.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul-PR, 26 de Outubro de 2021.

Jonatas Felisberto da Silva
Prefeito Municipal



Poder Legislativo
Município de Pinhão – Paraná

EXTRATO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 11/2021

Em atendimento ao disposto nos arts. 72 e 75, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021 e suas posteriores alterações, eu, Israel de Oliveira Santos, Presidente da Câmara Municipal de Pinhão- PR, de conformidade com o parecer da Assessoria Jurídica, Autorizo a contratação e RATIFICO a Dispensa de Licitação 11/2021.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de reforma interna e parte externa de paredes de alvenaria, instalação elétrica, assentamento cerâmico e paredes em Eucatex nas dependências da Câmara Municipal de Pinhão, conforme projetos arquitetônicos e complementares que compõe o processo.
Valor Global: R$ 60.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais).
Contratado: Prado e Yaskievicz Engenharia Civil Ltda, inscrita no CNPJ: 28.643.573/0001-52
Fundamento legal: Art. 75, I, da Lei 14.133/2021.
Parecer jurídico: 089/2021-CdPIN, de 26/10/2021.

Pinhão, 26 de outubro de 2021.

Israel de Oliveira Santos
Presidente da Câmara Municipal

Extrato Quinto Termo de Supressão ou Aditivo ao Contrato n. 01/2021

Partes: ASSOCIAÇOES DOS PRODUTORES DE FENO – Contratante CNPJ 22.351.052/0001-45 .

AUTO POSTO VIRMOND– Contratada. CNPJ 79.586.459/0001-79

Objeto: Aquisição de combustível.

VALOR DO CONTRATO INICIAL é R$ 13.356,00 (treze mil, trezentos e cinquenta e seis reais)
VALOR ADITIVO OU SUPRESSAO DO CONTRATO INICIAL: R$825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais).
VALOR TOTAL DO CONTRATO APÓS ADITIVO OU SUPRESSAO DE PREÇOS: é R$ 14.181,00 (quatorze mil, cento e oitenta e um reais).
Data de assinatura: 25/10/2021

CLAUSULA TERCEIRA DA RATIFICAÇÃO DAS CLAUSULAS: 1. Ficam ratificadas as demais clausulas e condições estabelecidas no contrato, firmada entre as partes. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 3 (três) vias de teor igual e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRANTANTE E CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo:

Data: Virmond/Pr, 25 de outubro de 2021.

Assinam: ASSOCIAÇOES DOS PRODUTORES DE FENO / Auto Posto Virmond – Contratada.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ
CNPJ 17.851.0520001-00

EXTRATO Nº 019/2021

EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2021 REF. A DISPENSA EMERGENCIAL Nº 001/2021

OBJETO: Promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do saldo do produto Gasolina Comum e Diesel S10, da Ata de Registro de Preços nº 003/2021.

VALOR DO REEQUILÍBRIO: Fica concedido reequilíbrio econômico financeiro na Ata de Registro de Preços nº 003/2021, oriunda da DISPENSA EMERGENCIAL Nº 003/2021, sendo que o valor do item 1 - Diesel S10, terá aumento, passando o valor do litro de 4,37 (Quatro reais e trinta e sete centavos) para 4,62 (Quatro reais e sessenta e dois centavos) e o valor do item 2 – Gasolina Comum, passará de 5,79 (cinco reais e setenta e nove centavos) para o valor de R$ 5,81 (Cinco reais e oitenta e um centavos) o litro.

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ.

CONTRATADA: POSTO DOS ESTADOS LTDA.

DATA DE ASSINATURA: 05/10/2021.

Os valores constantes no caput da cláusula primeira serão aplicados a partir da data de 05 de Outubro de 2021.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 15 do Decreto do Município de Guarapuava nº 1.447/2007 e art. 65, inciso II, alínea *d*, da Lei n. 8.666/1993.

PUBLIQUE – SE

Guarapuava, 21 de Outubro de 2021.

SAMUEL RIBAS DE ABREU
Diretor Presidente do CRJ

Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão
Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná
valedorio jordao.atuale.com/consorcio | consorciovaleriojordao@gmail.com | Telefone: (42) 3624 6310

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000
CGC 01.591.618/0001-38 - Fone/Fax (042) 3661-1010
porto@portobarreiro.pr.gov.br

DECRETO Nº. 205/2021.
De 26 de Outubro de 2021.

EMENTA: MEMBROS DO CAE- CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Senhor EMANOEL VANDERLEI VOLFF, Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1 º. Fica por este instrumento, nomeados o CAE- Conselho de Alimentação Escolar de Porto Barreiro.

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO		
Titular: Elza Varzari	4.345.233-9	693.160.049-87
Suplente: Leandro Duarte	12.432.652-4	060.459.469-46
REPRESENTANTES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO		
Titular: Rita de Cássia V. Duval	5.642.122-0	860.348.559-34
Suplente: Fabiana da Rosa dos Santos	7.599.473-7	032.222.569-09
Titular: Marcia Gadonski	8.706.132-9	059.680.139-40
Suplente: Alexandra Tocafi Martin	8.707.878-7	042.110.079-63
REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNOS		
Titular: Andrea Wolff Lago	8.400.876-9	036.165.689-67
Suplente: Aline Varzari Lunelli	9.880.692-0	078.333.449-40
Titular: Daiane A. Somariva Basso	10.114.928-5	070.096.039-28
Suplente: Ivoneuza Madureira	8.853.414-0	037.084.749-02
REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL		
Titular: Leandro G. dos Santos	10.227.774-0	074.283.499-90
Suplente: Thiago Ruppelthal Bobato	8.105.438-0	061.980.109-37

Município de Porto Barreiro.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000
CGC 01.591.618/0001-38 - Fone/Fax (042) 3661-1010
porto@portobarreiro.pr.gov.br

Titular: Arielson S. dos Santos	9.475.862-9	060.111.479-5
Suplente: Adriele C. Benvenutti	9.969.805-5	058.683.549-07

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, em 26 de outubro de 2021.

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal

Município de Virmond
Estado do Paraná
Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85390-000.
CNPJ: 95.587.522/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122
http://www.virmond.pr.gov.br
GABINETE DO PREFEITO

O Prefeito Municipal de Virmond, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público que a Câmara Municipal de Virmond aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

LEI Nº. 577/2021

SUMULA: ALTERA E INCLUI DISPOSITIVOS NA LEI MUNICIPAL N.º 391/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Altera o art. 6º da Lei Municipal n.º 391/2019, o qual passará a conter a seguinte redação:

Art. 6º Fica a cargo do Poder Executivo realizar o projeto e a aquisição do material necessário para a construção das moradias, através de licitação, e fornecer profissional qualificado na área para execução das obras, ficando a cargo dos beneficiários o auxílio necessário para realização das obras.

§1º Não poderá o beneficiado exigir ou promover qualquer alteração no projeto elaborado pelo departamento de engenharia do município, sob pena de ser automaticamente excluído do programa.

§2º O beneficiário poderá promover melhorias no imóvel, incluindo a ampliação da residência, alterando o projeto originário, desde que esta ampliação não comprometa a estrutura do imóvel, devendo o projeto de ampliação ser aprovado pelo Departamento de Engenharia Municipal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Virmond, Estado do Paraná, 26 de outubro de 2021.

Neimar Granoski
Prefeito Municipal

Município de Virmond
Estado do Paraná
Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85390-000.
CNPJ: 95.587.522/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122
http://www.virmond.pr.gov.br
GABINETE DO PREFEITO

O Prefeito Municipal de Virmond, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público que a Câmara Municipal de Virmond aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

LEI Nº. 578/2021

SUMULA: ALTERA E INCLUI CARGOS NA LEI MUNICIPAL N.º 468/2020 E ALTERA ANEXOS NA LEI MUNICIPAL N.º 337/2018, CRIA CARGO DE VISITADOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Altera o artigo 1º da Lei Municipal n.º 468/2020, o qual passará a conter a seguinte redação:

Art. 1º Fica criado o cargo comissionado de Supervisor do Programa Criança Feliz e Setor de Assistência ao INSS, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo do Município, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, da seguinte forma:

Atribuições: O profissional local de nível superior, referenciado ao Centro de Referência da Assistência Social, que atuará na implementação e supervisão do Programa criança Feliz no município, bem como nas atividades de capacitação e educação permanente dos visitadores locais, planejamento e registro de visitas, e que representará a articulação dos serviços e das políticas setoriais no território com a política da assistência social.

O supervisor deve buscar:
Realizar caracterização e diagnóstico do território;
Fazer encaminhamentos e devolutivas das demandas trazidas pelo visitador;
Organizar e participar de reuniões semanais com os visitadores para planejar e discutir Visitas Domiciliares;
Acompanhar o visitador nos domicílios, quando necessário;
Encaminhar para a equipe de referência do CRAS, ou coordenação Municipal do Programa Criança Feliz, as atividades do Programa;
Promover capacitação inicial e permanente dos visitadores;
Participar de reuniões Inter setoriais e do Comitê Gestor;
Registrar visitas e extrair relatórios do prontuário eletrônico do SUAS;

Viabilizar a realização de atividades em grupos com as famílias visitadas, articulando com as demais políticas, para o desenvolvimento destas ações;
Articular encaminhamentos para inclusão das famílias na rede, conforme demandas identificadas nas visitas domiciliares;
Acompanhar e monitorar as ações e das visitadoras em intervenção direta com o público alvo;
Mobilizar os recursos da rede e da comunidade para apoiar o trabalho dos visitadores, o desenvolvimento das crianças e a atenção às demandas das famílias;

Município de Virmond
Estado do Paraná
Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85390-000.
CNPJ: 95.587.522/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122
http://www.virmond.pr.gov.br
GABINETE DO PREFEITO

Identificar situações complexas, lacunas e outras questões operacionais que devam ser levadas ao debate no Comitê Gestor, sempre que necessário, para a melhoria da atenção às famílias.
Analisar, encaminhar, acompanhar, ajudar, orientar, organizar, auxiliar, promover cadastro, apresentar requerimentos, propor e promover o encaminhamento de documentos e requerimentos relativos ao INSS de pessoas que necessitem deste serviço, encaminhando as pessoas diretamente ao INSS para atendimento ou através da inserção eletrônica de dados nos sistemas do INSS.

Requisitos: Nível superior completo.
Carga horária semanal: 40 horas
Idade Mínima: 18 anos
Remuneração: R$ 2.000,00

Art. 2º A remuneração prevista no art. 1º, apenas terá efeito a partir do término da vedação da Lei Complementar n.º 173/2020.

Art. 3º Altera o Anexo I da Lei Municipal n.º 337/2018, tão somente atinente ao cargo criado no art. 1º, passando a conter a seguinte redação:

ANEXO I

SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL	VALOR SALARIO R$
Supervisor do Programa Criança Feliz e Setor de Assistência ao INSS	R$ 2.000,00

Art. 4º Ficam criados 3 (três) cargos de VISITADOR DO PROGRAMA "CRIANÇA FELIZ", com remuneração inicial de R$ 1.200,00 cada e carga horária de 40 horas semanais.

§ 1º Ao VISITADOR DO PROGRAMA "CRIANÇA FELIZ", compete:
- Realizar visitas junto às famílias;
- Observar os protocolos de visitação e fazer os devidos registros das informações acerca das visitas;
- Organizar o plano mensal de trabalho sob orientação do supervisor;
- Consultar e recorrer ao supervisor sempre que necessário;
- Acolher, registar, identificar e relatar ao supervisor situações que requeiram;
- Acompanhar pelo CRAS ou encaminhar para a rede de serviços de saúde, educação ou ainda acionar o SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (SGDCA).
- Realizar outras atividades correlatas inerentes ao cargo.
- Executar demais tarefas a critério de seu superior.

Município de Virmond
Estado do Paraná
Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85390-000.
CNPJ: 95.587.522/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122
http://www.virmond.pr.gov.br
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º A escolaridade mínima para ocupar o cargo temporário de Visitador do Programa "Criança Feliz" é o Ensino Superior Incompleto.

Art. 5º O regime de admissão dos cargos criados pelo art. 4º desta Lei - VISITADOR DO PROGRAMA "CRIANÇA FELIZ" – será de provimento temporário, com ingresso no serviço público via processo seletivo simplificado.

Art. 6º A existência dos cargos criados por esta Lei ficará condicionada à existência do Programa "Criança Feliz".

Parágrafo único. Os cargos que esta lei cria permanecerão ocupados no tempo em que o programa estiver ativo, sendo, desde logo, demissíveis com a conclusão, suspensão ou encerramento do Programa "Criança Feliz".

Art. 7º Os cargos de que trata o art. 4º desta Lei terão contrato de trabalho vigentes pelo tempo em que durar o Programa "Criança Feliz".

Art. 8º As despesas com pessoal decorrentes desta lei farão parte de dotação específica e suportadas por verba federal, repassadas para este fim específico, ficando, desde logo, autorizado subvenção Municipal necessária complementar para manter o programa.

Art. 9º A contratação de pessoal dos cargos criados pelo art. 4º, somente poderão ser feitos após a o término da vedação prevista na Lei Complementar n.º 173/2020.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Virmond, Estado do Paraná, 26 de outubro de 2021.

Neimar Granoski
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Foz do Jordão — fozdojordao.pr.gov.br
Gestão 2021 - 2024

PORTARIA Nº 338/2021

Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o artigo 24º da Lei Municipal nº 05/1997 de 25 de janeiro de 1997:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Revoga a Portaria 098/2021 que nomeou o Senhor "MAURIVAN LASTA", portador do RG 1307/009-6 SSP/PR e CPF nº 049.052.689-66, ocupante do Cargo Efetivo de "MÉDICO VETERINÁRIO", para exercer a Função Gratificada de RESPONSÁVEL COMPRA DIRETA, do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando demais disposições ao contrário.

Foz do Jordão, 20 de Outubro de 2021.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

CNPJ: 01.603.719/0001-80

Prefeitura Municipal de Foz do Jordão — fozdojordao.pr.gov.br
Gestão 2021 - 2024

PORTARIA Nº 339/2021

Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o artigo 24º da Lei Municipal nº 05/1997 de 25 de janeiro de 1997:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear a Senhora "VANESSA MARIA FRIZON DE CAMARGO", portadora do RG 9.639.713-5 SSP/PR e CPF nº 071.388.459-28, ocupante do Cargo Efetivo de "MÉDICO VETERINÁRIO", para exercer a Função Gratificada de RESPONSÁVEL COMPRA DIRETA, do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando demais disposições ao contrário.

Foz do Jordão, 21 de Outubro de 2021.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

CNPJ: 01.603.719/0001-80

FOZ DO JORDÃO — www.fozdojordao.pr.gov.br

PORTARIA Nº 340/2021

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas as férias referentes ao período aquisitivo de 06/2020 a 06/2021 da servidora pública municipal NEUSA MARIA ROCHA, no período de 25 de outubro a 13 de novembro de 2021, suspendendo suas atividades no órgão da Administração Pública de Foz do Jordão, com retorno para o desempenho de suas atividades na data de 15 de novembro de 2021.

Art. 2º - As férias poderão ser interrompidas ou suspensas em caso de convocação do servidor para exercício das atribuições de seu cargo, ficando o período remanescente de férias para ser gozado em momento posterior.

Art. 3º - As férias concedidas por este ato serão descontadas dos períodos aquisitivos vencidos.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se demais disposições em contrário.

Foz do Jordão, 25 de outubro de 2021.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

42 3639 8100

